

MÓVIMENTO

ANOS

Cinco anos contra a opressão

Em três páginas, o congresso de Piracicaba, com humor e ironia

TUDO SOBRE A REUNIÃO DA UNE

RICARDO MALTA - AGÊNCIA F4



P. 5 a 7



ILUSTRAÇÃO DE ELIFAS ANDREATO

Debate: a revolução de 1930

Qual é o verdadeiro significado de 30? Debate com Jacob Gorender, Sérgio Silva, Edgar De Decca e Eli Diniz.

P. 9 a 16

A música brasileira invade as rádios, sob a liderança de Roberto e Betânia
P. 20 e 21



ILUSTRAÇÃO DE PETRUCIO

MOVIMENTO

Conselho de Direção

Agostinho Gizé, Alcy Linhares, Alvaro A. Caropreso, Antônio Carlos Ferreira, Antônio Carlos Queiroz, Armando Boito, Armando Sartori, Célia R. de Souza, Conrado Júnior, Delzir A. Mathias, Duarte Pereira, Flávio Carvalho, Igor Fuser, Jacira Venâncio, José Calixto de Alencar, José Crisóstomo de Souza, Lia Ribeiro Dias, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Maklouf de Carvalho, Luiz Pedro, Márcio Bueno, Marcos Gomes, Murilo Carvalho, Paulo Koza, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Roberto Martins, Roldão Oliveira, Tibério Canuto e Washington Oliveira.

Conselho Editorial de Movimento

Alencar Furtado, André Foster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilo Borba Filho (1912-1976)

Diretoria de Edição S/A

Raimundo Rodrigues Pereira (presidente), Antônio Carlos Ferreira (diretor-editorial), Paulo Koza (diretor de operações), Perseu Abramo, Duarte Pereira, Célia Regina de Souza e Roldão Oliveira (diretores-adjuntos)

Movimento é uma publicação de Edição S/A - Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Brasil. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Belo Horizonte: Av. Amazonas, 135, sala 509 - Edifício Codó - Minas, Tel. 224-7605. Salvador: Rua Caetano Moura, 16, Tel. 245-2861, Federação. Distribuição: Abril S/A - Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575, Tel. 65-5115. impresso nas oficinas da Cia. Jorjuês, Rua Gastão da Cunha, 49, Tel. 531-8900, São Paulo. Material Internacional Via Varig.

SERVICOS INTERNACIONAIS

Le Monde

Qual censura é a pior?

Quando diretores de jornais das grandes empresas "responsáveis" souberam antecipadamente da maxi-desvalorização do cruzeiro no fim do ano passado, não foi preciso que a Polícia Federal ou qualquer censor oficial se movesse para impedir a divulgação do fato.

Os donos de jornais assumiram a censura e trataram de especular com a compra de dólares. E quando o bancário Nélito dos Santos foi torturado por agentes policiais numa das salas da direção regional do Banco Nacional do Norte, em Salvador, há dois meses atrás, para confessar um roubo que não cometera, nenhum jornal baiano publicou a denúncia e um deles - o Jornal da Bahia - chegou a exigir pagamento em dobro para publicar uma nota oficial do Sindicato dos Bancários, como matéria paga, sobre o fato. Ai também não foi preciso bilhetinhos, telefonemas ou visita de nenhum censor governamental para que a notícia não saísse.

Simplesmente, no bojo da "distensão lenta, gradual e segura" do general Geisel e em seguida da "abertura política" do general Figueiredo, os patrões da imprensa - jornais, revistas, rádios e televisões - passaram a assumir a censura no Brasil, com eficiência e com evidentes vantagens para o governo. A censura mudou sua roupagem, mas não acabou. A esta conclusão chega o jornalista Paolo Marconi, 31 anos, italiano de nascimento e baiano de profissão, em seu livro "A Censura Política na Imprensa Brasileira - (1968-1978)", que a Editora Global coloca nas livrarias esta semana. Na verdade, o livro é um documento de um período de violência e obscurantismo. Estão transcritos no livro mais de 500 bilhetes internos das redações

esta "literatura demente" como diz Antônio Callado no prefácio, contém também farta documentação dos mecanismos internos da revista *Veja*. Ela mostra, de maneira viva, através de cartas, officios e bilhetes, também transcritos, as violações da censura ao trabalho jornalístico.

O livro mostra os "donos" da imprensa mais preocupados em defender seus interesses políticos e econômicos, mancomunados com o governo, assumindo a censura e demitindo profissionais mais independentes.

Paolo Marconi tem um curso de doutoramento no terceiro ciclo em ciências da informação, na Sorbonne, em Paris. Trabalhou como repórter na *Tribuna da Bahia*, *Jornal do Brasil* e *Jornal da República*. Foi também de *Veja*, onde diz ter tido sua maior experiência e sua maior desilusão, ao constatar que a revista transformara-se de um órgão combativo na época da censura policial, num veículo totalmente acomodado na nova fase de censura patronal.

O livro de Marconi, com mais de 300 páginas, documenta "A psicose da segurança nacional" e a atuação da "comunidade de informações". A institucionalização da censura, a morte de vários jornais, a resistência de alguns raros da "grande imprensa" e a dos alternativos. A censura atingiu até o festejado colonista Ibrahim Sued.

Quando Marconi chega à "Suspensão da Censura", pergunta: "a censura acabou?" o livro diz que não - o que houve foi uma troca das sentinelas. Na introdução, ele já indagava: "quem é pior, a censura policial ou a dos próprios meios de comunicação?"

(Jadson Oliveira, de Salvador)

O PMDB é o número 1, contra o regime e ainda bem longe do povo

Depois do PDS, em segundo lugar na corrida de formação dos partidos, foi a vez do PMDB. No domingo retrasado, repetindo o que o partido do governo havia feito sete dias antes, o PMDB realizou as suas convenções municipais e distritais, para aprovar seus estatutos e o programa, eleger as direções locais e os delegados para os encontros regionais que comporão os escalões mais altos da hierarquia partidária. É uma etapa decisiva na fase de legalização dos partidos segundo as normas impostas pelo regime no final do ano passado: todos terão de conseguir diretórios em pelo menos 20% dos municípios e 9 Estados. E pode ser mais decisiva ainda na medida em que os delegados escolhidos dia 12 para os encontros regionais talvez sejam os mesmos que indicarão os candidatos do partido às eleições previstas para 1982.

Os chefes do partido estão eufóricos com os resultados. "Daqui a dois meses teremos o registro definitivo", diz Ulysses Guimarães, o presidente nacional. E os números obtidos lhe dão razão. Pois embora o PMDB não tenha conseguido, nem de longe, a mesma quantidade de filiações e diretórios que o PDS, conseguiu, no entanto, estruturar-se em cerca de metade dos 4 mil municípios brasileiros. Portanto, em menos de um ano após a reformulação partidária que o extinguiu, o MDB renovado conseguiu aproximar-se do número de diretórios que acumulara com dificuldades nos seus primeiros 13 anos de vida (2.800 diretórios, de 1965 a 1978). Nas regiões Sudeste do país, o PMDB organizou-se em todos os Estados, em bases de 60, 70 e até 95% dos municípios. O mesmo aconteceu no Acre, Rondônia, Roraima e em todo centro-oeste do país. Os piores resultados vieram do Nordeste, onde ainda o PDS impera graças ao coronelismo (Maranhão, só 25% dos municípios; Bahia, só 30%). E apenas no Amazonas o PMDB ficou sem estrutura oficial. (Lá ocorreu uma disputa entre o grupo do senador Evandro Carneira, ligado a Franco Montoro, e o do deputado Mário Frota, da ala popular do partido. Enquanto ficou na direção, até 14 dias antes das convenções municipais, Carneira não montou o partido em nenhuma cidade. Frota fez 14 comissões em 14 dias, mas mesmo assim não chegou ao mínimo legal exigido).

Melhor que o saldo numérico, porém, é o avanço político do partido. Em primeiro lugar, porque seu crescimento a partir da extinção representa uma derrota da tática governista que, a partir de 1975 - como já vimos na semana passada - começou a convencer-se de que não conseguiria manter o bipartidarismo. Ao exigir a extinção do MDB no final de 1979, o governo sonhava em criar um partido de oposição confiável, com a direita do MDB e a "esquerda" da Arena, e em confinar os "radicais" do MDB num *partidinho*, que ele previa destinado a perder-se em disputas com o PT de Lula e o PRB brizolista. O plano, no entanto, falhou. Em lugar do grande partido de oposição confiável, surgiu um partido dos banqueiros, raquítico, o PP, que se de fato se propunha ser de

oposição ao governo e não regime, por outro lado não iria ter respaldo entre os eleitores. E o PMDB acabou se impondo novamente na oposição (e sob o domínio dos liberais, como antes, já que fracassaram várias tentativas populares de encontrar uma saída unificada para aproveitar a abertura dos partidos). A recente pesquisa de opinião pública divulgada pelo Instituto Gallup, comparada com resultados anteriores à reformulação, é prova eloquente do ressurgimento do prestígio da tradicional legenda oposicionista.

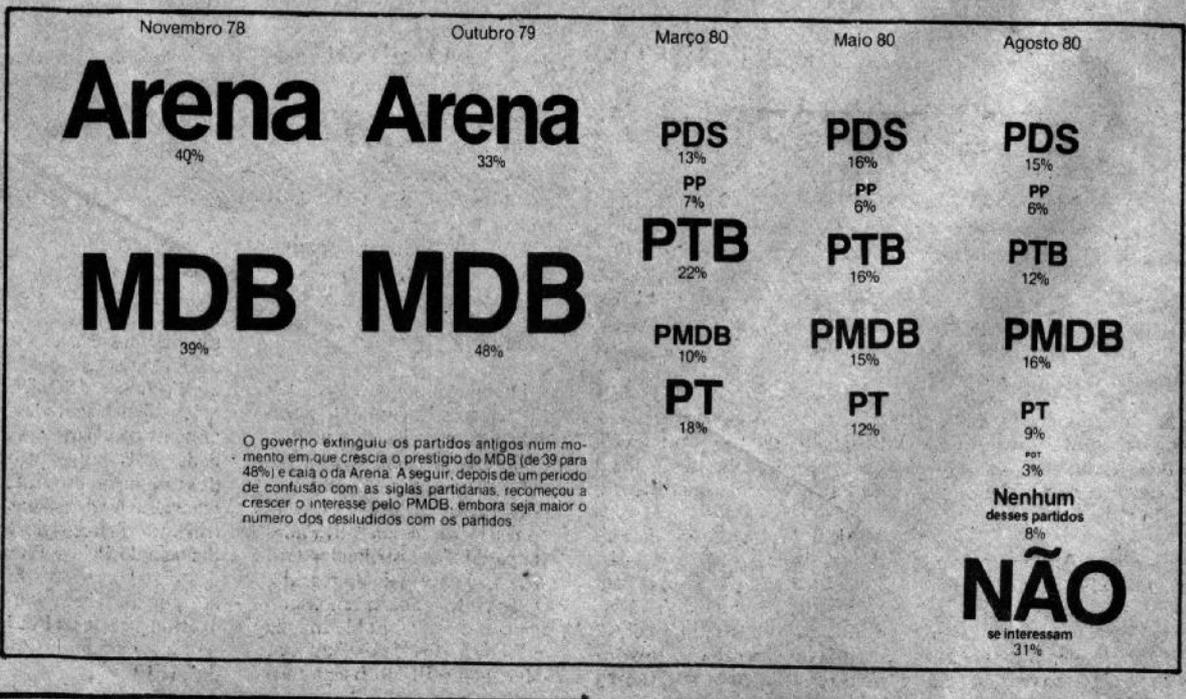
Em segundo lugar, porque o PMDB que se estrutura é um partido de oposição ao regime militar, que na sua última reunião nacional, há um mês, condenou tanto as posições ultradireitistas quanto a conciliação com o regime e tem tido força exatamente por manter o seu caráter de frente ampla oposicionista. Basta ver que, numa disputa como a da Capela do Socorro, o maior dos 53 distritos eleitorais da capital paulista, região essencialmente operária e metalúrgica, onde há mais eleitores do que em 90% das cidades brasileiras, disputaram as eleições para o diretório do PMDB desde 4 correntes de esquerda - operários independentes, pessoas ligadas aos jornais *Tribuna da Luta Operária*, *Voz da Unidade* e *Hora do Povo* - até 3 ou 4 grupos nacionalistas e liberais ligados a deputados e políticos paulistas.

E em terceiro lugar porque, apesar de enormes limitações, o partido se forma por métodos qualitativamente diferentes dos do PDS, articulado "a partir do crime", como salientou um dos dirigentes da antiga Arena e atual líder do Partido Popular, Cláudio Lembo. Para a formação do PMDB houve, no geral, discussão e participação política.

No entanto os liberais que controlam o PMDB devem moderar seus elogios ao partido diante de uma conclusão que também salta à vista do processo da semana retrasada: a participação popular é ainda escassíssima e as convenções, no fundo, constituem meras montagens de máquinas eleitorais, que podem muito bem virem a servir apenas para atender aos interesses dos chefes políticos. É oportuno lembrar que foi por iniciativa de conservadores do próprio PMDB - os senadores Nelson Carneiro e Mauro Benevides - que o Código Eleitoral foi mudado para assegurar que o voto do diretório da modesta Quipapá, em Pernambuco, por exemplo, valesse tanto numa convecção regional para indicação do candidato a governador do partido, quanto o voto do diretório da Freguesia do Ô em São Paulo, com seus 95 mil eleitores. Isso para dar mais peso às áreas atrasadas, reduzir a influência de esquerda, e fortalecer o caciquismo.

O PMDB comemora o seu nascimento e se orgulha com razão de sua postura oposicionista. Precisava ver também que está muito distante do povo. E que seu papel principal é o de lutar por um regime de amplas liberdades políticas, onde finalmente possam florescer verdadeiros partidos políticos.

Raimundo Rodrigues Pereira



IGREJA X ESTADO

Os usineiros de cana pediram, e o governo expulsou o padre Vito

Não causou surpresa a ninguém a decisão do governo de expulsar sumariamente do país o padre italiano Vito Miracapillo, consumada na última quarta-feira, com um decreto assinado pelo general Figueiredo, com base na Lei do Estrangeiro. A exposição de motivos feita pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, apoiando-se num apressado inquérito da Polícia Federal, foi taxativa: o padre atentou contra a Segurança Nacional ao se recusar a celebrar uma missa de ação de graças pela passagem do dia 7 de setembro.

A tal missa havia sido encomendada pelo prefeito pedessista da cidade Ribeirão, Pernambuco. Através de um ofício, o padre respondeu ao prefeito que não rezaria missa na forma e horário anunciados, "por vários motivos, entre os quais a não efetivação da independência do povo, reduzido à condição de pedinte e desamparado em seus direitos".

A partir daí os fatos se desencadearam com rapidez: o ofício foi levado pelo prefeito até um deputado do PDS, Severino Cavalcanti, que pediu a expulsão do padre; foi aberto inquérito pela Polícia Federal; e finalmente Figueiredo decretou a expulsão.

O padre Vito recebeu a notícia com tranquilidade: "A posição que tomei foi em respeito ao próprio povo".

Por trás do rápido "affaire" Miracapillo estavam os usineiros e plantadores de cana da região de Ribeirão, Zona da Mata, norte de Pernambuco, preocupados com o trabalho do padre entre os camponeses e assalariados rurais. O presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco, Silvio Carneiro Leão, chegou ao ponto de comandar a invasão da Igreja de Ribeirão,

duas semanas atrás, tentando impedir a realização de uma missa de solidariedade ao padre. Leão e seus amigos usineiros estavam armados e fizeram vários discursos na Igreja.

A atitude dos fazendeiros de Pernambuco serviu para demonstrar, novamente, o confronto cada vez mais agudo entre eles e os religiosos progressistas. Fatos semelhantes têm ocorrido com frequência por todo o país, sendo um dos mais conhecidos a ameaça de morte feita ao bispo D. José Brandão de Castro, de Propriá, Sergipe. Ele foi ameaçado por um fazendeiro e seus jagunços, no meio de uma missa.

Outro caso, mais recente, foi o do padre português Antonio Mamede Fernandes, de Teófilo Otoni, Minas Gerais. Por defender 300 famílias que disputam uma área com um fazendeiro local, Mamede foi vítima de uma tentativa de assassinato. Escapou com uma bala no abdômen.

O aumento do número de conflito desse tipo, assim como a atitude hostil do governo em relação aos padres mais progressistas, como no caso Miracapillo, foi constatada pelos arcebispos e bispos de Pernambuco e da Paraíba, num documento divulgado na semana passada. Reunidos em Recife, os bispos nordestinos denunciaram a existência de "uma onda crescente de difamação e violência contra pessoas ligadas à Igreja do Nordeste, bispos, padres e agentes pastoraes, em diversas localidades". No dia da divulgação do documento dos bispos nordestinos, quarta-feira da semana passada, também foi enviado um telegrama ao presidente Figueiredo, apelando para que providencie "rapidamente substancial mudança" na Lei dos Estran-



Padre Vito: "em respeito ao próprio povo"

geiros. O telegrama foi elaborado durante uma reunião de bispos de 28 dioceses de Minas Gerais e Espírito Santo, em Belo Horizonte, depois de constatarem que a Lei vem sendo utilizada para dificultar "a entrada e permanência de missionários católicos em nossa pátria".

Um exemplo dessa utilização da Lei: o procurador da República no território do Amapá, Caetano Amico, prometeu na semana passada expulsar do país o padre italiano Nello Rufaldi, da coordenação do Conselho Indigenista Missionário, por ter denunciado a invasão de terras indígenas pela rodovia BR-156. Amico ameaça Rufaldi com a Lei dos Estrangeiros.

Um terceiro documento da Igreja divulgado na semana passada demonstra a sua preocupação com a crescente militarização em áreas de conflito. O documento, da diretoria do Cimi, alerta para a militarização da Funai, praticamente sob a intervenção do Conselho de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informações.

Anteriormente, a Comissão Pastoral da Terra já denunciara problema semelhante em relação ao Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, oficialmente subordinado ao CSN. Esse grupo, ao mesmo tempo que faz pequenas concessões aos posseiros de áreas em conflito, aumenta o controle militar sobre a área e procura diminuir a influência dos religiosos.

Na quinta-feira (16), o presidente Figueiredo, ao entregar títulos de terras regularizadas pelo GETAT, em São Luís, Maranhão, disse: "Sinto diminuir as violências sociais; e o problema da terra está sendo resolvido sem a violência e com justiça (...)".

Em outras palavras: o assunto é muito explosivo para ficar apenas nas mãos de religiosos que vivem pregando reforma agrária. No dia 17, um juiz relator do Supremo Tribunal Federal concedeu liminar, solicitada pelo advogado Ernesto Vilaverde de Carvalho, constituído pelo padre Vitor, sustando a expulsão. (Fred Navarro - Roldão Oliveira)

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Dissidência "sem expressão"

Ao mesmo tempo que anuncia a preparação e convocação de seu Congresso, o Partido Comunista do Brasil acaba de dedicar praticamente toda a edição de seu jornal, *A Classe Operária* (n.º 144), à luta interna que vem se desenrolando nessa organização, e torna oficial o afastamento de quatro membros do Comitê Central e a reorganização de um Comitê Estadual (da Bahia) e uma estrutura regional em São Paulo.

Falando a Movimento, um dirigente do PC do B deixou claro que o Congresso será realizado sob a direção do Comitê Central e não atendendo à convocação que havia sido realizada pu-

blicamente, há poucos dias, pelos dissidentes desse partido (Ver Movimento n.º 275). A direção do PC do B considera que "atualmente esse grupo (a dissidência) não tem nenhuma expressão dentro do Partido". Segundo a direção do PC do B os organismos do partido e direções regionais que apoiam os dissidentes são todos "fictícios", com exceção da direção regional da Bahia, que teve seu dirigente expulso.

Além das mensagens de solidariedade de pessoas e organismos do Partido recebidas pelo Comitê Central vindas de várias partes do país, a última edição do *Classe Operária* resume as acusações contra os quatro

membros do Comitê Central expulsos. Eles teriam, segundo a direção, se empenhado em atividades "fracionistas e liquidacionistas" surgidas na direção estadual na Bahia e na "estrutura I" de São Paulo.

Durante a convocação da VII Conferência Nacional do partido, integrantes desse grupo produziram documentos considerados "direitistas e liquidacionistas" que posteriormente teriam sido usados em "atividades antipartido" e distribuídos fora dos canais normais do partido. O "grupo fracionista" é acusado ainda de defender publicamente o Partido dos Trabalhadores, sob o qual o PC do B tem posi-

ção claramente contrária, por considerá-lo "um partido social democrata".

Os excluídos também são acusados de terem "vazado" para a imprensa alguns documentos internos e terem realizado conferências "criticando a linha do Partido e defendendo opiniões falsas elaboradas conjuntamente com parceiros de atividade fracionista, procurando desmoralizar o movimento de massa e as forças aliadas, em detrimento do prestígio e da influência do PC do Brasil". Um dos dissidentes teria ainda, em ato público "chegado a afirmar abertamente que o PC do Brasil não é o Partido do Proletariado". (FC)

PRERROGATIVAS

"C'est finie la contredanse"

Desolado, o deputado Djalma Marinho (PDS-RN), um dos autores da emenda Flávio Marçilio, apelou para a poesia: "C'est finie la contredanse", disse em francês. Ele tinha razão. O clima era de melancolia, impotência e fastio ao final da sessão em que foi votada a emenda das prerrogativas na quarta-feira da semana passada. Como se previa, a "operação falta de quorum" organizada pela direção do PDS, sob comando do Palácio do Planalto, mandou para o arquivo esse projeto, que embora limitado, restabeleceria algumas das prerrogativas do Congresso Nacional, retiradas em 1969 pela Junta Militar. Entre elas, as duas mais importantes: as imunidades dos parlamentares e o fim do decurso de prazo, pelo qual o governo faz aprovar suas leis sem a deliberação do Congresso.

Dos 420 deputados, apenas 218 (38 do PDS) compareceram ao plenário. Desse, 196 - entre eles 16 dissidentes do PDS - votaram a favor da emenda; 16 pedessistas votaram contra e outros seis se absteram. Da oposição faltaram 17 parlamentares: seis do PMDB, seis do PP, quatro do PDT e 1 do PTB (*). Apenas o PT compareceu inteiro, com a sua bancada de seis deputados. Foi grande a irritação dos opositores por causa da ausência de seus companheiros. Afinal, com mais 15 votos a emenda passaria na Câmara dos Deputados, embora depois fosse inapelavelmente derrubada pelos biônicos do Senado. Quando soube do resultado, o ministro da Justiça Ibrahim Abi Ackel comentou cínica e ironicamente que a maior lição que o governo tirou do episódio foi a de que "o PDS funciona" e que por isso "pode confiar e confia no partido".

As manobras do governo para arquivar a emenda começaram já no domingo, quando o *Jornal do Brasil* publicou um artigo acusando o presidente da Câmara de nomear sem concurso, seu filho e um amigo jornalista para cargos na Câmara com salários superiores a 130 mil cruzeiros. Na segunda-feira o mesmo jornal publicou um extenso dossiê que estava de posse dos órgãos de informações com pesadas acusações (testemunho, grilagem de terras, documentos falsos, suspeita de homicídio e falsidade ideológica) contra o deputado Siqueira Campos (PDS-GO), responsável com seu voto pela derrubada do substitutivo do governo à Emenda Marçilio na comissão mista.

Apesar de todas as pressões do governo, a dissidência do PDS quase alcançou as melhores previsões opositoras: os 16 rebeldes ficaram juntos durante toda a sessão, que, ao contrário do que ocorreu durante as votações de matérias importantes como a Lei da Anistia e o Estatuto dos Estrangeiros, transcorreu tranquila, numa verdadeira paz de cemitério, sem o incentivo das galerias que estavam vazias. Ainda assim, os parlamentares da oposição fizeram vibrantes pronunciamentos, interrompidos apenas pelos líderes Nelson Marchezan e Jarbas Passarinho. Ambos bateram na surrada tese de que a oposição fora intransigente e não aceitara um acordo. O líder do PMDB, senador Paulo Brossard, disse que se "há alguém que tem prerrogativas neste país é o senhor Daniel Ludwig", mostrando a carta que o dono do projeto Jari enviou ao general Golbery do Couto e Silva exigindo vantagens do governo. Já o líder do PT, deputado Airton Soares, comparou Marchezan e Passarinho - a quem classificou de "beleguins militares" - ao então coronel Meira Mattos, que comandou o cerco ao Congresso Nacional quando foi fechado em 1968. E o líder do PDT, Alceu Collares, afirmou que "hoje é o fim da farsa" e que "com o arquivamento da Emenda Marçilio deixa de existir esta pseudo-abertura, em que o congresso nada significa, nada influi".

As prerrogativas do Congresso simplesmente não estavam previstas na cartilha do Palácio do Planalto e por isso foram derrotadas, embora, devido às pressões sofridas durante a discussão da Emenda Marçilio, possam ser incluídas nessa mesma cartilha em poucos meses. Prova disso são as declarações das lideranças do PDS de que agora o governo vai elaborar sua própria emenda das prerrogativas. Ou seja, abrir pode, mas sempre por obra e graça do Palácio do Planalto. (Antônio Carlos Queiroz, de Brasília)

(*) O PMDB e o PP justificaram a falta de alguns de seus deputados. PMDB: José Carlos Vasconcelos (Tendência Popular-PE) - está nos Estados Unidos, operado de uma perna, José Costa (AL), acompanha o filho num hospital em Maceió, Luiz Baptista (ES), conseguiu vôo para Brasília apenas às 14 horas, quando a emenda já tinha sido derrotada, Aloísio Bezerra (Tendência Popular-AC) - saiu do plenário para telefonar a um amigo doente e quando voltou já tinha sido feita a segunda chamada, Jairo Brun (RS) - viajou de Porto Alegre à tarde "convencido" de que a votação seria à noite. A ausência de José Freire (GO) não foi justificada. PP: Antônio Mariz está em missão oficial na Comissão de Direitos Humanos na ONU, Marcelo Medeiros ficou com o pai doente e Edson Vidigal estava acompanhando a filha "gravemente enferma".

TERROR

Revelação: como Mário Franco, o ex-terrorista, infiltrou-se na esquerda

"Foi uma autêntica operação nos moldes da KGB e da CIA. Foi tudo bem feito, bem estruturado" — quem fala é o ex-terrorista de direita Mário Franco, que desde o último dia 17 de setembro, em Belém, começou a fazer denúncias contra os órgãos de repressão e a direita paramilitar clandestina. E sua declaração se refere a um dos mais intrigantes aspectos do inquérito que está sendo encaminhado pela Polícia Federal em relação às denúncias de Franco: a misteriosa criação de um Centro Cultural, em Fortaleza, ligado oficialmente à embaixada da República Democrática Alemã — RDA.

Inicialmente, a pedido da própria PF, Franco falara pouco sobre o Centro "Erich Honecker", dizendo apenas que ele tinha o objetivo de descobrir se os países socialistas financiavam ou não a esquerda brasileira, particularmente a esquerda paraense. Mas na semana passada, numa entrevista a Movimento, contou toda a história — fantástica, sem dúvida — do Centro Cultural.

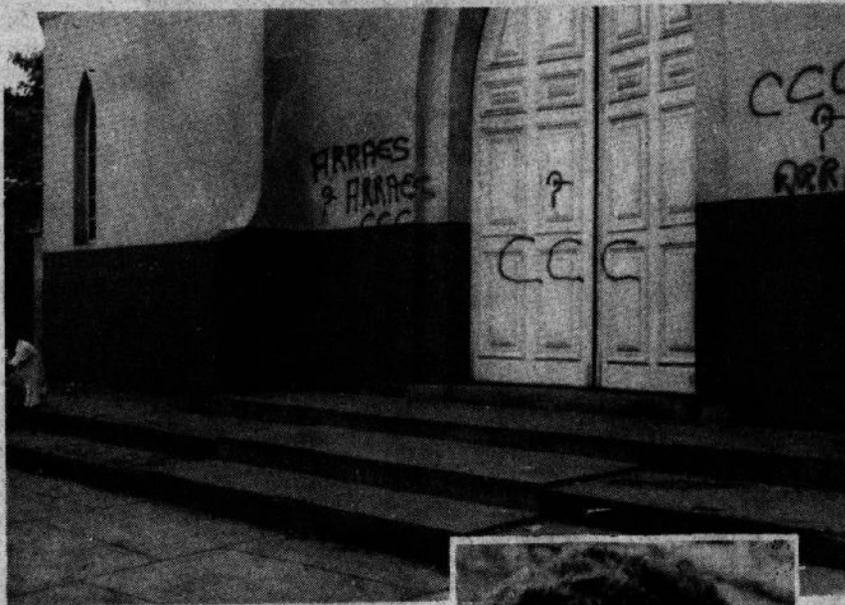
Arapuca em Fortaleza

A história começa em fevereiro do ano passado, quando Mário Franco, sentindo-se ameaçado por alguns elementos do DOPS, procura o ex-boxeador Rubinete Nazaré, chefe do Comando de Caça aos Comunistas de Belém e que, segundo Franco, recebe ordens diretas de oficiais da Aeronáutica. Após uma conversa entre os dois, Rubinete decide mandá-lo para Fortaleza, com a orientação de criar uma organização pretendidamente de esquerda.

Em Fortaleza, Franco mantém contato com o advogado cearense Amândio Celestino da Silva, proprietário da empresa Showsauna; com o capitão Nobim, presidente da Junta do Serviço Militar de Fortaleza; e com o sargento Walcy, "um dos coordenadores do Doi-Codi na 10ª Região Militar". Discutem e acertam que a melhor forma de infiltração na esquerda é a criação de um centro cultural para divulgar e propagandear os países socialistas. Se algum desses países, pela simples lógica de Franco e seus asseclas, apoiasse financeiramente o centro, ficaria evidente que as organizações de esquerda também receberiam ajuda financeira. "O centro era conversa fiada para a gente se infiltrar na esquerda", segundo Franco.

A República Democrática Alemã é a primeira a se interessar pelo centro, contribuindo financeiramente para sua sustentação. E logo após sua criação, o centro cultural passa a promover cursos de alemão e concursos para bolsas de estudo no exterior, além da exibição de filmes sobre os países estrangeiros visados. Para movimentar a entidade, o coronel Aragão, comandante do Colégio Militar de Fortaleza, crê em seus alunos que passem a frequentá-lo. E Mário Franco aponta alguns nomes dos estudantes do Colégio que frequentaram o centro: Carlos Henrique Windeler (da 2ª Companhia, nº 732, 16 anos), "com tendências esquerdistas e fácil de ser utilizado para encaminhar as coisas", que chegou a ganhar uma bolsa para um curso de Física Nuclear.

A direção do centro é constituída pelo advogado Amândio Saraiva (presidente) e Mário Franco (secretário geral). Além do apoio oficial da RDA — cujo adido cultural, Klaus Westphal, vai a Fortaleza



Mário Franco e as pichações que fez em uma igreja em 79

para inauguração oficial do centro —, Franco procura contatar outras embaixadas e representações, como a da Polônia e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Franco disse na semana passada que chegou a se encontrar com Farid Sawan, representante da OLP no Brasil, no dia 5 de maio passado, em Brasília. E que o representante palestino prometeu apoio aos seus projetos ou melhor, aos de Rubinete Nazaré, que era o orientador de toda a operação, conforme o delator sempre frisa. Mas antes que este apoio se concretize a entidade-isca desaparece.

Tudo vai indo de vendo em popa no centro, quando surge um grave problema: com todo o respaldo e prestígio obtido, o advogado Amândio dá um bruto desfalque na praça comercial. Só numa firma (a Superzoom) o trambique de Amândio chegou a 1,8 milhão. Descobre-se então que todo o dinheiro (fornecido pelas embaixadas (só da RDA eram 600 mil), foi estourado pelo presidente, o que obriga Franco — que também assinara promissórias e cheques sem fundo — a fugir. Rubinete garante quebrar seu galho junto à Justiça e à Polícia do Ceará.

Articulação nacional

Termina aí a história do Centro, que Mário Franco diz não ter revelado antes à Polícia por não acreditar em suas investigações. Ele acha mesmo que "o inquérito não vai dar em nada", justamente porque as operações terroristas da extrema-direita, que ele denunciou dias atrás estão envoltas numa articulação de nível nacional de muito peso, com gente de alto coturno envolvida.

Para provar suas desesperanças o delator conta o seguinte fato: há duas semanas, os recrutas do Exército, em operação militar de guerrilhas na selva, foram treinar justamente no sítio do principal acusado, o Rubinete Nazaré. Outro fato significativo para ele: o chefe do Doi em Belém, major Correia (que fez ameaças a Mário Franco para que se calasse) é amigo de Rubinete. E mais: a polícia civil está providenciando rapidamente a transferência dos agentes do DOPS acusados de atos terroristas (Roberto Martins e Amélia) para Brasília.



"Estão querendo abalar de todos os lados" — diz Franco, que na semana passada também denunciou aos jornais que está sendo perseguido pelos policiais que acusou.

Várias pessoas já depuseram no inquérito, mas nenhum militar ainda foi chamado. Na segunda-feira da semana retrasada (dia 6), o menor Waldemar Lopes confessou que foi torturado pela polícia, depois de descobrirem que estava envolvido numa transação de armas, juntamente com outros colegas de um tradicional colégio da cidade, inclusive o filho (Eder) de um capitão do 2º Batalhão de Infantaria na Selva. As torturas em Waldemar foram comprovadas através de um exame de corpo de delito, mas o nome do torturador não está em nenhuma das listas de nomes denunciados por Mário Franco. Segundo Waldemar, quem o torturou foi o próprio Franco (que negou e acusou Rubinete).

Quem tem medo?

No momento, Mário está muito preocupado com sua liberdade. Além das ameaças contra a sua vida, feitas por ex-colegas, é possível que a polícia cearense peça sua prisão preventiva, pelos golpes que deu em Fortaleza. E diante disto seu advogado estaria propenso a deixar prosperar a tese de que o seu cliente é louco.

Mário Franco não admite qualquer dúvida quanto à sua sanidade mental, mas não descarta a hipótese de admitir isto se for necessário para livrar-se da cadeia. Teme apenas que isso desmobilize o inquérito policial em torno de suas denúncias.

E enquanto o inquérito prossegue ele escreve um livro, contando tudo que soube e aprendeu como agente policial. "Quem tem medo de Mário Franco" (Luiz Maklouf de Carvalho, de Belém)

"Não é coisa de comer"

Por iniciativa da sua Tendência Popular, o PMDB aprovou a proposta de transformar o dia 15 de novembro, quando deveriam ser realizadas as eleições municipais, adiadas para 19-82, em dia nacional de luta pela Constituinte Livre e Soberana e de repúdio à não realização de eleições. Em São Paulo, a Tendência Popular já se prepara para o dia 15, distribuindo uma cartilha explicando que a Constituinte "não é coisa de comer", mas pode servir para "ajudar a ter o que comer".

DAÍ O SEGUINTE: CONSTITUINTE!



Quem investiga a polícia?

A polícia paulista já está pondo em prática o novo Estatuto dos Estrangeiros do general Figueiredo, aprovado recentemente no Congresso por decurso de prazo. Policiais, denunciados pelo deputado Mario Hato, prenderam sete famílias de japoneses e extorquiram Cr\$ 250,00 de cada uma, para que elas não fossem enquadradas no novo estatuto. Num comportamento que já se tornou rotina, o ministro da Justiça Abi Ackerl mandou a polícia investigar a polícia. Parece que são pequenas as chances da polícia punir a polícia.

"Débil mental"

O Supremo Tribunal Federal confirmou, na semana passada, a competência da Justiça Militar para julgar o vereador Adelmo Genro Filho, que pode ser condenado a dois anos de reclusão por ter qualificado o general Figueiredo de "débil mental", em discurso na Câmara Municipal de Santa Maria (RS).

Coisas de Sucupira

Por não ter votado de acordo com as instruções da direção do PDS, no caso do projeto de devolução das prerrogativas do Congresso, o deputado Siqueira Campos (PDS-GO) acaba de levar um contravapor: teve sua ficha policial-militar, onde pululam acusações de estelionato, grilagem, falsificação de documentos, suspeita de homicídio e falsidade ideológica, liberada para a imprensa.

O Estado de S. Paulo, em editorial, considerou a manobra do governo "uma iniciativa mesquinha, uma vingança hedionda e um golpe baixo". O deputado Silo Costa (ex-arenista, ainda sem partido) lembrou que se o governo conhecia os supostos crimes de Siqueira Campos e não o processou ou divulgou antes "é porque concordou, é conivente e tem a mesma culpa que alega contra Campos".

O que fica claro, no entanto, fora a indignação moral, é que o regime usa a corrupção como instituição legítima: concede facilidades, por exemplo, para que o ministro Galvão por comodidade desvie um avião da rota usual e para que as ações da Vale do Rio Doce sejam manipuladas na bolsa. Aos amigos faz vistas grossas, enquanto eles permanecerem amigos. E a usa como instrumentos de chantagem sobre seus próprios correligionários, quando eles alimentam veleidades "independentistas", como diria o não tão irreal prefeito de Sucupira, Odorico Paraguaçu.

Casta sem liberdade

O novo Estatuto dos Militares, apresentado ao Congresso na semana passada pelo general Figueiredo, concede uma série de privilégios aos militares, transformando-os numa "casta", diz o deputado paulista Franco Baruselli, que também compara as regalias militares com a condição de aposentadoria de um civil: "um operário, ao se aposentar, passa a receber apenas 80% de seu salário", enquanto um coronel, pelo novo estatuto, vai poder se aposentar com 30 anos de serviço (e não mais 35, como no anterior) e vai receber o salário de um general, ou seja, se aposenta com um soldo maior do que recebia na ativa...

Ao mesmo tempo em que recebem regalias econômicas, os militares têm diminuída sua liberdade de manifestação e têm direitos restringidos. O Estatuto proíbe aos membros das Forças Armadas "quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos dos superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político". Ainda recentemente, com a também nova regulamentação das promoções militares, o general Figueiredo e seu grupo já haviam criado um instrumento adicional de controle sobre suas eventuais dissidências, ao banir das listas de promoções, logo na primeira vez, os militares excedentes das vagas disponíveis, que antes podiam ser "caroneados" (preteridos) até três vezes antes de passar à reserva.

O 32º
Congresso da UNE

Política estudantil, com humor e ironia

Cinco dias de debates, hinos e "charangas": os estudantes definem sua ação política

Tibério Canuto

Gritarias musicadas, samba, noites varadas a dentro, um preparo físico de fazer inveja à combalida seleção de Telê Santana, divergências levadas a extremo, polarizações em questões fundamentais, mas às vezes em questões ínculas e uma forma própria dos estudantes transar a política onde o humor e a ironia sempre estiveram presentes, compunham o quadro do 32º Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado na semana passada em Piracicaba, São Paulo.

E teve de tudo: estudantes protegidos pela polícia municipal, decisões cruciais para o movimento estudantil como a luta por 12% do Orçamento da União para a Educação e contra o repasse, a decisão pela escolha da próxima diretoria por eleições diretas, até um clima de absoluta liberdade de expressão, que passou por faixas do PCB saudando o 32º Congresso, mas também por outras tais como "Realce, Prazer" e faixas condenando ao mesmo tempo o descalabro educacional e com propaganda da fábrica de roupas Ellus. E tudo isto para não falar na propaganda da própria cachaca da UNE, a "única pinga conseqüente na luta contra a ditadura", patrocinada pela prefeitura de Piracicaba.

Se a presença de cinco mil estudantes, dos quais 2664 eram delegados, esteve abaixo da expectativa da diretoria da UNE que esperava 15 mil estudantes e seis mil delegados, nem por isto o Congresso deixou de ser um marco na afirmação da UNE. A começar pelo seu reconhecimento no cenário internacional, comprovado com a participação de representantes do secretariado da Organização Continental Latino-Americana dos Estudantes (OCLAE), da União Internacional dos Estudantes (UIE) e das entidades nacionais da Argentina, Venezuela, Chile e Panamá. No plano nacional, basta lembrar a participação de todos os partidos de oposição, de vários setores da sociedade e das Igrejas católica e metodista, esta a estimular a "rebelião conseqüente da juventude". A afirmação do congresso pode ser medida ainda pelos telegramas enviados pelos ministros da Justiça e do Trabalho e do prefeito de São Paulo Reinaldo de Barros, que os estudantes receberam com uma calorosa vaia.

Um misto de Fla-Flu com a gafeira Paulistano da Glória

Mas não se pode dizer que no Congresso tudo foi um mar de rosas. A morosidade nas discussões levou a um corte de 30% na pauta, e a briga de slogans e das torcidas organizadas ultrapassou em muito o aprofundamento da discussão política. Em certos momentos, as "charangas", as musiquinhas criavam um clima que era muito mais um misto do Maracanã em dia de Fla-Flu com a gafeira Paulistano da Glória, do que o clima de um encontro estudantil. Mas não faltou bom humor aos estudantes ao deparar com tal situação. No máximo gritavam "tira a

Participaram da cobertura do congresso da UNE: Flávio Diegues, Carlos Oliveira, Paulo M. Araujo e Tibério Canuto (coordenação geral).



Ruy abre o congresso, ao lado Barbieri, ao fundo (encobertos) deputado Geraldo Siqueira e Lula.

charanga", e quando os encaminhamentos começaram a se embaralhar nas votações, um deles fingiu-se de morto e foi carregado por colegas que traziam um cartaz com os dizeres: "morto de raiva". E quando a discussão chegou às quatro horas da madrugada da sexta-feira, o gesto foi repetido, só com o cartaz "morto de sono". Desnecessário dizer que tal ato foi amplamente ovacionado.

E se os estudantes digladiavam-se verbalmente e cada um apropriava-se da musiquinha do outro, a unidade sempre foi restabelecida quer quando se puxava o slogan: "A UNE somos nós", como quando pairava no ar alguma ameaça da extrema direita. Aliás, para unificar os cinco mil estudantes, baixava puxar qualquer slogan contra Maluf, que seguramente desempenhou o papel da Geni do congresso. Foi essa coesão dos estudantes, ao lado do apoio dos outros setores, que deixou a extrema direita na defensiva, fazendo apenas pequenas escaramuças, como jogar pedra no ginásio onde se realizava a plenária e apagar a luz numa votação. Além disso, telefonemas anônimos de ameaças, uma carta apócrifa distribuída para a população tachando os estudantes de comunistas e a invasão de uma casa de um membro da pastoral da juventude da Igreja Metodista.

No mais, o bom senso se impôs em muitos momentos. Deram em nada as articulações que visavam fazer uma divisão no congresso entre quem era do Partido dos Trabalhadores e quem não era. Diga-se de passagem que essa tentativa recebeu a sua grande pá de cal pelo próprio presidente do PT, Lula, que na abertura conclamou os estudantes a não dividir a UNE a partir dos atuais partidos políticos. Também caiu no vazio a tentativa

de fazer a UNE apoiar explicitamente a Unidade Sindical.

Se desde a abertura do congresso, a guerra de slogans e musiquinhas já se fazia sentir com alguns puxando "preta, preta, preta, corrente e picareta" e outros gritando "PT, PT, PT aqui estão os soldados de Leon" (referências a Leon Trotsky, revolucionário russo e a seu assassinato a golpes de picareta), as batalhas começaram a se dar mesmo nas plenárias que começaram a partir da quarta-feira. Mas já bem antes o folclore se fazia ouvir: aos gritos de "revolução à vista" outros contrapunham: "que legal, que legal, reformista radical".

Uma grande questão: a delegação de Goiás desce ou não desce?

Na quarta-feira finalmente o congresso entrou na sua fase decisiva. A batalha é precedida por uma árdua disputa sobre o local onde deveria se instalar cada delegação. Cada qual procurava dispor os seus exércitos estrategicamente para que o poder de grito fosse mais forte. A diretoria da UNE decide indicar o lugar de cada delegação e um verdadeiro pandemônio instala-se quando é indicado o lugar da delegação de Goiás. Uma parte da delegação aceita e desce da arquibancada. A outra parte insiste em ficar ali, para estar junto da delegação do Rio, com quem se afina politicamente. Votação no plenário para decidir se Goiás desce ou não desce.

Apesar da manifestação do plenário, de que Goiás deveria descer, depois de 40 minutos, a parte de Goiás decide ficar onde estava. Na batalha verbal que a partir daí vai se travar, os delegados ligados à Unimep, à chapa Mãos à Obra que concorreu à UEE

de São Paulo e a UEE do Rio levam uma grande vantagem: contam com duas "charangas", com bumbos, chocalhos e apitos, o que as demais correntes não tinham.

Começa a guerra pela definição de como deve ser eleita a diretoria e duas propostas se apresentam: eleição em congresso e eleição direta. Na primeira proposta, o grande contingente vem dos que se articulam em torno da corrente conhecida em São Paulo pelo nome de Convenção, quase todos com camisa do jornal alternativo Tribuna da Luta Operária, da qual o diretor da UNE Aldo Rebelo vem a ser a grande expressão. Com essa proposta perfilam-se ainda Liberdade e Luta, Centelha, que tem a hegemonia do DCE da UFMG, além da Unidade e Democracia. No outro lado estão Mãos à Obra, as antigas Refazendo, Caminhando, Novo Rumo (Convergência Socialista).

E tudo começa tal qual num estádio de futebol em dia de decisão de campeonato nacional: "Oh, oh, oh... Congresso". E vem a replica: "oh, oh, oh... direta". E tome vazão à criatividade: "É hora, é hora, é hora, diretoria agora"; E o outro lado: "Na base, na base, na base, não houve discussão. Diretoria agora é um p... pacotão". Aldo Rebelo faz a principal defesa das eleições em congresso, apresentando esta como a posição adotada pela última reunião do Conselho de Entidades de Base (Coneg) e perfila seus argumentos: a tradição da UNE sempre foi a de eleger a sua diretoria no Congresso, mesmo nos tempos do Estado Novo. O Congresso "vai tirar um programa para a UNE e um eixo de luta. Portanto ele tem legitimidade para eleger a diretoria e será um erro não fazer isto pois é deixar o movimento estudantil sem cabeça no atual momento. A defesa de Aldo chega a entusiasmar e por um momento dá a impressão de que ele reverteu a tendência favorável às eleições diretas.

Papel picado, o plenário quase vem abaixo: as eleições serão diretas

No outro lado, Ruy César, atual presidente da UNE, apresenta o recurso da diretoria da UNE à decisão do Coneg, propondo as eleições diretas com o argumento de que dessa forma se atingirá um maior número de estudantes, a UNE será levada a um maior número de escolas, e se imporá uma derrota à ditadura, que não realiza eleições diretas e suprimiu as deste ano. Após várias defesas e ataques vem a votação. Vitória para direta, com quase 60% de adesão. Papel picado, o plenário quase vem a baixo e vem musiquinha: "tenho pena do choro de quem perde, pois o choro de quem perde não é choro, é chororô". Depois de 20 minutos de gritaria, vem o apelo à unidade e todos puxam "A UNE somos nós". Em seguida vota-se a data da realização da eleição da diretoria: 13 e 14 de novembro.

Extenuados por essa batalha e pelo samba que comeu solto e foi até a madrugada, a nova batalha se dá só na tarde de quinta-feira, mas não sem antes se manifestarem os primeiros resmungos contra os trabalhos: "assim vai mal. Congresso não é carnaval". Mas deixando os entretantos, o congresso enveredou pelos finais e passou a abordar a questão do subsídio de verbas às escolas particulares e a questão de sua federalização.

O 32º Congresso da UNE

Surgiram oito propostas sobre a situação nacional, mas



RICARDO MALTA / AGENCIA F4

Apresentam-se três propostas que polarizam: a) nenhum subsídio às escolas particulares e a sua federalização, ou seja, a sua transformação em escolas públicas; b) subsídios para as escolas particulares sem fins lucrativos, com controle da comunidade universitária; c) subsídios para todas as escolas particulares com controle da comunidade universitária. A primeira proposta é defendida fundamentalmente por Liberdade e Luta e Convergência. A segunda, por Convenção e o bloco Caminhando-Refazendo e Organizando, que se unem nestas questões e a terceira posição defendida por Mãos à Obra e Unidade e Democracia. Também aí se dá a guerra de musiquinhas, com uns puxando "não, não, não a subsídio para tubarão". E outras: "queremos estudar, o governo vai pagar".

A turma da "guerra das estrelas" contra a "viagem ao centro da terra"

E vemos argumentos. Para os que eram contra os subsídios em qualquer situação, não cabia aos estudantes retirar as escolas privadas da falência, pois isso era tentar salvar economicamente os capitalistas do ensino. A segunda posição argumentava que se era injusto pedir subsídios para os grupos monopolistas do ensino, era justo defender o subsídios às universidades sem fins lucrativos, tentando transformar tais universidades em aliados dos estudantes contra a política educacional do governo. A terceira posição argumentava que não dava para fazer essa distinção entre as que são sem fim

Partidos políticos (entre eles o PCB), jornais alternativos, calças Ellus, todos saudando a UNE

Espanto na cidade: "o que estão discutindo até uma hora destas?"

Num dos raros períodos de descanso dos estudantes na semana passada em Piracicaba, entre infatigáveis debates e votações, um grupo decidiu que seus slogans não deveriam ficar restritos às salas do Congresso. Na saída de um bar, por volta das dez horas da noite, formaram um cordão e desceram a avenida Independência um pouco acima do Ginásio Municipal, local das reuniões, cantando: "uf, uf, uf, bazuca no Maluf", um dos refrões de maior sucesso dos congressistas e razão de um certo espanto e divertimento de várias pessoas na rua.

Principalmente nas proximidades dos locais de reuniões ou dos alojamentos, cenas semelhantes foram comuns na cidade: uma perturbação inevitável, devido à chegada dos cinco mil participantes do Congresso e que a cidade com certeza não pôde ignorar, principalmente os bares, padarias, bancas de jornais, etc., que dobraram suas vendas no pior dos casos.

"Esses meninos que chegaram aí já levaram todos os jornais", reclamou a um freguês habitual o dono de uma banca na praça principal da cidade, perto da Unimep, local onde estavam alojados cerca de 2.500 estudantes. Próximo ao Estádio Municipal, concentração óbvia de bares em vista dos jogos de futebol, a situação dos proprietários foi pior ainda (isto é, melhor ainda). Por volta das 11 horas da manhã, nos dias de plenárias, não havia mais pão, leite, presunto e queijo. No meio da tarde, a meia dúzia de bares e botecos já não tinha sequer cheiro de cerveja.

A despeito dessas perturbações, mesmo as mais incômodas como a entrada de um bando politicamente exaltado num ônibus, a tranquilidade e a ordem dos estudantes se tornou quase que um refrão, repetido por qualquer cidadão que se encontrasse na rua.

Piracicaba é uma cidade estudantil, uma parcela considerável de sua população é composta de universitários (cerca de 18 a 20 mil), muitos deles atraídos de outras cidades do interior pelas escolas locais, como a própria Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba), que recebeu a UNE, a Escola Superior de Agronomia Luís de Queirós (ESALQ, ligada à USP), a Fundação Municipal de Engenharia, o Curso de Odontologia etc.

Os piracicabanos, portanto, estão acostumados ao comportamento característico dos estudantes, e não poderiam se deixar espantar totalmente pela chegada dos congressistas da

UNE, mesmo nos níveis em que se deu e apesar de uma curiosidade natural com a "estranha" capacidade dos estudantes em varar noites adentro discutindo. "Mas o que que eles estão discutindo até uma hora dessas?", perguntou um dono de bar, com enorme e sincera perplexidade, no meio da noite de quinta-feira para sexta-feira.

A simpatia com que os estudantes foram recebidos parece ter sido obra basicamente do trabalho realizado nesse sentido por três setores: a Universidade, a prefeitura e a Igreja, principalmente a metodista. Beatriz Puga, funcionária da reitoria, explicou como foi feito o contato entre a UNE e a Unimep: "durante mais de um mês nós realizamos reuniões até que o DCE entrou em contato com o reitor Elias Boaventura e ele concordou em ceder a Universidade. Depois o Ruy Cezar esteve aqui e achou que havia condições de realizar o Congresso". A UNE ficaria com todo o controle da parte financeira e comercial (venda de bandeiras, camisetas, sanduíches, bebidas, livros, etc.). Compraria toda a alimentação, produzida meio a meio entre o refeitório da Unimep e as cantinas de escolas primárias da prefeitura. Os alojamentos seriam providenciados por ambas as partes, a prefeitura forneceria os colchões.

Através do prefeito João Herman Neto, Ruy acertou com o presidente da Guarda Municipal, major José Autigno Ferreira, como queria a segurança. Ligado ao setor de informações do Exército após a sua reforma em 72, a partir de quando começou a receber missões sigilosas nos países do Cone Sul especialmente, o major afirma que o esquema para o Congresso foi montado exclusivamente pela Guarda. No início cogitou-se de colocar o Exército de prontidão para qualquer emergência, mas a idéia foi abandonada na medida em que o general Figueiredo não se pronunciou a respeito. "Não sei se há agentes do SNI em Piracicaba, mas se houver, verão a excelente organização da UNE e o comportamento disciplinado e ordeiro dos jovens".

Mas o fator decisivo para a simpatia da população pode ter cabido prioritariamente à Igreja metodista, que nas semanas anteriores ao Congresso, de comum acordo com a Unimep, enviou grupos de jovens aos bairros da cidade para promover o Congresso. Durante a sua realização mantiveram grupos de "assistência espiritual" que, inclusive, acalmavam por



RICARDO MALTA / AGENCIA F4

Cachaça da UNE "para o povo", livros, jornais, apoio do reitor Elias (foto ao alto), do prefeito Herman (baixo) e até do Lions

telefone os pais que ligavam de lugares distantes preocupados com uma possível repressão ao congresso. A Pastoral da Unimep, prestigiada pela reitoria e vinculada à Igreja Evangélica de Piracicaba, foi a responsável por esse trabalho, e seu presidente, Nilo Belotto, inclusive foi "premiado" com uma suspeita invasão de sua residência na última quarta-feira por elementos estranhos.

Como a UNE, a Pastoral defende a plena redemocratização e o fim de qualquer repressão. diz Belotto, daí a aproximação, com a Pastoral colocando a serviço dos estudantes a força do seu trabalho, que entre outras coisas já organizou uma "caminhada" de mil pessoas em protesto pela poluição do Rio Piracicaba.

Para o reitor, que considera seu objetivo "abrir um espaço para o povo dentro da Universidade, onde ele possa discutir", e que o contato com a UNE foi uma rebelião "contra o saber oficial", não há dúvida sobre a resposta

positiva da população, devendo, segundo ele, "haver gente envergonhada, que esperava um bando de baderneiros e comunistas e viram cinco mil jovens em ordem". Para confirmar sua impressão, ele revela que quando a prefeitura não pôde entregar os colchões prometidos, "sabe quem foi que me ajudou?" - o Lions Clube, "uma organização considerada conservadora". O Lions teria conseguido que os colchões fossem vendidos à reitoria e depois recomprados, ao fim do Congresso.

Mas Beatriz Puga considera que a população ficou mais para o indiferente, apesar da simpatia. Uma mostra disso seria o fato de que a campanha do tipo "adote um estudante" realizada para facilitar a acomodação dos congressistas, recebeu menos de 300 oferecimentos. Mas não há dúvida de que a simpatia, mesmo distante, foi muito bem recebida pelos estudantes, mais acostumados a bombas e cacetas no passado recente.

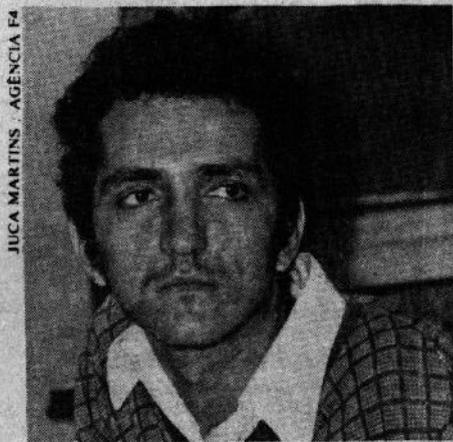
uma grande questão polêmica surgiu: a constituinte. Deve-se apoiá-la?

lucrativo e as que não são, pois o central era o controle da comunidade universitária na aplicação dos subsídios. No final, vence a posição dos subsídios para as escolas sem fins lucrativos. E aí vem o coro: "Eu, eu, eu. A reforma se f..." e tome o troco: "Polícia! Polícia!" A troca de tais amabilidades leva Ruy César a dar um puxão de orelha nas duas partes.

O congresso passa a discutir a questão do boicote às mensalidades e ao repasse (prática das escolas de jogar os reajustes salariais dos funcionários para os alunos). Apresentam-se as propostas: o boicote geral; boicote ao repasse; e boicote ao repasse, sem indicação da forma de luta. Ganha esta última proposta. Em seguida vem a questão do índice das anuidades e novamente três propostas: congelamento das anuidades; nada além de 35%; e por um aumento único anual cujo índice será indicado a partir do desenvolvimento da luta. Ganha esta última.

E vem a batalha da greve nacional, onde os delegados exercitam toda a sua imaginação criadora. Os que combatem tal proposta, passam a caracterizar os seus opositores como a turma da "guerra das estrelas" (estariam no "mundo da lua"). Estes em contrapartida chamam o outro lado de a turma da "viagem ao centro da terra", para dizer que eram imobilistas que enfiam a cabeça num buraco. Cartazes com uma caveira com os dizeres "Greve até a morte", musiquinha puxando: "É ou não é, piada de salão, greve até a morte pensar que é solução". No final, é vencedora a proposta da diretoria da UNE que há de transformar o dia em que o Congresso Nacional for aprovar o Orçamento Público em um Dia Nacional de Luta pelos 12%.

O tempo urge e o congresso suprime determinados pontos da pauta, enfrentando de-

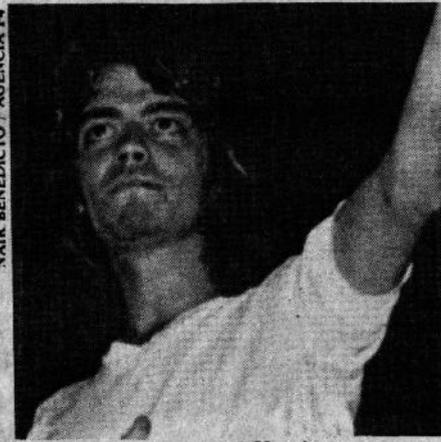


Aldo e Kalói: entre os dois, a maior disputa para a presidência

terminadas questões a toque de caixa. Rapidamente decide-se levar a luta pela democratização da universidade, propondo a luta por eleição direta em todos os cargos da universidade e a campanha por 1/3 na representação dos órgãos colegiados universitários. O salto seguinte é o momento político nacional, onde inicialmente apresenta-se oito propostas, com uma grande questão polêmica: a Constituinte.

Cinco horas da manhã, cansados, os estudantes enfrentam a questão da UIE

Mil nuances se anunciam, com alguns sendo contra a Constituinte agora, outros simplesmente sendo contra, mas nesse caso é clara a tendência do plenário: quase 90% puxam "um, dois, três, quatro, cinco mil. Constituinte Livre, soberana no Brasil". No final, aprova-se as seguintes campanhas a serem assumidas pela União Nacional dos



Nair Benedicto / AGENCIA F4

Estudantes: contra o terrorismo de direita e punição aos culpados; contra a Lei de Segurança Nacional; pelo reconhecimento da UNE e um Dia Nacional de Luta pela Democracia e pela Constituinte.

Cinco horas da manhã, já cansados, os delegados enfrentam a questão da filiação da UNE à OCLAE e à UIE, outro grande ponto polêmico. E duas propostas são apresentadas: a filiação da UNE à UIE e à OCLAE; b) não filiação antes de uma melhor discussão e de um melhor conhecimento dos critérios dessas duas entidades. Ganha a primeira proposta, com uma estreita margem de votos, após dois recursos negados, um dos quais para que a votação fosse individual. Esta proposta foi defendida por Aldo Rebelo. Em seguida o Congresso decide criar mais dois cargos na diretoria da UNE: Secretarias de Relações Internacionais e de Assistência Estudantil.

Passa-se para a questão mais quente: as chapas que irão concorrer em eleições diretas. Ledo engano quem pensa que essa ques-

tão só esteve na ordem do dia quando formalmente entrou, já às seis horas da sexta-feira. Desde a abertura do congresso que essa questão estava em pauta, só que nos corredores e em articulações que viraram um verdadeiro jogo de xadrez, só entendível por quem domina profundamente o *metier* das correntes estudantis.

Desde o início, estava claro que Liberdade e Luta e Convergência sairiam com uma chapa única. O mais, era especulação, a não ser a constatação de que um chapão da qual estivessem de fora apenas essas duas correntes não passava de retórica, pois as articulações marchavam em outros sentidos. A primeira tentativa de namoro começou pela possível composição de uma chapa encabeçada por Aldo Rebelo, o principal líder dos que se articulam em torno da "Convenção", com as antigas Refazendo, Caminhando e Organizando. Grande obstáculo dessa articulação: convenção, que já foi uma tendência única com caminhando, queria ver o diabo, mas não queria se compor com essa força, não reconhecendo sequer a sua existência. Convenção exigiu alto, chegando a reivindicar 10 dos 17 cargos na chapa, recuando em seguida. Quando essa articulação começou a afundar, houve uma breve especulação para a possibilidade de Convenção se compor com Organizando, Travessia e Centelha, que também não se concretizou. Às cinco horas da manhã, o que já se anunciava antes do congresso começou a acontecer: Convenção e Mãos à Obra começaram a se compor numa chapa, o que provocou um total realinhamento de forças.

Ao final, cinco chapas, uma delas encabeçada por uma mulher

A começar por jogar por terra a articulação que estava em curso entre Mãos à Obra e Unidade e Democracia (que tem hoje a direção do DCE da USP), as duas forças que no ano passado concorreram na mesma chapa Unidade, encabeçada por Paulo Massoca. Até às duas horas de sexta-feira, essas duas forças estavam juntas. Mas ao chegar a um ponto comum com Convenção, Mãos à Obra deixou de lado a Unidade e Democracia, e esta optou por sair sozinha. De outro lado, Centelha e Travessia, a primeira forte em Minas e a segunda em Pernambuco, decidiram se compor numa chapa única, sem articulação com mais ninguém.

Assim, ao final se inscreveram cinco chapas: a) a primeira composta por Mãos à Obra e Convenção, cujo candidato a presidente é Aldo Rebelo e da qual participa Marcelo Barbieri, atual vice-presidente da UNE; b) uma chapa composta pelas antigas Caminhando, Refazendo e Organizando, cujo candidato a presidente é Marcos Galvão (Kalói) ex-diretor da UEE de São Paulo; c) uma chapa composta por Unidade e Democracia, que terá o nome de "Unidade", encabeçada por Amâncio de Carvalho, da UEE do Rio de Janeiro; d) uma chapa Centelha-Travessia, encabeçada por Lídia Mata Machado, do DCE-UFMG, a única mulher a encabeçar chapa; e) uma chapa de Liberdade e Luta e Novo Rumo (Convergência), com Ricardo Melo, ex-diretor do DCE da USP, na presidência.

A julgar pelas manifestações do plenário, pelas votações existentes e do que se conhece dessas chapas no que diz respeito ao seu peso no movimento estudantil, a chapa composta por Convenção e Mãos à Obra leva vantagem inicial e aparece como favorita. Em segundo lugar viria a chapa encabeçada por Marcos Galvão (Kalói) e em terceiro lugar a chapa Unidade, encabeçada por Amâncio de Carvalho. Tudo isto, entretanto, representa só uma tendência, que poderá ser confirmada, ou não, durante a campanha que será realizada até os dias das eleições, a 13 e 14 de novembro.

A opinião da "massa": "democracia é isso mesmo".

Nem todos os estudantes que participaram do congresso fazem parte, evidentemente, de liderança que domina com perfeição os nem sempre claros caminhos — para os iniciantes ou leigos, pelos menos — da política estudantil. A maioria dos cinco mil participantes pertence à categoria que no jargão universitário é conhecida como "liderança intermediária", o grupo que faz a ligação entre a cúpula e as bases.

Movimento ouviu alguns desses estudantes para medir o seu grau de participação e a avaliação que fazem do congresso.

O estudante Osmany Costa veio de Curitiba para ver o Congresso da UNE. Como observador apenas, não delegado. Gostou principalmente do "clima de liberdade" e de "ver uma porção de gente discutindo".

É um bom observador. Gente discutindo no Congresso foi o que não faltou. Na quarta-feira depois do almoço, depois de um atraso de quatro ou cinco horas, havia poucas chances da plenária, marcada para as nove horas da manhã, começar rapidamente. Os delegados esperavam pacientemente a vez de se dirigir às mesas colocadas no centro do Ginásio Municipal e fazer o recadastramento — inevitável após a violação da caixa de crachás, — e que duraria até às seis horas da tarde. Enquanto uma parte dos delegados fazia o recadastramento, o resto se espalhou pelas ruas próximas, bebendo cerveja, dando voltas... ou discutindo junto com suas delegações as questões principais do Congresso e a maneira de se conduzir durante a plenária.

O nível de discussões em geral foi considerado muito bom. Arlindo Veloso, delegado pela Veterinária de Baurú, acha inclusive que os congressos não deviam ser anuais, mas semestrais, por ser uma "boa forma dos estudantes



Nas plenárias, o som ritmado das "charangas"

participarem". Sônia Garcia, observadora pela Escola de Psicologia da Unimep, Piracicaba, gostou muito do Congresso, "porque a democracia é uma coisa maravilhosa, muito bonita". Principalmente "porque estamos num regime onde não se vê isso que está acontecendo aqui".

Lá pelo meio da tarde de quarta-feira, o plenário estava praticamente lotado, e quem tinha decidido dormir um pouco no cimento das arquibancadas do Ginásio Municipal, teve que desistir, porque a briga de slogans ganhava cada vez mais adeptos. Os slogans são ritmados e mesmo musicados, criando um ambiente alegre, brincalhão.

Alguns delegados reclamaram, talvez assustados com a agitação frenética nas arquibancadas. "Isso aqui não é carnaval", justificou Joris Ruhlend, da Universidade Federal de Santa Catarina, que acha que as "charangas" não deviam ser permitidas. Maria Beatriz, delegada pelo curso de Economia do Centro de Estudos Superiores do Pará, acha no entanto,

"que isso é assim mesmo. Só é ruim quando atrapalha a discussão". Também Maria Elizabete, da Enfermagem da UFRJ, 18 anos, achou "meio barulhento", acrescentando porém que "democracia é isso mesmo".

Outro ponto que causou certa dificuldade, principalmente entre os delegados de participação mais recente no movimento estudantil (mas nem por isso menos ativos), foi a quantidade e as sutilezas das tendências. Uma das coisas que Maria Rosângela, da Unimep, está aprendendo, por exemplo, "é conhecer as tendências", dizendo que apoia todas que concordam com o PT: "você viu quanta gente gritando PT?". Já Arlindo Veloso diz que não está ligando para nenhuma delas e de todas a que acha mais divertida "é a Liberdade e Luta: "esses caras falam cada coisa...".

Essas pequenas dificuldades parecem ter sido superadas pelos delegados, que aprenderam a tirar o máximo proveito de uma certa confusão presente a todo momento, devido ao grande número de delegados, algumas falhas na organização e problemas inesperados como o do cadastramento. A maioria dos entrevistados achou bons, no geral, os debates da terça-feira, na verdade a base das questões que seriam apresentadas, defendidas e aprovadas (ou não) na quarta.

Tuva, por exemplo, da Escola de Serviços Sociais da UFRJ, tem essa opinião, embora o grupo de que participou (ensino) estivesse numa sala pequena para conter as cerca de 500, 600 pessoas presentes, criando problema com o número alto de inscritos, o pouco tempo disponível para cada um. José Astolfo, da Medicina da USP, adianta também outra opinião mais ou menos aceita entre os delegados entrevistados, de que o nível dos debates foi bom. Alguns acharam que o tempo e o espaço reservado aos debates foi curto demais. Josete, da Universidade Federal de Recife, "não achou legal": "eu inclusive gostaria de ter participado de mais de um debate". Ela apenas salienta que esse é o primeiro congresso (fora o de Salvador no ano passado, que foi um congresso de reconstrução) e diz que "para começo eu não sei se deveria esperar mais".

SALÁRIOS

Arrocho nos de cima. Mas o tiro pode sair pela culatra

Depois de meses de discussões, os ministros do Trabalho (Murilo Macedo) e do Planejamento (Delfim Netto), chegaram a um acordo sobre as modificações na política salarial que serão encaminhadas ao Congresso para votação. Para os trabalhadores que ganham até 15 salários mínimos tudo continuou como antes. Daí para cima o arrocho veio firme.

Pela nova fórmula oficial, quem ganha de 15 a 20 salários mínimos passará a ter um reajuste correspondente a 50% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Já os que recebem de 20 mínimos para cima, terão direito a um reajuste automático correspondente a 50% do INPC até 20 salários mínimos. Para arrancar qualquer coisa acima disso do patrão, serão obrigados a barganhar. Nesse caso, a negociação é livre. Cada um conseguirá o que a sua situação no mercado e poderio de fogo permitir.

Assim, se o reajuste para 20 mínimos (Cr\$83 mil) for de Cr\$17 mil, quem recebe Cr\$140 mil também só terá direito a esses Cr\$ 17 mil. Para conseguir mais, terá que negociar. Caso os que percebam altos salários não obtenham nada além do oficialmente determinado, sua perda de poder aquisitivo será séria. Vamos supor, por exemplo, um INPC de 40% ao ano, com a nova fórmula quem ganha 20 mínimos terá uma perda no semestre de 4,6% e no ano de 9,4%. Para os que recebem 30 mínimos, a sangria semestral será de 12,6% e a anual de 26,8%. E para os que estão na faixa de 50 mínimos, o prejuízo ficará em 19% no semestre e 41,6% no ano.

Um exemplo a partir do INPC de outubro ilustra bem a questão. Esse INPC foi fixado em 34,42%. Pois bem, quem recebe 24 salários mínimos (Cr\$99 mil aproximadamente) terá um reajuste de 23,74% pela nova tabela salarial. Pela anterior, teria direito a 30,63%. Para os executivos na faixa dos 50m salários mínimos, o reajuste seria de 28,9%. Com as novas regras do jogo conseguiriam apenas 13%, sempre supondo é claro que esses assalariados não barganhem nada além do determinado pela fórmula oficial.

Cálculos realizados pelo ministério do Trabalho indicam que serão afetados pelas modificações 376 mil assalariados, correspon-

dendo a 1,8% da população empregada nos centros urbanos. Seu peso na folha de salários é, porém, bem mais significativo indo a 13,6%. Grande parte desse pessoal está empregado no setor de serviços (por exemplo em instituições financeiras e em agências de publicidade) controlado pelas empresas privadas e em empresas estatais. Portanto, o próprio governo foi um dos maiores beneficiários da alteração que propôs.

Cálculos realizados pelo Instituto Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, mostram que os ganhos da nova fórmula são bem significativos para as empresas. Assim, instituições financeiras com mais de mil empregados "que vinham reajustando o valor global dos salários em 0,4% acima do INPC, passarão a fazê-lo a uma taxa inferior ao INPC. Ou seja, o bolo salarial pago por essas empresas deverá aumentar (excluída a taxa de produtividade) menos do que o custo de vida médio nacional", diz a *Gazeta Mercantil*. Nas empresas comerciais com mais de mil empregados, o reajuste das folhas de pagamento passará a ser agora 0,8% superior ao INPC. Pela fórmula anterior, atingia 4,4%.

Não há dúvida, portanto, que a proposta do governo é um bom negócio para as empresas e não foi surpresa que os empresários tenham de maneira geral aprovado a alteração. Mas o que não dá para avaliar ainda é se os resultados serão os esperados pelo governo. Assalariados

que ganham mais de 15 mínimos são qualificados. Não são, supõe-se, facilmente substituíveis. Logo, é muito provável que nas negociações com as empresas consigam mandar a fórmula oficial às favas.

O governo alega que sua preocupação foi preservar o mercado de trabalho para os que recebem altos salários. Segundo os ministros do Trabalho e do Planejamento as empresas estavam sendo obrigadas a mandar pessoal qualificado embora, pois não suportavam os reajustes salariais (que eram de 80% do INPC).

Mas, como observou o economista Carlos Lessa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o tiro do governo poderá sair pela culatra. Caso o arrocho salarial para os qualificados seja mesmo para valer, isso levará a um desaquecimento da demanda. Esse desaquecimento significará menos encomendas às empresas e isso poderá agravar o problema do desemprego em vez de contribuir para minorá-lo. Exatamente o contrário do que o governo diz pretender.

A estratégia oficial de dar um arrocho nos altos salários, só poderia ser defendida se essa redução fosse acompanhada de uma transferência de renda para os trabalhadores que ganham menos. Mas, a alteração determinada na política salarial não levará a isso. Possibilitará apenas num primeiro momento que os lucros das empresas aumentem, graças à redução da folha de salários. (Ricardo Bueno)

	Antes	Agora
Até 3 SM	110% INPC	110% INPC
De 3 a 10 SM	100% INPC	100% INPC
De 10 a 15 SM	80% INPC	80% INPC
De 15 a 20 SM	80% INPC	50% INPC
Mais de 20 SM	50% INPC	Negociação livre

TERRAS

Cresce a presença estrangeira

No curto período de quatro anos - entre 1972 e 1976 - o número de propriedades fundiárias em mãos de pessoas jurídicas estrangeiras no Brasil cresceu em 1.061,17% e o crescimento da área dessas empresas foi de 302,9%. Nesse período o número de propriedades estrangeiras cresceu 26 vezes mais que as nacionais e a sua área cresceu 6,58 vezes mais que as nacionais. E se foi mantida a mesma proporção constatada entre 72 e 76 - e não há nenhum motivo para acreditar no contrário - apenas as pessoas jurídicas estrangeiras deverão ser hoje proprietárias de um total de 18.986.585 hectares em 1980, o que corresponde a duas vezes a área do Estado de Santa Catarina, hoje o quinto produtor de alimentos do país, ou 4,16 vezes a área do Espírito Santo.

Esses dados, fornecidos pelo próprio INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foram compilados pelo deputado Arnaldo Schmitt (PP-SC), que nesta quinta feira falará na Câmara sobre o assunto. O ex-dissidente da Arena Arnaldo Schmitt, funcionário licenciado do INCRA, expert e defensor de uma reforma agrária bastante ampla e radical, havia solicitado ao INCRA a relação das empresas estrangeiras (físicas e jurídicas) com mais de 100 hectares no país. Algum tempo depois, Schmitt recebeu um calhamaço com dados até 1976, de 738 páginas, com uma média de 10 propriedades por página, mas incompleto.

Na lista das pessoas jurídicas não constam, por exemplo, os imóveis pertencentes à Volkswagen, à Suiá-Missu (hoje Liquifarma), a fazenda Bodoquena (então com 49% de seu capital controlados pelo grupo Rockefeller), entre outros. Do Projeto Jari constam nesta lista apenas os 1.004.593 hectares

Nos últimos dois meses o deputado catarinense não tem feito outra coisa senão estudar o processo de desnacionalização da terra no país. Um processo que segundo ele "se acentuou vertiginosamente nos anos 70, por causa da legislação que incentiva os projetos estrangeiros. Schmitt cita exemplos como prova. Um deles é

o desmatamento de 9.300 hectares feito pela Volkswagen no vale do rio Cristalino, em Santana do Araguaia, no Pará, sem autorização do IBDF. Acionada com multa de 43 milhões a Volks, depois de contatos com várias autoridades do governo, conseguiu reduzi-la para pouco mais de 100 mil cruzeiros. (ACQ)

	EMP. NACIONAIS		EMP. ESTRANGEIRAS	
	Acréscimo no nº de Imóveis	Acrésc. na área	Acréscimo no nº de Imóveis	Acrésc. na área
No Pará	6%	9%	2.104%	13.398%
No Brasil	40,75%	46,02%	1.061%	302,9%

Alguns dos exemplos mais gritantes de desnacionalização de terras ocorreram no Amapá, onde não havia nenhuma propriedade jurídica estrangeira em 1972. Em 1976, porém, já haviam cinco, com uma área de 430.662 hectares. As empresas nacionais, em número de 29, detinham uma área total de 675.457 ha que foi reduzida em 358.795 ha, adquiridas por Daniel Ludwig. No Pará o número de empresas estrangeiras aumentou em 2.104%, passando de 21 imóveis em 1972 para 463 em 1976. A área dessas empresas aumentou em 13.397,8%

passando de 9.611 hectares para 1.297.335 ha, monopolizados praticamente por duas empresas apenas: o Projeto Jari e a Companhia Amazonas de Compensados e Laminados Ltda, cujo capital (99,7%) pertence à Georgia Pacific Corporation, com sede em Oregon, nos Estados Unidos. A Georgia, que é o maior produtor mundial de madeira compensada, tem 159 propriedades, num total de 429.130,9 ha nos municípios de Anajas, Sagres, Breves, Curralinho, Melgaço e Portel.

2 ou 4 bilhões?

Mais uma vez a realidade desfaz os sonhos oficiais. No começo deste ano, o ministro Delfim Netto dizia que a balança comercial (exportações menos importações) não teria déficit. Entretanto, o próprio ministro da Fazenda, Ernani Galvão, anunciou, no último dia 13, que o déficit acumulado de janeiro a setembro atingiu US\$ 2,9 bilhões. Galvão anunciou também um grande esforço para fechar o ano com um déficit de "apenas" 2 bilhões de dólares.

O ex-ministro da Fazenda, Karl Rischbieter, demitido no começo do ano quando disse que o déficit poderia ser de US\$ 5 bilhões, não acredita nessa precisão. Para ele, o déficit de 1980 poderá ser de US\$ 4 bilhões.

Quadro sombrio

O último relatório do Chase Manhattan Bank — o maior banco norte-americano — faz previsões sombrias sobre a economia brasileira em 1981. A inflação atingirá a marca de 150% e, numa situação claramente recessiva, a produção real (o PIB) terá um decréscimo de 3%. A agricultura crescerá apenas 3,5%, e a indústria e serviços terão crescimentos negativos de 4,6% e 2,8%, respectivamente. Os investimentos estrangeiros serão da ordem de 1,6 bilhão de dólares, os empréstimos e financiamentos atingirão 17,3 bilhões de dólares, e a dívida externa chegará a US\$ 67,4 bilhões.

Como se vê, as visitas que Delfim Netto fez no começo do ano não conseguiram desfazer o pessimismo da comunidade financeira norte-americana.

O Brasil já atingiu os limites da capacidade de empréstimos dos próprios bancos internacionais. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos, os bancos emprestam "entre 40 a 60% de seu patrimônio a países como o Brasil. Como os 100 maiores bancos estrangeiros têm hoje um patrimônio de US\$ 113 bilhões, podemos admitir que emprestem até 50% desse valor, ou seja, US\$ 56,5 bilhões". Ou seja, praticamente a atual dívida externa brasileira.

Duas saídas

Entre as saídas para a crise econômica brasileira existem desde aqueles que sugerem a necessidade de o país recorrer ao Fundo Monetário Internacional até aqueles, como o ex-prefeito paulista Olavo Setúbal, que defendem a aplicação de um Plano Marshal, uma maciça ajuda internacional para o país.

Para o economista Celso Furtado, existem duas alternativas para sair da crise com apoio externo. Uma delas seriam grandes investimentos estrangeiros "no aproveitamento de recursos não-renováveis", como Carajás, comprometendo o futuro do país. A outra saída seria a transformação da economia brasileira "numa economia altamente exportadora de manufaturas", produzidas aqui pelas mesmas multinacionais que atuam no sudeste asiático e em outros países do 3º Mundo. Para isso, o Brasil precisaria desnacionalizar ainda mais sua economia.

O resultado da reunião do Conselho do Desenvolvimento Econômico do dia 15 parece confirmar as previsões de Celso Furtado. Nessa reunião, o general Figueiredo aprovou o projeto Carajás, considerada a mais rica província mineral do planeta. Inicialmente, serão investidos US\$ 2,5 bilhões num projeto de minério de ferro. O projeto, que será concluído em 1985, receberá investimento de US\$ 30 bilhões, em minérios, agricultura, indústria e infra-estrutura — com estradas de ferro para escoamento da produção e a construção da hidrelétrica de Tucuruí, que fornecerá energia. Carajás irá produzir minérios de ferro, cobre, alumínio, níquel, manganês, estanho e ouro. Produzirá também carvão vegetal — com madeira da floresta amazônica — arroz, milho, feijão, mandioca, soja, cana de açúcar, dendê e babaçu, além de existir mais de um milhão de hectares reservados para pastos.

O projeto não deve despertar muitas esperanças no povo brasileiro, entretanto, já que — definido como altamente prioritário — produzirá basicamente para a exportação, na eterna busca de divisas para equilibrar a balança comercial do país e garantir o pagamento dos juros e amortizações da dívida externa.



ESPECIAL
Oito páginas
sobre
a Revolução
de 30

Cai a velha República

Há 50 anos, um movimento político-militar liderado por Getúlio Vargas depôs o presidente Washington Luiz e a República Velha

O movimento político-militar que pôs abaixo a República Velha e colocou Getúlio Vargas no centro da política brasileira por mais de 20 anos, durou exatamente um mês. No dia 3 de outubro, às 17,30 horas, em Porto Alegre, um grupo de 50 homens, comandados pessoalmente por Oswaldo Aranha, atacou o Quartel General do Exército, iniciando o levante revolucionário. A hora foi escolhida porque o expediente militar se encerrava às 17 horas; o quartel estava guardado apenas por 7 homens. Quase ao mesmo tempo, outros quartéis e postos de comunicação eram atacados pelos revoltosos. Às 22 horas, Porto Alegre estava nas mãos dos revolucionários. Dois dias depois, todo o Estado sulino estava sob controle do governo rebelde de Getúlio Vargas.

Formou-se então uma coluna revolucionária — com tropas da polícia estadual, forças dissidentes do Exército e batalhões improvisados de voluntários —, que tomou Santa Catarina no dia 5 e penetrou imediatamente no Paraná; no dia 10, as tropas revolucionárias entravam em Curitiba sob aclamação popular. No dia 11, Vargas transmitiu o governo do Rio Grande do Sul a Oswaldo Aranha e viajou no dia 12 para assumir, ao lado de Carlos Monteiro, o comando das forças rebeldes em Ponta Grossa, no Paraná. As tropas avançaram então para São Paulo. Mas em Itararé, na fronteira de São Paulo com o Paraná, esperava-as forte contingente militar fiel ao governo, sob o comando do coronel Paes de Andrade. Os combatentes se detiveram de lado a lado, preparando-se para uma grande batalha, que afinal não houve.

No dia 23, a coluna revolucionária chegava à Magé

No dia 3 de outubro, às mesmas 17,30 horas, tinha início o levante na capital mineira, com apoio do governo estadual. Rapidamente, o Estado foi controlado, à exceção do quartel do 12.º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, que resistiu até o dia 8. Formou-se então uma coluna revolucionária que, no dia 14 de outubro, invadiu o Espírito Santo e no dia 19 ocupou, praticamente sem luta, a cidade de Vitória. Logo em seguida era invadido o Estado do Rio. No dia 23, a coluna revolucionária

chegava a Magé, ameaçando a capital federal.

Responsável pelo levante no Nordeste, o tenente Juarez Távora não conseguiu sublevar Recife no dia 3. Seguiu então para a Paraíba onde, na madrugada do dia 4 de outubro, com a ajuda dos jovens oficiais Juracy Magalhães, Agildo Barata, Jurandir Mamede e Paulo Cordeiro, deu início ao movimento revolucionário. Tomada a Paraíba, formaram-se duas colunas. Uma seguiu para Recife, onde revoltosos civis, com apoio de populares, já haviam atacado quartéis, e apreendido armas. A outra coluna, sob o comando de Juarez, ocupou o Rio Grande do Norte no dia 6, o Ceará no dia 8, o Maranhão no dia 9. Paralelamente, saindo de Recife sob o comando de Juracy e Agildo Barata, a primeira coluna tomava Alagoas no dia 10, Sergipe no dia 16 e chegava à fronteira da Bahia, onde se defrontou com a resistência de tropas fiéis ao governo. Ainda no dia 4 de outubro, revoltosos locais tomavam o poder no Piauí; mas tentativa semelhante foi sufocada pelo governo do Pará.

Por volta do dia 20 de outubro, a situação do governo de Washington Luiz já era, portanto, muito precária. Ainda assim, Washington Luiz teimava em resistir; chegou a convocar reservistas. Mas seus próprios chefes militares, o abandonavam. Quando uma coluna revolucionária chegou a Magé, eles decidiram, para "evitar uma guerra civil", afastar o presidente. No dia 24 de outubro, cercaram o Palácio do Catete e, com a ajuda do cardeal-arcebispo do Rio, dom Sebastião Leme, conseguiram convencer o presidente a retirar-se para o Forte de Copacabana, onde permaneceu preso por dois dias, até sua partida para o exílio.

Deposto o presidente, foi organizada, ainda no dia 24, uma Junta Governativa, integrada pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha. A Junta ensaiou conservar o poder, em nome da "pacificação nacional". Afastou os presidentes (os governadores eram chamados assim na época) de São Paulo, Rio, Bahia, Goiás e Mato Grosso e chegou a nomear um ministério. Mas não havia mais como oferecer resistência às tropas rebeldes, que ameaçavam marchar sobre o Rio de Janeiro. No dia 28, chegaram ao Rio, Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor e, mediante certas garantias, conseguem da Junta o compromisso de transferir o poder a

Getúlio. No dia 31, Getúlio desembarcou no Rio Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor e, Ferro Central do Brasil. No dia 3 de novembro de 1930, no Palácio do Catete, assumiu, segundo suas palavras, "provisoriamente, o governo da República, como delegado da revolução".

Depois do levante, o fim da política do "café com leite"

Estavam encerrados os dias da Velha República, proclamada pelo marechal Deodoro da Fonseca em 1889. Depois de um período de disputa entre os vários setores integrantes da frente republicana, a Velha República havia se convertido, a partir da gestão de Prudente de Moraes (1894-1898), numa forma nova para a velha dominação da oligarquia agrário-comercial. O eleitorado era muito restrito, já que não votavam as mulheres nem os analfabetos. Com a ajuda de "cabos eleitorais" e tropas de jagunços, era fácil aos "coronéis" do interior manter o controle de seus "currais". Além disso, o voto era a descoberto; as atas eleitorais, feitas "a bico de pena", eram constantemente falsificadas. Os "coronéis" mais poderosos controlavam os governos e os partidos dos Estados (na época, não havia partidos nacionais). O presidente Campos Salles (1898-1902) aperfeiçoou esses mecanismos, instituindo, por um lado, a "política dos governadores", pela qual presidente e governadores dos Partidos Republicanos se respeitavam e apoiavam mutuamente; e por outro lado, a "política do café com leite", pela qual os Estados médios e pequenos acatavam a hegemonia de São Paulo e Minas, que se revezavam na presidência.

Ao mesmo tempo, toda a máquina administrativa e financeira do governo federal se voltava para favorecer a economia agro-exportadora, principalmente a lavoura e o comércio do café.

Essa política teria que suscitar a resistência crescente dos que eram prejudicados por ela. Daí rebeliões camponesas, como as de Canudos e Contestado; o avanço do movimento operário, sindical e político; a renovação da intelectualidade, como no movimento modernista; e as revoltas "tenentistas" de 1922, 1924 e da Coluna Prestes. As vezes acirravam-se as dissensões no próprio

bloco dominante, como revelam a Campanha Civilista do baiano Rui Barbosa em 1910 e a Reação Republicana do fluminense Nilo Peçanha em 1922. Mas é a partir da superprodução de café, da queda nos preços internacionais do produto, do endividamento descontrolado do país e finalmente da crise mundial de 1929 que a economia agrário-exportadora entra em crise fatal e com ela as velhas formas de dominação oligárquica.

Para agravar, Washington Luiz rompe a política do "café com leite", indicando para sucedê-lo outro paulista, Júlio Prestes. Forma-se então uma ampla frente contra Washington Luiz e a República Velha, abrangendo as oligarquias dissidentes de Minas, Rio Grande do Sul, Paraíba e São Paulo, a maior parte dos "tenentes históricos" e setores industriais, médios e operários. A Aliança Liberal tenta, primeiro, o caminho das eleições; parte depois para a solução armada, afinal vitoriosa.

No entanto, a composição heterogênea da frente que se formara em torno do coronel estancieiro Vargas, teria que levar às agudas lutas que marcam os anos 30 e 40. Através dessas lutas, o movimento de 30 ultrapassa a intenção original de seus patrocinadores de fazer meros rearranjos na economia primário-exportadora e na dominação oligárquica; os governos Vargas acabam realizando verdadeiras transformações burguesas no Estado, na economia e na cultura, embora de forma limitada e autoritária. É essa feição complexa e contraditória do movimento de 30 que suscita até hoje vivos debates; mas lhe dá também toda sua atualidade, pois no fundo se trata de compreender as origens, as formas e as perspectivas do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Nas páginas 10 e 11, discutem-se as várias interpretações sobre o movimento de 30 e suas consequências; na página 12, analisa-se a atuação do Partido Comunista em 30 e 35; nas páginas 12 a 16, retoma-se a polêmica sobre as causas e o significado do movimento de 30 em entrevistas com Jacob Gorender, Sérgio Silva, Edgar de Decca e Eli Diniz. (Duarte Pereira)

Participaram deste trabalho especial sobre a revolução de 30: Roldão de Oliveira, Roberto Martins, José Adão Arantes, José Carlos Ruy, Decio Sues (assessor), Agostinho Gize e Elifas Andreato (desenhos) e Duarte Pereira (coordenador).

Sindicatos elegem executiva que tem de Lula a Joaquim

Depois de vários adiamentos, os sindicatos de trabalhadores de São Paulo elegeram no último dia 11, a comissão executiva da Unidade Sindical. Na mesma reunião, os 32 sindicatos presentes aprovaram, ainda, o texto final do regimento da entidade que tem, como objetivos principais, lutar pela liberdade e autonomia sindicais perante o Estado e pela independência diante dos partidos políticos, defender o livre direito de greve e a livre negociação coletiva de trabalho entre trabalhadores e patrões e organizar a Central Única de Trabalhadores.

Embora a votação tenha transcorrido num clima de tranquilidade, o Sindicato dos Gráficos absteve-se de votar porque a proposta apresentada pela sua diretoria, de que não deveriam ser indicadas entidades mas sim nomes de dirigentes sindicais, perdeu no plenário. O critério aprovado foi o de que a comissão executiva da Unidade Sindical seria composta por entidades, que podem indicar livremente seu representante. Na opinião de alguns dirigentes sindicais, a proposta apresentada pelo Sindicato dos Gráficos tinha como objetivo isolar da comissão executiva o nome de Lula.

Com exceção do Sindicato dos Gráficos,

todos os demais participaram da votação elegendo a comissão executiva composta pelas seguintes entidades: Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Sindicatos dos Jornalistas, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (os três sindicatos mais votados), Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Sindicato dos Médicos, Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Federação dos Trabalhadores em Empresas Urbanas, Federação dos Químicos, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sindicato dos Padeiros e Sindicato dos Bancários. Como suplentes (o regimento prevê uma executiva de 11 membros e 3 suplentes) ficaram o Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

O resultado das eleições foi considerado satisfatório pelas várias correntes que compõem o movimento sindical pois a composição da comissão executiva contempla, em certa medida, as diferentes posições. E o bloco de sindicatos que se alinha com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo não conseguiu, como transparecia a princípio, um controle absoluto da comissão executiva.

METALÚRGICOS/BH

O acordo é aprovado. Mas a categoria fica insatisfeita

"Este acordo não será assinado. Terá que ser engolido pela categoria, já que está longe de satisfazer às nossas necessidades. Este foi o comentário feito por um metalúrgico mineiro, logo após o encerramento da assembleia realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem na segunda-feira passada, quando foi aprovado o acordo com os patrões.

A manifestação do trabalhador se justifica. Afinal, os resultados da campanha salarial ficaram muito distantes das reivindicações apresentadas: o acordo estabelece uma taxa de produtividade escalonada, que vai de 7% para quem ganha até três salários mínimos, até 2% para a faixa acima de 10 salários mínimos, quando os trabalhadores queriam 15% além do INPC. O piso salarial foi fixado em Cr\$ 7.640 (a reivindicação era de Cr\$ 10.000,00) e o reajuste trimestral não foi concedido. Quanto à estabilidade no emprego e imunidade para o delegado sindical - outras das reivindicações básicas - nem chegaram a ser discutidas.

Apesar de aprovado o acordo, a campanha não pode ser considerada como uma vitória para o presidente do sindicato, João Silveira, que realizou várias manobras para impedir a organização da categoria: a diretoria chegou até, segundo denúncias dos operários, a jogar fora, na rua, os boletins de convocação que seriam distribuídos nas portas das fábricas. Mas não foi só João Silveira que se desgastou. Alguns militantes sindicais, que ganharam prestígio na greve passada, como o metalúrgico Albenzio, também perderam pontos junto à categoria por terem se colocado ao lado da direção sindical. Na assembleia de encerramento da campanha, Albenzio foi vaiado a ponto de não conseguir falar.

Mesmo após a aprovação do acordo, João Silveira continuou manobrando. Impediu que a metalúrgica Isabel, que estava inscrita para falar, chegasse ao microfone, desacatou a oposição sindical e a metalúrgica e só não a agrediu porque foi impedido. Tudo isso porque Isabel pretendia colocar em votação três propostas: formação de uma comissão para garantia do acordo, realização de novas assembleias para avaliação do movimento e realização de reuniões mensais

da categoria. Essas propostas, no entanto, não chegaram a ser votadas. João Silveira encerrou a assembleia antes.

Embora tenham mudado de tom em relação à postura assumida nas negociações do ano passado, os empresários do setor de metalurgia, reunidos no Grupo 14 da Fiesp, continuam tendo o mesmo comportamento intransigente em relação às reivindicações apresentadas pelos trabalhadores. Essa é a avaliação feita por Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, após as duas reuniões de negociação realizadas entre os representantes dos metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco e o Grupo 14.

Até agora, os empresários não fizeram nenhuma concessão às 32 reivindicações apresentadas e os pontos já acordados são justamente os mesmos que constam dos acordos anteriores com duas pequenas modificações: extensão da estabilidade do trabalhador em idade de prestação de serviço militar e permissão da afixação do quadro de avisos do sindicato em empresas com mais de 500 trabalhadores. Na segunda reunião, o presidente da comissão de negociação do Grupo 14, Nildo Masini, disse claramente que os empresários não estão dispostos a negociar os temas ligados a reivindicações "político-sociais", como é o caso da representação sindical.

EXPULSÃO

João Lins, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, SP, decidiu sair do Partido dos Trabalhadores, depois que a comissão municipal do partido decidiu propor sua expulsão. A medida foi aprovada porque Lins, temendo ser derrotado nas próximas eleições pela oposição, resolveu, ao contrário do que diz a legislação, publicar o edital de convocação das eleições em um jornal pouco lido na região do ABC: O Diário Popular. A coisa foi feita de forma tão sigilosa que nem os membros de sua própria diretoria sabiam da convocação das eleições. Resultado: no último dia da inscrição das chapas, 29 de setembro, só a chapa de João Lins inscreveu. A oposição, liderada por José Ferreira da Silva, o "Frei Chico", irmão de Lula, entrou com pedido junto à DRT para impugnar a inscrição da chapa única.

RICARDO MALIN - AGENCIA F4



Na manifestação de São Paulo, os slogans da campanha nacional

PROFESSORES

Uma semana movimentada: protestos, passeatas, greves

Greve em quase todas as escolas da rede estadual do Paraná, passeatas em várias capitais e entrega de um documento, com cerca de 50 mil assinaturas de professores de quase todo o país, ao ministro da Educação, Eduardo Portella, reivindicando reajuste semestral a partir de 1º de outubro: foi dessa forma que os professores brasileiros comemoraram o seu dia, 15 de outubro. Não houve festas, nem homenagens, mas luta contra a situação salarial da categoria.

Os professores paranaenses, que já estavam em greve desde o dia 5, exigindo do governo piso de três salários mínimos, reajuste semestral e cumprimento do Estatuto do Magistério, decidiram prosseguir com a paralisação, surpreendendo as autoridades estaduais. O governo paranaense esperava que a assembleia, realizada na cidade de Londrina, pusesse fim à greve, depois que foi concedido aumento de 70%. Mas os professores, que não tiveram todas as suas reivindicações atendidas, decidiram não voltar às salas de aula até o próximo dia 21, quando será realizada nova assembleia. Mesmo afirmando que não tem intenção de punir os grevistas, o secretário da Educação do Paraná, Edson Machado, logo que soube do resultado da assembleia, pediu à Secretaria da Segurança que garantisse o policiamento na porta das escolas.

PUC de Campinas

Os professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas também viveram o "Dia do Professor" em greve. Só que, ao contrário dos professores de

Curitiba, não reivindicam aumento salarial, mas pagamento dos salários que estão atrasados.

A greve na PUC de Campinas foi deflagrada na segunda-feira passada pois o pagamento do salário de setembro, que deveria ter sido realizado no dia 5, não saiu. Além dos salários em dia, os professores exigiam a imediata regularização dos seus contratos de trabalho e a concessão, pela reitoria, do direito de defesa a dois ex-diretores da Associação dos Professores e a um associado demitido no início deste ano.

Logo após a deflagração da greve, a reitoria da PUC atendeu a duas das reivindicações. Mas disse que não poderia pagar os salários sob a alegação de que os alunos estão boicotando o pagamento das mensalidades, aumentadas em 46,6%. A argumentação não convenceu os professores porque o boicote, embora seja real, é relativo às mensalidades de outubro. Diante da falta de perspectiva para a crise, tudo indicava que, a partir desta ou da próxima semana, a PUC entraria em greve geral. E a reitoria poderia decretar recesso escolar a qualquer momento.

Os grevistas enfrentam, ainda, outro problema. A completa omissão do Sindicato dos Professores das Escolas Particulares que, não só se omitiu, como vem impedindo a sindicalização dos professores da PUC, sob a alegação (extra-oficial é claro) de que não podem ser admitidos professores ligados à oposição sindical. Para os professores, esse comportamento do Sindicato é resultado da esclerose de que é vítima o atual presidente, José Godoy, em virtude de seus quase 20 anos no cargo. (AAC)

Funai erra de novo

Mais uma arbitrariedade da Funai. No final de setembro, o órgão transferiu cerca de 100 índios Caiova, que viviam na fazenda Paraguassu, na região da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, para diversas áreas indígenas próximas. A medida foi criticada pela Regional do Cimi por dois motivos: jogar índios de um mesmo local em diversos postos diferentes e aumentar ainda mais a população dos já superpovoados postos indígenas do Mato Grosso do Sul. Segundo o Cimi, a medida correta seria a manutenção dos índios na fazenda e a sua desapropriação.

Justiça sob pressão

Durante dois dias da semana passada, 437 oficiais de Justiça do Rio de Janeiro realizaram uma greve branca. Como consequência, o movimento nas Varas Cíveis e da Fazenda Pública caiu em 90%. Os oficiais de Justiça pretendem, com essa pressão, que o presidente do Tribunal atenda sua reivindicação, apresentada há quase um ano: aumento do piso salarial de Cr\$ 11.500,00 para Cr\$ 19.000,00.

Demissão no porto

Nobel Soares de Oliveira, um dos líderes da greve dos portuários santistas, em março deste ano, acaba de ser demitido pela Companhia Docas de Santos, apesar de seus 12 anos de serviço, com uma folha impecável de serviço. Nobel de Oliveira vê sua demissão como uma ameaça aos demais trabalhadores que se destacaram na greve e conta que viola

frontalmente o acordo coletivo de trabalho. Uma das cláusulas previa a estabilidade, por 12 meses, para todos os trabalhadores da Companhia.

Aumentam as faltas

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Administração de Pessoal, junto a 135 indústrias do Estado de São Paulo revela que, nos últimos seis anos, cresceu o número de faltas ao trabalho, com reflexos imediatos nos custos e - a curto, médio e longo prazo - na produtividade das empresas. Se em 1975 o absentismo representava 3,94% da mão-de-obra pesquisada, em 1979 a taxa foi fr 4,49%. As três principais causas do absentismo, segundo a pesquisa, são: saúde e alimentação, higiene e segurança do trabalho e problemas e necessidades do empregado e sua família.

Música na periferia

No dia 25, às 18 horas, o Comitê Santo Dias da Silva apresenta, em São Paulo, o show "Santo Dias de Luta", em apoio ao trabalho de denúncia aos métodos em que segue o julgamento dos soldados da PM que participaram do assassinato do operário Santo, na greve dos metalúrgicos de São Paulo no ano passado. Vai ser no Salão Beta da PUC (rua Monte Alegre, 984 - Perdizes). O show reúne grupos de teatro e música da região sul da cidade, como o "Galo de Briga", Jean Carlo, "Choque Cultural de Vila Remo", Chiquinho Fuzuê, "Capoeira Corrente Libertadora" e "Violeiros de Interlagos" (três metalúrgicos). Com ingresso a Cr\$ 80,00, o Comitê também quer aproveitar a oportunidade para acertar shows em outras regiões da cidade e divulgar seu trabalho (JW).

Polônia

Os sindicatos livres já são a maior força. Antes do PC, da Igreja etc.

A organização sindical independente "Solidariedade", com mais de quatro milhões de membros, será a maior agremiação da Polônia, ultrapassando o POU (Partido Operário Unificado da Polônia, no poder). No final da semana passada, se considerava que os impasses surgidos nas negociações com o governo haviam sido superados e que era iminente a aprovação de seus estatutos. Praticamente todas as exigências dos trabalhadores haviam sido aceitas pelas autoridades, inclusive a de que não constasse nos estatutos uma referência explícita ao "papel dirigente do Partido".

Por outro lado, Mieczyslaw Grad, secretário do Conselho Central dos Sindicatos da Polônia (atrelado), declarava em entrevista divulgada pelo jornal *Kurier Polski*, de Varsóvia, que, ainda este mês, deverá ser dissolvida a estrutura sindical oficial, porque todos os sindicatos deixaram ou pretendem deixar o Conselho. O Conselho congregava 23 sindicatos, mas "sete deles, inclusive os dos metalúrgicos, ferroviários, empregados do setor cultural, marinheiros e estivadores transformaram-se em sindicatos independentes. Os outros 16 também se dispõem a seguir o exemplo", afirmou Grad.

Alimentados por sua primeira vitória — o direito à existência — os sindicatos independentes não param de se reforçar. A quase totalidade dos operários das grandes empresas, inclusive militantes do Partido, são membros seus. Em várias cidades, como Wrocław, "Solidariedade" se implantou em todos os meios profissionais. E o movimento ganha atualmente o campo, esperando-se que, muito em breve, sindicatos camponeses conquistem também o direito de existir.

Numa calma sempre absoluta, a sociedade polonesa inteira está em vias de se organizar — no interior do sistema, pois ela não o contesta — mas num formidável contrapoder que modifica a sua natureza. Antes, os dirigentes governavam — o país, uma cidade, uma empresa — por decretos.



Walesa: triunfo em Varsóvia

Agora, eles são obrigados a discutir ou, no mínimo, levar em conta as objeções previsíveis antes de decidir sobre o nível dos salários e dos preços, a produtividade, o planejamento, mas também sobre a política cultural, a censura, a organização do ensino, numa palavra, sobre quase tudo, exceto a política externa — um tabu tácito e coletivo.

O papel dirigente do Partido não é ameaçado por ninguém. E sua vida interna inclusive, salvo em 1956, jamais interessou tanto aos poloneses, que fazem hoje quase tantas filas para comprar jornais quanto para comprar carne. Mas a permanência desse papel dirigente tem um peso relativo, na medida em que o Partido não dirige mais. E por duas razões tão profundas que ameaçam durar.

A primeira é que a luta de tendência e facções praticamente o paralisaram. Elas opõem inicialmente os homens que foram favorecidos por Gierek àqueles que os descartaram e conquistaram a direção. Murmura-se mesmo que alguns antigos dignitários poderão em breve ser levados diante de um tribunal. Sobre a política a seguir, porém, as correntes se compõem, por não poderem agir de outro modo.

A segunda razão do imobilismo do Partido é a sua ignorância, como a de todo mundo, sobre o rumo que vai tomar a vaga que submerge o país. Impedido de pesar sobre ela por sua paralisia interna, ele se encontra impedido também de definir uma política — sobretudo econômica — que se arriscaria a ser ultrapassada ou a tornar-se inaplicável em algumas semanas.

Hoje, o impacto dos sindicatos preocupa bem mais o poder que o da hierarquia católica, que perdeu um monopólio que antes de agosto jamais havia sido ameaçado pela oposição leiga. Individualmente, cada sindicalista ou quase é um católico fervoroso, respeitador e atento às posições dos bispos. Coletivamente, os sindicalistas são, antes de tudo, conduzidos por uma dinâmica social que eles controlam pouco e pela situação geral do país.

O mesmo vale para a oposição legal. Por um lado somente, mas não negligenciável, a explosão não teria sido impossível sem a existência mantida a duras penas, desde 1956, dessas ilhas de livre expressão que eram as revistas católicas liberais de esquerda e o clube dos intelectuais católicos (KIK); sem a atividade de defesa dos direitos humanos desenvolvida pelo KOR (Comitê de Autodefesa Social) desde 1976; sem em menor medida, os gritos de alarme do DIP, clube em que se reúnem os intelectuais que decidiram não sair da legalidade.

Por seu prestígio junto ao movimento operário, pelo temor que inspira nas autoridades o suposto extremismo do KOR e pela esperança de moderação que alguns dirigentes depositam nos membros do KIK e do DIP, a oposição ocupa uma posição de primeiro plano. Mas, ao mesmo tempo, sua influência concreta diminui consideravelmente, na medida em que a livre expressão floresce nos quatro cantos do país e quando os trabalhadores passam a ter suas próprias organizações para defendê-los.

(Bernard Guetta, de Varsóvia, *Le Monde*)

De pai para filho

O novo poder hereditário na Coreia do Norte

O 16.º Congresso do Partido do Trabalho norte-coreano encerrou seus trabalhos no dia 14 de outubro com o anúncio de uma renovação dos membros do Comitê Central que consagra a promoção do filho do dirigente Kim Il-sung na hierarquia do regime. Kim Jong-il tornou-se, de fato, membro de um organismo recém-criado: o "Presidium do Birô Político". Entre os cinco membros desse organismo, na cabeça do qual figura Kim Il-sung, ele está na quarta posição, depois de Kim Il, vice-presidente da República, já idoso e aparentemente um pouco retirado da vida pública, e de O Jin-u, ministro da Defesa, mas antes do primeiro ministro, Li Jong-ok. Por outro lado, ele faz parte do Birô Militar, o que é um fato novo. Além disso, Kim Jong-il foi confirmado em suas funções de secretário do Comitê Central, na primeira posição da hierarquia dos nove secretários.

Kim Jong-il aparece, dessa forma, como o "sucessor único e designado de nosso grande líder", como se diz em Pyongyang. Os norte-coreanos insistem no fato de que "o camarada Kim Jong-il, dirigente bem-amado, está chamado a desempenhar no futuro um papel importante na direção do país, para terminar a obra revolucionária do grande líder". E, ainda, que "o Partido e o povo desejam unanimemente que ele seja o sucessor único do grande líder. É este desejo que sua nomeação pelo Congresso exprime".

A promoção de Kim Jong-il é, porém, menos espetacular do que se esperava, já que corriam rumores de que ele seria nomeado para o cargo de secretário geral. Aparente-

mente, os dirigentes não desejaram precipitar os fatos. Além do que, pela primeira vez, o 16.º Congresso o nomeia para cargos importantes, consagrando o papel dirigente no interior do Partido que ele já vinha assumindo informalmente nos últimos anos, no Birô Político e no secretariado do Comitê Central, onde dirigia a comissão de organização e Propaganda e onde exercia uma influência muito grande sobre todas as decisões políticas, logo após seu pai.

Kim Jong-il nasceu em 1941, na Sibéria, e é o mais velho dos filhos do primeiro matrimônio de Kim Il-sung. Na infância, ele tinha o nome russo de Yora. Durante a guerra da Coreia (1950-1953), foi enviado à China e, depois, à Alemanha Oriental, onde seguiu, durante dois anos, um curso na Academia Militar do Ar. Diplomado na Universidade Kim Il-sung, de Pyongyang, em 1963, ele entrou no ano seguinte no Partido do Trabalho, no qual foi galgando pouco a pouco os vários escalões da hierarquia.

Foi em 1973 que começou a campanha para fazê-lo conhecido no Partido, enquanto o dicionário de termos políticos, editado em Pyongyang pela Academia de Ciências Sociais, acabava de mudar, em 1972, a definição de "sucessão hereditária", considerada como uma "prática reacionária dos sistemas exploradores do passado" na edição de 1970. Este parágrafo foi suprimido na nova edição.

Aparentemente, a campanha em torno de Kim Jong-il teve um momento de eclipse a partir de 1976. Diferentes explicações foram levantadas. Inicialmente, achou-se que ele

teria estado na origem do incidente ocorrido em Panmunjon, 21 de agosto de 1976, quando dois americanos foram mortos por soldados norte-coreanos. Segundo uma outra versão, que não exclui a precedente, uma aguda luta pelo poder teve lugar no seio do Partido, entre os adversários e os partidários de Kim Jong-il, seguida de expurgos. Afirmou-se, enfim, que ele teria sido vítima de um acidente de automóvel. No início de 1979, porém, reapareceu nas publicações oficiais a expressão "centro do Partido", designando Kim Jong-il, o que evidenciava que a campanha em seu favor havia recommençado.

A promoção de Kim Jong-il significa uma possibilidade de mudança para o futuro da Coreia do Norte ou uma simples continuidade do que se convencionou chamar — a partir dos próprios coreanos de "kimil-sungismo"? A nova geração dos dirigentes de Pyongyang tem três possibilidades: repudiar o passado, como o fizeram os sucessores de Stálin; continuar a glorificar as teses do "grande líder" como o "marxismo-leninismo dos tempos modernos"; ou, então, enviar tudo isso ao museu da história, sublinhando a necessidade de mudanças.

Além da questão da sucessão, o 16.º Congresso foi marcado por declarações de Kim Il-sung em matéria de política externa, confirmando com ênfase a posição independente da República Democrática e Popular da Coreia. Evitando se definir no conflito sino-soviético, e pressionada ao sul pelos Estados Unidos, a Coreia do Norte procura reforçar sua posição no interior do Movimento dos Não-Alinhados.

(Philippe Pons, de Pyongyang, *Le Monde*)

A França lucra com a guerra

A França já começa a lucrar com a guerra Irã-Iraque: vai vender à Arábia Saudita seis navios de guerra e helicópteros porta-mísseis, ao preço de Cr\$ 187 bilhões. Este é o segundo contrato assinado por Paris em três semanas no Oriente Médio, depois de uma venda de Cr\$ 20 bilhões ao Qatar. A França está bem atrás dos EUA e URSS na venda de armas (os dois sozinhos abarcam 80% do mercado), mas está avançando. Sua idéia seria uma "diplomacia de ação", integrando política externa, estratégia industrial e exportação bélica, segundo o *Le Monde*. No ano passado, só o Oriente Médio e o Magrebe venderam 200 bilhões. No total, sua venda de armas chega a Cr\$ 300 bilhões.

O truque do "carro mundial"

A Ford prepara um novo truque para lesar os trabalhadores: quer criar um "carro mundial", fazendo mudanças na montagem do seu Escort Lynx, que em vez de ser produzido em 95% nos EUA, passaria a ser montado na Alemanha Ocidental, que receberia componentes de mais 17 países. Assim, se uma greve parar uma fábrica americana, a Ford poderia importar componentes da Inglaterra. Essa versão radical de uma idéia antiga já entusiasmou a General Motors, em cujo esquema a ser montado o Brasil seria um dos fornecedores.

Os trabalhadores da indústria automobilística, através da International Metalworkers Federation, já se mobilizaram para planejar uma contratática e se defenderem, centrando fogo por enquanto sobre a Ford.

A UPI sobre a corda bamba

Um dos gigantes da comunicação internacional, a UPI (United Press International), está passando por maus momentos: sobre um volume de negócios de US\$ 85 milhões, em 1980, registrou um déficit entre sete e dez milhões; seu plano de instalação de 3.700 antenas de satélite para agilizar seus serviços e escapar da crise, pode não dar certo; finalmente, suas despesas aumentarão 12% no próximo ano e ela ainda não tem uma solução financeira imediata.

Fechar, a UPI não fecha, dizem seus dirigentes, mas eles têm poucas opções: procurar acionistas (com o cuidado de não tirar o controle das mãos da família Scripps, proprietária da firma há 73 anos) ou vender uma parte a compradores estrangeiros. A UPI é a segunda agência americana e fornece material a 1040 diários e 3757 estações de televisão e rádio no mundo. A maior agência, a Associated Press (uma "cooperativa"), serve a 1307 diários, 5000 estações de rádio e 500 televisões. O volume de negócios da AP é US\$ 139 milhões e teve um lucro de US\$ 57 mil no ano passado.

Paris na ofensiva comercial

A visita do presidente francês Giscard d'Estaing, à China visa corrigir sua fraca presença no Extremo Oriente. A França é hoje o sétimo parceiro comercial da China, com um volume de exportações de Cr\$ 18 bilhões (que podem cair este ano). As trocas comerciais Pequim-Paris são apenas 0,32% do comércio externo francês.

O que Giscard pretende é abrir uma frente, principalmente através do fornecimento de crédito e da venda de armas (tanques e aviões). Mas, para isso, precisa chegar a um melhor entendimento com a China, que se opõe basicamente a dois pontos da política externa francesa: a *détente* com a URSS, considerada perigosa pela China, e suas boas relações com o Vietnã, considerado pelos chineses um instrumento do "expansionismo" soviético.

A França avançou também rumo à Albânia, realizando pela primeira vez em Paris um encontro ao nível de ministros do Exterior, reunindo respectivamente, François Poncet e Nesti Nase. As exportações francesas (equipamento industrial) cresceram 57% no último ano, atingindo Cr\$ 180 milhões. As albanesas (cromo e fumo), subiram 73%, para Cr\$ 340 milhões.

Khmer Vermelho fica na ONU

No último dia 13, a Assembléia Geral das Nações Unidas reconheceu o governo de Pol Pot, líder do Khmer Vermelho, como legítimo representante do Kampuchea Democrático (ex-Camboja). A votação repetiu praticamente a do ano passado: Pol Pot recebeu 71 votos contra 35 dados ao atual governo no poder, de Heng Samrim, acusado de ter subido e ser sustentado por forças militares vietnamitas. O Khmer Vermelho, segundo o *Le Monde* (15/10/80), "está reduzido a uma guerrilha, uma estação de rádio fornecida pela China e um punhado de diplomatas". Votaram a favor os EUA, a China e os países ocidentais; contra, a URSS e seus aliados do Leste Europeu, do Oriente Médio e África, mais alguns, como por exemplo, a Índia, Albânia, Nicarágua, Jamaica, Panamá.

IRÃ X IRAQUE

A presença soviética na guerra

Com posição supostamente neutra, a URSS atua, por baixo da mesa, com as duas pernas

Helena Salém

Em 1932, quinze anos após a revolução socialista portanto, as enciclopédias soviéticas assim definiam o norte do Irã: "região economicamente dependente da URSS". A esta altura, a União Soviética constituía o primeiro parceiro comercial do Irã (com 35% do comércio exterior iraniano), enquanto este último se tornara o principal fornecedor asiático de Moscou. Em 1977, dois anos antes da queda do Xá Reza Pahlevi, a situação da URSS não era mais tão favorável, mas de qualquer forma ela ainda ocupava a vantajosa posição de quinto parceiro comercial da monarquia iraniana.

A revolução islâmica iria alterar totalmente essa correlação: o intercâmbio entre os dois países caiu radicalmente, com a URSS perdendo alguns importantes privilégios de que gozava no período do Xá. Por exemplo, a importação de gás natural a preços baixos: em 1979, ela diminuiu em 75%, até ser totalmente interrompida este ano, pois o governo iraniano passou a exigir 40% a mais do que os soviéticos estavam dispostos a pagar. E mais: politicamente, os líderes iranianos deixaram bem clara, desde a derrubada de Pahlevi, sua absoluta disposição de não se aliar a nenhuma superpotência, União Soviética inclusive. Isso, apesar de Moscou ter demonstrado imensas simpatias e sorrisos face à revolução, e a maior disposição de "ajudar" Teerã no que fosse preciso. Os aiatolás e revolucionários iranianos podiam estar bastante confusos política-



socialista soviética do Guilan, no coração do Irã, que então foi rapidamente esmagada pelas forças reais.

O Tratado de 1921 vigora até hoje, à exceção dos artigos 5º e 6º, que afirmavam o direito soviético de enviar suas tropas ao Irã, "se um terceiro país quisesse se servir do território iraniano como base de operações contra a URSS, ou ameaçar as suas fronteiras, e que, a pedido da URSS, o Governo iraniano não pudesse pôr fim a tal ameaça". Esses artigos foram denunciados pela República islâmica, no ano passado.

Não há dúvida de que os soviéticos levaram a pior com a revolução iraniana. Nos últimos dois anos, o máximo que conseguiram foi a assinatura, em junho, de um acordo de cooperação econômica com Teerã, ao qual não sucedeu nenhum gesto de aproximação do governo do presidente Abol Hassan Bani Sadr em relação a Moscou. Assim, seria compreensível, também, que na impossibilidade, hoje de reeditar um Afeganistão, Moscou não poupasse esforços para reverter a situação com os vizinhos iranianos.

A guerra Irã-Iraque surgiu como uma grande oportunidade. Presa aos iraquianos por um amplo tratado de amizade firmado em 1972, a União Soviética não teria condições de, subitamente, proclamar apoio direto ao Irã. Dessa forma, tão logo estourou o conflito entre os dois países, Moscou anunciou a sua suposta neutralidade, enquanto, por debaixo da mesa, procurava atuar com duas pernas.

Ou seja, jogando a curto prazo com o Iraque, e a médio e longo

prazo, indiretamente, com o Irã. Moscou tem negado reiteradamente estar fornecendo armamentos ao Iraque - como, aliás, seria sua obrigação, segundo o acordo de 1972. Mas despachos da região parecem indicar que, muito prova-

Saddan Hussein nos passos de Anwar Sadat

velmente, os soviéticos têm de fato reabastecido militarmente os iraquianos através do porto jordaniano de Akaba. Efetivamente, se isso não ocorresse, o Iraque - predominantemente armado pela URSS - teria dificuldades em prolongar a guerra por muito mais tempo.

Por outro lado, os soviéticos tentam agora chegar ao Irã via países árabes, especificamente a Síria e a Líbia, seus únicos grandes aliados na região fora o Iêmen do Sul. Se bem sucedido, um eixo pró-soviético Tripoli-Damasco-Teerã poderia se contrapor ao de Riad-Amã-Bagdã, apoiado pelos norte-americanos. Daí, o pacto sírio-soviético assinado há uma semana, incluindo a cooperação militar e consultas regulares entre os dois países.

Em outubro de 1973, os egípcios fizeram a guerra contra Israel com armas e treinamento soviéticos, mas aproveitaram a ocasião para mudar de senhor, voltando-se para os Estados Unidos. Tudo leva a crer que o Iraque, até há pouco o maior parceiro da URSS no Oriente Médio, poderá seguir com esta guerra o mesmo caminho do Egito. Em-

bora Bagdá e Washington não tenham relações diplomáticas desde 1967, os Estados Unidos mantêm na capital iraquiana um escritório comercial com atributos de verdadeira embaixada: seção consular, cultural e de educação (existem 2.500 estudantes iraquianos nas universidades norte-americanas), além de um departamento comercial particularmente ativo (as trocas comerciais entre os dois países no ano passado elevaram-se a 1 milhão de dólares). Tão repressivo e autoritário quanto o regime do Presidente Anwar Sadat no Egito, o governo do presidente Saddam Hussein no Iraque, nos últimos dois anos, depois de destruir as oposições internas, tem se voltado para o Ocidente, especialmente França e EUA, além de reaproximar-se da Jordânia e Arábia Saudita, os maiores aliados ocidentais no Oriente Médio.

Em contrapartida a Síria que, bem ou mal, vinha esboçando uma tímida resistência ao alinhamento definitivo com Moscou, face à nova situação política e militar rapidamente também se reciclou. Primeiro, foi a fusão, antes mesmo de eclodir o conflito, com a Líbia a 2 de setembro passado. Uma fusão claramente promovida pela URSS com o objetivo de contrabalançar a influência norte-americana na área, uma vez que, internamente para os povos dos dois países, os benefícios serão praticamente nulos. Isso sem levar em conta que, dificilmente, a exemplo das experiências passadas, essa nova tentativa - artificial, de cima para baixo - de unidade árabe poderá ter sucesso.

A aliança Damasco-Moscou foi

finalmente consagrada há pouco mais de uma semana com o tratado entre os dois países. Quase simultaneamente, o coronel Muammar Kadhafi, dirigente da Líbia, expressou publicamente seu apoio ao Irã, enquanto fontes bem informadas asseguravam que sírios e líbios estavam enviando armamentos soviéticos ao Irã (embora Teerã desmentisse a informação).

Moscou agiu rápido e eficientemente, explorando o histórico antagonismo que opõe a Síria ao Iraque, ambos governados pelo Partido Baas, ou Partido Socialista do Renascimento Árabe. Criado em 1943 por Michel Aflaq e Salah Bitar, o Baas ("Al-Baas Al-Arabi" - "Renascimento Árabe"), chegou ao poder em 1963 na Síria e no Iraque (de onde seria afastado naquele mesmo ano, voltando ao governo em 1968). Na mesma década de 60, os dois ramos do partido (que também criaria ramificações na Jordânia, Líbano, até na África do Norte, Aden e Iêmen do Sul) entrariam em divergência: na Síria, em 1966, os militares eliminaram o presidente Amine Al Hafez, Aflaq, Bitar e toda a chamada "direção nacional", que reclamava uma orientação pan-árabe e se considerava a liderança legítima do partido; no Iraque, em 1968, ascendeu ao poder o general Ahmed Hassan Al-Bakr, adepto da fração de Michel Aflaq, também chamada "qawmi" (nacional), em contraposição à "qriti" síria (regional).

Ao longo dos anos, diversas tentativas de reaproximação foram feitas entre os dois países, sobretudo após a tomada do poder, em 1970, pelo general Hafez Assad na

A URSS procura tomar a iniciativa

Síria, que aparecia como um dirigente mais liberal. Também da parte do Iraque verificou-se o mesmo movimento, até o ano passado, quando o presidente Saddam Hussein, após esmagar a oposição comunista, xiita etc, "descobriu" um complô pró-sírio, eliminando, entre outros, Abdel Khalek Samarrat, dirigente histórico do Baas, mais moderado, e um rival em potencial do Chefe de Estado iraquiano.

Se é simplismo afirmar que as divergências regionais (Síria-Iraque, Líbia-Egito, Iraque-Irã etc) são todas elas fabricadas pelas grandes potências, é inegável, também, que, a despeito da base real e local desses conflitos, eles são largamente aproveitados pelas potências imperialistas. A guerra Irã-Iraque não foi mecanicamente articulada pela União Soviética e Estados Unidos, mas não há dúvida de que Moscou e Washington procuram tirar o melhor partido com os novos realinhamentos, às custas, evidentemente, dos povos da região. Especificamente no momento, a URSS esforça-se para tomar a ofensiva.

Uma longa história de dominação

mente, sem um projeto claro e definido, mas sabiam muito bem que o "gigante" soviético não daria nenhuma ajuda desinteressada, tanto quanto os norte-americanos, no passado recente.

Com o fim da monarquia em 1979, os soviéticos perderam seus privilégios no Irã. Só que, é lógico, a URSS não aceitou isso tranquila e passivamente. Afinal, além de 2500 km de fronteira, ela tem com o Irã uma longa história de dominação. Desde pelo menos o fim do século XVIII, o norte iraniano foi zona de influência dos russos, em luta com os ingleses pela conquista da hegemonia na Ásia. Em 1907, Inglaterra e Rússia Czarista inclusive chegaram a firmar um acordo assegurando a influência absoluta russa no norte do Irã e da Grã-Bretanha no sul do país. Acordo revogado pelos bolcheviques em 1917, mas não sem um preço logo a seguir. Em 1921, após obter a retirada britânica do sul do Irã, Moscou firmou um tratado de amizade com Teerã, suspendendo em contrapartida o apoio político-militar à recém-proclamada república



MÚSICA

Ai, ai meu Deus, o que foi que aconteceu?

A música popular brasileira toma conta das rádios

Márcio Bueno

Tudo indica que nos últimos tempos, especialmente neste ano de 80, o mercado brasileiro de disco, o rádio e a televisão vem sendo invadido pela música brasileira. Trata-se de uma situação até certo ponto surpreendente, levando-se em conta o domínio que os ritmos estrangeiros mantiveram durante anos nos meios de comunicação. Um domínio que se refletiu em um conto de Plínio Marcos, em que um jovem retornava do exterior ávido por se embebedar em sua cultura, e se desesperava rodando o mostrador de seu rádio à procura de uma música da terra - em vão.

Neste ano, não ocorria o mesmo. A proporção de 60% de execução de músicas estrangeiras, mantida até o ano passado, inverteu-se em favor da música nacional, situação semelhante havia ocorrido por volta de 1977, quando houve um vazão de ritmos internacionais, obrigando as gravadoras a apelarem para o *Flash Back*, na tentativa de relançar antigos sucessos. Naquele ano também a música brasileira ganhou certo espaço. O que mudou de 77 para este ano, de acordo com Yacoff Farkovas Filho, diretor da Informa Som, é que naquele ano dos 60% das músicas nacionais executadas por emissoras de rádio, 30% eram "popularescas", do gênero Waldick Soriano. "E hoje" - diz ele - "os 60% são joannas, fagners, gonzaguinhas etc. Nesse sentido, a música brasileira não só voltou a ter seu espaço, como colocou em campo seu melhor time".

Joannas e fagners vencem waldicks

A Informa Som é uma empresa que presta serviços ao Ecad (Escritório Central de Arre-

cadamento de Direitos Autorais) e às gravadoras, computando as execuções de músicas de 62 emissoras de sete cidades. Os números do mês de junho mostram essa proporção de seis músicas nacionais para quatro estrangeiras. Um dado importante a destacar é que os intérpretes mais executados são os nacionais. Nas emissoras AM (Ondas Médias) de São Paulo, entre os 10 intérpretes mais executados há apenas um estrangeiro, ocupando o sétimo lugar e nas emissoras FM (Frequência Modulada), os nove primeiros são nacionais. Nas AM do Rio de Janeiro a situação é um pouco diferente: entre os 10 primeiros, há cinco estrangeiros. No entanto, as FM mostram um quadro bem diferente: os 10 intérpretes mais executados são todos nacionais. Os nomes, pela ordem: Bethânia, Gonzaguinha, Amelinha, Boca Livre, Beto Guedes, Joanna, Gil, Simone, Roberto Carlos e Elis Regina. Nesse mesmo mês de junho, as rádios AM do Rio e de São Paulo executavam em primeiro lugar Roberto Carlos e em segundo Maria Bethânia. Já nas FM Bethânia sobe para primeiro lugar, enquanto Roberto Carlos cai para nono no Rio e um pálido quinquagésimo lugar em São Paulo. No mês de agosto, último computado pela Informa Som, Roberto Carlos mantém-se em primeiro lugar nas emissoras de rádio AM e Bethânia em primeiro nas FM.

E qual a influência dessa divulgação sobre a vendagem de discos? Segundo Farkovas, uma pesquisa de campo promovida recentemente pela Informa Som, mostrou que a relação de seis para quatro em favor da música brasileira se mantém na vendagem de discos, o que mostra a poderosa influência do rádio sobre o mercado de disco. Mas sabe-se muito bem que o ouvinte é um sapo de fora que não tem influência direta sobre a

programação das emissoras. A divulgação das músicas obedece à pressão exercida pelas gravadoras sobre os programadores. Aliás uma pressão recebida com muita satisfação porque se exerce através do famoso jabaculê, uma gorda gratificação em dinheiro. Atualmente algumas informações dão conta de que as gravadoras mudaram de método e acabaram com o jabaculê. Ocorre que atualmente há uma crise no mercado do disco. Dados tidos como otimistas indicam que do primeiro semestre do ano passado para o primeiro semestre deste ano, houve uma queda de 7% na vendagem de disco, em consequência da crise econômica. Diante desse quadro, as gravadoras resolveram dar um basta na competição interna que estava se tornando cada vez mais acirrada e que era cada vez mais vantajosa apenas para os programadores de rádio. O jabaculê já estava tão alto que a compra de horário nas emissoras tornou-se mais vantajosa.

Grande marmelada no MPB-80

De qualquer forma, usando este ou aquele sistema, o que permanece é o fato de que as gravadoras ditam os sucessos às emissoras de rádio. A conclusão que se tira é de que está havendo um grande investimento em cima da música nacional, embora a grande maioria das gravadoras, e dentre elas as mais poderosas, sejam multinacionais. A promoção naturalmente não se restringe às execuções nas emissoras de rádio. Altos investimentos são feitos em shows, turnês, apresentações em TVs etc. O próprio Chacrinha chegou a declarar que as gravadoras pagam 30 mil cruzeiros pela apresentação de cada músico em seu programa.

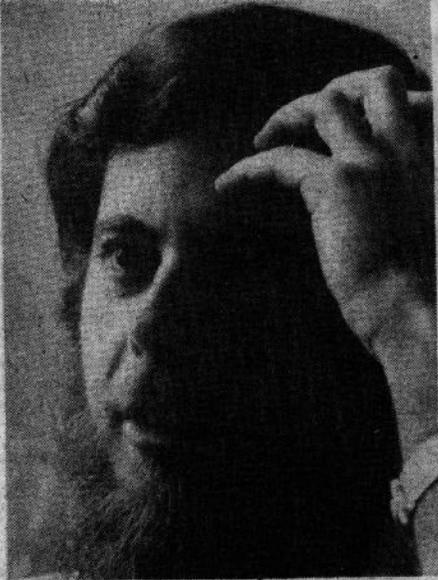
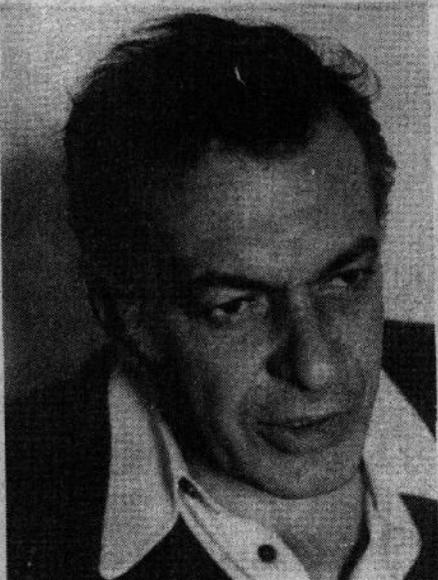
Um dos grandes momentos dessa promoção maciça foi o festival MPB-80, que resultou dos entendimentos a que chegaram as gravadoras na ABPD (Associação Brasileira de Produtores de Discos). Segundo o crítico Târik de Souza, as gravadoras reclamavam há algum tempo das vantagens desfrutadas pela Som Livre, que tem à sua disposição os espaços da poderosa Rede Globo, da qual é associada. Seria economicamente inviável a qualquer das demais gravadoras utilizar o mesmo espaço publicitário na Globo. O MPP-80 foi portanto um arranjo entre as gravadoras, e como tal, classificou ou desclassificou de acordo com os interesses promocionais em jogo. A participação de 200 jurados na escolha das "melhores", a pretexto de ser um sistema mais democrático, visou unicamente dificultar a constatação da "marmelada". A coisa foi tão escancarada que na final as câmaras mostravam os computadores trabalhando a cada intervalo das apresentações. Ocorre que os jurados somente entregaram as fichas após a apresentação da última música.

Os resultados agradaram os promotores. Em junho havia três músicas do MPB-80 entre as mais executadas: Amelinha, com "Foi Deus Quem Fez Você", Joyce, com "Clareana" e Chico Evangelista, com "Rasta-pé". Em julho, Amelinha bateu todos os recordes da Informa Som - foi a mais executada tanto nas AM quanto nas FM, tanto no Rio quanto em São Paulo. Desfez-se, portanto, a necessidade de indicá-la para o primeiro lugar no festival.

Sem levar em conta o gênero e a qualidade da música, o fato evidente é que as gravadoras estão investindo na música produzida no Brasil. Târik de Souza cita várias razões para

LIZ BRAYO

ABRIU PRESS / ZECA ARAÚJO



Sérgio Ricardo

Tarik de Souza

essa mudança de comportamento. A primeira é que não há atualmente nenhum ritmo novo internacional para se jogar no mercado.

A discoteca "encheu o saco"

A música de discoteca se esgotou, "encheu o saco", e o reggae, que deveria substituí-la, não conseguiu penetrar. A outra razão é que a música brasileira está muito pujante, principalmente depois que se abriram as comportas da censura. Ele cita como exemplo o relançamento de "Prá Não Dizer Que Não Falei de Flores", de Geraldo Vandré, que foi relançada sozinha e fez um enorme sucesso. Um outro fator apontado pelo crítico é a chegada ao mercado de inúmeros compositores regionais, vindos desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. O próprio samba acabou se institucionalizando, depois de Martinho da Vila, que adaptou o partido alto para o consumo, além de reajustar as letras quilométricas do samba enredo. Antes de Martinho, compositores como Nelson Cavaquinho e Cartola eram obrigados a vender suas composições. Depois dele, desapareceu a figura do intermediário e o samba conseguiu se firmar.

A influência da abertura política

Alceu Valença, contratado, entre outros poucos eleitos, como Chico Buarque e Milton Nascimento, pela Ariola, cita as mesmas razões de Tarik de Souza e acrescenta que durante os anos de fechamento, músicos como ele, aliados do mercado, estavam percorrendo o Brasil, divulgando a música brasileira em um paciente trabalho de resistência cultural. Para ele esse trabalho está aflorando nos dias de hoje. E ao lado da pobreza e do vazio de movimentos musicais internacionais o Brasil pode dispor de uma riqueza considerável de ritmos. Com relação às injunções políticas, Alceu Valença acredita que a chamada abertura influenciou inclusive as gravadoras, que em um passado recente não se arriscavam a "criar cobra no quintal".

A reversão da relação entre músicas estrangeiras e nacionais no mercado coloca a questão de que as gravadoras multinacionais não têm como interesse prioritário a dominação cultural. A questão central é do lucro e desde que não haja ritmo internacional para ser lançado, e desde que haja demanda para as nacionais, os investimentos das gravadoras recaem sobre elas. Por isso mesmo o compositor Maurício Tapajós, autor de "Mudando de Conversa", "Tô Voltando" e "Pesadelo", sócio da Sacy, gravadora independente, é de opinião que a situação atual é passageira, porque o controle do mercado do disco é multinacional, com três ou quatro gravadoras nacionais dependentes das estrangeiras. Sérgio Ricar-

do, também da Sacy, tem opinião semelhante. Ele entende que de maneira geral as gravadoras investem em determinado tipo de trabalho, em modismos. Haverá uma mudança, na sua opinião, quando começarem a promover os músicos marginalizados, "mas por enquanto" - diz ele - "acho que é puro interesse econômico, ou seja, investem porque há demanda e amanhã poderão investir até em cachorros, desde que o mercado se abra para os latidos".

A alternativa independente

O compositor Francisco Mário, irmão do cartunista Henfil, diz que continuará seu trabalho independente, apesar do interesse atual das gravadoras pela música nacional.

E diz que o fundamental para o independente é a liberdade para gravar, escolher músicas, o arranjador, o letrista etc. Seu segundo disco, "Revolta dos Palhaços", foi produzido graças à cotização de cerca de 200 pessoas, entre intelectuais, artistas e políticos.

As letras de suas músicas são de Chico Buarque, Aldyr Blanc, Guarniere, Tarik de Souza, Fernando Rios etc. Ele explica que embora o essencial seja escapar de ser transformado em sabonete, há também a questão do lucro.

Seu primeiro disco, "Terra", saiu a um custo unitário de 60 cruzeiros e foi vendido às casas de disco por 280. Somente com a venda dos primeiros 3 mil discos ele já havia pago todos os custos da produção. Francisco Mário entende que os músicos que trabalham como ele, hoje agrupados em cerca de 30 gravadoras independentes, também tiveram uma influência positiva na mudança do mercado.

Esse trabalho independente, ao lado de uma gravadora como a Ariola, que embora aglutine poucos músicos, concede-lhes liberdade para trabalhar, acabou mostrando que havia uma demanda para a música nacional.

Tudo isso contribuiu para despertar o interesse das gravadoras multinacionais para a música nacional. Como exemplo da influência dos independentes ele cita o conjunto Boca Livre, que conseguiu furar todos os esquemas e se colocar entre os mais executados nas emissoras de rádio.

Embora alguns músicos acreditem na consolidação do espaço aberto para a música brasileira e vejam inclusive a possibilidade de serem atingidos de forma mais acentuada os mercados internacionais, outros, como Francisco Mário, não são tão otimistas. Mais dia, menos dia pode surgir um novo ritmo internacional para ser despejado no mercado e a coisa pode mudar completamente. Afinal o enlatado tem um custo por unidade muito menor do que o disco produzido no Brasil. Além do fato, naturalmente, de que a música internacional serve como cabeça de ponte para uma série de outros produtos, como calças, bebidas etc etc etc...

Gene sintético

A controvérsia corre solta nas universidades americanas, depois que o prof. Martin Cline anunciou no último dia 8, o primeiro transplante genético tentado em dois seres humanos que sofrem de talassemia, uma doença mortal, também chamada anemia do Mediterrâneo, na qual o organismo não produz hemoglobina.

Essa experiência de Cline consiste na utilização de um gene sintético capaz de produzir hemoglobina humana. Ele retirou pequena porção da medula óssea dos doentes, onde aplicou genes produzidos artificialmente que, depois de algumas horas de incubação, incorporam-se ao material genético das células da medula óssea, que é então reinjetada no paciente.

Enquanto os médicos consideram que esta experiência, se der resultado, poderá revolucionar o tratamento das doenças de origem genética, os pesquisadores de biologia molecular não escondem suas críticas e indignação. Alguns chegam mesmo a acusar Cline de abuso de confiança para obter os seus genes artificiais utilizados. Para o prof. Thomas Maniatis, do Instituto de Tecnologia da Califórnia, as experiências semelhantes feitas anteriormente em cobaias não autorizam a pretensão de um eventual sucesso em seres humanos.

Imprensa & poder

Depois de 3 semanas de trabalho, a conferência geral da Unesco, reunida em Belgrado (Iugoslávia), tocou em um dos pontos mais quentes de sua pauta: o relatório da "Comissão Internacional de Estudos dos Problemas da Comunicação", também chamado "Informe Mac Bride". Essa comissão, presidida por Sean Mac Bride, um conhecido político irlandês que já ganhou prêmios Nobel e Lênin da Paz, sintetizou discussões que se desenvolvem desde 1978, e foi muito elogiado pelos países do 3º Mundo. Ele preconiza o estabelecimento de uma nova ordem internacional de informação e a organização de "autênticos serviços de comunicação nacionais, livres das agências de informação transnacionais".

Classificado como um "ardil mortífero" pelo presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), entidade que congrega grandes proprietários de jornais, o Informe Mac Bride causou reações contrárias na delegação norte-americana, para a qual ele condizurá a um "debate ideológico totalmente improdutivo". Na delegação soviética, a reação variou do desconhecimento à irritação.

A polêmica não pára aí, entretanto. Enquanto existem notícias de que a agência norte-americana Associated Press (AP) teria concordado com o relatório, jornais das grandes empresas do Brasil faziam eco a acusações feitas por "editores latino-americanos e norte-americanos" de que o plano implica a intervenção direta do Estado na elaboração e publicação de informações, constituindo "grave ameaça à liberdade de imprensa".

Família e moral

Nos Estados Unidos, nascem 250 mil bebês por ano de mães solteiras; mais de 60% das famílias que recebem assistência pública são chefiadas por mulheres; e existem 5,5 milhões de famílias (11% do total das famílias americanas) vivendo abaixo dos níveis de subsistência internacionalmente aceitos. Além disso, 76,5% das norte-americanas usam contraceptivos, prática admitida por cerca de 2/3 dos padres do país.

Com base nestes números, apresentados no V Sínodo Mundial dos Bispos,

que se realiza em Roma, os religiosos dos países envolvidos defendem uma atitude mais liberal em relação ao controle da natalidade e em questões morais.

Por outro lado, a realidade das famílias do 3º Mundo, cujo problema imediato, segundo D. Aloisio Lorscheider, "é sobreviver, é ter o que comer", leva os religiosos desses países a apresentarem problemas mais imediatos como a miséria, e a rejeitarem a discussão das questões colocadas pelos bispos dos países ricos.

Isso não significa, contudo que a relidade da família nos países industrializados seja estranha ao 3º Mundo. Em São Paulo, por exemplo, pesquisas recentes mostram que pelo menos 22% das mulheres casadas já praticaram aborto, enquanto entre 1960 e 1976 houve um crescimento de 34% no número de casais separados.

Face a isso, o V Sínodo poderá chegar ao fim sem consenso entre os religiosos. Essa divisão é agravada pela intolerância dos conservadores — a terceira corrente existente entre os bispos —, para os quais não há nada que discutir a respeito da doutrina da Igreja sobre a família. Para eles, é preciso deter o "astronômico" crescimento das anulações de casamento feitas pela Igreja, que cresceu 5.000% nos últimos dez anos, constituindo um veda-deiro divórcio à revelia da doutrina.

Freud explica?

"É incomum colegas criticarem outros colegas. Entre nós esse procedimento é chocante. Não sabemos conviver com ataques entre nós mesmos". Com estas palavras, o Dr. Victor Manuel de Andrade, presidente da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, justificou no último dia 14, o pedido de exclusão dos psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas do quadro de associados da entidade. Pellegrino e Mascarenhas foram punidos depois de acusar a psicanálise de elitista e dizerem que 90% dos psicanalistas nunca leram Freud, em uma palestra pública no Rio de Janeiro.

Declarando "estranhar o fato", o Sindicato dos Médicos do Rio divulgou uma nota onde solicita "maiores esclarecimentos da entidade coatora", já que para o sindicato "a livre manifestação do pensamento e o direito de crítica são princípios fundamentais da democracia e da harmoniosa convivência entre os homens".



ÍNDIOS/PB

Seqüestros e invasões

Nação potiguar ameaçada na Paraíba

No dia 29/09/1980 três viaturas da Polícia Militar da Paraíba, invadiram a reserva Potiguar e seqüestraram os índios Daniel dos Santos (cacique) e Ednaldo Alves da reserva da Baía da Traição, município do mesmo nome. Esses índios foram seqüestrados mediante uma cilada (traição) pois os policiais que os seqüestraram, à paisana, convidaram-nos na oportunidade para uma reunião na localidade de Forte, onde está instalado posto da FUNAI.

Levados no camburão para a cidade de Guarabira, distante 80 quilômetros da reserva, os índios somente foram libertados no dia seguinte, depois da pronta interferência dos próprios irmãos potiguaras que para lá acorreram em solidariedade.

As invasões sucessivas levadas a cabo por fazendeiros e usineiros em busca de áreas alheias para plantações de cana, são as causas principais do conflito pois privam cada vez mais os potiguaras de suas terras, que lhes pertencem há séculos. No entanto, amparados no artigo 198 da Constituição Federal, que eles conhecem muito bem, os índios têm dado respostas seguras e pacíficas para a retomada de suas terras, apesar das ameaças dos invasores e da repressão da polícia estadual.

O citado deputado José Fernandes de Lima, líder da bancada do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado e eleito, inclusive, com voto

de muitos caboclos da comunidade, é apontado pelos potiguaras como "quem deu apoio aos invasores para que eles conseguissem força contra a gente"... "O mesmo deputado José Fernandes de Lima foi e é o responsável de prejudicar a gente índios, pois ele foi o influídor para que a Baía da Traição, área indígena, passasse a cidade, como passou".

Estranha é a atitude do Secretário Estadual da Segurança, neste caso, pois ignorando ou fingindo ignorar a lei 6001 de 19. 12. 73 que regula a situação jurídica dos índios e suas comunidades, insiste em dar "proteção policial" aos invasores, e mais adiante reconhece as arbitrariedades, a violência e o seqüestro perpetrados por seus subordinados: "aproveito a oportunidade para alertar as pessoas de bom senso que é admissível que se faça reparação à conduta de um mau policial isoladamente, jamais com a polícia como uma instituição, que merece não só o nosso respeito, bem como o nosso apreço".

Que sejam apresentados à justiça e punidos conforme a lei dos maus policiais ou que fiquem responsabilizados perante todo o povo brasileiro, o Secretário da Segurança e o governador do Estado pelo arbítrio e insegurança que agora também atingem a nação potiguar.

Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, João Pessoa, PB

RÁDIO/MG

Programa da Fetaemg fora do ar

A carta abaixo foi enviada ao governador **Francelino Pereira, de Minas Gerais.**

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), as Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo, reunidos em Carpina (Pernambuco), por ocasião do Encontro Nacional Sobre Trabalhadores Assalariados, sob a coordenação da Contag, contando ainda com a participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Regional NE/II, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Regional BA/SE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) e Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), vêm por meio deste, manifestar seu protesto contra a arbitrária atitude da Rádio Inconfidência, que retirou do ar o programa — "FETAEMG NO CAMPO", depois de 10 anos de audiência consagrada, com um ofício seco em que a direção da emissora apenas comunicava à Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Minas Gerais, (FETAEMG) a suspensão da programação, sem apresentar, sequer, razão aceitável para este fato que tem por consequência a tentativa de se liquidar com um trabalho sério de esclarecimento do sindicalismo no campo que atinge não só os companheiros de Minas Gerais, mas de todo o País.

Insustentável, ainda, tal suspensão se torna, face às informações verbais obtidas pelos próprios funcionários da emissora que a referida suspensão se dera "por ordem do próprio Palácio do Governo Estadual".

No momento em que todo o País se volta para a busca do pleno respeito aos direitos humanos, vemos uma emissora pública, cujo patrimônio pertence, portanto, ao povo mineiro, ferir frontalmente os direitos individuais do cidadão, garantidos na Constituição Federal, notadamente quanto à liberdade de imprensa e livre expressão do pensamento, pois a aludida medida teve por objetivo impedir a divulgação dos direitos dos trabalhadores e as notícias da luta sindical frente às violências contra eles praticadas, bem como levar até esses trabalhadores a bandeira prioritária do movimento, que é a REFORMA AGRÁRIA, definida na Lei 4.504/64.

Quando todo o povo brasileiro luta pelo pleno restabelecimento da Democracia, são inevitáveis atos dessa natureza, com características de totalitarismo, onde agentes do poder público se julgam donos do ar e do pensamento dos cidadãos brasileiros.

Ressalte-se que em 10 anos de Programa, todos os compromissos foram saldados em dia, e o "FETAEMG NO CAMPO", só aumentou a audiência da emissora.

Portanto, exigimos o restabelecimento da Programação em seu horário normal e protestamos energicamente contra esta atitude descabida.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados de Alagoas, Bahia, Paraíba, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Minas Gerais; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Porto Calvo (AL), Jabotão (PE), Garanhuns (PE), Nazaré da Mata (PE), Paudalho (PE), Timbaúba (PE), Vitória de Santo Antão (PE), Cravinhos (SP), Itanhaém (SP), Regente Feijó (SP), Jaboticabal (SP), Itu (SP), Lins (SP), Junqueirópolis (SP), Mirassol (SP), Araras (SP), Caguaratema (RN), Mamanguape (RN), Buar (RN), São José Mipibu (RN), Goianinha (RN), Campos (RJ), São Paulo da Aldeia (RJ), Truruís (RJ), S.S. de Paraíso (MG), Carmo do Rio Claro (MG); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Regional Nordeste II; Comissão Pastoral da Terra, Regional BA/SE; Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional (FASE); Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).



ÍNDIOS/RO

Incra e Funai acusados de omissão

Nós, agentes de pastoral da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, frente aos últimos acontecimentos de lutas entre indígenas Surui e posseiros, no município de Cacoal, em Rondônia, queremos esclarecer o nosso posicionamento como Igrejas que aqui atuam a serviço do povo.

Sabemos que estes fatos são o último capítulo de uma história há tempo iniciada e que tem, desde o começo, algumas falhas constantes, entre as quais apontamos a omissão dos órgãos competentes. INCRA e FUNAI aos quais é devida em primeiro lugar a situação que se criou.

O INCRA, face à demanda da terra por inúmeras famílias necessitadas de um pedaço de chão, perdeu-se em burocratização e não alcançou os objetivos pelos quais foi criado. Esta morosidade foi a principal causa que impulsionou os colonos a ocuparem a dita área à procura de meios de sobrevivência, comida e trabalho.

A FUNAI, também, pecou por omissão, não intervindo quando o mal era pequeno e deixando crescer o problema. Nunca apresentou aos colonos a documentação necessária para provar cabalmente que aquela área é terra indígena.

Assistimos então agora à procura de solução através da polícia e do exército.

Feitas estas considerações, replemos que:

- 1) a história do Brasil, passada e recente, demonstra que para os indígenas poderem sobreviver e ser livres é vital a posse da terra. Consideramos os indígenas como os primeiros e legítimos donos do Brasil, irmãos e gente, e achamos que devem ficar com suas terras para poderem continuar a desenvolver sua história já demasiadamente entristecida. Tirar dos indígenas a terra, com desculpa de que eles não a trabalham, é colocar a questão do valor do homem não no fato dele ser Filho de Deus, e sim em ser máquina da produção a serviço dos grandes. Ressoa em nossos corações o apelo de Deus: "Não oprimas teu irmão". O indígena, para nós, é o primeiro irmão, por ter sido o mais pisado, explorado e oprimido ao longo da história sangrenta do Brasil.
- 2) os posseiros, também, sofrem as contradições do sistema que os relegou no último degrau da sociedade, assim chamada civil. Vindos de outras regiões na esperança de um futuro melhor para si e para os filhos, sofreram aqui tudo o que um ser humano pode aguentar: falta de saúde, exploração e sobretudo falta de terra. Por isso queremos que, nesta tristíssima situação sejam tratados com o máximo respeito e dignidade. Mais uma vez não sejam os pequenos a pagar os erros e as omissões dos grandes. Desejamos que lhes sejam dadas uma terra de 100 ha., de boa qualidade; que sejam indenizados em dinheiro, ou com mais terras; que lhes seja dado tempo para se localizarem em outra área; que o título da mesma seja entregue o mais rápido possível e que tudo seja feito sem coação e violência.

Temos a esperança de que o sacrifício de tantas pessoas sirva para a vida de nosso irmão indígena e para a construção de uma sociedade em que o pequeno seja respeitado e valorizado, e na qual ele possa escrever, lavrador ou indígena que seja, a sua história como pessoa livre e solidária.

Pe. Ezio Dattres; Pe. José Grassi; Pe. Mansueto Dal Maso; Gilio Brunelli; Pastor Valdir Frank; Pastor Paulo Daenecke; Irmã Elide Sório; Irmã Maria Antonietta Molinari e Irmã Rita Saccol.

Cacoal, RO.

Movimento só se apóia nos leitores: faça uma assinatura



Defenda seu direito à informação livre. Venda uma assinatura a seus amigos. Se você quiser apoiar Movimento (venda de jornais ou ações), ligue para 210-6622 ou 210-6744 em São Paulo.

Desejo adquirir uma assinatura de Movimento

ANUAL - Cr\$ 2.100,00 BIANUAL - Cr\$ 3.500,00

Nome _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Estou enviando o cheque nº _____, pagável em São Paulo, em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Preço da assinatura no exterior: ANUAL - US\$100; BIANUAL - US\$200. Para a América Latina: ANUAL - US\$85; BIANUAL - US\$170.



HISTÓRIA

O Partido Comunista na "abertura" de 45

A política operária do PC e a União Nacional com Vargas defendida por Prestes em 1945

Com o fim da guerra, o Brasil viveu um processo de "redemocratização", que se estendeu de forma nítida entre 1944 e 1946. Nesse período, o Partido Comunista do Brasil viveu seu único momento de legalidade, desde sua fundação.

Agora, quando vivemos a "abertura" do regime militar e os comunistas aparecem cada vez mais à luz do dia, torna-se valioso e extremamente importante o conhecimento daquele período. Em particular, ganha importância conhecer as posições então adotadas pelo PC.

A ditadura de Vargas conseguiu praticamente desarticular o PC em 1940, lançando à prisão ou à morte toda a sua direção nacional e as direções estaduais. A partir de 1941, em meio a imensas dificuldades, surgiram esforços para reorganizar o partido. No Rio, formou-se a CNOP — Comissão Nacional de Organização Provisória —, tendo à frente Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, João Amazonas, Pedro Pomar e outros. Em São Paulo, além do trabalho de Diógenes Arruda Câmara, formou-se outro grupo, sob a liderança de Caio Prado Jr., Mário Schemberg e outros. Por outro lado, Carlos Marighela foi um dos que negaram a validade da reorganização do partido como organização clandestina.

Em 1942, as condições de luta dos antifascistas começam a mudar no Brasil. Aproximava-se a data do plebiscito que deveria legitimar a Constituição de 1937, aproximava-se o fim do mandato de Vargas, estipulado nessa constituição e — mais importante — o País entrava na guerra, ao lado dos aliados e contra o eixo fascista.

Nesse ano, da prisão, Luiz Carlos Prestes lançou pela primeira vez, a tese da União Nacional em torno do governo de Vargas, exigindo em contrapartida a anistia.

No ano seguinte, 1943, o PC realizou a Conferência da Mantiqueira, elegendo um novo Comitê Central, composto sobretudo pelos membros da CNOP — João Amazonas, Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Pedro Pomar (todos futuros dirigentes do atual PC do B), Mário Alves, Amarílio Vasconcelos e Sérgio de Oliveira, além de Luiz Carlos Prestes e Carlos Marighela, ambos na prisão. Prestes foi eleito secretário geral.

A Conferência confirmou também a proposta de Prestes, ao definir "o estabelecimento da linha política à base da união nacional em torno do governo".

A intersindical do PC

Em 1945, a guerra terminou e Prestes interpretou a vitória aliada da seguinte forma: "a vitória militar foi alcançada pela unidade, pela colaboração fraternal dos povos amantes da democracia, em particular pela aliança sincera e honesta das duas grandes democracias capitalistas com a democracia do proletariado. (...) Cabe igualmente a nós, os democratas do mundo inteiro, apoiar e sustentar a colaboração das três grandes potências, lutando sem repouso pela paz interna em nossa pátria, não poupando esforços para encontrar sempre a solução harmônica e pacífica de todas as divergências e

contradições de classe que porventura nos possam separar e dividir". A partir daí, nada mais faltava para se chegar à definição oficial, pelo PC, da palavra de ordem central para o período: "ordem e tranquilidade".

Em 30 de abril de 1945, juntamente com líderes não-comunistas (em um total de 300 dirigentes, de treze estados da Federação), o PC lançou-se à criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), organização inter-sindical que veio a ter grande importância na vida política e sindical do país por alguns anos.

O MUT teve como principal atividade política a participação na campanha pela Constituinte, que se estendeu até agosto de 1945. O MUT, cujo presidente era o dirigente comunista João Amazonas, teve uma orientação definida para a atuação no meio sindical e operário. Em julho de 1945, especifica em quatro pontos suas reivindicações para reforma da estrutura sindical. Um dos pontos exigia "autonomia administrativa, ou seja, eliminação dos controles do Estado sobre a aplicação dos fundos dos sindicatos". Este foi um dos dois pontos negados pelo governo, e nem poderia ser de outra forma, pois o MUT silenciou quanto à necessidade de abolição do imposto sindical, e se o Estado é o responsável pelo recolhimento dos fundos dos sindicatos, oriundos desse imposto, é utopia imaginar que ele abriria mão da fiscalização de sua aplicação.

A proposta de autonomia sindical formulada pelos comunistas e pelo MUT não poderia ser considerada radical. Em julho de 1945, o jornal comunista *Tribuna Popular* transcreveu declarações de um representante sindical carioca, que entendia a liberdade sindical "não (como) o desligamento do ministério do Trabalho, mas o respeito à soberania de nossas assembleias", e pontos semelhantes.

Ao mesmo tempo em que ficavam mais distantes as possibilidades de se conquistar uma efetiva autonomia sindical, sequer de lutar por ela, as greves foram fortemente desestimuladas.

"Apertar mais o cinto"

O movimento queremista ("Queremos Constituinte com Vargas") cresceu, e chegou a apresentar formalmente a Vargas sua proposta: eleições na data marcada, mas para a Assembleia Constituinte, com Vargas na presidência.

Uma grande manifestação "queremista" estava prevista para o dia 27 de agosto no Rio, com a presença de mais de 50 sindicatos. O chefe de Polícia, proibiu a manifestação, e Vargas tentou substituí-lo. O gen. Goes Monteiro reagiu e, no dia 29 de agosto ocorreu o golpe de Estado. Getúlio renunciou, sendo substituído pelo governo provisório de Linhares.

Seis dias depois, a *Tribuna Popular* publicou um manifesto que — sob o título "Ao povo o que interessa neste instante é a consolidação do novo governo" — criticava Vargas porque ele "traiu o povo, permitindo que se articulassem as forças da reação (...) que, afinal, unidas numa frente comum desfecharam o golpe militar". E lançou um apelo ao novo governo, que classificou como contraditório: "que os



João Amazonas e Prestes, em 1945

democratas sinceros e os antifascistas honestos agora nos postos de responsabilidade, confiem, pois, no povo, porque só assim poderão cumprir a palavra empenhada e livrar-se da pressão que sobre eles exercerão os remanescentes do fascismo".

No mês seguinte, João Amazonas publicou sua interpretação desses acontecimentos: "os sindicatos operários levantaram com energia a bandeira da Assembleia Constituinte. Cinquenta e sete sindicatos do Rio convocaram um grande comício exigindo a Constituinte. Mas sobreveio o golpe dos generais reacionários que, como denunciávamos oportunamente, foi dirigido contra o Partido Comunista e a classe operária. E o comício foi proibido. Muitos sindicatos foram fechados. Em frente à sede do Partido Comunista foram postados 200 tanques de guerra e metralhadoras de grosso calibre. Mas a classe trabalhadora e os comunistas não responderam às provocações. Lutaram pacífica e resolutamente contra o golpe e as tentativas de greve e assim a situação foi se modificando e os reacionários retrocedendo de seus primitivos intentos".

Imediatamente após o golpe, a propaganda do MUT deslocou-se da Constituinte para a palavra de ordem da criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que o MUT, sindicatos e associações estavam preparando. Mas isso, sem prejuízo da continuidade da luta pela reforma da estrutura sindical. As concepções da direção do PC, na condução dessa luta, alcançaram talvez seu apogeu no item nº 7 do programa eleitoral do partido, visando as eleições de dezembro: "pela ajuda decidida do governo à organização sindical do proletariado inclusive empresas autárquicas, a fim de que unifique nacionalmente suas forças numa grande Confederação Geral". Ou seja, concebia-se a "ajuda decidida" do Estado burguês à organização, em âmbito nacional, da luta econômica dos trabalhadores, ainda quando se reconhecia que "as forças da reação haviam desfechado o golpe militar" vitorioso.

Ao mesmo tempo, aumentavam os esforços para desestimular as greves. Assim, para o MUT do Rio as greves seriam "estimuladas por elementos ligados às forças reacionárias e ao capital estrangeiro colonizador (que

pretende criar novamente um ambiente de confusão propício à desordem, com o intuito, agora, de prejudicar a realização de eleições pacíficas, livres e honestas no próximo dia 2 de dezembro". Por isso, o MUT recomendava aos trabalhadores "comparecer ao trabalho mesmo que agentes provocadores tentem afastá-los de suas atividades; apertar mais os cintos e esperar um pouco até que, consolidada a vitória da democracia e dentro de seus órgãos próprios, seus anseios e reivindicações sejam normalmente alcançados".

"Uma má compreensão"

Em janeiro de 1945, realizou-se o Pleno Ampliado da direção nacional do PC, onde o partido avaliou as atividades dos últimos quatro meses. Concluíram que os resultados favoráveis no terreno da organização e da unidade sindicais confirmam a orientação seguida até então, segundo a qual os problemas operários "só podem ser resolvidos com ordem e tranquilidade". Mas mudou a interpretação a ser dada a esta palavra de ordem. No Informe da Comissão Executiva ao Comitê Nacional, Pedro Pomar criticou "camaradas nossos que não compreenderam que ordem e tranquilidade não querem dizer que deixemos de agir com energia pelo aumento de salários e por todas as reivindicações imediatas da classe operária". Apresentando ao Pleno Ampliado seu Informe Político, Prestes foi ainda mais longe na crítica: "uma má compreensão de nossa luta contra a desordem e qualquer agitação que possa servir de pretexto para golpes militares, levou-nos a uma certa passividade frente aos graves problemas econômicos e sociais que afligem as mais amplas camadas de nosso povo. Esse desvio oportunista na realização prática de nossa linha política dificulta também nossa ligação com as massas e, se foi até há poucas semanas atrás de menos importância, já agora, precisa ser corrigido com rapidez se quisermos prosseguir na altura de nossa missão histórica de dirigentes do proletariado e de todo o nosso povo (...) Lutar por ordem e tranquilidade é principalmente lutar contra tudo aquilo que venha a agravar a situação econômica das massas e, portanto, por aumentos de salários e melhores condições de trabalho". A partir daí, o PC passou a evoluir em suas posições frente às greves. Inicialmente irá defendê-las como um direito dos trabalhadores, sem assumi-las porém e mostrando o que teriam de "inconveniente" na situação política do país.

Autocrítica em 1949

As eleições presidenciais ocorreram no dia 2 de dezembro de 1945. Sem condições de apoiar nenhum dos candidatos lançados pelas classes dominantes, o PC optou pelo lançamento de um candidato próprio, sem que isso significasse uma ruptura com a política de aliança com a burguesia. Ao justificar a escolha de Yedo Fiuzza como candidato, Prestes disse que "o nome de um comunista poderia sofrer restrições e nosso papel (...) Se a burguesia nacional não for capaz de encaminhar as soluções de seu interesse específico e do interesse geral de nossa pátria, o proletariado organizado a ajudará".

Em 1.º de fevereiro de 1946, o general Dutra tomou posse como novo presidente da República e, a 16 de março, passando por sobre a Constituinte, regulamentou o direito de greve através do Decreto 9070, praticamente inviabilizando legalmente qualquer movimento grevista. É o início do desencadeamento da repressão sobre o movimento operário.

Os comunistas custaram a adaptar-se à nova situação. Em março, já com o MUT sendo reprimido, seu presidente João Amazonas declarou na Constituinte a intenção de apoio ao governo

Nesse mês, Prestes afirmou que é "contra a nossa vontade que atacamos o governo".

Não são conhecidas avaliações mais aprofundadas desse período e da atuação nele do PC, feitas pelos próprios comunistas. Assim mesmo, conhece-se pelo menos uma breve autocrítica de Prestes, feita em 1949: "Já em 1945, em vez de mobilizarmos e organizarmos as massas através da luta por suas reivindicações imediatas, como única maneira de fazermos frente ao golpe militar que se preparava contra as recentes conquistas democráticas, aconselhávamos 'ordem e tranquilidade' e procurávamos conter o descontentamento das massas — toda ilusão pequeno-burguesa que denota o quanto já nos afastáramos então do terreno do marxismo-leninismo".

Por outro lado, em 1972, comemorando o cinquentenário de fundação do PC, o Comitê Central do PC do B lançou um documento oficial ("50 anos de luta") onde há um trecho de sentido autocrítico: "depois do golpe de 1937, o partido abandonou a posição independente que teve em 1935 e se limitou à luta pelas reformas burguesas. No pós-guerra adotou uma linha de reboque à burguesia" alternando depois uma linha de conduta sectária e uma de suporte ao capital nacional. "Só depois da reorganização, em 1962 (trata-se da divisão do PC), passou a assumir posição independente, de classe".

Muito há que estudar e compreender ainda sobre as lutas operárias e populares no Brasil, e não só nesse período. Muito haverá que buscar também por trás e para além das interpretações oficiais — e não só as das classes dominantes, como se pode ver...

Fernando Leal, Salvador, BA

Errata

A matéria "No congresso, ressurgiu a UPE", publicada na edição passada de *Movimento*, sobre a reconstrução da entidade estudantil dos estudantes do Paraná — a União Paranaense de Ensino — foi publicada com um erro importante. Lá se diz que durante o congresso o diretor para a área da saúde da UNE, Gilberto Berguio Martins, apoiou as posições dos dirigentes do DCE de Curitiba contra as posições manifestadas pelos dirigentes do DCE de Londrina. Na verdade, Gilberto defendeu posições exatamente contrárias, isto é, defendeu as posições de Londrina para a formação de uma chapa para a entidade que tivesse um programa mínimo comum, com a participação de estudantes da capital e do interior do Estado.

Adolfo Perez Esquivel

Um prêmio Nobel contra a ditadura militar argentina

O Parlamento norueguês premia um defensor dos direitos humanos na América Latina

A primeira reação da ditadura militar argentina foi o silêncio. Depois, era emitido um comunicado afirmando que, "à margem de suas intenções, (ele) foi efetivamente utilizado para facilitar a impunidade dos membros de distintas organizações terroristas, pelo que foi detido e colocado à disposição do Poder Executivo". Desta forma, o governo do general Jorge Rafael Videla procurava sair da difícil posição em que foi colocado pela decisão do Parlamento norueguês e justificar a prisão por 14 meses (em 1977 e 1978), sem causa e sem processo, de Adolfo Perez Esquivel, premiado, no último dia 13, com o Nobel da Paz. "Altas fontes" argentinas, citadas pelo correspondente do *Jornal do Brasil*, comentavam, porém, que "dos males, o menor teria sido muito pior se tivessem escolhido as 'loncas da Praça de Maio' ou alguém que estivesse na prisão aqui".

De fato, apesar da importância de sua luta pelos direitos humanos à frente da organização Paz e Justiça na América Latina, não se pode deixar de ver na premiação de Esquivel uma "solução moderada" por parte dos jurados de Oslo, já que se considerava praticamente certo que o Nobel da Paz fosse concedido àquelas que o governo argentino apelidou de "as loucas da Praça de Maio" - essas mulheres que, há anos, se manifestam silenciosamente diante do palácio presidencial de Buenos Aires, para obter das autoridades militares improváveis notícias de um filho, ou um marido, "desaparecido" por motivos políticos. Esquivel as qualificou de "mães-coração" e sua premiação teria

tido, realmente, bem mais incômoda para a ditadura argentina.

Isso não diminui os méritos do premiado. Sua escolha foi felicitada por várias entidades protestantes e católicas que se dedicam à defesa dos direitos humanos, entre elas o Conselho Ecumênico das Igrejas, de Genebra. O abade Pierre Toular, secretário da comissão francesa de Justiça e Paz, o definiu como "um homem da não-violência, um discípulo de Martin Luther King e de Gandhi, agindo num espírito evangélico e não político". Em entrevista coletiva em Buenos Aires, Esquivel dedicou o Nobel aos "povos da América Latina, aos indígenas, camponeses, operários e a todos os que lutam pela vigência dos direitos do homem".

Apesar de ser protestante, Adolfo Perez Esquivel tem mantido intensa colaboração com os meios católicos e possui grandes amigos no Brasil, em especial Mário Carvalho de Jesus, advogado da Frente Nacional do Trabalho, Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, Dom Antônio Fragoso, bispo de Crateús (Ceará) e Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo. Aliás, foi graças à intervenção de Dom Paulo que Esquivel foi libertado em 1975, quando, em visita ao Brasil, foi preso pelo DOI-CODI de São Paulo.

Secretário geral da Paz e Justiça na América Latina - um movimento que, em todo o subcontinente, reúne cristãos desejosos de promover mudanças sociais sem recorrer à violência - o argentino Esquivel era até o momento conhecido principalmente nos meios cristãos progressistas do Terceiro Mundo e da Europa.

Com 49 anos de idade, esse ar-



Esquivel: um partidário da não-violência

quiteto e professor de escultura da Universidade de La Plata não tem mais do que nove anos de cruzada a favor dos direitos humanos. Mas foram anos intensos. Em 1971, ele começou a militar na Argentina em um movimento não-violento de adeptos das idéias de Gandhi. Sua "receita social" é autogestão, e, indo além das palavras, ele criou em seu país oficinas artesanais autogeridas.

1972 foi para ele um ano de luta contra a violência política na Argentina. O regime militar do general Lanusse se apressava em entregar o poder, mas os sobressaltos

da máquina de repressão eram terríveis: foi, em particular, o ano do "massacre de Trelew", durante o qual 16 presos políticos foram assassinados, sob a alegação de "tentativa de fuga".

Em 1973, Adolfo Perez Esquivel fundou o periódico *Paz e Justiça*, em torno do qual cresceu o movimento do mesmo nome - primeiro na Argentina, e, logo, em escala latino-americana. Em 1974, ele participou em Medellín (Colômbia) de uma conferência visando elaborar uma estratégia não-violenta para a libertação de toda a América Latina. Esquivel

tornou-se o secretário geral da Paz e Justiça, com sede em Buenos Aires, buscando coordenar a ação de todos os "grupos de base" que se inspiram na "não-violência evangélica como forma de libertação".

Em 1975, ele tomou a defesa das cooperativas camponesas do Paraguai, perseguidas pelo regime do general Stroessner. Em agosto de 1976, foi interpelado em Riobamba e, depois, expulso do Equador por ocasião de uma reunião histórica de bispos e leigos progressistas de toda a América Latina. Um dos grandes amigos católicos de Esquivel é justamente o bispo de Riobamba, Monseñor Leonidas Proano.

Em 5 de abril de 1977, ele foi preso pela ditadura militar argentina, instalada pelo golpe de Estado de 24 de março de 1976. E permaneceu mais de um ano, "à disposição do poder executivo", segundo as palavras do recente comunicado do governo, até sua libertação em 22 de junho de 1978. Uma campanha de solidariedade tornou mais conhecido o seu nome na Europa e América Latina.

A cooperação contra essas enormes máquinas que são as multinacionais e os Estados totalitários: a "conscientização" no lugar da doutrinação; a inquietação espiritual fecundando a revolta contra tudo que esmaga a pessoa: através de Adolfo Perez Esquivel, os jurados de Oslo procuram premiar centenas de milhares de homens e mulheres, estes cristãos progressistas que, numa região em que a violência social ultrapassa todos os limites, lutam por um futuro melhor.

(A partir de uma matéria de Jean-Pierre Clerc, de *Le Monde*)

Novos dados sobre a origem do universo

O prêmio Nobel de Física deste ano foi atribuído aos norte-americanos James Watson Cronin e Val Logsdon Fitch por suas descobertas relativas à violação dos princípios fundamentais da simetria na desintegração dos mésons K neutros. O alcance deste trabalho é que, por meio dele, é possível chegar a uma maior compreensão sobre a formação do universo a partir da "grande explosão" (**big bang**), considerada o momento inicial.

Nas palavras da Real Academia Sueca de Ciências, a dificuldade tem sido entender "de que maneira um universo originalmente muito quente e simétrico pôde evitar que a matéria e a antimatéria se aniquilassem mutuamente quase de imediato".

As investigações de Cronin e Fitch, na física das partículas ele-

mentares, mostraram que, na desintegração dos méson K neutros, a simetria esquerda-direita nem sempre é compensada por uma troca entre matéria e antimatéria. Explicando melhor: os fenômenos físicos observados na vida corrente não se alteram se se mudam as posições esquerda e direita. Isso, porém, não ocorre em escala atômica: a física muda quando se troca a esquerda pela direita.

Esta descoberta revolucionária, feita em 1956, levou os norte-americanos Lee e Yang a receberem o prêmio Nobel no ano seguinte. Pensava-se, porém, que, se após a troca da esquerda pela direita, se realizasse a substituição das partículas pelas respectivas antipartículas (antimatéria), se retornaria aos mesmos fenômenos físicos. A operação seria equivalente à de se inverter o sentido do tempo.

Em 1963, Fitch e Cronin, ajudados por Turlay e Christensen, descobriram que essas duas operações, batizadas "CP", não deixavam invariante o mundo das partículas. Ou seja, que as orientações esquerda e direita não têm um caráter arbitrário, dependendo de simples convenção, mas que fazem parte da natureza mesma da matéria. E que o tempo flui num único sentido. Daí o esclarecimento que essas investigações trazem sobre as interações de matéria e antimatéria nos momentos iniciais do universo.

O Nobel de Química foi repartido entre os norte-americanos Paul Berg e Walter Gilbert e o inglês Frederick Sanger. Sanger já havia sido premiado em 1958, por trabalhos relativos à estrutura das proteínas. A premiação atual se deve ao desenvolvimento de métodos para

uma descrição em pormenores da estrutura e funções da molécula do Ácido Desoxirribonucleico (ADN), portadora das características genéticas. Segundo a Real Academia Sueca, essas investigações são um importante passo para se compreender a natureza do câncer, pois permitem um melhor entendimento da disfunção do controle do material genético ligado ao crescimento e à divisão das células.

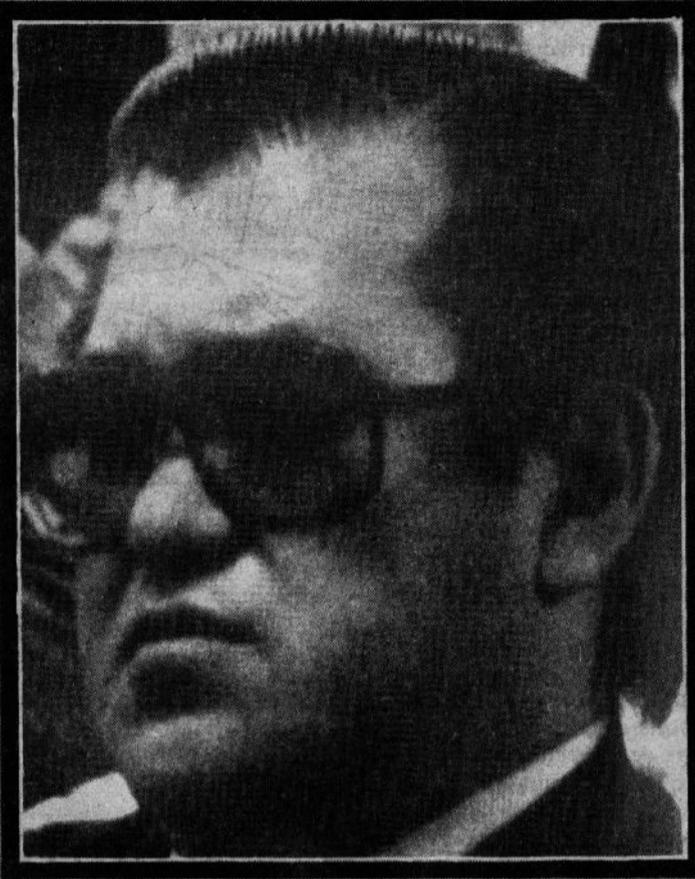
O Nobel da Economia também ficou com um norte-americano: Lawrence Robert Klein, pela "criação de modelos econométricos e sua aplicação na análise das flutuações e das políticas econômicas". Uma das aplicações das teorias de Klein é um estudo sobre a influência da alta dos preços do petróleo na inflação, condições de emprego e balança comercial em vários países.

O primeiro prêmio a ser anunciado, o de literatura, foi de certo modo uma decepção. Mais uma vez foram preteridos os "grandes favoritos" - Jorge Luis Borges, Graham Greene, Gunter Grass, Norman Mailer - em favor de um escritor praticamente desconhecido, o poeta polonês radicado nos Estados Unidos, Czeslaw Milosz. Milosz nasceu em Vilna, capital da Lituânia, incorporada em 1923 à Polônia; participou da resistência antinazista, e, em 1951 rompeu com o regime polonês. "Sinto uma exigência descompromissada de integridade artística e liberdade humana - disse Milosz - que me impede de continuar apoiando a orientação de Stálin adotada em meu país". A decisão da Academia parece ter-se prendido muito mais a considerações políticas do que literárias.

M5 ANOS MOVIMENTO

Cinco anos contra a opressão

HARRY SHIBATA
o médico-monstro



LUCCO KOYAMA/ABRIL PRESS

Depois de cinco anos, os crimes de Shibata começam a ser punidos. Veja nas páginas 8 e 9 o uso da medicina na tortura a presos.

A CONDENAÇÃO DO MÉDICO DOS TORTURADORES

Manaus, Santarém, Macapá, Porto Velho, Rio Branco (via aérea) - Cr\$ 75,00

Edição Semanal 278 - 27/10 a 2/11/80 - Cr\$ 60,00



Especial:
uma viagem à violenta Baixada Fluminense

P. 11 a 14

A guerrilha no Brasil contada em livros

P. 19 a 21

Entrevista exclusiva com Francisco Julião

P. 5

Por uma Constituinte que unifique o povo, principalmente

Na última semana, a direção nacional do PMDB decidiu transformar o dia 15 de novembro principalmente num dia de luta nacional pela Constituinte. Havia também a idéia de que o dia fosse dedicado, principalmente, a um protesto nacional pela não realização das eleições municipais, mas o repúdio ao adiamento das eleições acabou ficando como o objetivo secundário da manifestação do partido, cedendo seu lugar a um Dia da Constituinte.

Na mesma semana, em Brasília, após apresentar os documentos do pedido de registro provisório do Partido dos Trabalhadores, a executiva nacional do PT decidiu, mais uma vez, que a Constituinte não será incluída no programa do partido.

Em consequência, no grande trabalho nacional que começou a fazer com vistas ao protesto do dia 15 de novembro, o PMDB está tendo de efetivar uma política de alianças preferenciais com o PDT, o partido de Leonel Brizola, e o PP, de Tancredo Neves, Olavo Setúbal e Magalhães Pinto, o chamado "partido dos banqueiros". (O fato, aliás, só confirmou uma política mais persistente da direção liberal do PMDB que busca a união - e até mesmo a fusão com o PP, especialmente).

Para alguns analistas e correntes políticas, estes acontecimentos têm a seguinte significação: a ampla frente política necessária, no momento, para derrocar o regime militar e substituí-lo por um regime de amplas liberdades políticas inclui, entre os partidos legais, o PMDB o PP e o PDT enquanto o PT fica de fora pois se recusa a aprovar uma proposta clara de fim deste regime.

É uma conclusão equivocada, no entanto, certamente, é apenas uma das confusões que o regime militar conseguiu impor no seio do movimento oposicionista por algum tempo, em virtude do seu projeto de reformulação dos partidos políticos. Uma análise mais cuidadosa da vida política do país continua mostrando que o principal elemento para levar até o fim a democratização do país e derrotar o projeto de uma **abertura controlada e restrita** é a união das correntes populares, que por sua vez estão tanto dentro do PMDB, quanto do PDT e do PT, e mesmo fora desses partidos políticos permitidos. Quem, por exemplo, não está vendo que um amplo setor do maior partido legal de oposição, o PMDB vem defendendo - sempre que pode e em inúmeras articulações não publicadas - a idéia de uma cons-

tituinte com Figueiredo, ou seja, sem o fim prévio do regime militar e que seria, portanto um modestíssimo rearranjo entre as elites dirigentes? Em relação ao PDT e PP, as posições dominantes são piores ainda: Leonel Brizola, em todas as declarações que fez sobre a Constituinte deixou expresso que apóia a Constituinte com Figueiredo. E o Partido Popular foi além disso: continua afirmando taxativamente que quer apenas acelerar o projeto de abertura Figueiredo; e que **não é contra o regime**.

O que parece dificultar a unificação das forças populares e, conseqüentemente, a formação do núcleo central de uma frente democrática ampla e combativa voltada para a liquidação do atual regime são duas incompreensões políticas que existem dentro do movimento popular em relação às tarefas do momento:

1) Dentro do PT, por um lado, o equívoco é achar que se pode realizar a unificação política dos trabalhadores sem apresentar uma proposta clara e viável de fim do regime militar e de um método para substituí-lo. Desde que sua ala ultra-esquerda foi derrotada na sua intenção de aprovar a consigna de "governo dos trabalhadores", o PT viu-se sem uma bandeira equivalente e mais flexível. A tese da Constituinte Livre e Soberana convocada por um governo democrático-popular continua sendo recusada porque amplos setores do PT não conseguem compreender como se pode manter a independência dos trabalhadores e camadas populares e, ao mesmo tempo, realizar alianças, táticas com a burguesia.

2) e dentro dos setores populares do PMDB e do PDT persiste, por outro lado, a dificuldade de defender a Constituinte a partir das lutas imediatas e mais sentidas das classes e camadas populares, de forma a utilizar a Constituinte para separar o campo oposicionista do campo do regime. O episódio da convocação para o dia 15 de novembro é típico: se se tivesse, em primeiro plano, o objetivo de aproveitar o campo institucional para forçar a unificação política dos setores populares do PMDB, PT e PDT mais valeria centrar a luta do dia 15 na denúncia do fato concreto que será sentido por todo o povo - a ausência de eleições para vereadores e prefeitos. Colocar a Constituinte, neste caso, em primeiro plano, só serve concretamente para dificultar uma ação concreta com o PT no dia 15 de novembro.

Raimundo Rodrigues Pereira



O Sistema não tem medo (da corrupção ou do fascismo de Maluf)

O controvertido lançamento da candidatura do governador paulista Paulo Maluf à Presidência da República, pelo ministro Abi Akel, da Justiça, tem sofrido - nas interpretações dos comentaristas políticos - oscilações que ora o jogam para um extremo da supervalorização, abusiva e injustificada, ora para o outro extremo da minimização, ingênua e pouco perspicaz.

Se estivéssemos em outro país que não o Brasil, uma frase de um ministro sobre a eventual candidatura de um governador à Presidência da República provavelmente mereceria apenas um comentário, talvez jocoso, numa coluna interna de um jornal de segunda categoria; ou algumas linhas de registro num jornal mais sério. No Brasil, vira manchete. Por que?

Em primeiro lugar, porque o jornalismo brasileiro, no geral, é frasista e oficialista. Isto é: é assunto não o fato, o acontecimento, o processo histórico, o cotidiano das pessoas comuns: é assunto a versão, de preferência oficial, sobre o fato, o acontecimento, o processo histórico e o cotidiano das pessoas comuns. Se alguém falou, isso é notícia; se esse alguém é uma autoridade, ótimo, é notícia de primeira página; se é um ministro que fala (não importa a besteira que profira) melhor ainda: é manchete.

Em segundo lugar, porque os recados pela imprensa têm sido uma arma usual do regime político-militar que se instalou no Brasil em 1964, e dele ainda não foi aliado. Regime já de per si bastante e fortemente armado - que não hesita em bater, prender, arrebentar, torturar e matar quando isso lhe convém - também maneja as suas habilidades menos brutais, e entre essas não é de se desprezar a da informação e de todas as suas variantes.

Assim, quando o ministro Akel disse que

apoiaria uma eventual candidatura de Maluf à Presidência, ele não quis apenas ser gentil e cortês com seu anfitrião, como agora quer fazer crer. Também não quis queimar o candidato, como o querem fazer crer os que julgam a realidade mais pelo seu peculiar "wishful thinking" do que pela análise objetiva de fatos concretos. Quando ele falou, não era ele que estava falando. Era o Sistema, pela sua boca, apropriada para essas coisas porque exatamente essa tem sido a quase que exclusiva função dos ministros da Justiça nos Governos de 64 para cá.

E o que o Sistema falou foi claro - e mais claro se torna quando se recorda que tudo foi dito às vésperas da votação da emenda de diretas apenas para governador em 82 - e pode ser resumido no seguinte:

1. o Sistema continua detendo o poder de indicar o candidato e fazer o presidente da República. O nome não importa: pode ser Paulo Maluf, Antonio Carlos Magalhães, Aureliano Chaves ou um qualquer general. O que importa é o princípio: quem diz quem é, é o Sistema.

2. o Sistema não leva em conta detalhes menores, como a opinião pública, a vontade dos eleitores, as articulações políticas de partidos, grupos ou correntes. Leva em conta apenas o próprio interesse.

3. O Sistema não se incomoda com as acusações de corrupção e fascismo que cercam o governo de Paulo Maluf. O Sistema incomoda-se, sim, com o problema da própria sobrevivência e continuidade. Corrupção e fascismo, aliás, costumam andar juntos, e não devem estranhar os encômios recíprocos que se fazem, mutuamente e vice-versa, os beneficiários de uma e os cultores do outro.

Perseu Abramo

MOVIMENTO ANOS 50 SERVICOS INTERNACIONAIS Le Monde

Conselho de Direção

Agostinho Gizé, Aicy Linhares, Álvaro A. Caropreso, Antonio Carlos Ferreira, Antonio Carlos Queiroz, Armando Boito, Armando Sartori, Célia R. de Souza, Conrado Júnior, Delzir A. Mathias, Duarte Pereira, Flávio Carvalho, Igor Fugzer, Jacira Venâncio, José Calisto de Alencar, José Crisóstomo de Souza, Lúcia Ribeiro Dias, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Macklouf de Carvalho, Luiz Pedro, Márcio Bueno, Marcos Gomes, Murilo Carvalho, Paulo Koza, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Roberto Martins, Roldão Oliveira, Iliário Canuto e Washington Oliveira.

Conselho Editorial de Movimento

Alencar Furtado, André Forster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilto Borba Filho (1912-1976).

Diretoria de Edição S/A

Raimundo Rodrigues Pereira (presidente), Antonio Carlos Ferreira (diretor-editorial), Paulo Koza (diretor de operações), Perseu Abramo, Duarte Pereira, Célia Regina de Souza e Roldão Oliveira (diretores adjuntos).

Movimento é uma publicação de Edição S/A - Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Brasil. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Belo Horizonte: Av. Amazonas, 135, sala 309 - Edifício Codo - Minas, Tel. 224-7605. Salvador: Rua Caetano Moura, 16. Tel. 245-2861. Federação. Distribuição: Abril S/A - Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575. Tel. 65-5115. Impresso nas oficinas da Cia. Jorões, Rua Gastão da Cunha, 49. Tel. 531-8900. São Paulo. Material via Varg.

GOVERNO & EMPRESAS

Empresários no partido do João

O general Figueiredo ficou mesmo comovido com o manifesto de apoio que recebeu dos mais influentes empresários paulistas, através do Fórum da Gazeta Mercantil, no fim do mês passado (ver Movimento nº 276). Tanto que, na semana passada, convidou-os para um encontro no Palácio do Planalto, para repercutir melhor o apoio. E teve sucesso: em sua fala Figueiredo fez um resumo do documento dos empresários paulistas, ressaltando sua concordância quase total com o texto e, o que impressionou bastante o empresário Antonio Ermírio de Moraes, chegou até a fazer anotações de próprio punho nas margens do documento.

"AMOR AO BRASIL"

Formalmente, os empresários foram um pouco vagos nas reivindicações que apresentaram ao presidente, que foi saudado pelo empresário Antonio Ermírio. Os empresários, segundo Ermírio, têm um "denominador comum" com o presidente: "o amor à paz, o amor ao Brasil, o desejo de ver o Brasil realmente respeitado no exterior, pelo valor, pela inteligência pelo caráter e pela dignidade do seu homem".

Parece um nível muito precário de unidade, que não chegou nem a incorporar o "charme, veneno e graça da mulher brasileira", como dizia o poeta. É que os empresários parecem ter se surpreendido com o convite e tentaram dar uma impressão de naturalidade: "foi uma luz que se acendeu", disse Antonio Ermírio à imprensa, "não vamos queimá-la agora por excesso de volta-gem". Os empresários ficaram muito satisfeitos com a promessa de Figueiredo de ouvi-los sempre que for tomar alguma decisão importante na área econômica e financeira, uma das principais reivindicações do novo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Luiz Eulálio Vidigal.

HOBBY E POLÍTICA

Para não obscurecer a lâmpada, seja por excessivo entusiasmo no apoio, seja por um excesso de reivindicações, os empresários preferiram também não avançar no debate sobre as formas concretas com que dariam esse apoio ao presidente. Evitaram falar e alguns até negaram enfaticamente que o encontro possa ser usado para fins partidários, mesmo para uso do PDS. O que seria,



Bardella, Antonio Ermírio (centro) e Vidigal: o "denominador comum"

no mínimo, uma descortesia, pois os notáveis empresários recebidos por Figueiredo foram eleitos justamente pela Gazeta Mercantil, jornal de propriedade de um dos patronos do PP. Eulálio Vidigal tratou de deixar bem claro que não quer ver a FIESP metida com partidos, mas os empresários mostraram posições individuais com certas nuances. Para Antonio Ermírio, por exemplo, "o empresário deve participar, seja filiando-se aos partidos políticos, ou fazendo política nos órgãos de classe", mas o empresário Cláudio Bardella foi mais expli-

cito: "política sempre se faz, o que nos preocupa é apoiar os políticos cuja ideologia se afina com a nossa".

O mais entusiasmado, no entanto, parece ser o empresário Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar: "Não dá mais para manter o pessoal afastado da discussão institucional".

O impasse, portanto, é saber como se dará essa participação política, reclama um dos empresários Laerte Setúbal (do PP), que não quer continuar fazendo política "como hobby". (FD)

MILITARES

Uma reivindicação: mais salários e menos gorjetas

O envio do projeto de lei do novo Estatuto Militar ao Congresso Nacional pelo general Figueiredo causou grande indignação entre parlamentares da oposição. O deputado estadual Franco Baruselli (PMDB-SP), por exemplo, considerou que a nova lei criará uma "casta" ao conceder aos militares uma série de privilégios, entre eles a aposentadoria aos 30 anos de serviço com um salário equivalente ao grau hierárquico imediatamente superior ao do beneficiado. Assim, ao se aposentar, um coronel passará a receber o soldo de um general de brigada. Enquanto isso ocorre, lembrou Baruselli, um operário se aposenta com apenas 80% de seu salário.

O sistema salarial dos militares, porém, tem peculiaridades pouco conhecidas e por isso Movimento ouviu a opinião de um oficial do Exército sobre o novo estatuto. Esse oficial foi ligado ao esquema militar que deu respaldo à candidatura do general

Euler Bentes Monteiro à presidência da República pelo MDB.

De início o entrevistado concorda que a lei trará algumas vantagens, mas apenas para o círculo dos oficiais (posto de segundo tenente para cima), já que o sistema de aposentadoria aos 30 anos de serviço com o soldo do posto superior vigora há muito tempo para o círculo de praças (posto de subtenente para baixo. Pelo atual estatuto os oficiais podem se aposentar aos 30 anos de serviço, mas com o salário normal de sua patente.

PROPINAS

Para esse oficial, essas vantagens não chegam a ser privilégios, pois apenas melhoram o sistema de salários dos oficiais. "Sistema salarial não" - corrige ele - "sistema de gorjetas". De fato, entre os vencimentos dos militares consta uma série de propi-

nas pagas a título de "gratificações" e "indenizações", que incidem sobre o salário-base (o soldo) e que às vezes ultrapassam os 200%. O soldo, no entanto, é relativamente baixo. O de um coronel, por exemplo, é de Cr\$ 34.000,00 e um general de brigada não chega a ganhar Cr\$ 40 mil.

As "gorjetas" são basicamente as seguintes:

- Gratificação de curso. Um coronel recebe 40% sobre o soldo por ter concluído o curso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao), que é obrigatório e 75% se fez o curso de Estado Maior, que não é obrigatório.
- Gratificação por tempo de serviço 5% por quinquênio.
- Indenização de moradia: 25% para despesas com aluguel.
- Indenização de representação: um coronel recebe 25%, mas os generais ganham 60% por este item.
- Indenização de compensação orgânica: é a taxa de insalubridade paga apenas aos pára-quadistas, submarinistas e aviadores (40%) e para os oficiais que trabalham com raios X (20%).

Ao passar para a reserva, porém, o oficial acaba sofrendo vários prejuízos em seus vencimentos: ele passa a receber apenas as gratificações de curso e pelo tempo de serviço, perdendo o direito de morar de graça e as indenizações. E passa a pagar quase o dobro de imposto de renda, que não incide sobre as "indenizações".

"É por isso e não porque o pessoal goste de trabalhar que todo mundo prefere ficar na ativa - explica o oficial ouvido por Movimento - o que causa uma espécie de engarrafamento no quadro de oficiais". Um dos objetivos da nova lei seria justamente o de tornar mais freqüente a passagem dos oficiais para a reserva.

Mas a medida é apenas paliativa. Saídas efetivas, porém, já foram imaginadas: o governo passaria a pagar um salário fixo aos militares e não no sistema de "gorjetas".

Esta solução parece não ser exequível no momento, "por falta de dinheiro". Outra idéia é a criação de um fundo de compensação para complementar os vencimentos dos militares da reserva, a exemplo do sistema que vigora para os funcionários da Caixa Econômica Federal ou do Banco Central. "O único perigo" - ironiza o oficial - "é que seja nomeado um general que não entenda de finanças para gerir o fundo".

INSATISFAÇÃO

Se as condições de vida dos oficiais é difícil, as dos praças são ainda piores, isto porque a forma pela qual são promovidos é ainda muito mais emperrada. Daí a grande insatisfação que se verifica entre os escalões militares inferiores, contra a qual deve ter sido elaborado o artigo 45º do novo Estatuto Militar, de resto uma simples consolidação das proibições já existentes: "São proibidas quaisquer manifestações coletivas tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político".

Mas o cerco parece estar sendo rompido aos poucos. Em recente edição de um jornal mimeografado do clube de subtenentes e sargentos foi criticado o fato de todos os 12 sargentos contemplados com a Medalha da Ordem ao Mérito Militar - a mais importante comenda do Exército - no último dia 25 de agosto serem lotados ou no gabinete da presidência da República ou no gabinete do ministro do Exército. Esta crítica - segundo o oficial entrevistado por Movimento - seria contra o desprezo a que a tropa está relegada no Exército brasileiro. "Não existe um sistema de avaliação para fazer as promoções. Só é promovido quem goza da confiança dos superiores. Entre a tropa se comenta com freqüência que três categorias de militares estragam tudo: o filho, o genro e o ajudante-de-ordens do general. Se a tropa não é valorizada, todos querem ocupar funções na máquina burocrática. Mas se é para os militares serem burocratas, não é preciso existir Exército". (ACQ)

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Dissidentes denunciam crise "teórica, política e ideológica" no partido

Uma semana após a direção do PC do B ter anunciado a convocação de um Congresso, que seria realizado sob a direção do Comitê Central, os dissidentes do Partido retomam a ofensiva pelo VI Congresso (Extraordinário) numa convocatória publicada na íntegra, no jornal Em Tempo em que denunciam a crise "teórica, política e ideológica" do partido, a resistência à auto-crítica por parte dos dirigentes, a composição de uma "maioria artificial" no Comitê Central.

Os dissidentes, entre eles quatro ex-membros do Comitê Central e pelo menos um dirigente regional, recentemente expurgados, protestam mais uma vez contra a punição e invocam o artigo 10º dos estatutos

do partido, o qual diz que o Congresso pode ser convocado por solicitação de um Comitê Regional desde que aprovado pela maioria em seguida. Acontece que o Comitê Regional da Bahia, que estava encaminhando a convocação, foi destituído, sem que a direção encaminhasse as consultas, como manda o estatuto. Além disso, segundo a convocatória, o Comitê Central teria recusado a distribuir a proposta dos dissidentes, pois, "o Comitê Central não está obrigado a difundir no partido opiniões contrárias à sua linha". E terminam conclamando a uma "ampla agitação pelo congresso" e defendem a idéia de um "congresso unificado".

(FC)

Murray, Wauthier, Comblin, Jentel, Capuano e, agora, Vito Miracapillo

Em setembro de 1968, o então deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara, pronunciou na Câmara um discurso sobre a festada independência do Brasil, que foi considerado, pelo governo do marechal Costa e Silva, "ofensivo às Forças Armadas". No desdobramento do caso, a recusa do congresso ao pedido do governo para processar o parlamentar pretextou a edição do AI-5, cuja primeira lista de cassações era encabeçada por Márcio, um combativo jornalista de formação cristão, que teve de trocar o mandato em Brasília pelo exílio na Europa.

Doze anos depois, a recusa de um padre da Zona da Mata de Pernambuco em celebrar uma missa comemorativa do 7 de setembro, a pedido do prefeito de sua cidade, foi igualmente pretexto para que o general Figueiredo, atual presidente, decretasse sua expulsão do país, dia 15 último, com base no recém-sancionado Estatuto dos Estrangeiros. Padre Vito Miracapillo, italiano, 33 anos de idade, há cinco trabalhando com os canavieiros de Ribeirão e outras localidades da diocese pernambucana de Palmares, julgou dever uma explicação ao prefeito Salomão Correia Brasil e, numa carta, reiterou "a não efetiva independência do povo, reduzido à condição de pedinte e desampara-

do em seus direitos". O deputado estadual Severino Cavalcanti, do PDS pernambucano, formalizou então o pedido de expulsão de Miracapillo, atendendo aos usineiros, que viam no padre um dos obstáculos para a exploração da massa trabalhadora dos canaviais.

Logo após Figueiredo ter assinado o decreto de expulsão, uma onda de protesto percorreu o país, mobilizando vários segmentos sociais, e conseguindo, inclusive, unir todo o episcopado contra o governo — este, já bastante desgastado em suas relações com a Igreja, desde a visita do papa João Paulo II. A ultradireita, porém, voltou à carga: O mesmo deputado Severino Cavalcanti, dia 20, atacava o bispo de São Félix do Araguaia, MT, dom Pedro Casaldáliga, chamado por ele de "esse comunista espanhol". Como se recorda, desde 1976 o governo vem tentando, por diversas formas, achar a porta por onde possa tirar do país o prelado de São Félix, conhecido por sua intransigente defesa dos posseiros índios e peões da Amazônia, expropriados e explorados pelo capital latifundiário.

A CNBB, por sua vez, havia sido procurada por diversos advogados e entidades, que propuseram medidas em defesa do padre Vito. Ainda na tarde do dia 17, o advogado Erasto Villaverde conseguiu, limi-

narmente, que o ministro Djaci Falcão concedesse habeas-corpus ao padre, suspendendo temporariamente a expulsão. Quarta-feira, dia 22, a liminar foi ratificada pela unanimidade dos membros do STF, que agora vai examinar as alegações da presidência da República, para decidir, nesta quarta-feira, dia 29, sobre a legalidade do ato de expulsão, confirmando ou não o decreto de Figueiredo.

Nas justificativas preparadas pelos órgãos de informação do governo e encaminhadas ao STF, pouco se fala sobre a recusa de Miracapillo em celebrar a missa de 7 de setembro. O grosso das acusações ao padre se concentra em sua atuação pastoral numa região de conflito social. Diz o relatório que o padre "vinha insuflando trabalhadores rurais à invasão de terras, realizando reuniões de pessoas humildes, incitando-as à revolta, e atuando junto a sindicatos localizados fora de sua paróquia".

Nesse tipo de acusação, poderiam ser enquadradas, imediatamente, algumas centenas, senão milhares de agentes pastorais, em todo o Brasil — padres, freiras, e leigos — além de membros de outras confissões cristãs não-católicas. Todos eles, como Miracapillo, estão empenhados, hoje, em anunciar ao povo pobre e explorado a mensagem libertadora do evange-

lho de Jesus Cristo. Aliás, por esse crime, muitos cristãos já foram presos e torturados pela ditadura, nos últimos 16 anos; e alguns religiosos estrangeiros já foram expulsos do Brasil, antes mesmo da edição do atual Estatuto, que torna as operações mais simples e lhes dá uma "feição legal". Entre esses estrangeiros, estão os padres Murray (americano) e Wauthier (francês), expulsos em 1968; o teólogo belga, padre Joseph Comblin, em 1972, o missionário Francisco Jentel, francês, da prelazia de São Félix do Araguaia, em dezembro de 1975 (e que morreu no exílio dois anos depois); o pastor menonita Thomas Capuano, dos EUA, em 1977; e outros.

Para se ter uma idéia da importância da presença estrangeira, na Igreja Católica, sobretudo, basta lembrar que, na Amazônia, por exemplo, de 40 bispos, 28 são estrangeiros; e a porcentagem de padres e freiras não brasileiros na região é ainda bem maior. Com o novo Estatuto dos Estrangeiros, o governo pretende não apenas estancar a entrada de reforços para essas bases missionárias da Igreja, como, principalmente, tentar intimidar os religiosos que já se encontram em atividade, comprometidos com os pobres e oprimidos. (Antonio Carlos Moura).

"Liberais" e MR-8

Uma verdadeira tempestade num copo d'água foi armada no Rio de Janeiro quando em alguma zonas eleitorais apareceram duas chapas para os diretórios do PMDB. Nada que se aproxime dos tiroteios ocorridos por ocasião da constituição de diretórios do PDS, mas um bom prato para o sensacionalismo: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) teria tentado obter na marra a "hegemonia sobre os liberais" de importantes diretórios, como a 17ª e 18ª Zona Eleitoral, que abrangem Copacabana, Leblon e Jardim Botânico.

A ala dos "liberais" contava com o senador Nelson Carneiro, o ex-ministro Hélio de Almeida, o industrial Fernando Gasparian e o ex-governador Rafael de Almeida Magalhães, que enfrentava o desafio dos "radicais", encabeçados pelo engenheiro Ramalho Ortigão, apoiado pelo deputado estadual Raimundo de Oliveira e pelo vereador Antonio Carlos Carvalho, além do jornal Hora do Povo. Até o esgotamento do prazo de registro as duas chapas tentaram uma composição, o que acabou não ocorrendo. As eleições serão dia 2 de novembro. Para combater os "radicais", os "moderados" do PMDB no Rio de Janeiro montaram uma grande demonstração de força e solidariedade aos senadores Nelson Carneiro e Roberto Saturnino Braga, com um manifesto assinado por quase toda a bancada carioca e fluminense.

"Novíssimo" estatuto

Depois do novo Estatuto dos Estrangeiros, aprovado por decurso de prazo, o general Figueiredo prometeu um novíssimo Estatuto, que corrigisse as flagrantes arbitrariedades do anterior.

Mas o novíssimo Estatuto, que atenderia a algumas reivindicações da oposição e de entidades como a OAB e a Igreja, não será mais apresentado ao Congresso esse ano, pois esgotou o prazo regimental. Mesmo se apresentado agora, não teria os 45 dias necessários, em regime de urgência, para sua aprovação até o recesso parlamentar.

Com isso, perto de cinco mil processos que se encontram no ministério da Justiça deverão ficar paralizados por vários meses.

A oposição acredita mesmo que o governo não tem nenhuma pressa em encaminhar o novíssimo Estatuto, para que o assunto caia novamente no esquecimento. Mas, de qualquer maneira o novíssimo Estatuto vai enfrentar a mesma oposição enfrentada pelo novo Estatuto, pois mantêm muitos pontos polêmicos, como o confinamento. Apenas atenuaria a possibilidade de expulsão de estrangeiro casado com brasileiro. No novíssimo projeto a expulsão só não será possível se o casamento tiver mais de cinco anos ou quando o casal tiver filhos que dependam da economia paterna.

Guazelli no PP

O PP espera obter pelo menos 250 mil eleitores no Rio Grande do Sul, agora que conquistou para o partido a presença do ex-governador Sival Guazelli. Atualmente, o PP simplesmente não existe num Estado onde a política é muito polarizada entre o governo e a oposição, e onde o PTD de Brizola é forte. As negociações para a entrada de Guazelli demoraram mais de 10 meses, diz o senador Tancredo Neves, presidente do PP. Guazelli acha até vantajoso o fato do PP não contar com nenhum parlamentar gaúcho — o que abriria chances para a emergência de novas lideranças.

De qualquer maneira, o PDS possivelmente vai perder — além dos 250 mil votos — alguns dos seus 25 deputados estaduais, graças à liderança de Guazelli. O motivo da saída de Guazelli é a incompatibilidade com os dois possíveis candidatos do PDS ao governo do Estado, Jair Soares, atual ministro da Previdência Social e Nelson Marchezan, líder do PDS na Câmara Federal.

DISSIDENTES DO PDS

Os deputados "bons" do partido do governo

Derrotada a emenda Flávio Marcílio, o deputado Ulysses Guimarães retirou-se do plenário acompanhado de Célio Borja (PDS-RJ), a quem reiterou o convite para aderir ao PMDB, gentilmente recusado. Especialista em direito constitucional, o principal redator da emenda das prerrogativas é um dos mais notórios dissidentes do PDS e por causa das suas posições liberais goza de grande respeito entre a oposição. Outro dissidente famoso é o veterano Djalma Marinho (PD S-RN), de 72 anos de idade, que adquiriu notoriedade desde que, em dezembro de 1968, relatou contra o pedido do Exército para processar o deputado Márcio Moreira Alves, acendendo o estopim que resultaria na decretação do AI-5. Nos últimos tempos, Marinho teve sua imagem de liberal arranhada por ter votado a favor do Estatuto dos Estrangeiros mas mesmo assim muitos opositoristas ainda o consideram um dos "bons" do PDS.



Sanford com Arafat: simpático a Cuba e à OLP

O que é afinal a controvertida dissidência do PDS, tão alardeada às vésperas de votações de leis de interesse para a oposição? É difícil definir esse grupo não formalizado de cerca de 20 parlamentares, que não têm idéias homogêneas. Talvez seja possível estabelecer uma diferença entre aqueles que militam em torno de princípios e os que divergem por motivos fisiológicos, sem dúvida a maioria. E ainda existem alguns poucos que unem as duas características. Como no caso do deputado goiano Siqueira Campos, ex-frotista e que atualmente lidera uma corrente malufista na Câmara. Marginalizado no PDS de Goiás pelo governador Ary Valadão, Campos se vingou infiltrando-se na comissão mista que examinou a emenda das prerrogativas e com seu voto derrubou o parecer do gover-

no, o que causou sérios transtornos para a liderança do PDS.

O fisiologismo é fácil de explicar. Como diz o dissidente Brabo de Carvalho (PA), ligado ao grupo do governador Alacid Nunes, adversário fidalgo do senador Jarbas Passarinho, "o eleitorado exige de nós, da situação, uma série de favores e benesses. Se não conseguirmos essas vantagens somos considerados como não tendo prestígio no governo. Não é o que acontece com a oposição que está livre deste tipo de compromisso". Não conseguir favores nos ministérios e autarquias federais é o caldo de cultura ideal para o surgimento de divergências, que cessam assim que os pedidos são atendidos. Talvez seja o que

está para acontecer com o alagoano Geraldo Bulhões, antigo dissidente da Arena, que ao contrário de seus colegas que levaram a dissidência às últimas conseqüências, emigrando para o PP, ficou em cima do muro, sem aderir a nenhum partido. Mas como denunciou na semana passada o deputado Marcus Cunha, um esquema fisiológico — que prevê até mesmo a criação de uma nova secretaria de Estado em Alagoas — já teria sido montado pelo governador Guilherme Palmeira e pelo ministro da Justiça, para atraí-lo de volta ao PDS.

Presas fáceis de chantagens e promessas de mais favores, os rebeldes fisiológicos sempre decepcionam os opositoristas que deles esperam comportamentos coerentes

na hora das votações em plenário. Os que alimentam brigas ideológicas, porém, são vacinados contra essas pressões. Um exemplo típico desses rebeldes, que só não entram num partido de oposição por motivos estritamente eleitorais, é o cearense Haroldo Sanford. Coronel da reserva, ex-membro do Partido Trabalhista Nacional, Sanford prefere ser chamado de "velho pedessista". "Defendo idéias, princípios e estou convencido de que as liberdades democráticas marcam a natureza humana desde os primórdios". Sanford é favorável à legalização de todas as correntes políticas, "seja de direita ou esquerda", e acha que o próximo congresso a ser eleito em 1982 deveria ser transformado em assembléia constituinte, "única saída para um noivo

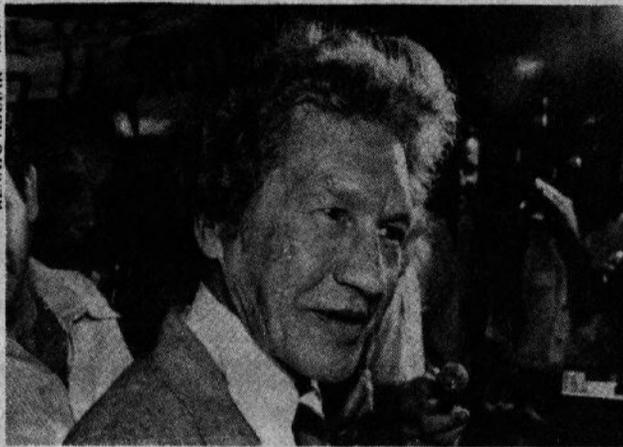
única saída para um novo pacto social dentro de princípios democráticos. Recentemente ele esteve em Cuba e antes havia visitado os campos de refugiados palestinos no Líbano a convite da OLP. Ao chegar não escondeu sua simpatia pela ilha do Caribe e pela OLP, merecendo grande desaprovção de seus correligionários de partido. Outro dissidente desse naipe é o economista Paulo Lustosa, discípulo das idéias de Celso Furtado, que fez cursos no Cepal e na universidade americana de Vanderbilt. Lustosa não se considera um dissidente, embora tenha votado sistematicamente contra várias propostas do governo. Crítico da política econômica do governo, ele acha que é preciso um remanejamento na política de investimentos do capital estrangeiro no país, para "evitar uma sangria maior". Com essas idéias, por que não aderir ao PP ou mesmo ao PMDB? Sorridente, o pragmático Lustosa responde: "não importa o animal, importa a caminhada". (ACQ)

ENTREVISTA COM FRANCISCO JULIÃO

“A nossa preocupação fundamental é travar uma luta nacionalista”

“Um partido fiel às lutas do Terceiro Mundo, que quer captar consciências e não votos” - essa é a visão que o velho líder dos camponeses nordestinos Francisco Julião tem do Partido Democrático Trabalhista, e cuja formação se vinculou ainda no México, antes da decretação da anistia que o trouxe de volta ao Brasil após 15 anos de exílio.

Julião foi advogado das Ligas Camponesas que se multiplicaram no Nordeste, principalmente na Paraíba e Pernambuco no final da década de 50, atingindo seu nível máximo de organização e mobilização no início da década de 60. Sua liderança entre os camponeses nordestinos o fez deputado



Julião: “o sistema nos esbulhou”

Movimento — Por que é que você está tão recatado, quase se autopreservando, na política de seu Estado? Por que não está assumindo a frente do PDT em Pernambuco?

Francisco Julião — Somente agora conseguimos o registro provisório do partido. Era natural a reserva, não só minha como de outros companheiros. Já havíamos recebido um golpe violento do sistema quando ele nos roubou a sigla PTB e a entregou a Ivete Vargas. Agora, com o registro, estamos mais instrumentalizados para organizar o PDT, principalmente entre os trabalhadores. Estou vivendo a fase em que o pássaro constrói o ninho. E enquanto faz isso, ele não canta. Mas estou trabalhando, sim. Agora mesmo fiz um resumo do programa do PDT em forma de cordel. Como o PDT é pobre, temos que tentar mil recursos, campanhas de finanças etc. Além disso, estou discutindo com os companheiros a melhor forma de organizar “caravanas trabalhistas”, a exemplo das Caravanas Liberais da década de 30, com outras dimensões ideológicas, é claro. Mas para fazer isso, é preciso ter material nas mãos. Estou elaborando uns dez folhetos em cordel pois esse tipo de literatura é muito bem recebido pelos camponeses e pelos trabalhadores. Usaremos muito cordel para o trabalho de construção do PDT, além de violões, cantadores de feira e alto-falantes.

Pois bem, esse tipo de trabalho requer uma certa retração. Isso explica, em parte, essa aparente neutralidade. Só mais uma observação: estou notando que os partidos falam muito, fazem muito discurso. Eu quero acabar com esses discursos todos na minha prática porque eles passam, o vento leva. As massas a quem nos dirigimos precisam ficar com algo de concreto nas mãos. Folhetos de 20 anos atrás, da época das Ligas Camponesas, ainda hoje existem na zona da mata nordestina. Um camponês, recentemente, entregou-me o “Guia do Camponês”, que fez muito sucesso em meados de 60 e 62. Ele disse que tinha enterrado durante todo esse tempo. Esse é um bom exemplo para mostrar que o povo realmente decora, guarda, cuida dos panfletos e livretos que falem a sua linguagem e digam o que eles pensam.

Movimento — Como você encara a afirmação de Leonel Brizola de que “as oposições não têm condições de assumir o governo, no Brasil”?

Julião — Eu teria que retroceder um pouco para poder explicar isso. Quando se anunciou a anistia política, nós, que estávamos no México organizados num grupo de marxistas independentes, buscamos estudar a possibilidade de apresentar um projeto novo, com propostas novas para o Brasil de hoje. Primeiro, fui à Argélia conversar com Arraes. Mas Arraes não tinha nenhum

projeto, não estava claro pra ele como seria essa proposta. E eu achava que já era hora de construir esse projeto, um projeto político nacionalista.

Convidei Brizola para discutir e ele foi ao México e ficou bastante interessado, tanto que voltou ao México quatro vezes. E o resultado foi que, na penúltima reunião que fizemos, passamos quatro dias examinando a conjuntura, a problemática brasileira. E achamos que esse projeto deveria ser viabilizado através de um partido com raízes populares. E o PTB seria esse partido. Achávamos, e achamos, que num país como o Brasil, com um grande desenvolvimento industrial, o socialismo passaria obrigatoriamente pelo nacionalismo. Deveríamos retomar as bandeiras varguistas, anti-imperialistas, e trabalhar com elas num PTB novo, depurado, sem os vícios do peleguismo de antes. Brizola aceitou. Achou que não havia incompatibilidade entre o trabalho e o marxismo, desde que os adeptos e simpatizantes deste último não estivessem ligados a outros partidos ou organizações.

Fomos a Portugal e participamos do Encontro de Lisboa. Voltamos querendo divulgar as bandeiras trabalhistas, a luta pela defesa das matérias-primas, o controle dos lucros das multinacionais. Começamos a

“Os partidos fazem muito discursos. Eu quero acabar com esses discursos na minha prática porque eles passam, o vento leva”

organizar o PTB e sofremos aquele golpe, quando o sistema nos esbulhou, nos roubou a sigla.

Dos atuais partidos de oposição, nenhum deles tem um projeto de governo. Todos estão na fase da conquista das liberdades democráticas. Só nas eleições de 82 (espero que sejam diretas) é que esses partidos terão condições de oferecer um projeto de governo. O próprio governo não tem, hoje, um projeto econômico alternativo a esse que está aí e que fracassou, eles sabem que fracassou.

Então, eu acho que foi nesse sentido que o Brizola falou que as oposições não têm condições, hoje, de ser o governo. E eu acho que o Brizola fez uma afirmação sincera e correta.

Movimento — O PDT, em Pernambuco, está sendo organizado com a participação de

antigas lideranças da UDN, que têm um peso razoável na máquina partidária. Será que esse PDT está coerente com as teses do Encontro de Lisboa?

Julião — Em primeiro lugar, se você somar os membros do Diretório Nacional e do Diretório Estadual de Pernambuco, você vai ver que o peso dos ex-udenistas não é grande. Daqui de Pernambuco, os 3 membros que foram da UDN, João Monteiro Filho, Silvio Pessoa e José Carlos Guerra, mudaram e mudaram para melhor. O fato de aceitar as teses e o programa do PDT significa que eles estão dispostos a trabalhar numa outra ótica política. Eles são companheiros de grande experiência política, têm um grande conhecimento da realidade nordestina, estão entusiasmados com o nacionalismo e com o trabalho e têm dado grande contribuição ao partido. Acho que esses dados respondem a pergunta.

Movimento — Como encara as eleições de 82, as coligações, sabendo da força que o PMDB conta aqui em Pernambuco? O PDT já começa a pensar nesse assunto?

Julião — Eu sempre fui um homem de partido, de maneira que isso explica porque me encontro no PDT, como poderia estar no PT. A propósito, encaro o PT com grande simpatia e vejo muitas e muitas coincidências de objetivos entre o PT e o PDT. Sempre nos tratamos com respeito e cordialidade. Quanto ao PP, de Tancredo Neves, nossas relações estão se dando de forma amistosa. Em relação ao PMDB, temos sofrido alguns ataques. Mas devemos considerar que eles partem não da direção propriamente dita e sim de alguns elementos inquietos e preocupados com o aparecimento de outros partidos de oposição, por considerar que ou todos deveriam estar dentro do PMDB ou a oposição então não tem vez. Essa é uma tese completamente absurda. Errada e desmentida pela própria história das lutas políticas, especialmente no Estado de Pernambuco, onde as oposições por mais de uma vez se coligaram antes de 64 e derrotaram o situacionismo nos planos municipal, estadual e federal.

Esse é o grande desafio às lideranças e aos partidos de oposição do Estado. Para isso, temos que superar as divergências de ordem pessoal, temos que elaborar um programa mínimo e partir para uma coligação harmônica. No momento a discussão de nomes é secundário. A tarefa fundamental, hoje, é organizar o povo para as grandes batalhas democráticas que se aproximam.

Movimento — Vinte anos depois das Ligas, como você está vendo a situação do campo em Pernambuco? Quais seriam as tarefas fundamentais, hoje, para o trabalhador rural?

Julião — Bem, hoje já é uma coisa muito repetida dizer que a situação do campo

federal em 1961. Após o golpe de 1964, ficou preso durante meses nos porões do IV Exército.

De grande carisma pessoal é excelente no trato com o trabalhador rural, ainda hoje as histórias de Chico Julião correm a zona da mata nordestina. Nesta entrevista a Movimento Julião fala das possibilidades políticas do PDT. Cauteloso, durante a entrevista procurou medir suas palavras uma a uma, pensando às vezes dois minutos antes de responder às perguntas - talvez porque tenha consciência de que seu nome ainda causa pânico em certas áreas do Nordeste em função de seu passado de lutas. (Entrevista a Fred Navarro)

mudou de forma radical, e que mudou para pior. O aspecto positivo é que o movimento sindical cresceu de uma forma bastante ativa, não obstante todos os obstáculos oferecidos pelo sistema. Sabemos que os sindicatos vivem sob permanente vigilância. Os estatutos sindicais estão muito aquém das aspirações e necessidades das massas camponesas e existe uma preocupação constante por parte do governo para que esses sindicatos não cresçam de forma acelerada, de maneira, tal que escapem ao controle do poder central. Ora, como estamos vivendo uma fase de redemocratização e de início de mobilização popular, o trabalhador rural sente essa mudança, ele é sensível a estas mudanças.

Eu considero que, no momento, a tarefa mais importante dos sindicatos é aumentar o seu número de associados, de forma que não fique nenhum trabalhador rural ou pequeno produtor fora dele. Esse é o único caminho para a conquista da autonomia sindical e para o fortalecimento das lutas rurais.

Movimento — Um pouco mais do PDT: Quais são as reais chances de crescimento do PDT para ele se tornar um grande partido nacionalmente? Qual seu espaço na sociedade?

Julião — A preocupação fundamental do

“A tese de que todos deveriam estar dentro do PMDB é absurda, errada e desmentida pela própria história das lutas políticas.”

PDT é travar uma luta nacionalista e, por consequência, antiimperialista. Nesse sentido, o PDT tem a preocupação de ocupar, não todo o espaço (que é muito grande), mas um determinado espaço onde se situa a consciência nacionalista do povo brasileiro. De acordo com essa consciência existem não só trabalhadores mas também outros setores da sociedade brasileira, setores esses duramente afetados pela crise geral do sistema capitalista e imperialista. O PDT tratará de dinamizar as forças de que dispõe para tornar o Brasil um país invulnerável, na medida do possível, à dominação do capital transnacional. Preocupado com essa concepção nacionalista, o partido tratará de fazer alianças com outros partidos e movimentos que tenham o mesmo objetivo, não só no Brasil como em todo o continente americano e no Terceiro Mundo.

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Um instrumento de luta das massas

José Genoio Neto

O Partido dos Trabalhadores está dando entrada no seu pedido de registro provisório junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Segundo a previsão da sua Comissão Executiva Nacional, deverá comprovar a instalação de Comissões Regionais e Municipais em 13 estados, quando o mínimo exigido por lei é 9, com pelo menos 20% dos respectivos municípios. Trata-se de uma conquista ainda parcial, mas muito significativa, pois o processo de constituição do PT transformou-se em uma luta que vem se desenvolvendo tanto internamente contra os que propunham torná-lo o pretense partido revolucionário de vanguarda da classe operária e se opuseram à sua legalização, como externamente contra as restrições da atual lei orgânica dos partidos.

Neste sentido, o esforço pela viabilização do PT contém, a meu ver, algumas coisas avançadas que não estão presentes nos processos de estruturação dos outros partidos oposicionistas legais. Entendo que a obtenção do registro legal do PT significará portanto uma derrota para o projeto de reformulação partidária do regime, pois, entre outros objetivos, esse projeto visava dificultar a criação de um partido desse tipo. Entretanto, a importância do PT, enquanto partido de oposição, dependerá de que ele se afirme de fato como uma corrente firmemente antiditatorial, que avance na defesa das reivindicações dos explorados e oprimidos e seja capaz de organizar e mobilizar ampla e legalmente a camada avançada do movimento operário e popular.

A receptividade que o PT vem alcançando em grande número de cidades e em diversos pontos do interior do país, principalmente em áreas onde a luta de classes está mais desenvolvida, as importantes manifestações políticas que já começa a promover, a articulação de forças que vem proporcionando e agora o seu provável registro legal, tudo isso demonstra a sua vitalidade.

Tudo indica que essa vitalidade tem sua explicação nas próprias nascentes do Partido dos Trabalhadores, no fato de ele ter surgido como um subproduto do ascenso do movimento operário e popular. Ele tanto traz em si uma boa reserva de energias canalizadas do movimento de massas, como sofre também diretamente todas as consequências das debilidades desse mesmo movimento, em particular do seu caráter ainda espontâneo, do atraso do fator consciente, dirigente e organizador desse movimento, a sua vanguarda. Nesse sentido, a idéia da criação de um Partido dos Trabalhadores apareceu originariamente ligada a uma aspiração ainda difusa, pouco orientada, de independência política do novo movimento operário-popular em ascenso em relação à "política" e aos "políticos" de tipo tradicional, burgueses. Isso se manifestava por intermédio das principais lideranças então surgidas, as quais buscavam uma representação política identificada com as aspirações espontâneas de massas das quais eram portadores e do desejo de uma parcela das massas de ingressar na luta política. Vejo-o como algo que resulta, em grande medida, de algumas necessidades objetivas do próprio movimento espontâneo.

O fato de o PT ter nascido assim é que torna possível o seu forte apelo junto à camada politicamente mais despertada do movimento operário e popular e aos seus ativistas. Ele aparece aos olhos desse contingente como uma alternativa nova de militância política legal. Trata-se de algo muito importante, pois no Brasil, foram em geral bastante limitadas as experiências de formas de organização política ampla das massas.

Genoio é professor e ex-integrante da guerrilha do Araguaia.

sendo pequena também a tradição político-partidária em geral.

Por outro lado, aquilo que se convencionou chamar de "trabalho de massa" passa necessariamente por essa camada avançada, pelos ativistas e militantes políticos, a partir dos quais é possível atingir as grandes multidões. Ao mesmo tempo, é importante considerar também a grande representatividade de algumas lideranças do PT e o referencial que isso significa para amplos contingentes das massas.

Um outro aspecto a destacar, em termos de composição social, é o de que o PT é também o partido legal em formação que mais vai reunindo setores da classe operária, do campesinato e da pequena burguesia urbana, forças motrizes da atual etapa do processo de transformação qualitativa da sociedade brasileira. O que não quer dizer que o PT seja atualmente o canal por excelência dessa aliança estratégica e que não existam correntes operárias e populares em outros partidos legais de oposição ou fora dos partidos institucionais. Mas, apesar de encerrar contradições, o Partido dos Trabalhadores tem uma componente que expressa de certa maneira a tendência objetiva da luta de classes no sentido da diferenciação entre os dois grandes campos de classe oposicionistas: o operário-popular e o das oposições burguesas.



Além disso, o PT conta com a participação interna de um maior número de correntes verdadeiramente de esquerda em comparação com os demais partidos oposicionistas legais, embora outras dessas correntes atuem no PMDB e no PDT. Isto não significa transformar o PT em "frente de esquerdas" ou "aparelho" político das mesmas. Pelo contrário, o PT não tem sua principal origem nas forças de esquerda, é bem mais amplo, e pelo seu caráter e papel é uma tentativa de organização política legal e mais extensa do movimento operário e popular. A unidade entre esses dois elementos: as fontes originais do PT e a participação de forças e ativistas mais consequentes deve concretizar uma política avançada e combativa que considere o seu caráter amplo, de massa e democrático e os condicionamentos da existência da ditadura militar.

Estas são, resumidamente, algumas potencialidades que vejo no PT. Pessoalmente, acredito que o critério principal para a definição de em qual partido legal se deve, prioritariamente, participar seria o das possibilidades que ele oferece para ser um instrumento de luta das massas numa perspectiva geral favorável à revolução e que facilite a organização e a mobilização extensiva. Por outro lado, este critério não deve ser visto como uma negação ou subestimação da luta parlamentar e eleitoral. O PT deve lutar para introduzir, nesse terreno, uma prática política diferente do clientelismo e do eleitoreirismo. Nas condições atuais

da luta de classes, com a complexidade e diversidade de situação do atual quadro partidário legal é incorreto transformar a opção pelo PT em questão de princípio.

Ao mesmo tempo, a opção pelo PT encerra atualmente riscos e dificuldades, o que é próprio da luta em geral e do atual momento histórico, em particular. O "esquerdismo" doutrinário dentro dele sofreu importantes reveses, perdeu terreno, mas está longe de ter sido suficientemente derrotado. As correntes social-democratas e de direita contam ainda com forte influência dentro dele. O economicismo e o espontaneísmo ainda dificultam a viabilização política do PT. O regime persegue e fará tentativas de inviabilizar o PT, principalmente se ele mobilizar as grandes massas num rumo avançado. Esses são riscos que no meu entender vale a pena correr e enfrentar. Cabe, portanto, na luta pela viabilização política e legal do PT, entender que isso passa pela afirmação de uma política e de uma prática ao mesmo tempo não sectária, não conciliadora e que não seja uma simples continuação do sindicalismo e dos movimentos populares espontâneos. Isto requer a continuação e o aprofundamento da luta de opiniões dentro dele. Disso depende o seu futuro!

As primeiras campanhas que estão sendo lançadas e agora, o seu provável registro

"A luta pela viabilização do PT passa pela afirmação de uma política ao mesmo tempo não sectária, e que não seja uma continuação dos movimentos espontâneos"

eleitoral representam passos importantes para a transformação do seu potencial em ação política de massas, para o crescimento da sua intervenção política no cenário nacional.

No que diz respeito ao caráter do PT, é preciso reafirmar que ele não é e nem tem condições de ser o partido de vanguarda da classe operária. Este partido de vanguarda é a fusão superior do socialismo científico com o movimento operário espontâneo. A solução dessa questão fundamental exige definições teóricas e programáticas, estratégicas e táticas, a partir de princípios científicos que o PT não incorpora. Mas combater o PT apoiado nessa questão é uma posição da qual discordo. A meu ver, ela não leva bem em conta os novos fenômenos políticos e organizativos que o próprio movimento de massas espontâneo vai produzindo. Não será afastando-se do partido legal que aparece, hoje, aos olhos da consciência espontânea das camadas avançadas das massas como o mais avançado politicamente, que as forças mais consequentes poderão influir nessa camada e nas grandes massas.

O PT, com a composição social e política que representa, pode, se predominar dentro dele uma política correta, vir a constituir-se realmente como um dos fatores de unificação dos trabalhadores urbanos e rurais e demais forças populares na perspectiva das transformações qualitativas da sociedade brasileira.

Seu programa deve abordar as questões da luta democrática, antiimperialista e antimonopolista que se relacionam com os interesses das principais forças que o compõem, tratadas ao nível das bandeiras e reivindicações mais sentidas pelas massas e corretamente situadas na conjuntura política. Deve abarcar em uma plataforma que seja por assim dizer tática do movimento operário e popular, as reivindicações que correspondem ao nível de consciência das grandes massas, e não apenas da sua vanguarda e as questões colocadas em cada momento da conjuntura.

A definição desse caráter do PT também se expressa na maneira como ele se organiza, sobre o papel dos diretórios e a relação diretórios-núcleos. A meu ver, é necessário realizar agora uma campanha de filiação massiva. Dentro desta visão, o PT deve admitir vários níveis de participação, desde a militância comprometida até a militância não sistemática, feita pela simples filiação e o contato com o partido por meio da sua imprensa, campanhas e materiais de agitação. O diretório deve ser o centro de gravidade da estrutura do PT, sem que isso negue a importância dos núcleos, os quais devem estar integrados nos diretórios e desempenhando o papel de aglutinação e de lutas. Por outro lado, em muitos lugares, talvez na maioria, os diretórios surgirão a partir dos núcleos e da sua ação política. Assim os diretórios poderão adquirir um funcionamento político e massivo, calcado nas lutas locais e nas questões políticas globalizantes. Os instrumentos de direção do partido devem unificar e ligar o conjunto do PT na atividade permanente e nos momentos especiais das campanhas e da atividade política.

Além das campanhas nacionais já em curso e das iniciativas de alguns estados em lançar o PT nas lutas concretas e nas campanhas políticas já aprovadas — como a das eleições diretas em todos os níveis, contra a Lei de Segurança Nacional e contra as perseguições e pressões que atingem o PT e suas lideranças — acho importante abordar na forma de campanhas, algumas bandeiras econômicas, tanto nas cidades como no campo, que possibilitem denunciar as causas da atual crise econômica e organizar a resistência à política do regime de jogar o peso da crise nas costas dos explorados e oprimidos. Entendo que todas as campanhas do PT devam ser levadas de maneira ampla, de massas e unificadas nos estados e nacionalmente. Tanto nas campanhas como em outras questões, acho correto participar de ações comuns e de frente, condicionadas a certos objetivos claros e iniciativas concretas, sem subordinação nem manipulação.

Com relação à luta pela assembléia constituinte, acho positiva a posição do PT de repudiar a "Constituinte com Figueiredo" e as soluções políticas negociadas por cima dos trabalhadores e do povo. No entanto, só esse tipo de posicionamento não enfrenta politicamente tais riscos sempre colocados na conjuntura. A luta pela conquista de amplas liberdades políticas e pelo fim do regime exige uma definição, hoje, ao nível da propaganda, favorável à assembléia constituinte livre e soberana, deixando claro o tipo de constituinte que interessa os trabalhadores e o povo, um programa de reivindicações a que essa bandeira deve se ligar indissolivelmente, convocada em condições e por um governo que quebre a ordem econômica e política vigente e que não seja um instrumento para iludir as massas, uma outra forma de legalizar a exploração e a opressão. Essas opiniões pessoais visam contribuir com o debate e com a estruturação política e orgânica do PT.

DÍVIDA EXTERNA

Os banqueiros serão generosos?

Delfim quer convencer os banqueiros internacionais de que a sua política econômica é viável

Ricardo Bueno

A corda em torno do pescoço está ficando cada vez mais apertada. O problema da dívida externa brasileira nunca esteve tão grave como agora. Até mesmo o otimismo triunfalista do ministro do Planejamento, Delfim Netto, começa a sofrer alguns arranhões. Falando em Nova Iorque, na semana passada, no Conselho Nacional do Comércio, Delfim admitiu que o Brasil pode ser um dos países "mais afetados pelas distorções do sistema bancário mundial" e pediu que os banqueiros sejam mais generosos com os países que "podem contribuir para o aumento da produção mundial de energia". Entre eles está o Brasil, é claro.

Mas os banqueiros só gostam de emprestar a quem pode dar garantias de que vai pagar. E as garantias brasileiras estão minguando cada vez mais. O exemplo mais concreto disso são as chamadas reservas cambiais (ou seja, reservas em moedas estrangeiras como dólares, marcos, libras etc.). Essas reservas andam despencando rapidamente. Há menos de dois meses o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, afirmou que as reservas no final do ano deveriam estar em torno de US\$ 7,7 bilhões. Numa hipótese pessimista ficariam em US\$ 7,2 bilhões. O chefe do Centro de Estudos em Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, Antonio Carlos Lamgruber, contestou essas estimativas e afirmou que vamos fechar 80 com US\$ 6,6 bilhões.

Até o Estadão traça um quadro sombrio

Ambos erraram. As reservas já tinham caído para US\$ 6,5 bilhões em setembro e é possível que quando 1981 chegar estejam abaixo dos US\$ 6 bilhões. Fontes do Banco Central e alguns banqueiros privados já chegaram a falar em apenas US\$ 5,2 bilhões. Essa queima das reservas mostra que o Brasil está tendo dificuldades para conseguir dinheiro lá fora, no ritmo em que necessita para cobrir os rombos do balanço de pagamentos.

Mesmo admitindo que a queda não seja tão forte, que as reservas fiquem em US\$ 6 bilhões, o quadro é grave. Os banqueiros internacionais consideram que o mínimo de segurança é que um país tenha reservas correspondentes a 3 meses de importações. Admitindo-se que no ano que vem o Brasil compre lá fora US\$ 24 bilhões contra cerca de US\$ 22 bilhões em 1980 (o que significa um crescimento nas importações de menos de 10%, o que é irreal), temos um gasto de US\$ 2 bilhões por mês. Em três meses US\$ 6 bilhões. Portanto, as reservas de US\$ 6 bilhões dariam justinhas. Na continha do chá. O Brasil não poderia se dar ao luxo de pensar em queimar mais um pouco das reservas, caso os banqueiros internacionais fiquem reticentes em abrir seus cofres para este país tropical.



Delfim com Rockefeller nos EUA: os banqueiros querem crescimento zero por cento

Ai é que a porca torce o rabo. Para não tocar nas reservas, o Brasil terá que conseguir uma quantidade enorme de recursos lá fora. Não é nenhuma crítica radical da política econômica oficial que traçou um dos quadros mais sombrios da situação do balanço de pagamentos. Mas sim o jornal *O Estado de S. Paulo*. "Pela contabilidade dos bancos credores do Brasil, a balança comercial poderá apresentar no próximo ano um déficit de US\$ 2,5 a 3 bilhões; os juros, admitindo-se que a taxa interbancária de Londres atinja um nível médio de 12%, ficarão entre US\$ 6,5 e US\$ 7 bilhões. A esses valores será acrescido um déficit (na balança de serviços) de US\$ 3,5 bilhões, totalizando, portanto, US\$ 12,5 a US\$ 13,5 bilhões".

A brincadeira não pára por aí. Diz ainda o *Estadão*: "Além desses componentes da conta corrente propriamente dita, os banqueiros prevêem que as despesas com amortizações alcançarão entre US\$ 7,5 e US\$ 8 bilhões, o que elevaria as necessidades globais de empréstimos para US\$ 21,5 bilhões. Admitindo-se que o país consiga atrair investimentos diretos no valor de US\$ 2 bilhões, haveria um déficit de US\$ 19,5 bilhões que teria de ser coberto com empréstimos".

Os banqueiros internacionais estarão dispostos a emprestar isso tudo? O mínimo que se pode dizer é que não há mais na comunidade financeira internacional o mesmo entusiasmo de alguns anos atrás pelo Brasil. Os banqueiros, para que os dólares continuem fluindo para cá em grande quantidade, querem que dois problemas sejam resolvidos: a inflação e o déficit da balança comercial que este ano deverá ficar em torno dos US\$ 3 bilhões. Um banqueiro americano, entrevistado em Nova Iorque pela *Folha de S. Paulo*, sugeriu que o crescimento da economia brasileira nos próximos três anos seja de

zero por cento. Com este desaquecimento violento, acredita ele, seria possível conter importações e combater a inflação.

Banqueiros japoneses "decidiram suspender temporariamente os empréstimos ao Brasil até que o país adote medidas para acelerar a amortização de sua dívida externa, de US\$ 55 bilhões", diz o *Jornal do Brasil*. Esse foi o recado dado a Delfim (que esteve também na França). Os sinais de que a comunidade financeira internacional está inquieta em relação ao Brasil não param por aí. Dariam para encher uma página de jornal. Economistas de 12 bancos internacionais que se reuniram no Rio de Janeiro, sob a coordenação de Marcilio Marques Moreira do Unibanco, chegaram quase que a um consenso de que o Brasil no ano que vem terá que apelar para o Fundo Monetário Internacional. E o Chase Manhattan Bank andou prevendo que no ano que vem a inflação no Brasil poderá chegar aos 150%, uma taxa apavorante para os banqueiros internacionais.

Os manufaturados perdem terreno

É ingenuidade, porém, pensar que os banqueiros internacionais vão deixar o Brasil na mão de um momento para o outro. Afinal, eles têm no mínimo interesse em receber os US\$ 55 bilhões que têm aplicados aqui, sem falar nos juros. Mas não é faltar ao realismo admitir que no ano que vem o Brasil não consiga lá fora US\$ 19,5 bilhões. Vamos supor que consiga uns US\$ 16 bilhões, o que já é uma soma fantástica. Como não há possibilidade de queimar reservas para cobrir essa diferença de US\$ 3,5 bilhões, só existe uma saída: eliminar o déficit da balança comercial.

Como? Uma delas é elevando violentamente as exportações. Será possível? O panorama não é

muito favorável. Além do baixo ritmo de crescimento da economia mundial, um fator novo vem entrando em cena para agravar a situação: os manufaturados brasileiros estão perdendo competitividade no mercado internacional. Segundo o *Globo* "dois manufaturados brasileiros já estão sendo exportados quase com prejuízos: calçados e têxteis. E, segundo diretores da Associação dos Exportadores Brasileiros, as metas na exportação dos dois produtos dificilmente serão alcançadas este ano. Algumas indústrias do setor têxtil estão sem fechar negócio desde julho. Na área de calçados a situação é mais grave. Vários importadores estão cancelando encomendas porque os fabricantes querem reajustes nos preços".

Por essas e outras é que já começam a circular boatos de que o governo irá em breve executar uma nova maxidesvalorização do cruzeiro. Essa seria a saída para baratear as exportações brasileiras e encarecer as importações. Com o cruzeiro sendo violentamente desvalorizado em relação ao dólar (que poderia passar a valer 80 cruzeiros, por exemplo), os importadores americanos e de todos os demais países se sentiriam mais atraídos em comprar produtos brasileiros.

Essa jogada envolve, porém, um problema sério. As maxidesvalorizações, na medida em que encarecem as importações, contribuem para alimentar muito a inflação. A opção de tentar salvar a balança comercial por esse caminho poderá significar uma inflação estratosférica, o que desagradará a quase todo mundo. Inclusive aos banqueiros internacionais. A outra saída é partir para cortes nas importações. Estabelecer um teto de US\$ 22 bilhões, por exemplo, e arrochar o que for preciso para chegar lá. Mas isso também tem um incômodo muito sério: um

corde profundo nas importações vai afetar para valer o ritmo de crescimento da produção industrial, já que começarão a faltar matérias-primas, máquinas etc. que agora vêm lá de fora. Assim, o preço desse segundo caminho é jogar o país na recessão.

Resumindo a coisa de modo muito simples, caímos na máxima de se ficar o bicho pega e se correr o bicho come. A opção para 1981 está entre inflação alta e recessão, por exigência da balança comercial. Eis no que deu o "milagre" brasileiro. Eis no que deu o tão decantado modelo exportador. O governo brasileiro não revelou nenhum sinal de que está disposto a mudar esse modelo, embora como um navio desgovernado ele esteja fazendo água por todos os lados. A estratégia é ir equilibrando o balanço de pagamentos como for possível, é fazer contorcionismos na corda bamba e convencer os banqueiros internacionais de que o Brasil é um "país viável" a médio e longo prazo e que os apertos atuais são conjunturais.

O Carajazão vai salvar tudo?

Para tornar seu apelo atraente, o governo brasileiro (e Delfim vem fazendo isso em seus contatos lá fora) acena para os banqueiros e empresas multinacionais com a possibilidade de ganhos fabulosos por aqui. Novas áreas serão abertas ao capital estrangeiro, a internacionalização da economia vai avançar. As cartas já estão sendo jogadas na mesa. Duas são particularmente importantes: energia e minérios. Quanto à energia, já há idéia de um Proálcool de exportação e o recém-lançado Proóleo (que visa substituir 10% do óleo diesel por óleos vegetais, em 1985) permitirá ampla participação do capital estrangeiro como já foi anunciado. O mesmo caminho deverá ser adotado, mais cedo ou mais tarde, em relação ao carvão. Na área mineral estão aí mesmo o gigantesco Carajazão, que envolve uma multiplicidade de projetos e investimentos de US\$ 30 bilhões, o projeto da Albrás (para produção de alumínio no Pará), as reservas crescentes de ouro e uma série de outras oportunidades menos badaladas mas altamente lucrativas.

Esse é o quadro. A situação piora dia a dia. O preço a pagar pelo modelo exportador está se tornando cada vez mais insuportável (e não apenas em termos de amortização e juros). Para tentar evitar que o barco vá ao fundo, o governo parece mesmo disposto a leiloar o país e espera que as multinacionais façam os seus lances. Mas apesar desse esforço entusiasta é possível que o barco encaixe no meio do caminho e que daqui a uns dois ou três anos o Brasil tenha mesmo que partir para a renegociação da dívida. Um atestado final da falência do modelo exportador.

DIREITOS HUMANOS

Demorou, mas este homem

Harry Shibata, o médico que já foi acusado de praticar "violências contra o povo" e que foi chamado

Roldão Oliveira

No dia 8 de abril de 1976, o ex-deputado Marco Antonio Tavares Coelho enviou, do presídio do Hipódromo, onde estava, uma carta ao Conselho Regional de Medicina - CRM-SP -, denunciando a falsidade de um laudo pericial assinado pelos legistas Harry Shibata e Paulo Augusto de Queiroz Rocha.

Os dois médicos, segundo Tavares, falsificaram um laudo, a pedido do II Exército, para esconder os sinais de tortura sofrida por ele nas dependências do DOI-CODI. Como prova da falsificação, o ex-deputado apresentou outro laudo, feito por dois médicos do Hospital Central do Exército, semanas depois, que constataram os sinais de torturas.

O processo no CRM-SP durou quase cinco anos, sob completo sigilo. Até que na semana passada saiu a primeira decisão: decidiram cassar o registro profissional de Shibata. E se a decisão for referendada pelo Conselho Federal, Shibata não poderá mais exercer a profissão. (Queiroz desde o início defendeu-se dizendo que assinou o laudo sem ter visto a vítima, como segundo perito, como é praxe no IML. Mas o advogado desde último sustentou a tese de que as marcas surgiram entre um exame e outro).

Shibata, que se formou em Medicina pela USP, em 1952,

é um dos principais personagens da história recente da tortura no Brasil. Neste período é acusado por colegas de ter atuado mais como agente do DOI-CODI do II Exército do que como médico. E o fato de já ter sido condecorado duas vezes pelo Exército (uma em 1977 e outra este ano) parece confirmar isto.

O Exército o condecorou, "dei mais de 50 sacos de remédios para o Doi-Codi"

Quando perguntaram a Shibata, em 1977, porque o ministro do Exército, Silvio Frota, lhe concedera a "Medalha do Pacificador", respondeu que era por serviços prestados. Mas que serviços?

— Deve ter sido porque dei mais de 50 sacos de amostras grátis de remédios para a enfermaria do DOI-CODI - respondeu.

Talvez. Mas a folha de serviços prestados por Shibata aos órgãos de repressão, como diretor do Instituto Médico Legal, vinculado à Secretaria da Segurança Pública, inclui outros serviços - não tão singelos quanto aquele lembrado por ele.

Não foi, certamente, por ter praticado gestos de caridade, que Shibata foi acusado pelos próprios colegas de profissão de praticar "violências contra o povo" (a acusação surgiu durante um encontro pela anistia, no ano passado). Também não foi por isto que o deputado Fernando Morais já o chamou uma vez de "monstro".

Os motivos são outros. Foi Shibata quem fez a necropsia de Carlos Marighella, que a polícia alega ter matado num misterioso tiroteio ocorrido no centro de São Paulo, em novembro de 1969. Foi ele quem falsificou o nome de Sônia Maria de Moraes Angel Jones em seu atestado de óbito, assinado a 5 de dezembro de 1973, transformando-a em Esmeralda Siqueira Aguiar. Por causa dessa troca proposital de nomes (no laudo necros-



As duas marcas de cordas no pescoço de Vladimir Herzog, uma prova de que ele não se enforcou... e de que Harry Shibata mentiu



cópico Shibata colocou o nome correto), os familiares levaram sete anos para descobrir onde estava enterrada a esposa de Stuart Angel Jones (cujos restos mortais estão desaparecidos desde 1971, quando foi preso pelos órgãos de repressão). Segundo a polícia, apoiada no laudo de Shibata, Sônia morreu num tiroteio com seus agentes em São Paulo, no dia 30 de novembro de 1973; mas, segundo a Anistia Internacional, ela foi presa em São Paulo, removida para o Rio, torturada barbaramente pelo Exército e depois levada de volta à capital paulista, para ser morta.

Foi o mesmo Shibata quem assinou, no dia 8 de agosto de 1975, o laudo necroscópico do tenente José Ferreira de Almeida, da PM de São Paulo, que teria cometido misterioso suicídio numa das celas do DOI-CODI do II Exército. Foi dele ainda o laudo assinado no dia 27 de outubro do mesmo ano, registrando a morte do jornalista Vladimir Herzog, também por suicídio, na mesma cela do DOI-CODI e na mesma posição onde semanas antes fora "suicidado" o tenente Almeida.

O caso Herzog foi o que deu maior notoriedade a Shibata, devido às repercussões

do processo movido pela família da vítima contra a União. Uma das peças básicas para os defensores dos órgãos de repressão no processo era o laudo de Shibata onde concluía, após o exame de corpo de delito: "quadro médico legal clássico de asfixia por enforcamento."

Três anos depois, um repórter constatou, ao examinar detalhadamente as fotos apresentadas junto ao laudo, que havia dois sulcos no pescoço de Vlado, e não apenas um, como dissera Shibata. Era prova evidente de que o cadáver fora estrangulado para dar a impressão de suicídio. Além de evidente, era uma prova tão comprometedor para o diretor do IML, que dias depois ele desabafou diante de jornalistas: "Assinei o laudo sem ter visto o corpo de Herzog". Essa mesma declaração ele faria perante o Tribunal que apurou a morte do jornalista.

"Eu não vi o corpo de Vladimir Herzog, assinei o laudo em confiança"

Fernando Pacheco Jordão, um dos jornalistas que registraram o comportamento frio de Shibata no tribunal, em seu livro **Dossiê Herzog** escreveu o seguinte:

"Shibata chegou sozinho, de terno e gravata, carregando uma pasta tipo executivo. Foi direto para a saleta de testemunhas. Sentou-se perto da janela, que dá para os fundos de um prédio da rua do Arouche, abriu sua pasta e de lá tirou uma revista "Seleções", que ficou lendo, imperturbável, sem conversar com ninguém, sem demonstrar o menor interesse pelos que estavam à sua volta, as outras testemunhas, até a hora de ser chamado para depor (...). Shibata fecha sua revista, coloca-a dentro da pasta e entra para ser interrogado (...) Começam a ser ouvidas na sala as perguntas feitas em tom firme e voz bem alta pelo advogado Carlos Eduardo Cardoso (...)

— O senhor confirma a declaração que lhe é atribuída, de que assinou o laudo necroscópico sem ter participado da autópsia?

A situação faz Shibata parecer réu e não mais simples testemunha.

— Assinei em confiança como segundo perito. É a praxe do IML. Eu não vi o corpo de Vladimir Herzog. Em nenhum local eu vi

A história do médico que "entregou" o capitão Lamarca

Postura completamente diferente da do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, cassando o registro profissional de Harry Shibata, foi adotada recentemente pelo seu congênera da Bahia. Em fevereiro deste ano o **Coojornal** publicou farto material sobre a caça ao capitão Carlos Lamarca, baseado em documentos oficiais do Exército. Um dos trechos da matéria, transcrevendo as informações do Relatório Final da chamada Operação Pejussara, dizia o seguinte: "12.9.71 — As 8 horas da noite, o médico de Ibotirama (BA), Armindo de Souza, procura os agentes para informar que fora procurado 10 minutos antes, pelo Capitão Carlos Lamarca, doente, pedindo tratamento. A cidade é bloqueada imediatamente, sem resultados. A vigilância da cidade é reforçada".

Com base nesta informação, avalizada pelo Exército brasileiro, o médico e depu-

tado cassado, Adão Pereira Nunes, ofereceu denúncia ao CRM da Bahia, pedindo o julgamento de Armindo de Souza. Dizia Pereira Nunes que o juramento de Hipócrates, repetido há milênios pelos profissionais de medicina, fora desrespeitado pelo médico baiano. Um dos trechos de sua carta, que conclui afirmando que ele não é digno de continuar exercendo a humanitária profissão, diz o seguinte: "Desnutrido, tresnoitado, sufocado pela asma, com extrema penúria física, o guerrilheiro Lamarca confiara cegamente no segredo profissional jurado pelos médicos. Todavia, afrontando o castigo dos céus e o repúdio das criaturas honradas, o Dr. Armindo de Souza traiu o enfermo".

Recentemente o CRM baiano respondeu a Pereira Nunes, em carta assinada pelo seu presidente, Dr. Aristides Maltez Filho. Ignorando a informação do denunciante,

de que o recorte anexado era do **Coojornal**, o CRM diz ter recebido a denúncia juntamente com "xerocópia de jornal não identificado". Em seguida diz que lamentavelmente não tomou nenhuma providência porque o fato se deu há nove anos, prazo que, segundo o CRM, torna o fato prescrito de acordo com o Código de Processo Ético profissional em vigor. A má vontade se expressa com mais clareza ainda no final da carta. Ignorando que Pereira Nunes somente tomou conhecimento do ocorrido após a sua publicação pelo jornal gaúcho, em fevereiro deste ano, e não em 1971, o CRM conclui: "Todavia considerou o Plenário deste órgão muito mais lamentável ainda, a circunstância de não ter V.S.^a trazido o fato ora denunciado, de imediato, ao conhecimento do CRE-MEB para possibilitar sua ação legal dentro dos prazos regimentais". (MB)

começa a ser condenado

de "monstro" por ter ajudado nas torturas do Doi-Codi, recebe uma condenação, cinco anos depois.

o corpo de Vladimir Herzog. No dia em que foi feita a autópsia, era um sábado, eu nem estava em São Paulo.

Na semana passada, depois de tomar conhecimento da decisão do CRM, Shibata relembrou o caso Herzog, demonstrando tranquilidade: "Sou legista há 23 anos (ele tem 53) e calculo que já fiz umas 12 mil necropsias. Nunca tive problemas antes, até o caso Herzog. Há 96 anos, no IML, o segundo perito assina o laudo sem ver o corpo. E foi isso que eu fiz no caso Herzog. Fiz a minha obrigação. Se cometi crime, o Estado, que me obrigou a assinar aquele laudo, que me indenize".

Apesar da notoriedade deste crime, não foi nele que o CRM se baseou para cassar o registro profissional de Shibata, mas em outro laudo mentiroso: o do ex-deputado Marco Antônio Tavares Coelho.

Preso em 1975, acusado de tentar reorganizar o Partido Comunista Brasileiro, Tavares Coelho foi violentamente torturado logo nos primeiros dias de prisão.

Mas, apesar de incômodo, Shibata não pode ser abandonado. Por isso continua à frente do IML, indiferente às acusações que lhe são feitas. E ali continuará por algum tempo, mesmo que o Conselho Federal de Medicina endosse a opinião do CRM-SP e casse seu registro profissional, impedindo-o de exercer a medicina.

O "prestígio" de Shibata pôde ser verificado no próprio desenrolar do processo concluído na semana passada: vinha se arrastando desde 1976, sofrendo os mais diferentes tipos de entraves. Um deles: Shibata, que fez parte do Conselho até o ano de 1978, não atendeu a nenhuma das convocações do CRM para que fosse depor. Agora, o seu advogado, Jaime Lobato, pretende anular a decisão alegando "quebra de sigilo", já que a sentença foi divulgada antes de ser referendada pelo Conselho Federal, e "excessivo rigor na punição".

Quase um mês depois a Rede Globo tentou mostrar que as denúncias eram falsas, através de um filme, em preto e branco, mostrando Marco Antônio no jardim da prisão do II Exército, à distância. Em seguida foi a vez do ministro da Justiça, Armando Falcão, ler pela televisão uma nota oficial negando as torturas e apresentando como prova de suas declarações um laudo pericial assinado pelos médicos Harry Shibata e Paulo Augusto de Queiroz Rocha.

Marco Antonio abriu a camisa e mostrou as cicatrizes de torturas

Meses depois, porém, ao ser apresentado pela primeira vez à Justiça Militar, Marco Antônio abriu a camisa e mostrou aos juizes as marcas e cicatrizes provocadas pelas torturas. Diante da evidência, a Auditoria Militar concordou com o pedido do advogado de defesa para nova perícia que constatou os sinais de sevícia.

Shibata, à frente do Instituto Médico Legal, contribuiu decisivamente, falsificando atestados de óbitos e laudos médicos onde omitia as marcas provocadas pelas torturas, para dar ares de legalidade ao aparelho repressivo. Mas hoje é uma figura incômoda para a política de abertura do general Figueiredo, que deseja camuflar a negra história dos porões da ditadura. Afinal, além dos "furos" que vão sendo descobertos no passado do médico, ele vai abrindo outros, como o deslize cometido



Shibata no QG do II Exército

durante seu depoimento no caso Herzog. Lá, perante o juiz e os advogados, ele confirmou a existência de um certo capitão Ubirajara e sua atuação como torturador no DOI-CODI, esquecendo-se de que, dias antes, o comandante do II Exército, general Dilermando Monteiro, hoje no Superior Tribunal Militar, negara a existência do tal capitão.

Shibata quer sair do noticiário para procurar uma saída

Mesmo que Lobato não consiga anular a decisão do CRM, ainda há o recurso da CFM. Na semana passada, vários médicos comentavam que o órgão federal não é "tão progressista" quanto o estadual, havendo possibilidades de mudar a sentença. Além disso, segundo o presidente do CFM, Murilo Bastos Belchior, qualquer decisão sua demorará um mínimo de quatro meses para ser proferida - tempo suficiente para Shibata sair novamente do noticiário, ou para recorrer a outras instâncias, como a justiça comum, ou a justiça do Trabalho.

De modo geral, porém, a oposição parece considerar a decisão do CRM paulista uma importante conquista em sua luta pela punição dos torturadores. Foi um alento para todos aqueles que ficam indignados diante de tragédias como aquelas de que Shibata fez parte. Uma indignação necessária, como lembra o epitáfio gravado em bronze sobre o túmulo do jornalista Vladimir Herzog: "Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos ante atrocidades sofridas por outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados".

Denúncia da Anistia Internacional: médicos estão usando seu saber até na execução de penas de morte!

Já não existe apenas a tortura comum, sobre a qual as publicações da Anistia Internacional divulgam cada dia mais informações: pancadas, queimaduras, choques elétricos, violações, extração de dentes e unhas etc. Estes métodos continuam a existir correntemente; estão realmente em crescimento no Chile e persistem rotineiramente na maioria dos países da América do Sul, em certos países da África como o Zaire, em certas democracias populares como a Alemanha Oriental - isso para citar apenas alguns casos.

A eles entretanto se juntam as técnicas de "tortura própria" como se diz, que quase não deixam traços imediatos - o que torna difícil a sua constatação: a privação sensorial, isolamento, choques elétricos, mas sobretudo o emprego de produtos químicos e medicamentos. Essas técnicas "refinadas", praticadas sob "controle médico", foram levadas a seus extremos no Uruguai, que lhes serve como uma espécie de laboratório, e em seguida difundidas pelos países vizinhos, principalmente a Argentina. Elas são largamente utilizadas nos hospitais psiquiátricos da União Soviética e da Romênia. Sua lista seria longa.

Acrescem-se a elas atualmente, e cada vez mais, as novas técnicas de execução de pena de morte "humanitária": para evitar os sofrimentos prolongados ou danos incontroláveis, procura-se a intervenção direta do médico. A Anistia Internacional salientou dois exemplos característicos desta tendência: nos EUA e nos países islâmicos.

A picada mortal

Quatro estados americanos (Idaho, Oklahoma, Texas e Novo México) adotaram uma legislação pela qual de hoje em diante a pena capital será administrada por uma equipe médica, sob a forma de uma picada mortal de injeção. A legislação de Oklahoma, segundo a Anistia, foi elaborada com a ajuda de médicos e nesse sentido é a mais "refinada". Ela prevê que a pena de morte seja "aplicada por via intravenosa com uma dose mortal de uma mistura de narbitúrico de ação rápida e de um agente químico paralisante, até que a morte seja constatada oficialmente por um médico juramentado". Para proteger a sensibilidade dos executantes - voluntários - prevê-se que estes serão em número de três e administrarão a droga atrás de um biombo: apenas uma das doses será mortal e nenhum deles saberá quem matou. Este é precisamente o esquema de um pelotão de fuzilamento.

Este método, segundo seus inventores, permitiria substituir vantajosamente a cadeira elétrica e a câmara de gás, inicialmente por ser menos caro (uma câmara de gás custa mais de 300 mil dólares). Embora numerosos médicos americanos, através de suas entidades, já tenham protestado contra essa perversão inaceitável de suas competências (*), cerca de 79 condenados à morte esperam a execução através desse método nos quatro estados ameri-

canos, e a Flórida está para adotar legislação similar.

Uma outra medicalização do suplício foi estabelecida nos países muçulmanos com a prática das amputações. Uma lei paquistanesa de fevereiro de 79 previa a amputação da mão direita para o crime de roubo e do pé esquerdo para assalto. A "operação" deve ser praticada por um cirurgião qualificado e sob anestesia, em público ou na prisão, após o veredito da corte.

A "humanização" das sentenças penais - no caso, a sua medicalização - não é uma idéia nova: foi com este objetivo que o dr. Guillotin concebeu o instrumento que leva o seu nome (a guilhotina). No final do século 19 um grupo de médicos americanos propôs que se substituisse a forca - que provoca sofrimentos prolongados - por métodos mais "humanos" como a eletrocução, o envenenamento por cianureto, asfixia por clorofórmio ou injeção intravenosa de morfina.

Mas também não é de hoje que o Juramento de Hipócrates proíbe expressamente a participação médica em tais práticas. A declaração de Genebra, adotada em 1948 pela Associação Médica Mundial, no momento em que eram julgados os médicos nazistas, também proclama: "mesmo sob ameaça, não porei meus conhecimentos a serviço daqueles que violam as leis da humanidade".

Seqüelas de tortura

O desejo dos médicos ligados à Anistia Internacional é evitar também os males a longo prazo da tortura, tal como descritos pelo doutor Ole Rasmussen, conselheiro médico da organização em Londres. Segundo os estudos realizados principalmente pela seção dinamarquesa da Anistia, que examinaram e cuidaram de diversas vítimas provenientes do Chile, Argentina, Espanha e Irlanda do Norte, 90% dos ex-torturados apresentam seqüelas físicas (dermatológicas, gastrintestinais, cardiopulmonares, articulares, visuais, auditivas, dentárias etc), e 75% problemas de ordem psiquiátrica: problemas neuróticos e emocionais, dificuldades de concentração, problemas sexuais etc.

Entre milhares, a Anistia cita o caso de um médico argentino, 30 anos, preso e torturado em 76: após ter sido espancado, submetido a choques elétricos na garganta e na boca, e quase asfiziado com um saco plástico que lhe enfiaram na cabeça, ele está em vias de se tornar surdo, sofre de problemas gástricos e de perturbações psíquicas graves. "Acredita-se em geral que a tortura é uma agressão brutal, mas breve, contra o prisioneiro. Na verdade, o horror tem um efeito permanente".

O New England Journal of Medicine (de 24/01/80) trouxe uma matéria de William Curran, muito documentada, onde se diz: "o conjunto dos médicos americanos deve condenar solenemente toda participação médica neste método de execução capital".

DIREITOS HUMANOS

Pais, mães e irmãos em busca de informações sobre o destino dos guerrilheiros do Araguaia

Por toda esta semana, numa viagem difícil, tensa e profundamente emocionada, 14 familiares representando os 59 guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil, tidos como mortos ou desaparecidos na guerrilha do Araguaia, estarão tentando vasculhar a região - ou parte dela - em busca desesperada de algum indício sobre o destino de seus pais, irmãos e esposos. Até agora, como se sabe, o regime militar recusa-se terminantemente a emitir qualquer explicação sobre esta guerra de muitos meses, em que tropas militares estimadas em até 20 mil componentes massacraram perto de 70 guerrilheiros, de 72 a 74.

A caravana dos familiares chegou a Belém à noite da última quarta-feira, tendo à frente a presidente do CBA/Rio de Janeiro, Sra. Iramaya Benjamin. Entre os familiares estavam a esposa e a filha de Maurício Grabois, o irmão da guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira, a famosa Dina, a tia de Bergson Gurjão Farias e o deputado Roberto Valadão (líder do PMDB no Espírito Santo), irmão e cunhado de Arildo e Áurea Valadão, sumidos na guerrilha. A comitiva foi recebida pelas entidades democráticas locais, à frente o Comitê Paraense pela Anistia, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, e seu coordenador, professor Alexandre Cunha.

Tomados pelas lágrimas, os familiares falaram num debate promovido pela SDDH, na noite de quinta-feira, de seus filhos, irmãos, noras, esposos, tão covardemente assassinados pela repressão. O ponto máximo foi a leitura da carta do guerrilheiro Guilherme Lund - a última que ele enviou à família antes de partir para a guerrilha, e que foi cedida com

exclusividade a **Movimento** (veja abaixo) pela mãe de Guilherme, Dona Júlia Lund.

Na sexta de manhã houve um debate com os estudantes universitários. À noite a caravana seguiu de ônibus para Marabá. Ali, no domingo, estava programado um ato litúrgico em memória dos guerrilheiros, celebrado pelo bispo D. Alano Pena.

Pelas informações recebidas até o final da semana, nada indicava que a viagem à

região fosse decorrer com muita facilidade. Conforme telefonema do bispo de Marabá para a CPT, dias antes da chegada da caravana, o Exército e a Polícia Federal percorreram, casa a casa, algumas regiões (como as estradas operacionais OP-1, OP-12, OP-3 e o povoado de Palestina), para proibir que os lavradores dessem qualquer informação.

(Luiz Maklouf Carvalho)

A carta do guerrilheiro

São Paulo, 2 de fevereiro de 1970
Queridos Pais

Diante da situação atual é preciso que se encare seriamente a questão da nossa vida e a que dedicá-la. Andei pensando bastante no assunto e cheguei a várias conclusões. Na análise que fiz, pesei tudo, coloquei o específico dentro do conjunto. No conjunto, sei que nada adiantará continuar a estudar, pela própria situação geral do país. Cada vez se torna mais difícil para os jovens se manter nesse estado de coisas. Não há perspectiva para a maioria dentro do atual status, muito menos para mim que não consigo ser inconsciente ou alienado a tudo que se passe em volta. Sobre as propostas que me fizeram cheguei à conclusão de que não posso aceitá-las, não posso largar tudo, seria atentar contra a minha consciência. E para mim, essa consciência é algo de muita importância.

Minha decisão é firme e bem pensada, para mim nada vale o enquadramento dentro do esquema. No momento só há mesmo

uma saída: transformar este país, e o próprio governo é que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta enquanto a violência popular é justa, porque está a favor do progresso e da justiça social.

O fato de eu não aceitar a proposta de vocês, não muda nada minha atitude de filho para com vocês. Gosto e considero muito vocês mas temo que não compreendam a grandeza do caminho que vou tomar, temo que não entendam a nobreza dos meus ideais.

Estou de mudança e não tenho endereço, mesmo assim quero manter correspondência com vocês (NR: segue um pequeno trecho riscado) não se preocupem comigo. Estou bem e seguro e não estou sozinho. Um grande abraço para todos do GUILHERME.

O nome completo dele é Guilherme Gomes Lund, nascido em 47. Na guerrilha tinha o codinome de Luis. Desapareceu no dia de Natal de 1973, após um ataque contra o grupo de Maurício Grabois).

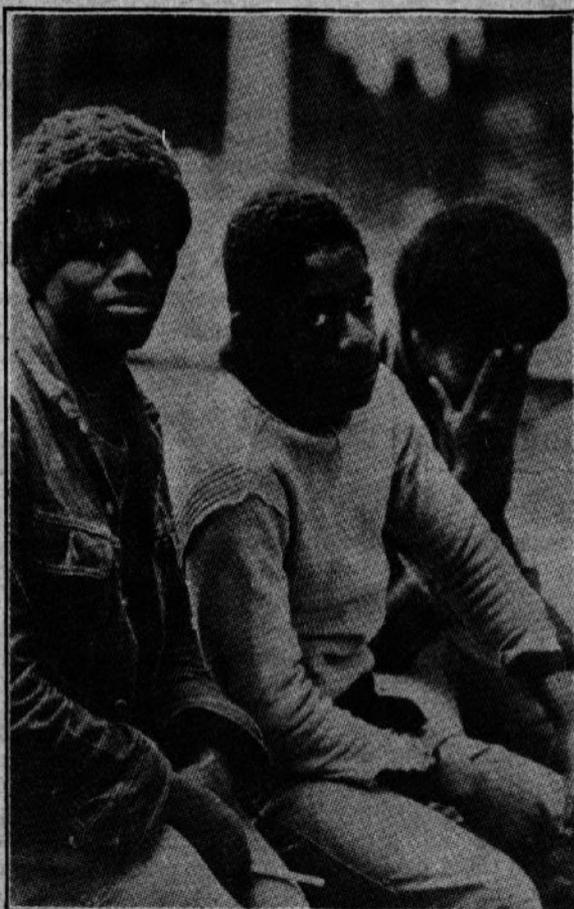


Imagens do abandono

A própria polícia se espantou com o grau de violência do linchamento de "Testão", o menor Nilton da Conceição, virtualmente esmagado por uma multidão de 50 pessoas no último dia 19 na periferia de São Paulo, por ter matado a tiros e a sangue frio seu vizinho, José Torres.

"Testão", "conhecido ladrãozinho" do bairro, segundo o delegado local, é mais uma consequência do aparentemente insolúvel problema do menor em São Paulo. O seu linchamento, um dos mais bárbaros registrados na cidade, ocorreu justamente cinco dias antes de se iniciar o I Encontro Nacional dos Direitos do Menor, uma iniciativa de integrar os grupos que trabalham nessa área e também dar-lhes novos rumos de atuação. Os trabalhos foram realizados na PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo entre o dia 24 e 26 de outubro e constaram dos seguintes temas: "Trabalho e Profissionalização do Menor"; "Saúde Física e Mental do Menor".

Coincidiu também com o lançamento de um trabalho importante na conscientização desse problema: "A Questão do Menor - Documento", um ensaio fotográfico de Juca Martins, Nair Benedicto e Wagner Avancini, com texto das educadoras Maria Nilde Maxcellani e Elza Ferreira Lobo. Para os autores, o livro não deve ser visto



como um documentário a mais no acervo de bibliotecas, mas um "instrumento que desperte a atenção e leve à reflexão, tornando-se um material de discussão amplamente socializada" sobre o problema do menor: "não uma consequência do subdesenvolvimento e sim um produto direto do processo capitalista de desenvolvimento".

Prêmio Herzog para Movimento

O Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo pretende lembrar nesta segunda-feira o quinto aniversário do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, nas celas do Doi-Codi de São Paulo, e comemorar simultaneamente o Dia dos Direitos Humanos do Trabalhador. Durante a cerimônia serão também entregues os 23 prêmios do II Prêmio Jornalistico Vladimir Herzog de Anistia às matérias selecionadas na televisão, rádio, imprensa escrita brasileira, fotografia e imprensa escrita latino-americana.

A equipe do jornal **Movimento**, por sua cobertura da morte do operário Santo Dias da Silva e pela matéria "O Sequestrador de D. Hipólito", está entre os autores que receberão o prêmio, sem qualquer gradação de lugar, a partir das 20 horas na sede do Sindicato, Rua Rego Freitas, 530, sobreloja.

Os prêmios cobrem uma grande gama de trabalhos como a matéria "Sevícias na Delegacia de Sertãozinho", do repórter José Wilson Toni, da **Rádio Ribeirão Preto**; "Nas Minas da Bolívia", da repórter Jan Rocha, transmitida pela **BBC** de Londres; "Chacina de Rio Verde", uma série de reportagens sobre desaparecidos políticos dos jornalistas Antônio Carlos Fon, Marta Regina de Souza e Guarabyra Neto, publicados no **Diário da Manhã**; o conjunto de matérias publicadas na **Folha de S. Paulo** por Clóvis Rossi sobre o Cone Sul; e reportagens de Luis Maklouf Carvalho, "Granada do Exército Mata e Mutila Lavradores" e "Olha o Passarinho", publicadas pelo jornal **Resistência**, do Pará (Maklouf escreve também para **Movimento**). Há também as fotos de Eduardo Simões, da agência F-4, sobre a violência na Freguesia do Ó, publicadas pelas revistas **Veja** e **IstoÉ**, permitindo a identificação de alguns espancadores, também presentes à repressão no ABC.

Entre os outros premiados estão: equipe de jornalismo da Rádio Bandeirantes de São Paulo; Eduardo Meditsch, Robson Barenho e João Garcia; equipe de jornalismo da Rádio Capital de São Paulo; Ony Nogueira; Anilson Costa e Márcio Torres; Rodolfo Gambellini e Adão Macieira; Sérgio Macedo; Licínio Azevedo; Paulo César Araújo e Valério Meinel; Afonso Linhares; equipe do jornal **O São Paulo**; equipe do **ABCD Jornal** (menção honrosa); Roberto Faustino; equipe do jornal "Solidaridad e Boletim Informativo (ambos do arcebispo de Santiago); equipe no exílio do jornal **Denúncia** (Argentina); Alcebiades Delvalle (Paraguay).

Além do Sindicato dos Jornalistas, o Prêmio conta como patrocinadores entidades de anistia, como o CBA-SP, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos Latino-americanos, e também a Federação Nacional dos Jornalistas e Associação Brasileira de Imprensa.

Por uma universidade democrática

Quando a professora Nadir Gouvea Kfourri foi reconduzida ao cargo de reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na última semana de agosto (ver **Movimento** n.º 270) esquentou o debate sobre a democratização da universidade brasileira. É que Nadir foi eleita em votação direta e secreta, da qual participaram os professores, os alunos e os funcionários da PUC. Um processo inédito no Brasil e bem diferente do estipulado pela lei 6.733 de 04 de dezembro de 1979 que amplia a competência do presidente da República de nomear os dirigentes dos estabelecimentos oficiais de ensino superior, permitindo a sua reeleição e que, como se lembra, foi elaborada especialmente para beneficiar o capitão de mar-e-guerra José Carlos Azevedo, que voltou à reitoria da Universidade de Brasília no último mês de maio.

"Eu não tenho a ilusão de que vamos conseguir a democratização da universidade - através de seu autogoverno - sem que se processe uma real democratização da sociedade. Mas no momento em que se discute a democratização da sociedade, um capítulo especial tem que ser reservado à universidade". Esta é uma preocupação do deputado Roberto Freire (PMDB-PE), ex-líder estudantil na faculdade de direito do Recife.

O projeto determina que os reitores e vice-reitores de universidades e fundações e os diretores e vice-diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior mantidos pela União serão eleitos pelo voto facultativo, direto e secreto dos membros da comunidade universitária para um mandato de quatro anos, sendo vedada a reeleição. Os candidatos serão escolhidos entre quaisquer membros do corpo docente. Para evitar que a categoria mais numerosa (a dos estudantes) eleja sistematicamente os seus candidatos, a proposta de Roberto Freire estabelece um peso numérico ponderado para os votos de cada categoria, de modo que as votações totais ponderadas dos professores, estudantes e funcionários sejam equivalentes. (ACQ)

Apavorado, Mário Franco recua

"Mário Franco nega tudo". Esta a manchete do **A Província do Pará** de segunda-feira passada, que publicou uma entrevista com o ex-terrorista onde ele não só desmentia as graves acusações que havia feito contra militares e civis, envolvidos com o terror no Estado, como ainda declarou que tudo não passava de um plano maquiavélico arquitetado pela esquerda e comandado pelo deputado Jader Barbalho (PMDB).

Assessorado exatamente pelo principal acusado, Rubinet Nazaré, e por policiais da secretaria da Segurança, Franco disse na entrevista que fora pago pelos jornais **Resistência** e **Hora do Povo**, para envolver militares nas acusações, tendo recebido Cr\$ 10 mil do editor do primeiro jornal, Luis Maklouf Carvalho.

Movimento havia previsto esse recuo e sabe-se que Franco fez isso por estar apavorado com a perspectiva de sua prisão preventiva: uma de suas grandes preocupações agora era desmentir o envolvimento dos militares apontados por ele, principalmente o capitão Holanda Lima, da Aeronáutica (nenhum militar foi chamado a depor ainda).

REPORTAGEM

Uma viagem
ao país
da violência

Assassinatos, perseguições, assaltos, terror, linchamentos, torturas, quebra-quebras, miséria.
Na Baixada Fluminense, a violência nunca é gratuita.

A VIOLÊNCIA DA MISÉRIA

Murilo Carvalho



Falar da violência da Baixada Fluminense tornou-se uma espécie de triste rotina de todos os grandes jornais brasileiros. Os cadáveres que aparecem amarrados, mutilados, todos os dias, as ações fulminantes dos "Mãos Brancas", os executores da Polícia Mineira, os quebra-quebras dos trens, os linchamentos, as guerras de quadrilhas, compõem um quadro fértil para o sensacionalismo sangrento. E tudo isso construiu uma fama dolorosa para a população da vasta Baixada, onde, como dizia Sérgio Porto, "até urubu voa de costa".

Com mais de 2 milhões e meio de habitantes, a Baixada se estende em torno do eixo da Rodovia Presidente Dutra - que liga o Rio de Janeiro a São Paulo - e é cortada também, em toda a sua extensão pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu; cinco municípios com seus bairros miseráveis, onde quase não há água encanada, esgotos, ruas calçadas, escolas públicas, hospitais, saneamento. Onde a violência entrou na vida das pessoas como uma rotina da qual não se pode fugir.

O repórter Murilo Carvalho percorreu durante alguns dias as estradas e becos da Baixada, entrevistou marginais, conversou com trabalhadores, ouviu políticos, padres, sindicalistas, donas-de-casa e faz seu relato mostrando um pouco as razões dessa violência.

Chovia muito na madrugada de terça-feira, 14 de outubro. Nas proximidades da estrada de Santa Rita, em Nova Iguaçu, um grupo de mulheres vem vindo encolhidas debaixo de seus guarda-chuvas, carregando cestas e sacolas, para chegarem cedo ao centro da cidade, e enfrentar a fila do feijão nas Casas Sendas. No lusco-fusco, atolado no barro pegajoso da rua, uma delas vê um corpo.

— Olha lá.

E todas desviam-se rapidamente, evitando passar perto de Elias Leticio de Lima, motorista de táxi, executado com vários tiros de grosso calibre. Sobre o peito de Elias, uma dália vermelha, provavelmente o símbolo de um novo esquadrão de extermínio.

Não muito distante dali, bem próximo ao centro de Belford Roxo, distrito de Nova Iguaçu, os hóspedes do pequeno Hotel São José escutam gritos de socorro, alguns tiros e depois o silêncio na madrugada chuvosa. Mas ninguém saiu dos quartos. Ali é uma região de medo de barra pesada. Mal amanheceu, os trabalhadores que saíram para a condução puderam ver: um corpo jovem, negro, com oito balas no corpo. Ninguém sabia quem era.

Mas os tiros nessa manhã foram ouvidos também na Rua Anhangüera, no Bairro de Éden, em São João do Meriti. Devia ser pouco mais de 4 da manhã e os estampidos foram muitos, misturados ao bater da chuva nos telhados. Muitos trabalhadores já toma-

Uma viagem ao país da violência

No amanhecer a fila do feijão dobra a esquina

As 4 horas da manhã de segunda-feira, 13 de outubro, a fila do feijão das Casas Sendas do centro de Nova Iguaçu já tinha bem umas quatrocentas pessoas. E às 8 e meia da manhã da vinda uma longa fila pelos quarteirões, mais de 3 mil pessoas com suas sacolas e cestas. Na porta do Supermercado policiais e funcionários organizavam a venda - 2 quilos por pessoa - em meio a um constante tumulto, discussões e pequenas agressões.

Da. Firmiana de Jesus, sua amiga Francisca Silva e a vizinha Lenira Franco estão ainda bem longe, atrás na fila. Chegaram tarde, depois das cinco horas, mas ainda têm esperanças de conseguir o feijão preto aquele dia. O supermercado só vende feijão alguns dias por semana, quando recebe estoque. E para comprar, só na fila.

Nós saímos de casa não era bem quatro horas ainda, e a gente não sabia porque não tinha condução. Fomos a pé até o centro de Miguel Couto, pegamos o ônibus já quase cinco horas, então só pude pagar esse lugar aqui. Tem muita gente que manda o filho homem passar a noite guardando a vaga e de manhã substitui.

Firmiana, uma negra aiegre, gorda, o sorriso muito branco, fez de tudo na vida, como conta. Foi doméstica na Bahia, copeira de hotel, lavadeira, trabalhei numa fábrica de azeite, fui costureira ajudante. Depois me juntei com meu marido e viemos morar aqui no Miguel Couto.

Agora, se você é mesmo jornalista, coloca aí que devia acabar essa história da fila do feijão. Isso é a maior barbaridade que o governo pode fazer com os pobres. Como o meu marido fala, ele é português, que foi assim só no tempo da guerra, com canhão comandando toda malvadeza. Nessas filas do feijão acontecem as maiores barbaridades. Esses dias mesmo morreu um velho infartado, lá no Campo Grande, e tem sempre mulher parindo na fila, gente desesperada. E quando acaba o feijão, toda vez, sobra muita gente sem

comprar, e aí é o rolo, a polícia baixa o cacete no pessoal.

— Todo mundo fala que aqui na Baixada tem muito bandido e tem mesmo, mas eu acho que bandido pior é esses donos de supermercado esse governo que nem deixa a gente comer feijão, onde já se viu. Feijão não é outro nem nada, só plantar em qualquer chão dá! Então porque miséria o governo não resolve isso, que é a base da comida do pobre, que nem cheiro de carne pode ver mais?

As filas do feijão, lentas e tumultuadas como essa, se formam não só na Baixada, mas em todo o Rio de Janeiro, onde o hábito de comer feijão preto é muito arraigado. Sem o feijão como é que eu vou sustentar o meu pessoal? Homem do braço tem que comer comida forte, precisa do feijão. E ele é que sustenta meus três malatinhos, porque o marido não tem um braço, perdeu faz anos e ficou muito desgostoso e deu pra heber, perdeu tudo que tinha. Agora vai melhor, mas ficou arruinado.

A fila vai caminhando lentamente, debaixo da chuva fina miúda. As sombrinhas e os guarda-chuvas estão abertos e deixam mais triste ainda o cinzento da manhã.

Da. Firmiana de Jesus, sua amiga Francisca Silva e a vizinha Lenira Franco não conseguiram comprar o feijão preto naquela manhã. Bem antes de chegarem às portas do Supermercado, ele acabara. Elas tinham acordado tarde demais.

— Olha aí rapaz, morar na Baixada é se esconder. Malandro sabe que aqui a boca é quente, mas sabe que fica mais escondido. Eu já fui malandro, não nego não, mas agora estou corrigido. Não arrumei trabalho ainda porque não apareceu um a altura, mas logo eu peço, já tá tenho um em vista em Madureira.

Zeão da Pavuna, 26 anos, está numa tendinha no Piam, em Belford Roxo, olhando dois rapazes que jogam bilhar. Calça de brim, bem justa, camiseta branca, tênis branco, cabelos cortados bem rentes e o sotaque bem chiado. Zeão fala com certa ironia, divertindo-se com todo o pessoal em volta. Todos ali sabem que ele é

O ponta esquerda Edvaldo levou um tiro no peito

Um grupo de meninos joga bola num campinho de terra em Heliópolis, próximo a Belford Roxo. As últimas chuvas deixaram o gramado cheio de poças d'água e lama e estão todos eles imundos, as roupas sempre rasgadas. A gritaria alegre parece ampliada nos gostosos que faz: depois de tanto aguaceiro.

— A gente vai todo mundo na escola, vai de manhã no grupo, aqui perto mesmo. Só ele ali. O Edvaldo que não vai.

Edvaldo é um garoto magrelo, alto, as pernas

casas, porque as ruas e estradas são escuras. Então toda essa violência acaba sendo transferida para cá porque não há defesa social para o povo. Eu repito que o povo da Baixada é muito injunado, porque além de miserável é chamado de criminoso.

Os corpos que aparecem diariamente pelas ruas e caminhos da Baixada, parecem mesmo ser a ponta miúda do grande iceberg de violência que se espalha pelo Grande Rio. Porque, para compreender a Baixada e seu povo, é preciso conhecer as diversas forças de opressão e criminalidade que se misturam na região.

A população é constituída em sua grande maioria de migrantes de terceira migração, conforme pesquisa da Pastoral Operária da Diocese. São em geral trabalhadores rurais que saíram de seus Estados procurando fazer a vida no Rio de Janeiro. Num primeiro instante se instalam em favelas ou em povoados próximos. Mais tarde, entrando para o mercado de trabalho como braçais - serventes, pedreiros, jardineiros etc - buscam encontrar um terreno onde possam construir seu próprio barraco e são levados então aos extensos loteamentos - em sua maioria clandestinos - que se espalham por toda a Baixada. O grande mercado de trabalho permanece sendo o Rio de Janeiro, especialmente suas zonas mais ricas. Uma constatação interessante é de que é pequeno o número de operários da Baixada, constatações por empresas cariocas. Os operários moram, em geral, dentro do Rio de Janeiro, nas favelas ou nos bairros pobres da Zona Norte. Para a Baixada vão os biscateiros, os trabalhadores da construção civil.

— Eu não consegui vaga esse ano. Tou no terceiro ano. A professora me expulsou porque disse que eu era assaltante, mas não era não, era o meu irmão que a polícia matou, o esquadrão, não sei. Enjão eles chamaram a mãe lá e eu fui despedido da escola. Depois nós mudamos para cá perto e não teve vaga.

— Eles me prenderam já sim, muitos meses. Fiquei num recolhimento de menores no Rio quase um ano, aí nós fugimos e eu fui procurar minha mãe, e demorou muito. Então eu fazia umas coisas pra se virar. Ai me prenderam de novo e me exemplaram. Então um dia a minha mãe me achou e o juiz mandou me soltar. Agora eu tenho medo sim, porque se eu não arrumar escola vou acabar me pegando outra vez aí danço, não é?

O jogo continua e Edvaldo parece ansioso para voltar. Quando se levanta mostra uma cicatriz larga e disforme na barriga.

— O que foi isso aí?

Edvaldo abre um sorriso na cara bem preta e explica, displicente:

— Foi um três oitão, amizade, um tiro dos home.

E sai correndo de volta ao campo.

GENTE DA BAIXADA

malandro velho, gente fina, com muita história no chuncho, mas todos também fazem ar de crédito, que em palavra de malandro não se dívida nem acredita.

Até Luizão, dono da tendinha ri, e se percebe no ar um certo clima de cordialidade, embora não de todo descontraído. E como se de repente fossem aparecer três ou quatro policiais e todo mundo tivesse que dar um jeito.

— Pois é malandro, trabalhador de calo não ia tá dando tempo em tendinha numa segunda-feira — Olha se eu contar mais histórias tu coloca meu nome no jornal e suja minha água. Mas se quer escutar e saber vai perguntar pra meninada, eles sabem de tudo e correm por aí mais do que notícia ruim. Quem desova presunto é bandido, num é polícia. Polícia só faz justiça. Meio metro de linguica já é gravata. Pode perguntar, que tu vai saber que cada buraco de bala é furo de justiça, malandro que morre é bicho ruim.

— Se eu não tenho medo? Que é isso, meu irmão, eu sou batalhador, fiz aí minhas escorregadas mas estou limpo, ficha boa. As amizades aí sabem, qual é, tu tá parecendo investigador. Vim da Pavuna pra um terreno aí em Belford Roxo, fiz meu teto, tenho aí meus meninos. Eusou mesmo é de Alhambra, Minas Gerais, tu também é de lá, não, vi na chapa do azulzinho. Uma geladinha?

Zeão da Pavuna toma a cerveja num gole comprido, fica balançando a cabeça como se estivesse concordando com alguma coisa, um sorriso arrumado nos lábios. Depois se levanta, bate a mão na testa num arremedo de continência e sai, meio gingando.

A tendinha fica silenciosa por alguns momentos e então um dos rapazes diz, meio sorrindo: — Esse Zeão é um barato, pensa que a gente não desconfia. Ele é da polícia, é chapa fria, fica andando aí nas tendinhas caçando notícia, e acha que ninguém sabe nada. Polícia, esse pessoal pensa que é malandro.

— Olha aí rapaz, morar na Baixada é se esconder. Malandro sabe que aqui a boca é quente, mas sabe que fica mais escondido. Eu já fui malandro, não nego não, mas agora estou corrigido. Não arrumei trabalho ainda porque não apareceu um a altura, mas logo eu peço, já tá tenho um em vista em Madureira.

Zeão da Pavuna, 26 anos, está numa tendinha no Piam, em Belford Roxo, olhando dois rapazes que jogam bilhar. Calça de brim, bem justa, camiseta branca, tênis branco, cabelos cortados bem rentes e o sotaque bem chiado. Zeão fala com certa ironia, divertindo-se com todo o pessoal em volta. Todos ali sabem que ele é

malandro velho, gente fina, com muita história no chuncho, mas todos também fazem ar de crédito, que em palavra de malandro não se dívida nem acredita.

Até Luizão, dono da tendinha ri, e se percebe no ar um certo clima de cordialidade, embora não de todo descontraído. E como se de repente fossem aparecer três ou quatro policiais e todo mundo tivesse que dar um jeito.

— Pois é malandro, trabalhador de calo não ia tá dando tempo em tendinha numa segunda-feira — Olha se eu contar mais histórias tu coloca meu nome no jornal e suja minha água. Mas se quer escutar e saber vai perguntar pra meninada, eles sabem de tudo e correm por aí mais do que notícia ruim. Quem desova presunto é bandido, num é polícia. Polícia só faz justiça. Meio metro de linguica já é gravata. Pode perguntar, que tu vai saber que cada buraco de bala é furo de justiça, malandro que morre é bicho ruim.

— Se eu não tenho medo? Que é isso, meu irmão, eu sou batalhador, fiz aí minhas escorregadas mas estou limpo, ficha boa. As amizades aí sabem, qual é, tu tá parecendo investigador. Vim da Pavuna pra um terreno aí em Belford Roxo, fiz meu teto, tenho aí meus meninos. Eusou mesmo é de Alhambra, Minas Gerais, tu também é de lá, não, vi na chapa do azulzinho. Uma geladinha?

Zeão da Pavuna toma a cerveja num gole comprido, fica balançando a cabeça como se estivesse concordando com alguma coisa, um sorriso arrumado nos lábios. Depois se levanta, bate a mão na testa num arremedo de continência e sai, meio gingando.

A tendinha fica silenciosa por alguns momentos e então um dos rapazes diz, meio sorrindo: — Esse Zeão é um barato, pensa que a gente não desconfia. Ele é da polícia, é chapa fria, fica andando aí nas tendinhas caçando notícia, e acha que ninguém sabe nada. Polícia, esse pessoal pensa que é malandro.

— Olha aí rapaz, morar na Baixada é se esconder. Malandro sabe que aqui a boca é quente, mas sabe que fica mais escondido. Eu já fui malandro, não nego não, mas agora estou corrigido. Não arrumei trabalho ainda porque não apareceu um a altura, mas logo eu peço, já tá tenho um em vista em Madureira.

Zeão da Pavuna, 26 anos, está numa tendinha no Piam, em Belford Roxo, olhando dois rapazes que jogam bilhar. Calça de brim, bem justa, camiseta branca, tênis branco, cabelos cortados bem rentes e o sotaque bem chiado. Zeão fala com certa ironia, divertindo-se com todo o pessoal em volta. Todos ali sabem que ele é

malandro velho, gente fina, com muita história no chuncho, mas todos também fazem ar de crédito, que em palavra de malandro não se dívida nem acredita.



D. Adriano: o pastor de um povo bom, agredido pela miséria. Fila do feijão. A angústia diária de uma população pobre. D. Maria José e sua filha. É possível lutar contra a opressão.

afirma Ronaldo Gomes, morador de Miguel Couto, em Nova Iguaçu.

Uma pesquisa feita sobre o problema do transporte coletivo na Baixada pela Diocese de Nova Iguaçu, demonstra realmente a gravidade do problema quando constata que para transportar milhares de trabalhadores há somente 160 vagões em estado absolutamente precário, caindo aos pedaços. Segundo a pesquisa, que se estendeu a todos os principais centros da Baixada, o tempo médio que um trabalhador gasta para chegar ao emprego é de duas horas e 10 minutos, o que significa 4 horas e vinte por dia, mais da metade do tempo gasto no expediente normal de trabalho.

O mais estranho disso tudo, afirma Bráulio, um carroceiro que é também do MAB — Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu e da Comissão Pastoral da Terra — é que o próprio prefeito é dono de várias escolas particulares, o secretário da Educação também, e até mesmo o representante da Secretaria Estadual da Educação é dono de escolas particulares. Para mim, uma das causas da violência daqui é também essa massa de jovens que não tem emprego nem escola, não tem o que fazer, então fica fácil cair nas mãos dos traficantes, dos bandidos. Pode notar uma coisa: a maioria dos assaltos daqui é feita por gente jovem, já nascida em Nova Iguaçu. Os cadáveres que a gente encontra por aí são na maioria de rapazes, uma juventude que se estraga por falta de assistência.

Prá mim, uma das culpas das mortes que têm por aqui é essa escuridão, também. Não tem luz e fica fácil pra quem quiser assaltar, matar e jogar o corpo por aí. Porque não vou jogar presuntos em Copacabana, em Ipanema? Ia dar confusão. Então despeja aqui, onde não tem polícia, é escuro e o

afirma Ronaldo Gomes, morador de Miguel Couto, em Nova Iguaçu.

Uma pesquisa feita sobre o problema do transporte coletivo na Baixada pela Diocese de Nova Iguaçu, demonstra realmente a gravidade do problema quando constata que para transportar milhares de trabalhadores há somente 160 vagões em estado absolutamente precário, caindo aos pedaços. Segundo a pesquisa, que se estendeu a todos os principais centros da Baixada, o tempo médio que um trabalhador gasta para chegar ao emprego é de duas horas e 10 minutos, o que significa 4 horas e vinte por dia, mais da metade do tempo gasto no expediente normal de trabalho.

O mais estranho disso tudo, afirma Bráulio, um carroceiro que é também do MAB — Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu e da Comissão Pastoral da Terra — é que o próprio prefeito é dono de várias escolas particulares, o secretário da Educação também, e até mesmo o representante da Secretaria Estadual da Educação é dono de escolas particulares. Para mim, uma das causas da violência daqui é também essa massa de jovens que não tem emprego nem escola, não tem o que fazer, então fica fácil cair nas mãos dos traficantes, dos bandidos. Pode notar uma coisa: a maioria dos assaltos daqui é feita por gente jovem, já nascida em Nova Iguaçu. Os cadáveres que a gente encontra por aí são na maioria de rapazes, uma juventude que se estraga por falta de assistência.

Prá mim, uma das culpas das mortes que têm por aqui é essa escuridão, também. Não tem luz e fica fácil pra quem quiser assaltar, matar e jogar o corpo por aí. Porque não vou jogar presuntos em Copacabana, em Ipanema? Ia dar confusão. Então despeja aqui, onde não tem polícia, é escuro e o

afirma Ronaldo Gomes, morador de Miguel Couto, em Nova Iguaçu.

Uma pesquisa feita sobre o problema do transporte coletivo na Baixada pela Diocese de Nova Iguaçu, demonstra realmente a gravidade do problema quando constata que para transportar milhares de trabalhadores há somente 160 vagões em estado absolutamente precário, caindo aos pedaços. Segundo a pesquisa, que se estendeu a todos os principais centros da Baixada, o tempo médio que um trabalhador gasta para chegar ao emprego é de duas horas e 10 minutos, o que significa 4 horas e vinte por dia, mais da metade do tempo gasto no expediente normal de trabalho.

O mais estranho disso tudo, afirma Bráulio, um carroceiro que é também do MAB — Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu e da Comissão Pastoral da Terra — é que o próprio prefeito é dono de várias escolas particulares, o secretário da Educação também, e até mesmo o representante da Secretaria Estadual da Educação é dono de escolas particulares. Para mim, uma das causas da violência daqui é também essa massa de jovens que não tem emprego nem escola, não tem o que fazer, então fica fácil cair nas mãos dos traficantes, dos bandidos. Pode notar uma coisa: a maioria dos assaltos daqui é feita por gente jovem, já nascida em Nova Iguaçu. Os cadáveres que a gente encontra por aí são na maioria de rapazes, uma juventude que se estraga por falta de assistência.

Prá mim, uma das culpas das mortes que têm por aqui é essa escuridão, também. Não tem luz e fica fácil pra quem quiser assaltar, matar e jogar o corpo por aí. Porque não vou jogar presuntos em Copacabana, em Ipanema? Ia dar confusão. Então despeja aqui, onde não tem polícia, é escuro e o

afirma Ronaldo Gomes, morador de Miguel Couto, em Nova Iguaçu.

Uma pesquisa feita sobre o problema do transporte coletivo na Baixada pela Diocese de Nova Iguaçu, demonstra realmente a gravidade do problema quando constata que para transportar milhares de trabalhadores há somente 160 vagões em estado absolutamente precário, caindo aos pedaços. Segundo a pesquisa, que se estendeu a todos os principais centros da Baixada, o tempo médio que um trabalhador gasta para chegar ao emprego é de duas horas e 10 minutos, o que significa 4 horas e vinte por dia, mais da metade do tempo gasto no expediente normal de trabalho.

O mais estranho disso tudo, afirma Bráulio, um carroceiro que é também do MAB — Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu e da Comissão Pastoral da Terra — é que o próprio prefeito é dono de várias escolas particulares, o secretário da Educação também, e até mesmo o representante da Secretaria Estadual da Educação é dono de escolas particulares. Para mim, uma das causas da violência daqui é também essa massa de jovens que não tem emprego nem escola, não tem o que fazer, então fica fácil cair nas mãos dos traficantes, dos bandidos. Pode notar uma coisa: a maioria dos assaltos daqui é feita por gente jovem, já nascida em Nova Iguaçu. Os cadáveres que a gente encontra por aí são na maioria de rapazes, uma juventude que se estraga por falta de assistência.

Prá mim, uma das culpas das mortes que têm por aqui é essa escuridão, também. Não tem luz e fica fácil pra quem quiser assaltar, matar e jogar o corpo por aí. Porque não vou jogar presuntos em Copacabana, em Ipanema? Ia dar confusão. Então despeja aqui, onde não tem polícia, é escuro e o

afirma Ronaldo Gomes, morador de Miguel Couto, em Nova Iguaçu.

Uma pesquisa feita sobre o problema do transporte coletivo na Baixada pela Diocese de Nova Iguaçu, demonstra realmente a gravidade do problema quando constata que para transportar milhares de trabalhadores há somente 160 vagões em estado absolutamente precário, caindo aos pedaços. Segundo a pesquisa, que se estendeu a todos os principais centros da Baixada, o tempo médio que um trabalhador gasta para chegar ao emprego é de duas horas e 10 minutos, o que significa 4 horas e vinte por dia, mais da metade do tempo gasto no expediente normal de trabalho.

O mais estranho disso tudo, afirma Bráulio, um carroceiro que é também do MAB — Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu e da Comissão Pastoral da Terra — é que o próprio prefeito é dono de várias escolas particulares, o secretário da Educação também, e até mesmo o representante da Secretaria Estadual da Educação é dono de escolas particulares. Para mim, uma das causas da violência daqui é também essa massa de jovens que não tem emprego nem escola, não tem o que fazer, então fica fácil cair nas mãos dos traficantes, dos bandidos. Pode notar uma coisa: a maioria dos assaltos daqui é feita por gente jovem, já nascida em Nova Iguaçu. Os cadáveres que a gente encontra por aí são na maioria de rapazes, uma juventude que se estraga por falta de assistência.

Prá mim, uma das culpas das mortes que têm por aqui é essa escuridão, também. Não tem luz e fica fácil pra quem quiser assaltar, matar e jogar o corpo por aí. Porque não vou jogar presuntos em Copacabana, em Ipanema? Ia dar confusão. Então despeja aqui, onde não tem polícia, é escuro e o

afirma Ronaldo Gomes, morador de Miguel Couto, em Nova Iguaçu.

Uma pesquisa feita sobre o problema do transporte coletivo na Baixada pela Diocese de Nova Iguaçu, demonstra realmente a gravidade do problema quando constata que para transportar milhares de trabalhadores há somente 160 vagões em estado absolutamente precário, caindo aos pedaços. Segundo a pesquisa, que se estendeu a todos os principais centros da Baixada, o tempo médio que um trabalhador gasta para chegar ao emprego é de duas horas e 10 minutos, o que significa 4 horas e vinte por dia, mais da metade do tempo gasto no expediente normal de trabalho.

O mais estranho disso tudo, afirma Bráulio, um carroceiro que é também do MAB — Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu e da Comissão Pastoral da Terra — é que o próprio prefeito é dono de várias escolas particulares, o secretário da Educação também, e até mesmo o representante da Secretaria Estadual da Educação é dono de escolas particulares. Para mim, uma das causas da violência daqui é também essa massa de jovens que não tem emprego nem escola, não tem o que fazer, então fica fácil cair nas mãos dos traficantes, dos bandidos. Pode notar uma coisa: a maioria dos assaltos daqui é feita por gente jovem, já nascida em Nova Iguaçu. Os cadáveres que a gente encontra por aí são na maioria de rapazes, uma juventude que se estraga por falta de assistência.

Prá mim, uma das culpas das mortes que têm por aqui é essa escuridão, também. Não tem luz e fica fácil pra quem quiser assaltar, matar e jogar o corpo por aí. Porque não vou jogar presuntos em Copacabana, em Ipanema? Ia dar confusão. Então despeja aqui, onde não tem polícia, é escuro e o

afirma Ronaldo Gomes, morador de Miguel Couto, em Nova Iguaçu.

Uma pesquisa feita sobre o problema do transporte coletivo na Baixada pela Diocese de Nova Iguaçu, demonstra realmente a gravidade do problema quando constata que para transportar milhares de trabalhadores há somente 160 vagões em estado absolutamente precário, caindo aos pedaços. Segundo a pesquisa, que se estendeu a todos os principais centros da Baixada, o tempo médio que um trabalhador gasta para chegar ao emprego é de duas horas e 10 minutos, o que significa 4 horas e vinte por dia, mais da metade do tempo gasto no expediente normal de trabalho.

O mais estranho disso tudo, afirma Bráulio, um carroceiro que é também do MAB — Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu e da Comissão Pastoral da Terra — é que o próprio prefeito é dono de várias escolas particulares, o secretário da Educação também, e até mesmo o representante da Secretaria Estadual da Educação é dono de escolas particulares. Para mim, uma das causas da violência daqui é também essa massa de jovens que não tem emprego nem escola, não tem o que fazer, então fica fácil cair nas mãos dos traficantes, dos bandidos. Pode notar uma coisa: a maioria dos assaltos daqui é feita por gente jovem, já nascida em Nova Iguaçu. Os cadáveres que a gente encontra por aí são na maioria de rapazes, uma juventude que se estraga por falta de assistência.

Prá mim, uma das culpas das mortes que têm por aqui é essa escuridão, também. Não tem luz e fica fácil pra quem quiser assaltar, matar e jogar o corpo por aí. Porque não vou jogar presuntos em Copacabana, em Ipanema? Ia dar confusão. Então despeja aqui, onde não tem polícia, é escuro e o

afirma Ronaldo Gomes, morador de Miguel Couto, em Nova Iguaçu.

Uma pesquisa feita sobre o problema do transporte coletivo na Baixada pela Diocese de Nova Iguaçu, demonstra realmente a gravidade do problema quando constata que para transportar milhares de trabalhadores há somente 160 vagões em estado absolutamente precário, caindo aos pedaços. Segundo a pesquisa, que se estendeu a todos os principais centros da Baixada, o tempo médio que um trabalhador gasta para chegar ao emprego é de duas horas e 10 minutos, o que significa 4 horas e vinte por dia, mais da metade do tempo gasto no expediente normal de trabalho.

O mais estranho disso tudo, afirma Bráulio, um carroceiro que é também do MAB — Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu e da Comissão Pastoral da Terra — é que o próprio prefeito é dono de várias escolas particulares, o secretário da Educação também, e até mesmo o representante da Secretaria Estadual da Educação é dono de escolas particulares. Para mim, uma das causas da violência daqui é também essa massa de jovens que não tem emprego nem escola, não tem o que fazer, então fica fácil cair nas mãos dos traficantes, dos bandidos. Pode notar uma coisa: a maioria dos assaltos daqui é feita por gente jovem, já nascida em Nova Iguaçu. Os cadáveres que a gente encontra por aí são na maioria de rapazes, uma juventude que se estraga por falta de assistência.

Prá mim, uma das culpas das mortes que têm por aqui é essa escuridão, também. Não tem luz e fica fácil pra quem quiser assaltar, matar e jogar o corpo por aí. Porque não vou jogar presuntos em Copacabana, em Ipanema? Ia dar confusão. Então despeja aqui, onde não tem polícia, é escuro e o



CRESCENDO SEM NENHUM PLANEJAMENTO, A BAIXADA EXPLODIU REALMENTE NOS ÚLTIMOS 15 ANOS. E DEVIDO ÀS GRANDES DISTÂNCIAS ATÉ O RIO DE JANEIRO (CERTAS CIDADES COMO JAPERI, POR EXEMPLO, ESTÃO A MAIS DE 50 KM DA ESTAÇÃO CENTRAL DO BRASIL) O PROBLEMA DO TRANSPORTE PASSOU A SER FUNDAMENTAL AOS TRABALHADORES, E É UMA DAS PRINCIPAIS FONTES DA ANGÚSTIA DIÁRIA DA POPULAÇÃO. AS PASSAGENS DE ÔNIBUS CHEGAM A CUSTAR NA BAIXADA, EM MÉDIA CR\$ 30,00, E OS TRENS, MAIS BARATOS, ANDAM TÃO SUPERLOTADOS QUE SÃO QUASE IMPRATICÁVEIS. ALÉM DO QUE, É NORMAL QUE O TRABALHADOR UTILIZE SEMPRE DUAS CONDUÇÕES — ÀS VEZES TRÊS — PARA CHEGAR AO RIO, PRINCIPALMENTE AO SE CONSIDERAR QUE AS CIDADES DA BAIXADA NÃO SÃO CONCENTRADAS EM TORNO DE UM CENTRO, MAS SIM ESPALHADAS AO LONGO DE ESTREITAS ESTRADAS DE TERRA, EM ZONAS QUASE RURAIS, DENTRO DE REGIÕES DE MATO RASTEIRO. A CONDUÇÃO AQUI MATA MAIS GENTE DO QUE O PIOR MARGINAL. PORQUE É O QUE REGULA A VIDA. A GENTE TEM QUE ACORDAR MADRUGADA

REPORTAGEM

Uma viagem ao país da violência

O que acontece na Baixada transcende a simples violência urbana. Talvez seja o primeiro exemplo do que se pode considerar um terrorismo social.

povo muito humilde. A Baixada é a lata de lixo do Rio de Janeiro.

Nesse quadro de miséria e abandono não é difícil compreender o florescimento da violência. Principalmente quando se considera que é exatamente nessa região que se concentram os caciques do jogo do bicho, os grandes entrepostos de distribuição de maconha e cocaína — mais consumidos, evidentemente, na rica Zona Sul, e também um sem número de ferro-velhos, muitas vezes utilizados como depósitos de carros, peças ou objetos roubados. E ainda uma novidade que já começa também a ganhar força: as pequenas oficinas de ouro velho, que compram jóias roubadas, refundem-nas e revendem como ouro bom para joalherias.

A gente aqui tem tanto medo da polícia como de ladrão

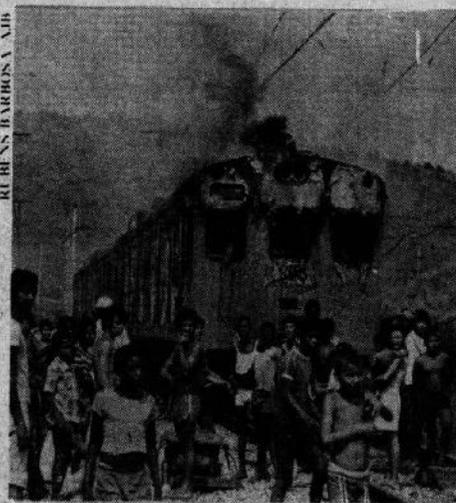
Num entrançado de crimes como esse, onde vários jogos de interesse estão em luta permanente, a violência passa então a ser regra geral. As diversas polícias que deveriam reprimir os crimes e proteger a população quase nada fazem e na verdade são uma das principais fontes de preocupação das comunidades.

— A gente aqui tem tanto medo da polícia quanto do ladrão. Pode olhar toda gang que eles desbaratam tem sempre um ou dois policiais metidos. Vê o caso da Marli; quem mata muito é polícia e aqui quando o filho vai sair de casa prá trabalhar a gente diz logo: cuidado com a PM, diz Da. Cecília Ferreira, moradora do Jardim Viga, em Nova Iguaçu.

Uma história dramática é contada por Dico, ex-operário e atualmente trabalhando na Coordenação da Pastoral Operária em Nova Iguaçu.

— Na vila onde eu moro em Belford Roxo, no Lote XV tinha um grupo de garotos que eu conhecia desde meninos, nascidos por lá mesmo. Viviam rodando à toa e um dia eu notei que eles faziam por ali pequenos assaltos, transavam maconha, viviam de "máquina" debaixo da camisa. Tentei falar com eles, mas eles disseram: a gente te considera Dico, mas não te mete nisso não, sai fora. Com o tempo um ou outro deles foi sendo achado morto aí nesses grotões. Eles eram bem uns 15, no começo, acabaram sobrando só uns 7. E de assalto em assalto eles foram se tornando mais perigosos, até que um dia eles acabaram sendo todos presos numa patrulha e quando voltaram queriam me matar, imaginando que eu os tinha entregado. Foi preciso muita conversa prá explicar. Passou uns tempos eles me procuraram de novo, dizendo que agora iam dar um tempo, parar com a bandidagem, pois o sargento Salgado e uns outros policiais tinham sido presos e eram eles que cobravam pedágio do grupo, toda semana para que les não fossem presos. Cobravam, na época Cr\$ 300,00 de cada um e só então assaltando eles tinham condições de pagá-los.

Mas além da polícia, o medo dos grupos marginais é grande entre a população da Baixada. E não é para menos. É raro encontrar algum morador que não tenha sido assaltado pelo menos três vezes. O clima de terror é grande e a partir do entardecer, quando os operários voltam do trabalho, ninguém mas sai de casa a não ser por estrita necessidade. Em alguns bairros, donas-de-casa estão começando um movimento para proteger os maridos que retornam do trabalho. Costumam juntar-se em grupos grandes, oito, dez mulheres e vão esperar os maridos no ponto dos ônibus, nas entradas das vilas e depois voltam todos juntos.



Os quebra-quebras de trens e estações não são uma rotina diária. Mas acontecem sempre que os atrasos se tornam insuportáveis e a explosão dos trabalhadores incontável. Os cadáveres - 680 só este ano - que aparecem nas estradas são em geral de jovens, como Assis, executados por algum dos esquadrões que resguardam os poderosos da Baixada.

Os assaltos quase sempre são por coisas pequenas, mixarias como um relógio, um maço de cigarros, 50 ou 100 cruzeiros. Há muito pouco o que roubar de uma população tão pobre.

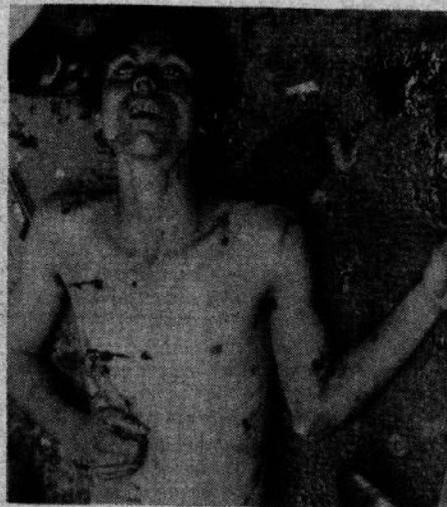
— Mas aqui tem ainda muitos outros tipos de crime que apavoram ainda mais a população, afirma Dico. Os marginais que cobram pedágio para não estuprar as moças é uma das coisas que revoltam muito. Principalmente porque depois disso o pai da moça vai dar queixa na polícia e recebe muitas vezes uma resposta como esta de um delegado ou comissário: o senhor acha que eu posso tomar conta do rabo de sua filha?

Há pouco tempo um marginal do bairro São Francisco, no km 32, que recebia grana de todo o pessoal acabou estuprando uma garota cujo pai resolvera não pagar. Mais tarde o marginal apareceu morto, e houve até certa alegria e alívio.

“Polícia Mineira” Deles ninguém quer falar É perigoso demais

— Tem o pedágio de proteção da família também, conta Da. Maria José, líder da comunidade do km 32 em Nova Iguaçu. Eles chegam em grupo e vão de casa em casa oferecendo proteção contra assalto, e proteção à honra das mulheres da família. E muita gente paga, porque se der queixa na polícia, além de não resolver nada, pode acabar morto, como acaba mesmo.

E depois quando aparece um morto, e



aparece mesmo todo dia, em algum canto, quando a polícia chega o pessoal fica quieto, ninguém diz nada, porque todo mundo tem medo, não tem segurança. E também os jornais publicam logo o nome e o endereço do que fala qualquer coisa e ele está perdido. Tem sempre alguém na vingança.

Mas além da polícia militar, da polícia civil, dos bandos de marginais, do crime organizado, dos pivetes desempregados, há outros grupos de matança na Baixada dos qual quase ninguém gosta de falar. É perigoso demais. A “Polícia Mineira”. São na verdade ex-policiais aposentados, trabalhadores desempregados, ex-soldados, que se juntam em pequenos grupos e se oferecem para dar proteção aos comerciantes mais fortes, eliminando assaltantes e ladrões, e às vezes desafetos políticos. São assassinos profissionais que muitas vezes a imprensa traveste de heróis vingadores. São chamados de “Polícia Mineira” porque trabalham em silêncio e são na verdade os mesmos velhos grupos de Esquadrões da Morte, agindo no mesmo estilo herdado dos velhos policiais do começo da década de 60. De vez em quando surgem grupos com uma característica própria, como o Cravo Vermelho que deixava um cravo no peito de cada vítima morta e mutilada. Ou então os vingadores solitários como o Mão Branca, na verdade uma criação macabra de um jornalista da Última Hora que os grupos de execução não hesitaram em adotar. E na semana passada, depois do período do Mão Branca surge surge o matador da Dália Vermelha, que promete ser o novo “herói” de Belford Roxo.

Surpreendente: a luta pela terra

A violência e os problemas da Baixada podem seguir caminhos surpreendentes. Por exemplo, pouco se sabe da luta intensa desenvolvida pelo sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e quase 300 posseiros, em defesa de suas pequenas glebas, contra grandes empresas imobiliárias. Plantando basicamente milho, arroz, verduras e criando pequenos animais, os agricultores de Nova Iguaçu se espalham por extensas áreas do município, em posses antigas. Com a especulação imobiliária algumas loteadoras, especialmente a Cia Normandia, pretendem expulsar os posseiros, principalmente concentrados nas áreas de Chatuba, Engenheiro Pedreira, Tiguá e Sta. Amélia.

A luta, que às vezes se parece com as travadas contra posseiros do Pará e Mato Grosso,

está hoje basicamente em decisões judiciais, mas até há pouco a regra era a violência e o despejo arbitrário.

Reunidos em torno do Sindicato, os trabalhadores rurais estão sempre próximos das lutas travadas pelos trabalhadores da cidade e durante a greve dos metalúrgicos, puderam mobilizar-se rapidamente para conseguir nos pequenos sítios, alguma alimentação para auxiliar os grevistas.

Recentemente houve uma tentativa, ainda incipiente, mas que parece crescer, de os próprios posseiros, através de seu sindicato, trazerem seus produtos - mandioca, milho, verduras, arroz, banana, farinha, queijos, para serem vendidos diretamente aos trabalhadores da Baixada, por preços menores, eliminando os custos dos vários intermediários.

— O povo até fica contente com essas vinganças, afirma Da. Maria José, porque de qualquer jeito parece um alívio. Mas a maioria não compreende que quando alguém mata um bandido é sempre outro bandido e que tudo não passa de um jogo em que o povo fica de fora. E depois justiça nunca pode ser feita com as mãos da gente não, embora quando a gente vive aqui na Baixada todos esses valores ficam meio de cabeça para baixo.

— Eu acho o Mão Branca um herói e como a polícia não presta, só isso mesmo que resolve. Oldenário Lucas, paraibano, há 13 anos em Belford Roxo, resume mais ou menos o que a maioria da população pensa sobre os executores. O Mão Branca deve ser um cara legal. Ele sozinho descobre o bandido, prende e acaba com ele. Pronto, prontinho. Se tivesse uns 10 Mão Branca aqui na Baixada acabava essa bandidada.

A miséria e a exploração são a base de toda violência

Um ex-policia da região, morador há mais de 30 anos da Baixada, tem uma idéia diferente a respeito dos grupos de execução que de vez em quando recrudescem e matam com mais intensidade:

— Prá mim isso tudo é queima de arquivo. Quando, por exemplo o Delegado Geral transfere o gabinete dele por um mês aqui prá Baixada, um pouco antes começa a aparecer os mortos. É o pessoal miúdo que sustenta muito polícia corrupto, então com policiais vindo de fora, eles correm o risco de serem denunciados se alguns dos seus “ratinhos” forem pegos. Aí todo rapazinho que sabe demais dança mesmo. Essa história de Mão Branca é pura cascata, é tudo o pessoal que a gente sabe mesmo que mata. É claro que tem também as brigas de quadrilhas, tem bicheiro aí e dono de boca de fumo que vive desovando, todo o pessoal da zona norte desova aqui também. Mas o principal é dentro da polícia mesmo, pode escrever isso é verdade. Tem gente na polícia que acha isso certo, grandões, manda-chuvas, então fica por isso mesmo. E tem até polícia da Aeronáutica metida nisso, a gente não pode falar porque nunca sabe direito, mas já aconteceu e eu mesmo participei de tiroteio entre a PM e a Polícia da Aeronáutica. E depois, olha esses bicheiros que têm por aqui e todo mundo conhece, é gente fina, aparece na televisão, porque eles ficam sempre impunes? É a grana comendo solta, só pode. Vê por exemplo o Antonio Soares, o Messias Soares que é vereador em Caxias, O Hydekel de Freitas Lima, genro do Tenório Cavalcanti que é dono da loteria Três Batutas há tantos anos; o Amorim, ex-prefeito de São João do Meriti, o Castor de Andrade, o Simão Cessin, o Joãozinho Trinta de Nilópolis. Tudo gente graúda e quem pode dizer que a contravenção não mata também? Aqui na Baixada todo mundo mata, até o povo mata também, faz linchamentos.

— A solução para os problemas da Baixada? Não é difícil de se enxergar não, o difícil é pôr em prática, afirma um agente pastoral, operário, e morador de Belford Roxo. O problema aqui não é de polícia, é social. Para melhorar a vida aqui precisava era emprego para todo mundo, um salário digno, condução boa, melhorar as escolas, resolver o problema da água, do esgoto, da iluminação.

— Tudo o que se vai fazendo na Baixada hoje é paliativo, afirma D. Adriano, e as nossas verdadeiras soluções passam pela democracia autêntica, quando todo o povo puder participar das decisões e de seu destino.

METALÚRGICOS/SÃO PAULO

Brigas e impasse na campanha

Os patrões não aceitam as reivindicações dos operários, e sai briga na assembléia

Tibério Canuto

De um lado, os patrões teimam em não aceitar a pauta de 26 reivindicações dos trabalhadores. Estes, por sua vez, resolveram rechaçar a contra-proposta patronal, que, entre outras coisas, aceitava tão somente com um aumento de produtividade de apenas 4,7%, em alternativa aos 20% reivindicados pelos operários. Este era o quadro, no final da semana passada, da campanha dos metalúrgicos de São Paulo, que parecia, assim, marchar para o prosseguimento da luta, já que tanto a diretoria do sindicato, presidida por Joaquim dos Santos Andrade, como a oposição, concordavam em não aceitar as propostas dos empresários. Entretanto, os dois velhos rivais, diretoria e oposição, voltaram a se digladiar e a assembléia do dia 17 terminou em brigas e agressões, com cada um dos lados acusando o adversário pela verdadeira briga de foice no escuro que se instalou no cine Roxy, onde se realizava assembléia.

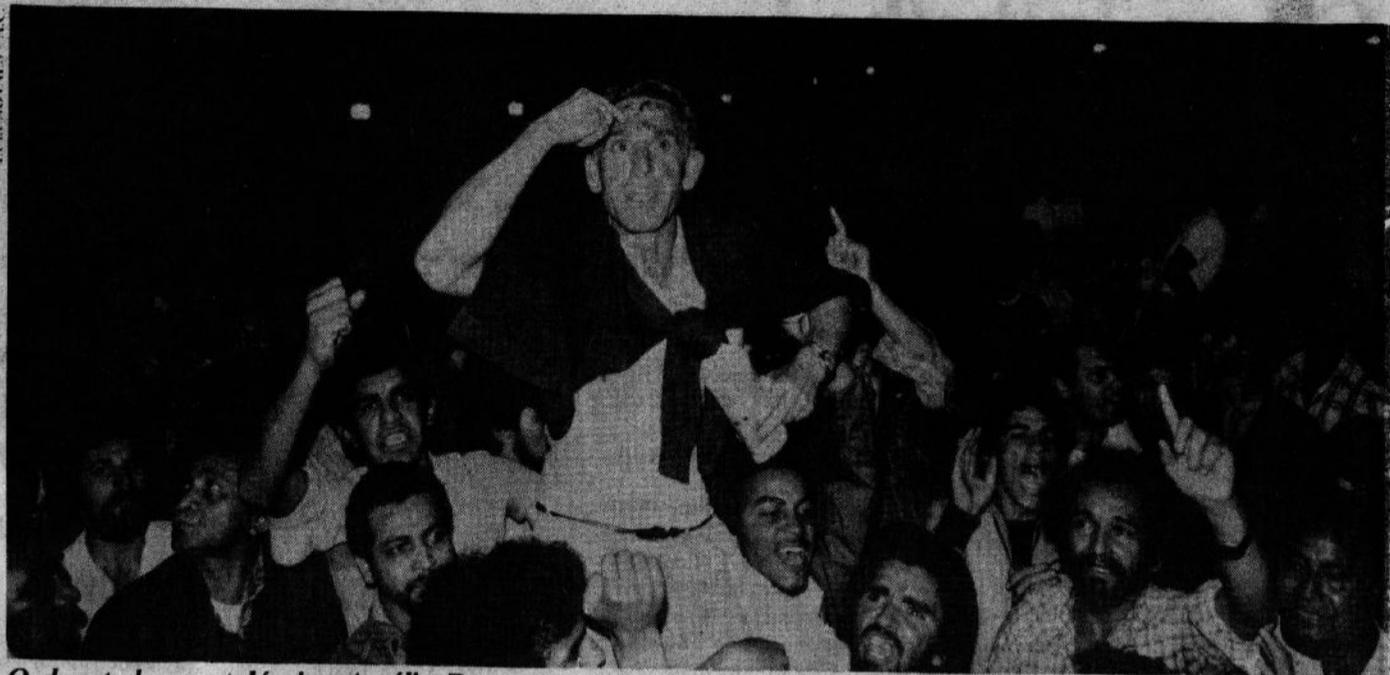
Não se pode dizer que, na batalha campal do cine Roxy, entre mortos e feridos salvaram-se todos. Dela saíram feridos o metalúrgico e deputado Aurélio Peres e Fernando do O Veloso, ambos membros da oposição sindical. Esta, foi agredida e levou a pior na história. As versões sobre as responsabilidades vão desde a da diretoria do sindicato, que atribuiu tudo "aos baderneiros da oposição", até as que acusam os "Décios Malho" - operários que participam das assembléias com uma camiseta do sindicato e que se colocam sob a liderança da diretoria - como os grandes causadores do tumulto, versão divulgada, por exemplo, por Waldemar Rossi, um dos expoentes da oposição sindical. O próprio deputado Aurélio Peres acusa os "Décios Malho", embora faça a ressalva de que "os que participaram e fizeram o tumulto não eram o pessoal de base do 'Décio Malho', mas os quadros ideológicos".

O motivo mais imediato do verdadeiro "rebu" em que se transformou a assembléia - da qual um dos resultados foi o abandono de mais de mil operários logo que começou o tumulto - foi a definição sobre a lista dos oradores da assembléia. Logo no seu início, a assembléia aprovou um regimento que previa apenas seis oradores, três dos quais representantes das comissões de fábrica que a diretoria do sindicato diz estar criando, e três escolhidos a partir dos participantes da reunião. Imediatamente se inscreveram 16 metalúrgicos para falar e a direção da mesa escolheu três, nenhum dos quais da oposição.

Uma simples questão de ordem, e a assembléia vira um pandemônio

Imediatamente começou a gritaria "chega de repressão, sindicato é do peão" por membros da oposição e "Unidade, Unidade", pelos "Décios Malho". Quando membros da oposição sindical levantaram uma faixa "Santo, a luta continua" - em alusão a Santo Dias, operário assassinado pela PM na última campanha - os partidários da diretoria tentaram tomar a faixa e rasgá-la. Se esses são os motivos imediatos da briga, ela tem origens mais profundas, que passam desde a profunda polarização oposição versus diretoria até falta de democracia no sindicato, pois se é verdade que a diretoria mudou em muito o seu comportamento em relação às campanhas anteriores, assumindo propostas mais combativas, é mais verdade ainda que esse movimento de reificação não foi acompanhado por uma profunda abertura do sindicato, onde se possa ter o direito a uma questão de ordem numa assembléia sem que isso se transforme numa verdadeira batalha.

Por enquanto, a diretoria ainda não emitiu um parecer oficial sobre os tumultos e tudo o que se tem são as declarações de Joaquim, na noite do incidente, culpando a oposição pela bardena. A oposição - ou as oposições, pois esta encontra-se, no mínimo, dividida em dois grupos - tem porém outras versões. O metalúrgico Waldemar Rossi, um dos expoentes da ala da oposição sindical que propõe o fogo cerrado contra a dire-



O deputado e metalúrgico Aurélio Peres, carregado por operários após ser violentamente agredido.

toria, acusa "os Décios Malho, entre os quais muitos policiais infiltrados pela agressão, insuflados pelo pessoal do jornal Hora do Povo".

Uma acusação da oposição: a diretoria quer eliminar fisicamente a oposição

Segundo Rossi, Cândido Hilário da Silva, "Bigode", que na eleição sindical passada concorreu numa das chapas de oposição e que posteriormente passou a aliar-se com a diretoria, foi quem tentou tomar a faixa sobre Santo Dias. Uma nota distribuída pela corrente da qual Waldemar Rossi é um dos expoentes acusa "elementos estranhos à categoria, muitos dos quais vendedores do jornal Hora do Povo de insuflar os 'Décios Malho' e de criar um clima de provo-

cação muito antes do início da assembléia. Segundo essa mesma nota, logo após a assembléia a diretoria fez uma reunião com os elementos de sua segurança e teria definido novas medidas, tais como: "dissolver qualquer reunião de metalúrgicos realizada à revelia da diretoria, furar os pneus dos ônibus que transportaram trabalhadores para a assembléia se esses trabalhadores não tiverem 'fechados' com a diretoria". E o mais grave: "foi discutida também a possibilidade de eliminação física de membros da oposição sindical".

Embora sem fazer acusações desse teor, Fernando do O, membro de outra corrente de oposição sindical, também culpa claramente Joaquim pelo que ocorreu e o pessoal do "Décio Malho" como os instigadores do tumulto. O deputado Aurélio Peres, ele próprio um dos feridos, tem uma visão com maiores nuances: "No conflito, a oposição estava certa quando reclamou contra a sua exclusão e foi a principal

vítima do que ocorreu. Porém errou também, aceitando a provocação e entrando no jogo de brigar".

A diretoria pode optar por uma greve curta, de três dias

Para Aurélio, "os incidentes eram inevitáveis, pois nas assembléias do sindicato não se conquistou ainda o direito elementar de se fazer uma questão de ordem, direito que existe até nos parlamentos mais reacionários. A falta de democracia leva, necessariamente, ao acirramento de ambas as partes".

Há uma outra versão recolhida de uma fonte com trânsito no sindicato e não ligada à oposição, que divulgamos tão somente como uma versão. Segundo essa fonte, a diretoria teria decidido, antes da assembléia, dar a palavra à oposição, por considerar que já tinha sido vitoriosa na primeira assembléia, que a sua proposta de rejeição da proposta patronal seria aprovada (como o foi) e que, portanto, a oposição "não teria muito a dizer se não generalidades". Tal decisão teria sido barrada pela ação da "linha dura" que existe no interior dos "Décios Malho" e da própria diretoria, da qual o diretor Orlando Malvezi seria um dos expoentes. Admite tal fonte que ex-membros da oposição que se aliaram à diretoria foram alguns dos principais instigadores, "juntamente com adeptos e vendedores do jornal Hora do Povo". A pôr em dúvida essa versão, existe apenas o fato de Joaquim não ter garantido a palavra à oposição antes que se instalasse o tumulto, e fica meio inexplicável o fato de ele ter perdido o controle da situação. Entretanto, existe um fato que pode comprová-la: segundo o jornal Em Tempo, Joaquim foi visto tentando controlar os "Décios Malho" mais exaltados, inclusive um que queria agredir jornalistas e membros da oposição com uma ripa.

Seja qual for a versão mais real, um fato é incontestável: a grande prejudicada com a briga é a categoria e todo mundo concorda que o episódio vai contribuir para afastar contingentes de operários do sindicato. Do ponto de vista do desdobramento da luta, o material distribuído pelo sindicato indica que suas declarações não são apenas retóricas, como a oposição tenta caracterizar, e é possível que a diretoria opte por uma greve, ainda que seja curta, e seguindo a tática da greve dos canavieiros de Pernambuco. Face a esse quadro, a oposição parece não ter muitas propostas alternativas e enquanto continua distribuindo materiais denunciando a diretoria, divide-se na campanha salarial sem saber se deve, ou não, distribuir o material do sindicato e buscar uma ação conjunta com a diretoria.

Caminhada em memória de Santo

Com a realização de um show e uma caminhada que irá da Igreja da Consolação até a catedral da Praça da Sé, em São Paulo, será lembrada no próximo sábado a morte do operário Santo Dias, metalúrgico ligado à Igreja e à oposição sindical que foi assassinado no ano passado pela Polícia Militar quando da realização da greve dos metalúrgicos paulistas.

As homenagens a Santo Dias se darão quase ao mesmo tempo em que os metalúrgicos realizam a sua campanha deste ano e serão patrocinadas por vários setores da oposição e da Igreja.

Santo Dias foi assassinado no ano passado quando se encontrava no portão de uma fábrica da zona Sul de São Paulo. Ele se encontrava ao lado de outros operários explicando as razões da greve dos metalúrgicos quando a Polícia Militar chegou e sob o pretexto de dissolver o piquete grevista passou a atirar, atingindo Santo. Além de ser um sindicalista ligado à opo-

MOVIMENTO

O ASSASSINATO QUE REVOLTOU SÃO PAULO



sição sindical, Santo Dias era também membro da Pastoral Operária. Um show com grupos artísticos da periferia estava programado para ser realizado no sábado passado e destinava-se a levantar fundos financeiros para o "comitê Santo Dias". Este comitê está empenhado em levar a luta pela apuração dos responsáveis pelo assassinato de Santo, pois até hoje o processo corre em banho-maria. Além da caminhada, que repetirá o percurso da passeata do ano passado de 30 mil pessoas em protesto ao assassinato, será realizado também um ato litúrgico em homenagem a Santo. Também em homenagem ao operário assassinado está sendo lançado o livro "Porque mataram Santo Dias", de autoria de Paulo Nosella, professor da Universidade de São Carlos, São Paulo. O livro relata a vida de Santo, desde quando ele trabalhava no campo, à sua emigração para o grande centro urbano e o seu engajamento nas lutas sindicais.

SINDICATOS

Um plano cupulista para o Congresso da Classe Trabalhadora

O I Conclat - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - será em março de 81. Já tem direção, regimento interno, critérios de participação, calendário, enfim, tudo definido. Ao menos é o que se discute na Unidade Sindical do Rio de Janeiro.

A última reunião da Unidade Sindical do Rio, no dia 18, - uma reunião pouco representativa, como muitos reconheceram - discutiu a organização de seis seminários que darão início à preparação do Conclat no Estado. O primeiro deles será já a 10 de novembro e seguirá, todas as segundas-feiras, até o dia 8 de dezembro, discutindo política salarial, a estrutura sindical, saúde e previdência social, problema agrário, habitação e o movimento sindical brasileiro hoje. Entre as pessoas que serão convidadas a compor as mesas debatedoras, estão o secretário-geral do ministério do Trabalho, Alencar Rossi, o presidente do INCRA, Paulo Iokota, o presidente do BNH, José Lopes de Oliveira e o Ministro da Saúde, Valdir Arcoverde. Segundo Carlos Alberto de Oliveira - Caó, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio, o convite a pessoas do governo para os debates preparatórios visa legitimar o Conclat e a própria Unidade Sindical e garantir a amplitude dos eventos.

Aos seminários, seguir-se-ão convenções ou assembléias por categoria, em dezembro e janeiro, para eleição dos delegados. Em fevereiro será o Mini Conclat, ou o encontro do Rio de Janeiro e, finalmente, em março, o Conclat.

A proposta apresentada pelo Sindicato dos Engenheiros de um outro calendário, mais realista - levando em conta que entre dezembro e fevereiro a atividade sindical é morta, com o fim de ano e carnaval, especialmente no Rio - não foi levada em conta.

A possibilidade de um novo calendário dependerá da próxima reunião da Comissão Executiva Nacional da Unidade Sindical que se reunirá provavelmente ainda neste mês de outubro, no Rio.

Outro aspecto que tem deixado estarecidos muitos dirigentes sindicais cariocas, é quanto ao anteprojeto de regimento interno, já aprovado, não se sabe bem por quem. Alguns explicam que sua aprovação final se dará na própria abertura do Congresso. Mas todos os aspectos preparatórios, inclusive sua direção e critérios de participação já terão sido aplicados.

O regimento estabelece que a direção do Conclat é dada pela Comissão Executiva Nacional da Unidade Sindical, que, por sua vez é composta por até 4 representantes de cada Estado onde a US está organizada, mais um membro de cada Confederação. Ora, sabe-se que, com exceção da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), as demais confederações são pelegas ou policiais. Teríamos assim uma boa direção para o Conclat... Além disso, a Unidade Sindical está organizada apenas nos Estados do Rio, São Paulo, Brasília, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco e, em fase de organização ou com possibilidades de breve organização no Ceará, Paraná e Bahia. Todos os demais Estados não teriam participação na direção do Congresso.

O regimento estabelece como participantes do Congresso as confederações, federações, sindicatos, associações pré-sindicais e as entidades de funcionários públicos e os delegados serão compostos, com direito a voto, pelos membros efetivos das diretorias das entidades participantes, mais delegados eleitos em assembléias, Congressos, Convenções, reuniões ou indicados, na seguinte proporção: categoria até 2 mil trabalhadores, 2 delegados; até 10 mil, 5 delegados; até 30 mil, 10 delegados; até 100 mil, 15 delegados e com mais de 100 mil, 20 delegados.

A impressão que fica é a de que se for mantida a data de março, mesmo no Rio onde a preparação já está mais adiantada, a única possibilidade será a da indicação dos delegados, em meio ao Natal e ao Carnaval, para um Conclat de cúpula, em março. (Roberto Martins, do Rio de Janeiro)

COMISSÃO DE FÁBRICA DA VOLKS

Disputa e boicote nas eleições

O processo para a escolha dos representantes dos empregados na Volkswagen teve início na última quinta-feira, com a abertura da campanha eleitoral e fixação das listas de candidatos nos quadros de aviso das fábricas em São Bernardo, São Paulo e Taubaté. A eleição está marcada para os dias 17, 18 e 21 de novembro, e serão escolhidos 23 representantes entre os 245 candidatos.

Em São Bernardo, os diretores cassados foram às portas das fábricas denunciando o sistema de representação junto aos trabalhadores, e Gilson Luis Menezes, presidente da Sociedade Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (o Fundo de Greve) diz que esse trabalho "teve um êxito político total, conseguindo desmoralizar o sistema de representação". Gilson, que também acusa a Volkswagen de "conseguir candidatos à base de coação", disse que os trabalhadores aplaudiam quando eram feitas críticas ao sistema.

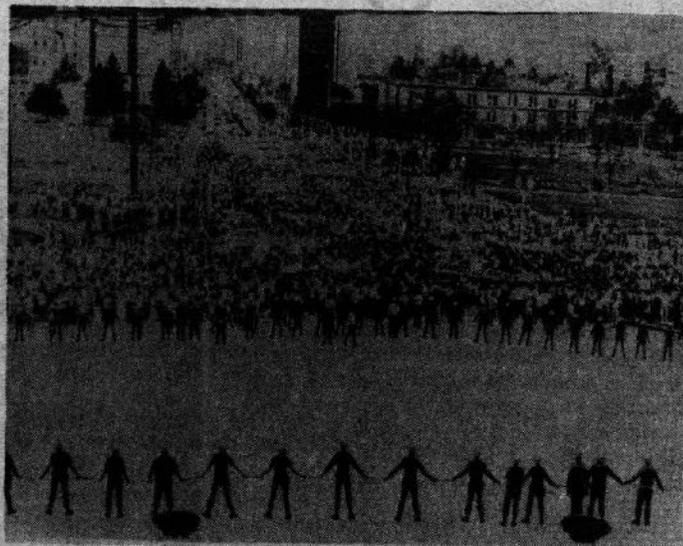
O boicote às eleições, entretanto, não é apoiado pela totalidade da liderança dos metalúrgicos de São Bernardo. Essa seria a posição da Wagner Lino e Enilson Simões Moura, o "Alemão". Já Osmar Mendonça, que inicialmente teria sido favorável à participação na eleição, acabou endossando as posições da diretoria afastada, participando da campanha contra o sistema de representação feita nas portas das fábricas.

O sistema de representação, que entra em uma fase bastante adiantada de constituição, é observado com atenção pelas demais empresas da região, principalmente pelas grandes. O especialista em direitos humanos Edmir Garcez, da Ford, acredita "seriamente que a tendência é de ser adotado (a representação) pelas demais empresas, particularmente as grandes". Para ele, as empresas "precisam de válvulas de escape das tensões". (JCR)

PROFESSORES, PARANÁ

10 mil fazem protesto nas ruas

Depois de 13 dias de greve, cerca de 10 mil professores do 1º e 2º graus do Estado do Paraná realizaram, na semana passada, a maior passeata dos últimos 10 anos, na cidade de Curitiba. Os professores reivindicam o piso salarial de três salários mínimos, ascensão de nível para as normalistas, reajustes semestrais e cumprimento do estatuto do magistério. Até o final da semana passada, o governo estadual não tinha atendido às reivindicações e fez uma proposta que foi rejeitada pelo professorado do Paraná. Apesar de não ter reprimido a grande passeata dos professores, o governador Nei Braga impediu que qualquer emissora de televisão divulgasse notícias do movimento grevista.



A grande manifestação em Curitiba

BELÉM

Violência: PM invade e derruba barracos

Salvageria. É o mínimo que se pode dizer sobre a escalada de violência que a Polícia Militar do Pará cometeu, há duas semanas, contra dezenas de famílias pobres em Belém. O "crime" dessas famílias foi terem construído suas casas na Passagem de Santana, no bairro de Jurunas, num terreno que a Polícia Militar diz lhe pertencer. Comandados pelo tenente Gronenberg, dezenas de soldados, trajando calções e camisetas, destruíram, a golpes de facões, vários barracos.

O drama chegou a tal ponto que um dos soldados (conhecido por "Edinho") chegou a chorar e a dizer que, mesmo que fosse expulso da corporação, não poderia continuar fazendo aquilo. O soldado "Edinho" encontra-se agora preso. Um dos moradores, Manoel Bezerra, implorava pelo "amor de Deus" que deixassem ele pelo menos aproveitar a madeira do seu barraco. Ao não ser atendido, Manoel enrolou-se com uma bandeira nacional e saiu abraçado aos dois filhos.

Na violência generalizada, crianças doentes foram pisoteadas e nem mesmo a imprensa escapou da ação da Polícia Militar. O fotógrafo Ubiratã Diniz, colaborador do jornal alternativo Resistência foi preso e teve sua máquina roubada, por estar cobrindo a violência policial. Preso e metido num camburão da PM, Ubiratã foi levado à delegacia do bairro e depois foi enviado ao comando da Polícia Militar.

A violência aos moradores da Passagem de Santana e a prisão do fotógrafo Ubiratã Diniz espalhou-se rapidamente pela cidade e jornalistas, parlamentares, profissionais liberais e diversos membros da oposição aglutinaram-se frente ao comando da PM, exigindo a libertação de Ubiratã. Sem atender a essa reivindicação, um grupo de soldados, comandado por um tenente, começou a ameaçar os que protestavam e a situação agravou-se quando o próprio comandante da PM, o coronel Arruda Penteado, começou a ameaçar os manifestantes, dando ordens para que um

batalhão evacuasse a área. Como reflexo das ameaças do coronel, vários soldados espancaram um outro fotógrafo, Eurico Alencar, do jornal O Liberal.

Após os incidentes da Passagem de Santana e em frente ao quartel da PM, vários setores de oposição começaram a organizar um comitê de solidariedade aos desabrigados, enquanto estes fizeram um mutirão para reconstruir seus barracos destruídos. Mal os barracos ficaram de pé novamente, a Polícia Militar chegou na área, só que desta vez comandada pelo tenente Pedro Chaves, e com uma violência ainda maior os derrubou de novo.

Todos esses incidentes repercutiram na Assembléia Legislativa do Pará, onde parlamentares de oposição condenaram a violência policial recebendo aplausos dos desabrigados. Por sua vez, a Polícia Militar não apresentou até agora qualquer documento que prove ser a proprietária do terreno onde as famílias pobres tinham construído seus barracos. (Luís Macklouf de Carvalho, de Belém).

SECUNDARISTAS/SÃO PAULO

Quatro chapas disputam direção da UMES

A UMES/SP (União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de São Paulo), reconstruída no Congresso do último dia 30 de agosto, elegerá sua primeira diretoria nesta semana, nos dias 29 e 30. A eleição será disputada por quatro chapas, definidas após o Congresso de agosto. Segundo Marcela Stockler de Souza, 19 anos, da Coordenação Central da eleição, no Congresso existiam dois blocos. Um deles formou a chapa Alicerce e Luta Secundarista (uma aliança que corresponderia, entre os universitários, à Liberdade e Luta e Convergência Socialista). No outro bloco ficaram os estudantes das outras tendências, que tentaram formar uma chapa unitária.

Entretanto, não foi possível conseguir a unidade pois os estudantes das tendências que, entre os universitários, correspondem a Mãos à Obra e Convenção, propuseram que os 15 cargos da diretoria fossem distribuídos da seguinte forma: 8 diretores para eles próprios, 3 para os estudantes que se alinharam

com a chapa Unidade e Democracia, e as 4 vagas restantes ficariam para aqueles que se definiram pelas antigas tendências Caminhando, Refazendo, e para os estudantes ligados às comunidades de base da Igreja.

Dessa forma, sem acordo para formar uma chapa unitária, os secundaristas ligados às chapas Mãos à Obra, Convenção e Unidade e Democracia formaram a chapa Botar o bloco na rua, enquanto Voz ativa foi formada pelos ligados à Caminhando, Refazendo e aos movimentos católicos. A quarta chapa, Alavanca, é ligada à tendência Resistência, dos estudantes universitários.

A área abrangida pela UMES/SP - Capital, Osasco, Guarulhos e ABC - tem cerca de 1,3 milhão de secundaristas. A Secretaria da Educação praticamente proibiu a eleição, e em virtude das pressões dos diretores - na maioria das escolas a eleição será feita na rua - e da falta de informação dos estudantes deverão votar somente de 50

a 100 mil, principalmente do segundo grau (antigo colegial). Para Luiz Augusto, 15 anos, da chapa Voz Ativa, os secundaristas não estão podendo fazer a campanha na maioria das escolas, e alguns diretores chegam, inclusive, a chamar a polícia para afastar os candidatos. Outros colégios - como o Objetivo, por exemplo - utilizam seus próprios bedêis na tarefa de afastar os estudantes das proximidades dos prédios escolares, denunciou Luiz Augusto.

Estudantes de muitas escolas (cerca de 10%) desistiram de participar da eleição pois não puderam resistir às pressões. Entretanto, segundo Luiz Augusto, em algumas escolas o movimento secundarista está firmemente enraizado. Nas escolas pagas o que mais sensibiliza os alunos é a campanha contra os aumentos, enquanto nas escolas públicas as maiores queixas são contra o baixo nível do ensino, "que o pessoal sente na própria pele".

(José Carlos Ruy)



A guerra entre o Iraque e o Irã: um conflito que pode durar dois anos

CHINA

Revisões, teses novas, modificações audaciosas na ideologia do regime

Questões de natureza ideológica de uma audácia inabitual ocupam atualmente espaço na imprensa chinesa. Vários artigos revelam a existência de um debate tocando princípios que antes eram considerados tão fundamentais quanto intangíveis.

A observação da evolução interna do mundo capitalista conduz certos autores a se interrogar sobre as vias que pode tomar a revolução nesses países. A melhoria das condições de vida dos operários nos países industrialmente desenvolvidos, onde possuem automóveis, geladeiras, televisores etc. não abalam a força revolucionária do proletariado? A concentração progressiva dos meios tecnológicos e científicos de produção, o desenvolvimento das sociedades multinacionais não dão ao capitalismo capacidades novas de sobrevivência? A tendência dos países capitalistas atuais a uma fusão entre as cidades e os campos não questiona as teses de Marx sobre o antagonismo entre camponeses e trabalhadores da indústria? O desenvolvimento tecnológico não leva a considerar com novos olhos as relações entre trabalhadores manuais e intelectuais? É possível enfim prever as conseqüências da revolução técnica e científica sobre os costumes? A moral e a teoria marxista sobre a pauperização do proletariado não devem ser revisadas?

O *Diário do Povo* admite que o desenvolvimento tecnológico conduz a uma melhoria das condições de vida da classe operária; mas não à desaparecimento do proletariado. Este, ao contrário, se alarga, estima o órgão do PC chinês, pela integração de "trabalhadores de colarinho branco", cujos interesses de classe são os mesmos que os de seus colegas de "colarinho azul", porque também eles são explorados pelo capitalismo. A força revolucionária deste novo proletariado não é afetada pelo nível de vida dos trabalhadores: "a vontade de fazer a revolução não resulta apenas de condições de vida miseráveis". Exemplo: a burguesia não estava na miséria quando fez sua revolução contra o feudalismo. Essa tentativa de analogia entre as revoluções burguesa e proletária revela já uma mudança ideológica acentuada. Mas o *Wenhui*, jornal de Xangai, de 23 de setembro, vai bem mais longe em suas conclusões: "De fato", escreve o jornal, "o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas faz amadurecer a revolução comunista... Quanto a saber quando terá lugar essa revolução e em que condições, qual será sua característica e que via tomará, não se pode responder a essas questões sem estudar o desenvolvimento interno dos países capitalistas". Sobretudo, acrescenta o jornal, "devemos evitar impor ao Ocidente fórmulas revolucionárias que triunfaram no Oriente. É necessário, nas condições contemporâneas, que a revolução seja realizada pela violência como afirma Marx".

A revisão dos fundamentos ideológicos do regime já foi bem longe depois da morte de Mao Tsé-Tung, e, nesse terreno, certos pontos de diferença com os comunistas soviéticos já foram postos em questão. É muito natural, por outro lado, que a abertura de relações com outros partidos, como a Liga dos Comunistas Iugoslavos, o PC italiano, o PC espanhol (cujo secretário geral, Santiago Carrillo, é aguardado proximamente em Pequim), tenha conduzido o PC chinês a uma espécie de desempoeiramento teórico na análise da situação do mundo exterior.

Existe, paralelamente e mais fundamentalmente, um debate interno sobre estas questões de ordem teórica? Várias razões permitem pensar que sim. Falar da natureza do proletariado, das categorias de trabalhadores que o compõem, toca invariavelmente a questão da ditadura do proletariado num regime socialista. Essa questão já foi abordada em vários artigos da imprensa de Pequim, ainda que de maneira implícita, e parece que certos dirigentes não têm as mesmas idéias a esse respeito. (Alain Jacob, de Pequim, *Le Monde*)

IRAQUE X IRÃ

Uma variável com que Sadam não contava

A questão dos reféns americanos, detidos no Irã desde novembro de 1979, parecia, no final da semana passada, mais próxima do que nunca de uma solução, e se aguardava da reunião do Parlamento iraquiano que deveria se realizar no último domingo, uma definição para o problema, que poderia implicar uma libertação dos reféns já na segunda-feira desta semana.

Depois de declarações do presidente Jimmy Carter e do secretário de Estado Edmund Muskie considerando o ataque do Iraque como uma violação da integridade territorial do Irã, o que podia ser interpretado como uma medida conciliadora do governo norte-americano em relação a Teerã, era a vez do primeiro ministro iraniano Mohammed Ali Rajai afirmar, no dia 22, que os Estados Unidos estavam dispostos a aceitar as quatro condições impostas pelo aiatolá Khomeini para a resolução do problema.

As exigências são a restituição da fortuna do ex-xá Reza Pahlevi, calculada em oito bilhões de dólares; a suspensão de todas as reclamações dos EUA contra o Irã; a liberação dos depósitos iraquianos em bancos norte-americanos; e garantia de que os EUA não intervirão no Irã. A reivindicação de um pedido formal de desculpas pelo apoio dado pelos Estados Unidos ao regime de Reza Pahlevi parecia descartada pelas principais autoridades iraquianas.

O fato dessa posição ser assumida pelo primeiro ministro Rajai é significativa já que o primeiro ministro faz parte de uma facção mais intransigente da cúpula iraquiana, rival à do presidente Abol Hassan Bani Sadr (Bani Sadr, como se sabe, opôs-se desde o primeiro momento à tomada dos reféns americanos pelos estudantes muçulmanos). Mesmo assim, não era descartada uma complicação da questão. E isso a partir das declarações feitas, no dia 23, por Massavi Khomeini, membro da comissão especial do Parlamento iraquiano encarregada do assunto.

Se houver uma solução do problema dos reféns isso poderá acarretar uma mudança na correlação de forças na guerra entre o Iraque e o Irã, com o eventual acesso do Irã a armamentos e peças de reposição norte-americanas. Como se sabe, parte das armas iraquianas estão fora de uso justamente pela falta desse material.

Uma mudança dessas seria certamente uma variável fora das previsões do presidente iraquiano Sadam Hussein e poderia ter graves conseqüências para os planos de Bagdá, que já admite que o conflito poderá estender-se por mais dois anos. Esta previsão de uma guerra prolongada foi feita ao enviado especial do *Monde*, Paul Balta, pelo vice-primeiro ministro iraquiano Taha Yassin Ramadan. Ramadan expôs também as pretensões de seu governo. "O Iraque tem reivindicações históricas e nacionalistas sobre o Arabistão (sob domínio iraniano)", afirmou o vice-premiê, que acrescentou que "o petróleo do Arabistão será iraquiano enquanto Teerã não negociar".

MUDANÇAS NA URSS

Brejnev faz críticas, Kossiguin renuncia e Tikhonov sobe ao poder

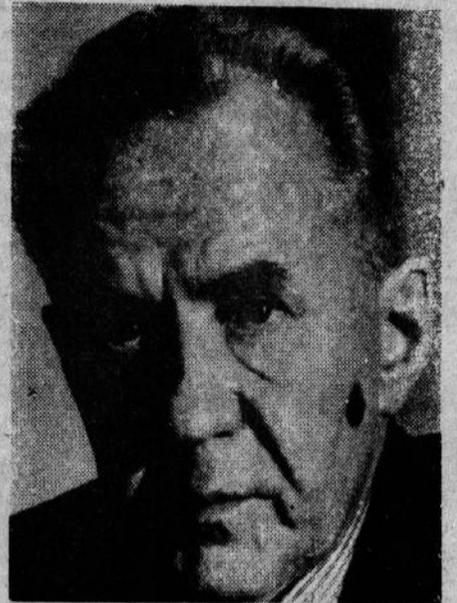
Apenas um dia depois das severas críticas feitas pelo chefe de Estado e do Partido, Leonid Brejnev, à situação da economia soviética, o primeiro ministro Alexei Kossiguin, de 76 anos, apresentou sua renúncia, "por motivos de saúde", e foi substituído por Nikolai Tikhonov. O ex-premiê não é visto em público desde o dia 3 de agosto, quando participou da festa de encerramento das Olimpíadas, e pediu o seu afastamento em carta que foi lida por Brejnev diante do Soviet Supremo (Parlamento), que se encontra reunido em sua sessão de outono consagrada ao plano e orçamento para 1981.

Analistas ocidentais consideram que as condições de saúde de Kossiguin vinham realmente se agravando e não cogitam numa interpretação política para a renúncia. Tikhonov, de 75 anos, preparava-se há um ano para assumir as funções que lhe foram confiadas.

O correspondente de *Le Monde* em Moscou, Daniel Vernet, considera que "a sombra da Polônia pairou sobre a sessão" em que Leonid Brejnev formulou suas críticas. Resumimos aqui o seu artigo.

É inegável que o tom do discurso de Brejnev foi um eco às reivindicações materiais dos operários poloneses. Falando dos problemas da economia soviética, o chefe do Estado e do Partido declarou: "a melhoria da condição material do povo está no centro da atividade do Partido no domínio econômico... Uma atitude atenta em relação ao homem deve impregnar todo o estilo de trabalho das organizações do Partido, da administração e da economia e, é claro, dos sindicatos... Não há lugar para o burocratismo, a insensibilidade, em nosso modo de vida soviético".

Sem dúvida, não é a primeira vez que Brejnev denuncia as insuficiências da economia, a inadaptação dos mecanismos de planificação às exigências modernas, o afrouxamento dos ritmos de crescimento. Mas, neste ano, ele colocou a ênfase nas necessidades materiais cotidianas, tratando em segundo lugar da indústria pesada. O desenvolvimento dos bens de consumo, disse ele em síntese, é importante para o progresso geral da economia, o reforço dos estímulos ao trabalho, a consolidação da situação monetária.



Kossiguin: problemas com a saúde

Brejnev admitiu que, "apesar do trabalho enorme realizado desde 1965 (data de sua ascensão ao poder), existem ainda, nas cidades e centros industriais, dificuldades de abastecimento de produtos alimentares, como a carne e o leite, e que os bens de consumo correntes fazem falta. Ele não anunciou a cifra da colheita de cereais para este ano, mas indicou que a colheita média de todo o quinquênio se situa 200 milhões de toneladas abaixo do plano. Pediu também que não diminua a produção de bens de consumo duráveis ao longo do próximo plano, pois, este ano, a produção de geladeiras, por exemplo, diminuiu em valor absoluto. Uma outra prioridade é a construção de habitações nas cidades, já que 20% da população não dispõem ainda de apartamentos independentes e vivem em apartamentos comunitários ou naqueles em que coabitam várias gerações.

(Daniel Vernet, de Moscou, *Le Monde*)

Cuba fora do CS da ONU

Cuba decidiu retirar sua candidatura ao Conselho de Segurança da ONU, nas eleições realizadas no último dia 20 para a escolha dos cinco membros não permanentes do organismo. A decisão cubana se deve às polêmicas provocadas durante as eleições do ano passado, quando as pretensões de Havana sofreram forte oposição por parte de países membros do Movimento dos Não-Alinhados (de que Cuba é presidente). As dificuldades enfrentadas por Cuba no interior do Movimento dos Não-Alinhados, se devem ao apoio aberto dado ao Vietnã na controvertida questão do Camboja, à não condenação da intervenção soviética no Afeganistão e à tese sustentada por Fidel Castro de que os não-alinhados são "aliados naturais" do bloco soviético.

Trotskistas em alta

O fenômeno mais surpreendente das últimas eleições portuguesas foi o crescimento da coligação trotskista POUS-PST (Partido Operário de Unidade Socialista e Partido Socialista dos Trabalhadores), que multiplicou por quase sete vezes o número de votos que havia obtido nas eleições anteriores. Seus líderes explicam o avanço conseguido pelos trotskistas pela defesa que fizeram de um governo de unidade do Partido Socialista com o Partido Comunista. A coalizão trotskista obteve quase tantos votos quanto a UDP (União Democrática Popular), organizada em torno do Partido Co-

munista Português Reconstruído (pró-albanês), mas, ao contrário da UDP, não conseguiu eleger nenhum deputado, devido ao sistema distrital das eleições em Portugal (a UDP teve uma votação concentrada em Lisboa, enquanto os votos dos trotskistas se distribuíram por vários distritos).

Um albanês em Paris

Pela primeira vez um membro do governo albanês é recebido oficialmente na França. Trata-se de Ksenofon Nushi, vice-ministro das Relações Exteriores da Albânia, que foi homenageado, no dia 21, em Paris, pelo secretário de Estado Olivier Stirn. Durante a solenidade, Nushi declarou que a Albânia "não está isolada, porque temos relações diplomáticas com 94 países. Se não aceitamos que todo o mundo venha à Albânia é porque temos muitos inimigos". Como se sabe, a Albânia rompeu recentemente seus laços com a China, que era considerada sua principal aliada.

Protesto anticubano

No início de outubro, a cidade costeira de Bluefields, na Nicarágua, ficou sem comunicações com o resto do país devido a um protesto popular contra a presença de professores e médicos cubanos na cidade.

A notícia foi veiculada pela recém-criada Agência Periodística de Informacion Alternativa (APIA), constituída em caráter experimental no México e que se propõe a ser uma fonte de notícias independente, voltada para as organizações populares e para a imprensa alternativa.

Kampuchea (Camboja)

Como se explica esta tragédia?

O Kampuchea (Camboja) saiu do noticiário dos jornais. Mas as causas da tragédia vivida pelo povo kampucheano ainda são controvertidas. Há, pelo menos, quatro pontos de vista sobre o assunto: o que atribui a tragédia às devastações causadas pelos Estados Unidos durante a guerra; o que responsabiliza o regime do Khmer Vermelho (Pol Pot); o que aponta os danos causados pela guerra com o Vietnã e pela intervenção militar vietnamita no país; e o que procura integrar esse conjunto de fatores, ressaltando a responsabilidade primordial do "imperialismo norte-americano". Todos os lados têm, evidentemente, seus "argumentos".

Movimento tem procurado divulgar esses diferentes pontos de vista, com o objetivo de fornecer ao leitor elementos para formar sua própria opinião. Trazemos neste número dois artigos que centram suas acusações no regime de Pol Pot: um do conhecido jornalista Wilfred Burchett, cujas posições são próximas às do governo vietnamita, extraído da revista *Afrique-Asie*; outro, do articulista soviético I. Chedrov, condensado da revista *Tempos Novos*.

Burchett: as mulheres trazem, de novo, bebês em seus braços

Durante uma viagem por estrada de rodagem que, em dois mil quilômetros, me conduziu a todas as cidades e aldeias importantes, eu pude constatar a incrível vontade do povo kampucheano e sua capacidade de sobreviver aos estragos causados pelos Khmers Verme-

lhos. Do Vietnã, da União Soviética, do mundo socialista e de diferentes organizações internacionais chegaram socorros de todo tipo que foram repartidos. A preciosa semente do arroz foi distribuída e colocada na terra desde que a chuva da monção amoleceu o solo. Os mercados estendem-se ao longo das estradas e das ruas, o dinheiro circula, os pagodes e escolas são reabertos. E, o que é mais importante, as mulheres trazem bebês em seus braços. Volta-se do Kampuchea com uma mensagem de esperança; não somente de esperança por esse povo cuja própria sobrevivência estava em jogo há exatamente um ano; mas esperança na capacidade que tem o homem de sobreviver a traumatismos aparentemente insuportáveis.

Relatos horríveis

Em agosto de 1979, quando os primeiros médicos ocidentais chegaram, eles fizeram investigações pontuais que confirmavam os detalhes mais horríveis relatados pelo recém-construído ministério da Saúde kampucheano. A maior parte das mulheres em idade de ter filhos estavam estéreis. Problemas psicológicos profundos — causados pelo massacre quase sistemático de seus maridos e a separação de seus filhos — ajuntados a traumatismos físicos provocados pelo trabalho extenuante — de 12 a 14 horas por dia, sete dias por semana, com um regime alimentar próximo da fome haviam produzido quase todos os tipos de doenças femininas conhecidos pela medicina. Os abortos espontâneos e a queda dos órgãos eram os casos mais correntes. Não havia então quase mais crianças de menos de cinco anos.

Em 20 aldeias visitadas, eu encontrei cinco ou seis mulheres para cada homem. E cada kampucheano que passava por consulta

médica era declarada subnutrida, sem falar das diversas doenças. A questão que se colocava era então simplesmente a seguinte: a nação pode sobreviver?

Um país de viúvas

A ajuda internacional foi importante, mas é preciso levar em conta o fato de que uma parte dela foi escandalosamente destinada a reconstituir as forças do Khmer Vermelho ao longo da fronteira com a Tailândia. Mas o fator mais decisivo do reerguimento foi uma espantosa vitalidade do povo kampucheano. Os problemas são enormes — e destinados a perdurar por longo tempo, 73% das mulheres adultas são viúvas. Elas assumiram então o trabalho dos homens, como a semeadura e a colheita. No ano passado, podia-se mesmo encontrar grupos de mulheres e crianças empurrando carroças que elas haviam construído e que tentavam ganhar suas cidades de origem. Hoje, as aldeias são reconstruídas e a vida recomeçou. Reencontrava-se, em maio e junho de 1980, comboios de carros de boi que iam buscar sementes nas chefaturas dos distritos para distribuí-las nas aldeias inacessíveis por estrada. Era também a estação das mangas e os mercados estavam abastecidos.

Outro símbolo do renascimento: 900 mil crianças são alfabetizadas, cifra jamais atingida em toda a história do Kampuchea. Elas são vistas por toda parte, nas estradas, indo para a escola, com seu caderno sob o braço. Mas, é claro, faltam os meios, já que se estima que 75% dos professores foram mortos pelo regime de Pol Pot; e as escolas não têm nem carteiras, nem cadeiras, nem quadros-negros. As crianças sentam-se na terra e trabalham com tudo que lhes cai nas mãos; 70% dos escolares estão no primeiro ano, 20% no segundo, o resto se reparte entre o fim do primário e as raras classes do secundário que foi possível reabrir.

Enquanto as condições de vida física estão em vias de serem resolvidas, aparecem à luz do dia as conseqüências horríveis da supres-

são total da cultura. A Faculdade de Medicina de Phnom Penh foi reaberta e acolhe 700 estudantes; mas faltam professores e, sobretudo, livros — já que todas as livrarias foram destruídas, assim como o material de laboratório.

O Comitê Francês de Ajuda Médica, que foi um pioneiro nessa questão, deverá encaminhar 10 toneladas de livros para as necessidades imediatas dessa faculdade.

Ele também enviou uma lista de 250 medicamentos indispensáveis para permitir a existência de um mínimo de infra-estrutura pública através do país.

Mas o assolamento de uma nação por sua desapareção cultural, tal como o praticavam os Khmers Vermelhos, não poupou nada.

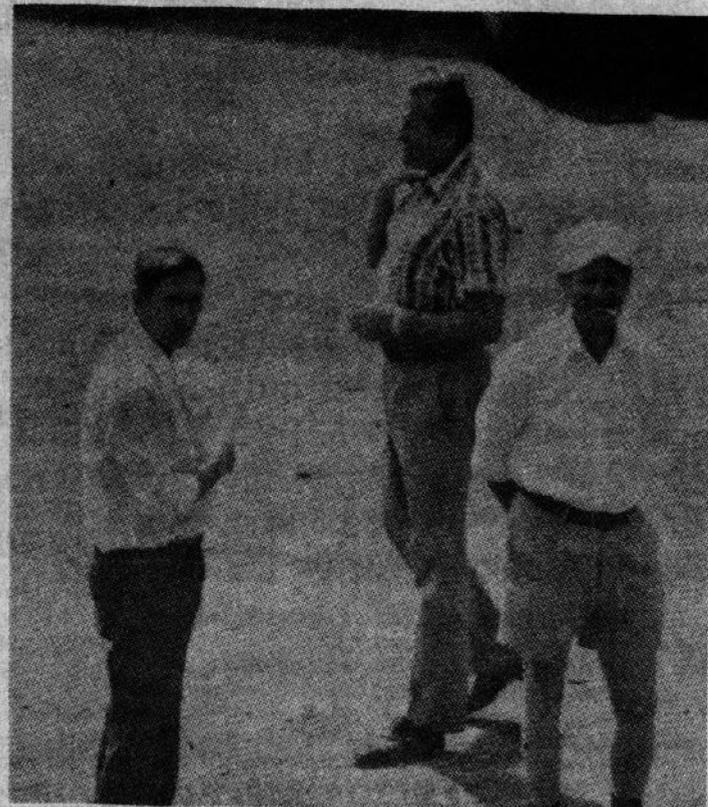
Devastações culturais

Visitando os templos de Angkor, minha mulher descobriu que o jovem encarregado da enorme tarefa de restaurá-lo havia sido um de seus alunos de arte na Universidade de Phnom Penh. Suas lágrimas de alegria pelo reencontro deveriam logo se transformar em lágrimas de tristeza, quando ela ouviu de sua boca que ele era um dos "dois únicos sobreviventes" de sua classe e que todos os professores haviam desaparecido. E nossas investigações para reencontrar os amigos desta comunidade intelectual, ou as famílias dos amigos de escola de nossos filhos (que estiveram na escola em Phnom Penh) nos confirmaram esta constatação trágica: quase todos eles também haviam desaparecido.

O extermínio em cinco anos de todos os que tinham uma educação primária e a suspensão total da educação durante quatro anos levaram — segundo os especialistas de educação ainda vivos — o Kampuchea ao nível educacional geral de 1945. E isso indica que, se temos motivos para estar aliviados pela sobrevivência, no sentido estrito do termo, do povo kampucheano, a ajuda internacional — em todos os domínios — continua indispensável por longos anos.



Heng Samrin: elogios à URSS...



e os assessores soviéticos no porto de Kompong Som

Chedrov: milhões de vítimas de uma experiência maoísta

O Kampuchea Popular não fez ainda dois anos. Em inícios de janeiro de 1979, os libertadores foram acolhidos na capital por apenas algumas dezenas de habitantes. Hoje, a população de Phnom Penh é superior a 200 mil pessoas. Numa situação difícil, foram reconstruídas dezenas de fábricas, o porto fluvial, as estações ferroviárias, o aeroporto, correios e telégrafos e muitas outras instituições...

Tudo isso ocorre num país em que, em menos de quatro anos, os maoístas liquidaram cerca de três milhões de pessoas, país que foi transformado em enorme campo de concentração...

Um modelo chinês

Entrevistei-me mais de uma vez com Hang Samrin, presidente do Conselho Popular Revolucionário e do Comitê Central da Frente de Unidade Nacional para a Salvação do Kampuchea (FUNSK). Numa das nossas conversas, após ter abordado os atuais êxitos e dificuldades, ele sublinhou que a passagem para a nova etapa (a da solução de tarefas a longo prazo) seria impossível se a república não obtivesse êxitos reais na reconstrução nacional (que caracterizaram a etapa anterior). Os países da comunidade socialista continuam a prestar-nos uma ajuda eficiente e oportuna — sublinhou Heng Samrin. A ajuda obtida num ano só da União Soviética foi muito superior a tudo o que o Kampuchea obteve de todas as organizações de beneficência ocidentais.

Nos anos da invasão americana, foram destruídos no Kampuchea mais quatro quintos de todas as empresas, estradas e ferrovias e dois terços do serin-

gais. Sobreviveu apenas um terço do gado de tração. Mais de 600 mil habitantes pacíficos foram mortos por bombas e mísseis norte-americanos. Milhões de outros foram vítimas da monstruosa experiência maoísta com o "comunismo de caserna" — um modelo exportado pela "revolução cultural" chinesa.

A volta do dinheiro

Os êxitos do povo são especialmente importantes diante desses fatos trágicos... O sucesso das medidas tomadas para reforçar a economia permitiu às autoridades, após um longo intervalo, reiniciar a circulação monetária. Este acontecimento reveste-se de grande importância econômica e política. Heng Samrin se referiu a um grande e minucioso trabalho preparatório para esse passo, pois não se tratava de uma reforma monetária, mas sim da reconstrução de um complexo mecanismo econômico abolido de uma vez pelos governantes pró-maoístas. Foi necessário, por exemplo, formar urgentemente contabilistas e caixeiros qualificados e reativar a rede bancária nacional. Mais ainda — disse Samrin —, o Estado precisou criar uma considerável reserva de mercadorias. A União Soviética prestou ao Kampuchea uma grande ajuda na solução deste complexo problema.

No entanto, Pequim e Washington ignoram obstinadamente a existência do Kampuchea Popular. Não abandonam as tentativas de organizar um bloqueio político, diplomático e econômico à república e orientam os ataques dos mercenários contra-revolucionários acantonados na vizinha Tailândia.



LIVROS

As memórias, documentos e estórias da guerra urbana

A década passada já é livro de história. Mas ainda falta muito para se ter um retrato da época.

Flávio de Carvalho

A memória de um tempo ainda recente, uma cicatriz aberta entre 1968 e 1976, conquista um espaço da literatura política brasileira. Especialmente depois da anistia, algumas dezenas de títulos apareceram nas livrarias, compondo um painel ainda desconstruído e desfocado desse período. Mas esse é um retrato que ainda está longe de ser completo, não só por faltar ainda depoimentos importantes de personagens que estiveram no centro dos acontecimentos — uma grande parte deles “desaparecidos” — ou de militantes daquele período que ainda se encontram na ativa, mas também porque sobrevivem ainda seqüelas daquele período que de variadas formas impedem uma investigação da história.

E o caso do jornalista Antonio Carlos Fon, autor de *Tortura - História da Repressão Política no Brasil*, certamente o trabalho mais corajoso e importante de todos os

títulos expostos, de leitura indispensável. Como muitos torturados e perseguidos que sofrem até hoje as consequências daquele tempo, Antonio Carlos Fon tem passado maus momentos graças a seu livro, que não pode ser considerado uma obra terminada. Por causa da reportagem que deu origem ao livro, ele e a revista *Veja* foram processados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sem que as informações contidas no livro e na reportagem fossem contestadas. Com a anistia ele escapou do processo (o livro é de 1979) mas as perseguições continuam. No mês passado ele completou mais um capítulo de seu livro descobrindo os assassinos de um casal de jovens no interior de Goiás, e novamente pagou pela temeridade: ele foi demitido do jornal onde trabalhava e ameaçado de violências, junto com os jornalistas Antonio Carlos Moura e Marta Regina de Souza. (1)

Talvez seja essa vertente, a jornalística, a que mais promete para os próximos tempos, e também a que necessita maior dose de coragem, uma vez que muitos dos vilões dessa história não só estão vivos e perigosamente atuantes, quando não foram até promovidos em meses recentes. Como os maiores torturadores Carlos Alberto Brilhante Ustra e Nilton Albuquerque Cerqueira, promovidos no final de agosto, “por merecimento” à patente de coronel.

O livro de Fon, *Tortura*, é ainda o único a sistematizar algo sobre o momento político e sobre a montagem do aparelho repressivo, mostrando como todas as monstruosidades cometidas no período nasceram no berço da Segurança Nacional, embaladas pelas mais altas autoridades, e não apenas como um desvario das mentes doentes de alguns policiais. Fon mostra que a tortura não era uma excrecência do sistema, mas um instru-

mento de controle e uma arma de guerra legitimada à força.

No mesmo caminho de *Tortura*, o livro *Lamarca, Capitão da Guerrilha*, também é uma investigação jornalística corajosa, que volta e meia topa com delatores e traidores, também o tema de importantes reportagens jornalísticas como *Cabo Anselmo*, reportagem de Marco Aurélio Borba, publicada em *Playboy*, traçando o rastro de sangue deixado por esse agente policial que por muitos anos se infiltrou nos partidos clandestinos, causando a morte de quase todas as pessoas que com ele tiveram contato. O retrato jornalístico desse período, portanto, ainda está sendo construído, penosamente, e ainda é um trabalho perigo-

O guerrilheiro urbano estava longe de ser o monstro da propaganda oficial. Mas estava também longe de ser o super-herói da mitologia da esquerda, que o apresentava firme, insensível sem vacilações.

so, que passa pela procura de cemitérios clandestinos, pela descoberta de policiais criminosos e pelos terríveis dramas de centenas de pessoas que passaram pelos porões da ditadura. Para muitas pessoas esse período é ainda um pesadelo do qual, em alguns casos só se acorda para morrer, como Dora em *Fornos Quentes*, ou como no caso de Frei Tito, que só viu o suicídio como saída para aplacar os sofrimentos causados pelo delegado Fleury.

Os livros de memórias sobre o período mal riscam a superfície desses pesadelos, principalmente porque os trabalhos mais divulgados nesse enfoque são polarizados em praticamente apenas duas obras que procuram retratar o período — *Os Carbonários* e os dois livros de Fernando Gabeira. Quem se limitar à leitura apenas desses três livros, que estão liderando vendas, certamente terá uma imagem desfocada do período, principalmente porque esses dois memorialistas torcem e retorcem a realidade para enquadrá-las em suas propostas existenciais atuais.

Gabeira é, sem dúvida, a leitura mais agradável sobre o assunto, pela fluência do texto, pela inteligência com que contorna as questões que vão surgindo ao longo de seu depoimento, e pelo marketing bem realizado do seu visual. Em termos de marketing, se ele for, digamos, o *Galaxy* dos nossos memorialistas, Alfredo Syrakis, autor de *Os Carbonários*, será nosso *Advance*. A sunga de Gabeira parece ter batido fácil a asa voadora de Syrakis nos primeiros dias promocionais da volta do exílio. Gabeira leva outras vantagens; no seu currículo há tiros e pancadas, e ele não se arrisca a nenhum juízo definitivo sobre seus companheiros e sobre a questão da luta armada. Em Gabeira o romantismo do período parece nunca perder sua auréola, ele não se propõe a renegá-lo, mas superá-lo, numa transformação que vai se arrastando ao longo de vários livros e que nunca se sabe quando culminará. Como numa novela, o escritor revela domínio seguro da técnica narrativa.

Syrakis está realizado em *Os Carnários* de maneira freqüentemente defeituosa para o público consumidor de memórias. As descrições das passeatas estudantis são desnecessariamente alongadas, edifícios e automóveis se tornam insetos metálicos com uma frequência anormal e algumas construções, francamente, era melhor não terem sido criadas ("A preocupação materna atravessou vários quarteirões, pelos cabos da Telerj"). Sem falar nos diálogos que ele trava um tanto surrealisticamente, com o embaixador, e que estão todos em inglês no texto, com traduções ao pé da página.

Enquanto Gabeira escolheu como proposta atual coisas simpáticas como a política do corpo, a ecologia, a defesa das minorias, Syrakis se vinculou a uma proposta de ação política que, para o público mais jovem, raia a caretece: o brizolismo e a renegação da luta armada sob o pretexto discutível de que "já fizemos e não deu certo". Contra ele pesa especialmente a crítica de não ter se emendado. Ou seja, entrou apressadamente demais na luta armada esperando conquistar a revolução instantânea, via militarismo das organizações foquistas, e agora tenta de novo fabricar a política de massa instantânea que já vem pronta na petebismo.

Apesar da diferença de estilo, a militância de Gabeira e Syrakis tem muitos pontos de contato. Os dois se apresentam com toda sinceridade e sem mitificações dos super-heróis guerrilheiros. A rotina da vida numa organização clandestina, com todas as suas misérias e alegrias, com todos os problemas humanos dos mortais comuns. A vida nos "aparelhos" não tem nada de romântico, nessas narrativas. Há o tédio corrosivo, o sobressalto constante, os desentendimentos mais pueris com os companheiros, há luta interna com golpes baixos, onde em certos momentos o inimigo principal até deixa de ser a ditadura e a polícia, para se materializar em algum ex-amigo.

Mas, principalmente há a repetida constatação do isolamento, da estanqueização. Para a grande parte desses memorialistas, o mundo exterior à organização acabou cedendo lugar a uma fantasia, um outro mundo, onde chegava até ser perigoso se aventurar. Eles se mostram fantasmagóricos em suas memórias, vagando de ponto em ponto, de assalto em assalto, esperando a morte no próximo tiroteio ou a queda na próxima delação, como os carbonários que inspiram o título de Syrakis. Tudo cheira ao incenso das seitas secretas, cujos objetivos acabaram se perdendo ao longo do tempo. Há um momento em que todos esses memorialistas param para se perguntar o que estão fazendo. As organizações e partidos pareciam ter perdido de vista seus objetivos estratégicos e haviam se transformado em uma coisa cuja vida própria era apenas lutar pela sobrevivência. Assaltar bancos para se manter, seqüestrar embaixadores para libertar os que estavam presos, sofrer mais quedas, seqüestrar mais embaixadores para libertar os presos novos, num círculo vicioso desesperado.

A cisão com o mundo "real" assume o tom dramático do desespero quando o regime começa a comemorar suas vitórias. Afinal o regime tinha o controle absoluto sobre os órgãos de comunicação enquanto o público das organizações clandestinas se limitava ao minguado grupo das chamadas "áreas próximas", cada vez mais relutantes em ajudar os "carbonários". Enquanto isso, nossos memorialistas são surpreendidos nas mais diversas circunstâncias, presos, esperando companheiros nos pontos, escondidos em aparelhos, enquanto a população comemorava ruidosamente o tricampeonato. Em meio a grandes foguetórios, bebedeiras e arruaças nossos memorialistas estão perplexos e abatidos. O que o povo comemorava, se havia a repressão assassina, o arrocho?

Eles tentam racionalizar: não adianta o general Médici aparecer na TV erguendo a taça Jules Rimet, porque não vai enganar o povo. O tri, pensavam eles, era uma conquista do povo, e não da ditadura. Mais um pretexto para um "racha": no exílio, nas cadeias, nos aparelhos, os militantes se dividiam nos debates. Torcer pelo Brasil é torcer pela ditadura?

Quanto ao futebol, na verdade a discussão era bizantina, pois o povo voltou à realidade depois de um fim de semana de comemorações. Mas o milagre econômico atingiria duramente o moral desses militantes, que pareciam não se conformar de maneira nenhuma com o sucesso da bolsa de valores.

Do dia para a noite fiéis aliados abandonavam o apoio à revolução, trocavam a leitura de textos mimeografados dos documentos partidários pelas colunas de cotações na bolsa. E ficavam ricos. Ou pelo menos se deixaram levar pela tentação.

Depois da repressão, que afastou aliados

pelo medo, vem o canto da sereia da fortuna, do consumismo e da droga. Cabisbaixo, o militante Felipe, em *Carbonários*, só consegue argumentar com um "desbundado" que "alguém tem de continuar". Nem mesmo as lamentações dos "desbundados" sobre o vazio da vida, sobre a ilusão do consumismo, os remorsos de terem abandonado a luta, servem para consolar os que se mantiveram firmes em suas organizações. Eles parecem apenas ouvir, conformados, anestesiados de outra forma. Embrutecidos pela vida de fugitivo, sem maiores perspectivas além de uma esperança vaga nos "quadros" que estavam no exterior treinando, que viriam reforçar a luta — mas que nunca chegavam, e quando finalmente apareciam logo eram liquidados pela repressão.

Finalmente, o pior — levas de traidores, militantes que entraram apressadamente nas organizações, sem preparo ideológico, antigos militantes que não suportaram a pressão e o sofrimento da tortura, todos iam para a televisão abjurar os que permaneciam na luta e dar loas ao regime militar "que estava construindo a transamazônica".

Mas, acima de tudo, havia o espectro da prisão e da tortura, da qual ninguém estava a salvo. Nos aparelhos, os militantes ouviam de olhos esbugalhados tenebrosos relatos sobre a morte e sofrimento de amigos, às vezes uma pessoa que tinha participado da reunião anterior. Metralhado num ponto, depois de heróica resistência, se tinha sorte. Quando preso vivo, eles eram levados para o inferno, onde os sofrimentos eram indescritíveis.

Há uma trágica impotência nesses debates sobre como resistir à tortura: quando se vê um companheiro preso sendo retirado da cela pelo esquadrão da morte. Todos no Tiradentes, o presídio político de São Paulo, sabiam que Eduardo Leite, o "Bacuri", ia ser executado quando foi retirado da cela pelo esquadrão da morte: a notícia de sua "fuga" já havia sido dada pela polícia aos jornais enquanto ele ainda estava preso. O máximo que puderam fazer foi bater canecas de latas nas grades. Bacuri apareceu depois morto. Sem um olho, com a face horrivelmente dilacerada.

Apesar da impotência eles discutiam como agir na cadeia, como se comportar frente ao "inimigo de classe", os torturadores. Trocavam experiências e se avaliavam mutuamente. Há exemplos de todos os comportamentos possíveis: dos que abriram aos primeiros tapas, dos que montaram histórias complicadíssimas para confundir a repressão, dos que deram meias verdades e meias informações, esperando assim escapar do suplício, e os que simplesmente não falaram nada. Não se tira um consenso sobre o comportamento. Não falar nada pode levar à morte certa, mas é uma forma de transformar a luta nas prisões, colhendo vitórias frente ao inimigo de classe, dentro de seu próprio covil. Em *Rosa Negra* o delegado não admite que o militante Paulo não abra a boca. Depois, diz o delegado, ele iria sair espalhando que obtivera uma vitória sobre a repressão. Mas como outros delatam, Paulo resolve mudar de tática: prega mentiras, desinforma, salva algumas pessoas da acareação. Mas essa é uma tática perigosa. Quem fala um pouco acaba

A Agência Modelo do Bom Burguês

Na época em que as organizações clandestinas armavam grupos de militantes para "expropriar" bancos, um funcionário do Banco do Brasil, Jorge Medeiros Valle, inventou um sistema muito menos arriscado e mais proveitoso de financiar as atividades das organizações com as quais tinha ligação, o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e o MR-8.

Manipulando ordens de pagamento da Agência Leblon, Jorge "levantou" perto de dois milhões de dólares sem que ninguém desconfiasse. Pelo contrário, o movimento de sua agência cresceu tanto que um boletim interno do Banco do Brasil a qualificou de "Agência Modelo", que, possivelmente será o título do livro que o ex-repórter de *Realidade* José Hamilton Ribeiro está escrevendo.

Jorge ficou famoso pela alcunha que lhe inventou a repressão: "o Bom Burguês" — que acabou sendo adotada também pela imprensa. No começo, ele não gostava, mas acabou se acostumando. Delatado por um militante do MR-8, em 1969, se viu metido em grandes complicações para explicar não só as contas suíças (o dinheiro expropriado era depositado no exterior) mas também para justificar seu relacionamento com a esposa do então presidente Costa e Silva. É que Iolanda Costa e Silva estava envolvida numa negociata com a

Standard Electric, da qual iria receber um alto suborno para aprovação de uma concorrência, e precisava "limpar" esse dinheiro. O Cenimar, serviço secreto da Marinha, que não gostava de Costa e Silva, procurou negociar com o Bom Burguês. A trama é emocionante, e o final não está escrito até hoje: não se sabe quem ficou afinal com mais de 200 mil dólares. Jorge diz que o ministro da Marinha, Augusto Rademaker, ou embolsou essa grana ou então sabe com quem ficou.

Mas não foi tão tranqüila assim sua prisão. Ele foi um dos mais torturados presos políticos brasileiros, embora não queira fazer "folclore" a respeito. Na tortura não falou nada, embora tenha sido fartamente delatado, e guarda hoje certo ressentimento com as esquerdas. Sua maior mágoa é não ter sido incluído na lista de presos trocados pelo embaixador Elbrick — ação para a qual colaborou, mesmo estando preso, sendo torturado. Por isso, a *Agência Modelo* será um livro de "cobranças", um livro "polêmico, para abrir discussão", como ele disse a José Hamilton.

AGÊNCIA MODELO - HISTÓRIA DO BOM BURGUEZ, de José Hamilton Ribeiro. Em preparação para lançamento em maio de 1981.

Apesar de toda a repressão, ainda tinham energia para luta interna

falando sempre mais um pouco, constata a repressão. Até falar tudo, mesmo sobre o que não sabe.

E como deviam proceder na denúncia das torturas? Em alguns momentos se chegou a heróica conclusão de que os torturados não deveriam passar por coitadinhos exibindo chagas, mas deviam mostrar a tortura como uma espécie de "acidente do trabalho" — o risco que todo militante deveria aceitar de maneira mais ou menos natural uma vez que entrara na luta ao lado do proletariado, pela Revolução. Nem tanto, observa depois Gabeira: com isso as denúncias perdiam efeito junto aos liberais e democratas, estreitando o círculo de ferro sobre a vanguarda dos torturados.

A vida na prisão também é um capítulo dessa época. Os presos se dividiam em grupos e tarefas. Verdadeiros círculos de debates e estudos marxistas bem na goela do inimigo, com livros contrabandeados e como a ajuda professoral de militantes mais velhos e experientes. Nesse microcosmo da prisão havia de tudo: dos que transformavam a vida na cadeia em apenas mais um lugar para continuar a luta de classe, os que se entregavam apenas aos trabalhos manuais, os que estavam presos por lamentáveis enganos, como conta Antonio Carlos Fon: um bêbado que acordou um dia na Oban, certamente preso por um investigador também bêbado, que acabou ficando 30 dias sendo torturado para revelar porque tinha sido preso — o que ele obviamente não sabia.

Para quem acompanhou a história da década de 70 pelo noticiário permitido até então, ou pela documentação partidária, esses livros de memória causam alguma surpresa quando abordam o relacionamento entre militantes, seus dramas íntimos e alegrias. É claro que ninguém deveria se surpreender com isso. Afinal, nada mais natural que Lamarca escrevesse cartas derretidas para sua paixão, Iara Javelberg, que Gabeira não conseguisse tirar da cabeça o soutien da loura do seqüestro, ou que Syrakis deixasse seu aparelho sob segurança rigorosa, depois do seqüestro de um embaixador, para ir a Copacabana "dar uma bimbada". O leitor que procurar reconstituir a época por esses depoimentos poderá até mesmo se chocar com essas trivialidades, mas é preciso ter cuidado para não cultivar o inverso e acreditar que tudo era muito natural e prosaico. É pouco verossímil, por exemplo, que o camarada Paulo (em *Rosa Negra*) tenha beijado os grandes olhos negros do camarada José depois de uma longa digressão sobre o maoísmo e a assimilação criadora do marxismo leninismo, sobre o reformismo do "partidão", a inconseqüência do foquismo e do militarismo e o reboquismo dos populistas às experiências estrangeiras de revolução. São liberdades poéticas, é claro.

São depoimentos importantes também para se saber como a política era levada nesse clima sufocante. As lutas internas são na maioria das vezes pesadelos indissociáveis



do pesadelo da repressão. Acuada, esses militantes ainda encontram energias suficientes para se empenharem na luta pela mais justa linha política, pela melhor caracterização da Revolução Brasileira. Em *Carbonários* o militante Felipe (Syrkis) se deprime com o arrivismo, se submete a piedosas autocríticas, enquanto vê sua organização se desmantelar em cisões acompanhadas de mais golpes da polícia. Em *Milagre no Brasil* a luta interna interpartidária é na cadeia, com a troca de farpas e posicionamentos políticos de princípio, onde todos parecem reivindicar a condição de militante do Partido, e não apenas mais um partido da classe operária. Eles esgrimem a revolução socialista contra a revolução democrático-burguesa em *Rosa Negra*, o "militarismo" contra o "massismo" nos *Carbonários*, a ação direta contra a passividade dos reformistas em *Câmara Lenta*, a ação considerada estratégica da guerrilha rural contra as ações táticas nas cidades, cada vez mais determinantes.

Finalmente, todos se perguntam: onde estava o erro? Não fomos para o campo, dizem os militaristas que concentraram toda a ação nas cidades. Marighella, até morrer, ainda alimentava o sonho de transformar sua guerrilha rural estratégica na principal atividade da Ação Libertadora Nacional, desativando aos poucos a ação nas cidades, onde o inimigo tinha superioridade

esmagadora. Lamarca morreu no mato, ensaiando um treinamento que já quase lhe custara a vida no Vale do Ribeira, em São Paulo, mas ainda longe de ter se firmado entre os camponeses da região.

Não foi bem isso, dizem os que foram para o campo lançar o foco da rebelião ou que em alguns casos chegaram a se integrar mesmo na vida camponesa, até formar grupos armados no campo. Esses se descuidaram da organização da força motriz, única classe revolucionária, o proletariado. Não foi bem isso também, dizem os que se dedicaram a essa tarefa. Falhamos por não termos obtido amplo apoio e nem realizado alianças que possibilitassem o avanço da classe operária. Também não foi isso, dizem os que se especializaram no aliancismo: a classe revolucionária acabou sendo levada a reboque dos liberais e burgueses nacionais, que na hora crítica saíram da reta deixando o proletariado sem perspectivas e sem organização autônoma.

Há críticas e autocríticas para todas as iniciativas, em variados graus de autoflagelação, boa parte delas muito mais rigorosas do que manda o bom senso. Muitos desses depoimentos são no sentido de tirar lições na derrota, embora algumas análises pareçam desembocar na prática caricatural segundo a qual quanto mais se erra, mais se pode aprender.

O filão da guerrilha urbana

A história da guerrilha urbana no Brasil já se transformou num bom filão editorial, mas ainda é bastante incompleto. Também no cinema, televisão e teatro esse período da história nacional ganha espaço. *Paula, a subversiva*, é o primeiro filme que trata do assunto, mas o teatro foi pioneiro, com dezenas de peças sobre o período (*Fábrica de Chocolate*, *Patética*, a adaptação de *Mortos sem Sepultura*, trazido para o momento brasileiro etc.). O maior alcance, no entanto, virá pela televisão; até recentemente, a novela *"Chega Mais"* apresentava um ex-guerrilheiro (Toni Ramos, o Tom) e na semana passada o episódio de *Plantão de Polícia* adaptava a história do "Cabo Anselmo de Saias".

Nas livrarias, os títulos mais procurados são os seguintes: **CABO ANSELMO, AGENTE DUPLO**, reportagem de Marco Aurélio Borba - Revista *Playboy*, fevereiro de 1980.

OS CARBONÁRIOS - MEMÓRIAS DA GUERRILHA PERDIDA, de Alfredo Syrakis, Editora Global, 322 pgs.

CREPÚSCULO DO MACHO, de Fernando Gabeira, Editora Codecri, 245 pgs.

ESCRITOS DE CARLOS MARIGHELLA, Editorial Livramento, 144 pgs.

EM CÂMARA LENTA, de Renato Tapajós, Editora Omega, 176 pgs.

FORNOS QUENTES, de Reinaldo Guarani Simões, Editora Omega, 189 pgs.

LAMARCA, CAPITÃO DA GUERRILHA, de Emiliano José e Oldack Miranda, 198 pgs.

MILAGRE NO BRASIL, de Augusto Boal, Editora Civilização Brasileira, 291 pgs.

O QUE É ISSO COMPANHEIRO?, de Fernando Gabeira, Editora Codecri, 190 pgs.

ROSA NEGRA, OS AGRESTES TAMBÉM VERDEJAM, de Oswaldo Rocha, Editorial Livramento, 182 pgs.

TORTURA - A HISTÓRIA DA REPRESSÃO POLÍTICA NO BRASIL, de Antonio Carlos Fon, editado pelo Comitê Brasileiro Pela Anistia e Global Editora, 79 pgs.

A vida na cadeia era, para alguns, a continuação da luta de classes

Em alguns casos, o leitor da nossa década poderá se sentir frente a um texto esotérico, e poderá não entender bem as diferenças cifradas entre as diversas posições e talvez não vá entender bem porque tantas nuances na luta contra o pavoroso inimigo comum. Poderá até se fazer a pergunta óbvia e honesta: porque todos os militantes não se juntaram? Por que uma organização com trabalho essencialmente no campo não se complementava com as de ação urbana, por que as organizações com quadros militarizados não colocaram seu poder de fogo a serviço de ações de massa? Enfim, por que ao invés de um mosaico de organizações atuando caoticamente, apenas uma direção centralizada, com um poder de ação muito maior que a soma das partes?

Issso era simplesmente impossível na época, mostram os depoimentos. A crise no que deveria ser o partido de vanguarda da revolução proletária, o PCB, já deflagrara anos antes, como resultado de cisões maiores, em escala mundial. Não havia a menor possibilidade de definir um centro revolucionário, e muitos até duvidavam mesmo da necessidade de existência dessa entidade. Se politicamente é nessa década que vão explodir as divergências de concepções, posturas e práticas no antes monolítico movimento internacionalista, nunca poderia se esperar portanto uma ação conjunta orgânica. Mas a crise avançou além disso, quando os candidatos a revolucionários não conseguiram formular nem programas mínimos, por mais modestos que fossem, para uma ação combinada. Ou seja, parece que a dinâmica interna própria do processo de diferenciação entre as correntes políticas foi mais forte do que o desenvolvimento das contradições na sociedade. Em muitos casos as organizações compareciam a um auditório mais amplo apenas para levar a ele a fragmentação que tinham a nível interno, confundindo o necessário combate às lideranças e políticas suspeitas com o combate sem tréguas aos que não fossem da seita própria. Como em *Lamarca, Capitão da Guerrilha* onde a VPR e a ALN disputam aos ultimos o saldo do assalto ao quartel de Quitaúna. Ou em *Crepúsculo do Macho*, onde o PCB e a VPR se engalfinham para decidir quem iria se encarregar dos contatos com países africanos, como se as duas capengas organizações estivessem dividindo o mundo em áreas reservadas de influência. A unidade total certamente não era possível — nem esperada, a não ser por visionários idílicos — mas a indefinição de um programa mínimo foi um fracasso de todos os que se lançaram à luta. Talvez seja essa a maior sequele legada pela década. Tão forte que agora torna atraente a tentação do desvio oposto — da unidade a qualquer custo, sem princípios.

(1) Os três foram demitidos do jornal Diário da Manhã, de Goiânia, depois que descobriram o destino de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado, bem como os autores dos tiros que tiraram a vida dos dois. Um dos assassinos é o capitão Marcus Fleury, delegado da Polícia Federal na época, e atualmente presidente da Metago (Metais de Goiás S.A.)

CARTAS ABERTAS

DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Exilados argentinos querem ajuda para encontrar 140 crianças

Escrevemos-lhes após recebermos as notícias sobre as intensas manifestações populares de repúdio à visita do presidente argentino, Gen. Videla, a esse país.

Nosso Centro está realizando várias campanhas de solidariedade para com o povo argentino; uma delas tem por objetivo reencontrar 140 crianças desaparecidas na ocasião do sangrento golpe militar.

Para isto, solicitamos voluntários que desempenhem o papel de padrinhos. Esta ação consistiria em tomar uma das crianças sob sua proteção e solicitar o esclarecimento do caso, intervindo através de cartas enviadas para as autoridades governamentais, judiciais, eclesíásticas, a hospitais, orfanatos argentinos etc.

Na Argentina dos militares, centenas de crianças seqüestradas, desaparecidas e outras nascidas na prisão vivem na insegurança e sob o jugo do terror.

No entanto, os países signatários da Carta da ONU adotaram a seguinte declaração dos direitos da criança:

Artigo 9: Em qualquer que seja a circunstância, a criança deve ser a primeira a receber ajuda e assistência. Pode-se salvar algumas das vítimas da ditadura argentina. Quem quiser participar deste movimento

de solidariedade e salvar uma das vítimas de um governo que se mantém no poder pelo terror e pela opressão, pedimos-lhes que entrem em contato com o:

CENTRO ARGENTINO DE INFORMAÇÃO E DE SOLIDARIEDADE

1, rue Montmartre 75001 - Paris França

Estamos também dominados pela angústia de constatar a repressão selvagem que os militares argentinos exercem dentro e fora do país.

Nos primeiros dias de julho, desapareceu "misteriosamente" no Brasil, o padre Jorge Adur, que depois do golpe militar de 1976 passou a residir na França. Ele se encontrava no Brasil em virtude da visita realizada pelo Santo Padre João Paulo II.

Atualmente, seu nome pode ser acrescentado à imensa lista de cidadãos argentinos desaparecidos fora do território de seu país, à qual se devem acrescentar também os milhares de desaparecidos dentro deste.

Fazemos um apelo à sua solidariedade para resolver alguns dos problemas que afligem o povo argentino.

Centre Argentin d'Information e de Solidarité Paris, França

LEI DOS ESTRANGEIROS

Expulsão do Pe. Vito é repudiada

"Persona non grata é o governo"

Tendo acompanhado pelos jornais os fatos acontecidos em Ribeirão (PE), a propósito da atitude assumida pelo padre Vito Miracapillo, que se negou a celebrar missa comemorativa pela "Independência" do Brasil, vemos concretizar-se mais um ato de arbitrio que se abate sobre aqueles que se comprometem com a verdadeira independência do povo brasileiro. Tal atitude parte daqueles que tentam conter a todo custo a caminhada do povo que busca a sua livre organização para a conquista de uma sociedade sem explorados e exploradores.

Recentemente foi aprovado o Estatuto dos Estrangeiros, que compreendemos como parte do projeto de "abertura" política do governo, condenado por todos os setores comprometidos com a luta pelos Direitos Humanos em nosso país. Acharmos importante denunciar que há hoje no Brasil dois estatutos dos estrangeiros: um que impede a presença e cerceia a liberdade de pessoas como o padre Vito; outro que escancara as portas de nossa economia e de nosso território aos Ludwig e Rockefeller (entre outros), estes sim, interessados na total alienação de nossos recursos e do trabalho do



povo da cidade e do campo, contando com o incentivo e o apoio daqueles que hoje nos governam.

Queremos manifestar nossa solidariedade ao padre Vito e a todos aqueles que lutam e se arriscam pela libertação do povo. Ao mesmo tempo repudiamos sua expulsão do país, que consideramos ato desleal, leviano e antidemocrático do governo, este sim "persona non grata" perante o povo brasileiro.

Carlos César dos Santos, Edson Diogo Tavares, Rogério Antônio B. da Cruz, José Carlos Euzébio, Dinair Fernandes dos Santos e Edmundo Alves Gomes Filho, Niterói, RJ

PERSEGUIÇÕES/SC

Não entraram no PDS e foram demitidos

Mais um ato de violência foi executado em nossa cidade! Dois profissionais competentes, comprometidos com os justos anseios do povo por mais saúde e melhores condições de atendimento médico-sanitário, foram privados de seu direito ao trabalho.

Marco Aurélio Da Ros, médico, e Denise Pires, enfermeira, foram sumariamente demitidos da Divisão de Saúde da Prefeitura Municipal de Florianópolis porque resistiram às pressões para se filiarem ao PDS, mantendo-se ao lado dos funcionários da prefeitura nas suas reivindicações por melhores salários e esclarecendo a população, em debates e palestras sobre os projetos do governo. Eles foram demitidos sob a alegação de incompatibilidade política.

Com isso, a população do interior da ilha e da periferia de Florianópolis deixará de ter o atendimento à saúde que vinha recebendo até o momento.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, núcleo Florianópolis; Associação Brasileira de Enfermagem, seção SC; Associação Profissional de Medicina; Associação Catarinense de Medicina; Comissão Justiça e Paz; Alfa-gente; Pastoral da Juventude; Pastoral de Saúde Regional; Encontro Nacional de Experiências em Medicina Comunitária; Pastoral da Saúde da Arquidiocese de Florianópolis; Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina; Diretório Acadêmico do Centro de Ciências da Saúde; União Catarinense de Estudantes; Diretório Acadêmico do Centro Tecnológico; Diretório Central dos Estudantes; Associação dos Médicos Residentes de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

encontros com a **CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA** Cr\$ 150,00

CONTRA O RADICALISMO QUE DEFORMA. CONTRA O SECTARISMO QUE DIVIDE. CONTRA A DEMAGOGIA QUE ENGANA. A FAVOR DA CONSCIENTIZAÇÃO A TRANSFORMAR A VIDA.

N.º 95

O SOM E A FÚRIA, Ênio Silveira □ A QUARTA DUALIDADE, Ignácio Rangel □ O CASO BUKHARIN, Moacyr Werneck de Castro □ O FIM DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO, Adilson de Oliveira □ NICARÁGUA, NICARÁGUA, Gilberto Galvão e outros □ MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES, Luiz Eduardo Wanderley □ PAULO FRANCIS E O ROMANCE POLÍTICO: duas críticas e duas respostas □ INDÚSTRIA CULTURAL E CULTURA BRASILEIRA, Carlos Eduardo Lins da Silva □ Entrevista com Manuel Scorza e Conrado Detrez □ O PAPEL DO INTELLECTUAL, Darcy Ribeiro □ E mais poesias e resenhas.

Em todas as boas livrarias e bancas ou pelo reembolso postal a

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

Rua Muniz Barreto, 91/93 - 21.251 - Rio de Janeiro - RJ

Assinatura anual: Cr\$ 1.500,00. Pedidos a

Depara Marketing Direto Ltda.

Largo do Machado, 21/509 - Rio de Janeiro - RJ

Movimento só se apóia nos leitores: faça uma assinatura



Atentado contra banca de jornal em Belo Horizonte

Defenda seu direito à informação livre. Venda uma assinatura a seus amigos. Se você quiser apoiar Movimento (venda de jornais ou ações), ligue para 210-6622 ou 210-6744 em São Paulo.

Desejo adquirir uma assinatura de Movimento

ANUAL - Cr\$ 2.100,00

BIANUAL - Cr\$ 3.500,00

Nome _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Estou enviando o cheque n.º _____, pagável em São Paulo, em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Preço da assinatura no exterior:

ANUAL - US\$100; BIANUAL - US\$200. Para a América Latina: ANUAL - US\$85; BIANUAL - US\$170.

FAZENDA ANONI/ES

Desapropriação só favorece aos fazendeiros

Tomando conhecimento dos lamentáveis fatos da última semana envolvendo agricultores da Fazenda Anoni (RS), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) não poderia deixar de alertar a opinião pública sobre o assunto.

Os episódios que resultaram do interrogatório de 100 famílias e prisão de 13 líderes pela Polícia Federal teve como causa fundamental a forma antipopular como vem sendo encaminhada a política agrícola oficial e a parcialidade do INCRA e FUNAI.

Por parte da FUNAI lembramos que sempre portou de forma dúbia e equivocada na solução das questões afetando posseiros e indígenas. Prova disto é que os posseiros da Reserva Indígena Nonoi ainda estão sem solução, passados já três anos e os indígenas Kaingangue não obtiveram tampouco condições da FUNAI para trabalhar suas terras.

Por parte do INCRA é importante destacar que o processo judicial que envolve a desapropriação da Fazenda Anoni desde 1974, se deve unicamente à incapacidade do órgão em conseguir elaborar o documento desapropriatório de acordo com a lei. Ao invés de cuidar de problemas fundiários, o INCRA se propõe mais a arrecadar impostos, cadastrar imóveis e fiscalizar cooperativas.

Dessa ineficiência resultou outro absurdo que foi a decisão judicial do Tribunal Federal de Recursos, que determinou aos cofres públicos pagamento à vista de área de 9.000 ha da Fazenda Anoni, de cerca de 1,5 bilhão de cruzeiros, valor que permitirá aos ex-proprietários adquirirem uma área superior à atual, ocasionando, paradoxalmente, uma concentração de terras ainda maior. Esta desapropriação é tão absurda que seu valor é superior ao orçamento anual da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Problemas como este da Fazenda Anoni continuarão a se repetir, enquanto não houver uma justa Reforma Agrária, ampla, massiva e com participação dos trabalhadores rurais.

Manifestamos publicamente nosso protesto pelos episódios ocorridos e esperamos que as autoridades resolvam-nos o mais breve possível. Lembramos finalmente aos "exportadores de minifúndios gaúchos" que existem no RS, segundo dados, 6.900 famílias que possuem 44% das terras enquanto nos últimos 10 anos mais de 700.000 pessoas deixaram o campo gaúcho.

Engenheiros agrônomos Carlos Lorena (diretor-presidente) e José Gomes da Silva, e economista Plínio Guimarães Moraes (diretores),
Campinas, SP.

HOMOSSEXUAIS

Discriminação provoca espanto e indignação

Tornei-me assinante de Movimento algumas semanas atrás, visando apoiar a imprensa alternativa, que é alvo de atentados terroristas. Infelizmente ao receber o primeiro exemplar, li a carta do Sr. José Rocha, que cometia um ato de discriminação contra os homossexuais. Causou-me espanto e indignação ver tal matéria que, sem ter fundamento ou explicação lógica, foi publicada neste jornal.

Hoje, ao receber o exemplar nº 276, deparei com a carta de Myriam T. Vargas retornando ao assunto. Myriam não percebe que está cometendo e seguindo o velho jogo do decadente sistema. Isto é, julga um grupo tomando como base um indivíduo. Como muitos, Myriam cria um estereótipo (por exemplo, de bicha louca, escandalosa, depravada...) e generaliza, rotulando todos os bichas ou homossexuais.

Assim, espero que Movimento se digne a esclarecer essas mentes.

José Roberto Ribeiro Puglia
Sorocaba, SP

CANAVIEIRAS/PE

A greve dos 250 mil foi vitoriosa

Sindicalista de Pernambuco critica matéria publicada em Movimento

Em seus cinco anos de existência, Movimento tem demonstrado grande interesse pelo problema do campo e não tem faltado com o seu apoio à luta dos trabalhadores rurais brasileiros por melhores dias. Movimento tem se destacado entre as publicações pelo cuidado com as informações que veicula e pela seriedade com que aborda os problemas dos trabalhadores.

Para surpresa nossa, em seu último número, Movimento publicou uma matéria sobre a recente greve dos trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco que foge completamente ao padrão que, até hoje, tem caracterizado suas edições.

Essa matéria, intitulada "O melancólico fim da greve dos 250 mil", contém informações falsas e passa para o leitor uma versão dos fatos que não é outra senão a do Diário de Pernambuco, expressão acabada dos interesses patronais da agro-indústria açucareira.

O autor da matéria reconhece que "a greve deste ano demonstrou que o grau de organização dos sindicatos rurais (sic) atingiu níveis só comparáveis às grandes mobilizações camponesas do início da década de 60". A partir daí, entretanto, faz uma série de afirmações falsas ou levianas. Diz que "a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), representando todos os sindicatos em greve, assinaram o acordo com os sindicatos patronais". Não é verdade. A Contag não assinou, nem poderia assinar, coisa alguma. Quem assinou o documento foram os 42 sindicatos de Trabalhadores Rurais e a Fetape, enquanto representantes dos trabalhadores rurais de Chã Grande. Não tem pois sentido também a afirmação de que "a opinião unânime dos dirigentes sindicais é a de que os camponeses levaram a pior".

Outra informação falsa: "a Fetape e a Contag aceitaram a retirada de uma das cláusulas aprovadas em 79 que obrigava as usinas a descontar na folha de pagamento a mensalidade sindical". Tal cláusula inexistia na Convenção de 79. O que existe é a prática do desconto em muitas usinas. Acontece que, quando o sindicato começa a incomodar, as usinas deixam de recolher a arrecadação da mensalidade. Por essa razão, os sindicatos resolveram incluir nas reivindicações de 1980, uma cláusula tornando obrigatório o desconto. Na audiência de conciliação, os patrões não aceitaram a cláusula e a Procuradoria da Justiça do Trabalho afirmou que encaminharia contra porque a autorização para o desconto tinha que ser feita pelos trabalhadores individualmente e não em assembleia, como queriam os



dirigentes sindicais. A alternativa oferecida por ela era simplesmente a transcrição do artigo da CLT, que autoriza o desconto sem qualquer caráter de obrigatoriedade.

A Fetape pediu tempo e apresentou o problema aos dirigentes sindicais que, reunidos — esse repórter de Movimento se encontrava no local presenciou o fato, como tantos outros profissionais de imprensa — acharam que o melhor a fazer era simplesmente retirar a reivindicação.

Não tem também fundamento a afirmação de que "o acordo assinado, na opinião da maioria dos 42 sindicatos em greve, não avança em nada as vantagens obtidas no ano passado". Além de atribuir aos dirigentes sindicais uma opinião que não é a deles, o articulista não menciona um ganho fundamental dos camponeses, provavelmente uma das maiores vitórias do movimento camponês em sua história de lutas: a introdução da balança aprovada e periodicamente aferida pelo Instituto de Pesos e Medidas e de instrumento metálico para a medição das "contas". Quase todo o trabalho na cana é feito por produção. A utilização de balanças viciadas permite que, no corte de cana, por exemplo, haja fraudes que, segundo perícia do Instituto de Pesos e Medidas, chegam a 40% da produção diária do trabalhador. A situação na limpa e no plantio não é diferente: varas que deveriam corresponder a uma braça (2,20m) medindo 2,40m e 2,50m são a regra. A adoção de instrumento de medida e pesagem padronizado representa um aumento efetivo do salário do trabalhador da ordem de 20% a 40%.

Falsas são igualmente outras informações. A inclusão do auxílio doença não é nova, já estava na Convenção do ano passado. Os patrões em nenhum momento ofereceram 4% de produtividade; no início queriam zero e, no final, chegaram

até 2%. Também não aceitavam a paridade entre as duas sub-regiões, concedida parcialmente pelo Tribunal.

Finalmente, repetindo quase que literalmente o Diário de Pernambuco, que também nunca identifica suas fontes quando se trata de sindicatos, o articulista de Movimento faz a seguinte afirmação: "Na opinião de vários presidentes de sindicatos rurais, a inabilidade e a falta de confiança na greve decretada, além da assessoria jurídica que a Contag trouxe do sul do país, é que levaram à assinatura de um acordo que está muito longe do que os trabalhadores reivindicavam". Se houve problemas dessa ordem certamente eles aparecerão na avaliação que farão os 42 sindicatos nos próximos dias. Quanto à referência à "assessoria jurídica que a Contag trouxe do sul do país", é falsa. Junto com o Presidente e o vice-Presidente da Fetape (que também é presidente da Contag) esteve na linha de frente das negociações o Dr. Romeu da Fonte, pernambucano, assessor jurídico da Fetape há mais de dez anos. No grupo maior, juntamente com outros advogados da Fetape e de vários sindicatos, encontrava-se um único assessor jurídico da Contag e uma assessoria jurídica da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro. Se o equivocado jornalista não está se referindo apenas à assessoria jurídica mas, tal e qual o

Diário de Pernambuco, aos "assessores do sul" em geral, o que temos a dizer é que a colaboração dos companheiros assessores da Contag e de outras Federações, bem como do Instituto dos Economistas de Pernambuco e de outros profissionais que se dispuseram a dar contribuição ao movimento dos trabalhadores da cana foi fundamental para desmascarar as falácias de usineiros e fornecedores que acusavam de se querer diminuir a produtividade e se diziam sem condições financeiras para renovar a Convenção de 1979. Os patrões usaram e abusaram do jargão oficial, denunciando a presença de "elementos estranhos" e "assessores estranhos" (sic), em sua tentativa de desacreditar o nosso movimento. Voltamos a repetir aqui, o que já temos afirmado em outras ocasiões: "estranho" para nós é quem é contra os trabalhadores, qualquer colaboração de pessoas identificadas com os verdadeiros interesses dos trabalhadores foi, e continuará sendo, bem-vinda ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

Fazemos esses esclarecimentos pelo respeito que temos a Movimento e seus leitores. Não fosse isso, simplesmente deixaríamos que os fatos respondessem ao melancólico comentário de um jornalista pelo menos mal informado.

José Rodrigues da Silva, presidente da Fetape,
Recife, PE

FAZENDA CAMUCIM/PB

Destilaria persegue posseiros

Segue-se, abaixo, um resumo da carta enviada ao presidente da República, general João B. Figueiredo, pelos moradores da fazenda Camucim, na Paraíba.

Nós moradores da fazenda Camucim vimos mais uma vez esclarecer os últimos acontecimentos. Quando chegou a notícia de que a fazenda Tabu teria comprado estas terras para construir uma destilaria de álcool, nós escrevemos para as autoridades, pois Tabu começou a ameaçar invadir nossas posses com tratores, colocar calda no rio, provocando a morte de muitos peixes e até crianças adoeceram com o mau cheiro.

Entramos com ação de manutenção de posse na Comarca de João Pessoa, e o juiz concedeu uma liminar que a destilaria não respeitou e destruiu muitas lavouras e fruteiras. A fazenda Tabu acusa o sindicato e o clero, mas a gente está vendo quem está provocando violência e tensão social no campo: é a Destilaria Tabu, pois vive desrespeitando nossos direitos e até a ordem do juiz.

A Destilaria Tabu também diz que não derrubou a casa do agricultor Manoel Firmino, mas muita gente de Pitimbu prova que foram eles que derrubaram a casa e roubaram a madeira. A Destilaria derrubou mais dez casas em Camucim, e os moradores só tinham tempo de botar os troços prá fora e derrubava e queimava.

Exigimos que as autoridades que se dizem competentes para resolver os problemas, venham até aqui para mostrarmos os fatos concretos. A

Destilaria Tabu diz que seu Manoel Cosmos foi preso e espancado por arruaças e abusos pelas autoridades locais, mas nós provamos que o companheiro nunca foi arruaçeiro e nem desrespeita autoridade. O espancamento partiu da Destilaria Tabu, e o espancamento dizia, batendo no velho: fica aí, velho agressor safado!

A Destilaria diz também, no jornal O Norte, do dia 4 de outubro, que o presidente do sindicato não foi ameaçado, mas nós já constatamos que o indivíduo que foi à casa do presidente do Sindicato é o chefe dos vigias Severino da Motta, que vive fazendo agressões contra nós. Outro fato é que no dia 6 de setembro o presidente do Sindicato veio à fazenda Camucim a convite dos moradores para discutir nossos problemas, e foi seguido por dois elementos da Destilaria Tabu. Um era o indivíduo que foi na casa dele no dia 23 de setembro, e andou em muitas casas procurando o por seu João Pereira e pelo companheiro José Francisco de Oliveira, que p. 2º fiscal do Sindicato. A outra pessoa veio sozinha no carro, ninguém sabia o que ela queria, e ficou tirando fotografias de agricultores. O carro era um Fiat cor gelo, placa 5688, Recife, Pernambuco.

Exigimos que as autoridades tomem providência dessas ameaças e exijam a desapropriação pelo governo federal da Fazenda Camucim, porque saímos daqui aos pedaços. Com nossos pés não vamos sair.

Moradores de Camucim,
Pitimbu, PB

MOVIMENTO

Mudança de Endereço

Em caso de mudança de endereço, preencha e envie-nos o cupom abaixo.

Nome: _____

Novo Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Estado: _____ CEP: _____

Antigo Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Estado: _____ CEP: _____

ENGENHARIA GENÉTICA

O primeiro transplante de genes em seres humanos

A controvérsia atinge os **campi** universitários americanos após o anúncio, no último dia 8, do primeiro transplante genético tentado em seres humanos. A experiência foi realizada pelo professor Martin Cline em dois pacientes sofrendo de talassemia.

Dois campos opostos já se formaram. De um lado, os "clínicos", que consideram seu colega como um dos mais brilhantes especialistas de hematologia e estimam que o professor Cline realizou uma obra humanitária, ousando tentar, em pacientes que sofriam de uma doença mortal, uma terapia que, se der resultado, poderá desempenhar um papel revolucionário no tratamento das afecções de origem genética.

De outro lado, a maior parte dos pesquisadores em biologia molecular não esconde suas críticas nem sua indignação em relação a Cline. Segundo um deles, o professor Thomas Maniatis, do Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech), nenhuma das experiências tentadas antes em animais autorizava a prever um eventual sucesso em sua aplicação em seres humanos. A opinião de Maniatis é importante porque foi ele que forneceu à equipe de Cline, há um ano, o gene sintetizado em seu laboratório que, capaz de fabricar normalmente a hemoglobina humana, foi utilizado nas operações realizadas por Cline em Israel e na Itália. Além das restrições que faz à experiência, Maniatis considera que Cline abusou de sua confiança, já que quando procurou com ele o gene da hemoglobina não lhe deu nenhuma indicação de que o utilizaria em seres humanos.

Sylvie Crossman procurou o professor Cline e realizou para *Le Monde* a entrevista que condensamos aqui.

— Uma revista médica francesa, relatando sua experiência de engenharia genética, tentada pela primeira vez em seres humanos, iniciava seu artigo com a expressão "ele ousou...". Isso é exato? Em caso afirmativo, o que realmente o senhor ousou?

— Sem dúvida, essa experiência jamais havia sido tentada. Que eu saiba, ninguém tinha ainda abordado desta maneira o tratamento das doenças genéticas. Mas dizer "ele ousou" é ceder à hipérbole (ele ri). Foi com grande prudência que eu tentei essa experiência científica.

— O que motivou a sua tentativa?

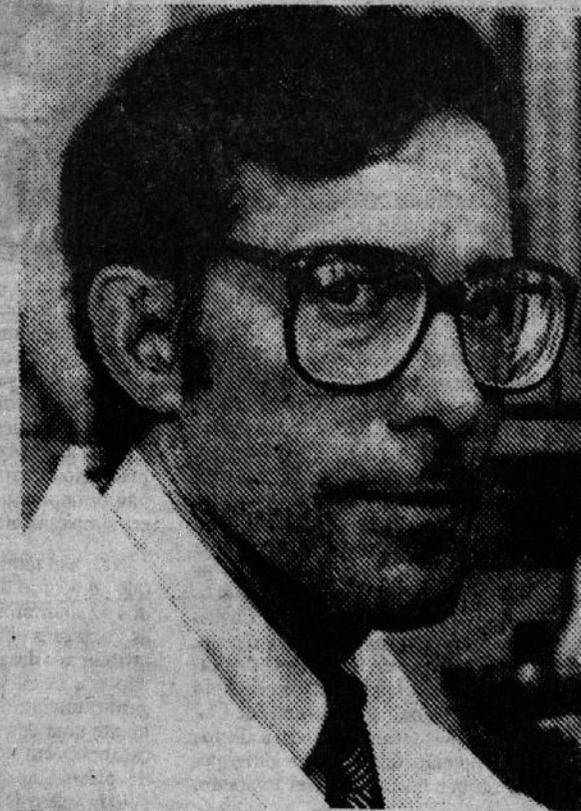
— A talassemia é uma doença que

mata, uma doença de que se sofre desde a infância. Ora, pode ser que essa nova abordagem seja eficaz no tratamento da doença.

— Seus dois pacientes corriam o risco de morrer antes que o senhor tentasse a experiência?

— Sim, eles estavam gravemente atingidos pelo mal e sua esperança de vida estava consideravelmente reduzida.

— O senhor tentou com seres humanos a mesma experiência tentada com animais na primavera passada? (O professor Cline publicou na revista científica *Nature*, de abril de 1980, os resultados de um trabalho deste tipo realizado com animais. Ele



Cline: sem peso na consciencia

demonstrava então ter conseguido transferir para as células da medula óssea de ratos uma resistência a uma substância utilizada em certos tratamentos anticancerígenos, o metotrexate).

— Sim, grosso modo, trata-se da mesma experiência. Tivemos porém que modificá-la um pouco a fim de adaptá-la a seres humanos. Retiramos 15 milímetros de medula dos ossos de nossos pacientes humanos. Em seguida, fizemos incubar as medulas com novos genes fabricados pela engenharia genética — genes capazes de

produzir normalmente a hemoglobina beta. Após algumas horas de incubação, reinjetamos células da medula tratada nos ossos de nossos doentes por via intravenosa.

No momento, nossos pacientes estão sob observação e analisamos periodicamente seu sangue e suas células. Utilizamos então, em linhas gerais, a mesma técnica adotada com os ratos. A diferença é que os ratos não tinham a talassemia. Esta doença não afeta os ratos. Em nossa experiência com animais, utilizamos também um agente seletivo, o metotrexate. Esta substância permite objetivar a proliferação de células contendo o novo material genético. Na experiência com seres humanos, não tratamos as células com o metotrexate. Utilizamos apenas um gene seletivo, "thymidina kinase".

— Quais são as implicações morais de sua experiência?

— É simples. De um lado, temos seres humanos que sofrem de uma doença mortal. O tratamento tradicional de que dispomos até o momento não nos permite curar um doente portador de talassemia. No máximo, podemos aliviar seus sofrimentos e modificar sua morte. De outro lado, temos um método terapêutico que poderá eventualmente ser eficaz e que foi aperfeiçoado durante meses em animais. Também, num momento dado, é preciso decidir que já se realizou bastante experiências com sistemas mamíferos animais e que a experiência pode ser transposta prudentemente ao homem.

O único problema moral é o seguinte: deve-se proceder o mais judiciosamente e o mais prudentemente possível, tomando todas as precauções necessárias para não prejudicar o paciente. É preciso também tirar desta experiência o máximo de ensinamentos.

FILOSOFIA

Há mil anos, nascia Avicena

A 20ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO (entidade ligada à ONU que se dedica à educação e à cultura), realizada em Paris, exortou todos os Estados membros a celebrar este ano o milênio de Avicena, este "eminente representante do gênio humano", segundo as palavras de Dante. A entidade internacional ressaltou a enorme contribuição do grande pensador islâmico para "o desenvolvimento da filosofia, da lógica, da sociologia, da literatura, da poesia, da lingüística, das ciências naturais e da medicina".

Abu Ali al-Husayn ibn Abd Allah ibn al-Hassan ibn Ali Ibn Sina, conhecido como Avicena, nasceu em Afsa, na Pérsia, no ano de 980, e morreu em Hamadan, em 1037. Sua educação enciclopédica abrangeu a gramática, geometria, física, medicina, jurisprudência e teologia e deixou uma obra vastíssima. No terreno filosófico foi um continuador da tradição aristotélico-platônica de Alkindi e Alfarabi e buscou a conciliação entre a razão humana e a "verdade revelada". Considerava a existência um acidente agregado à essência, interpretava a distinção aristotélica entre matéria e forma como distinção entre o possível e o necessário, e defendia a



Avicena: saber enciclopédico

necessidade absoluta da existência de todo ser enquanto ser.

Seu pensamento influenciou profundamente a escolástica medieval, mas se caracterizou pela oposição ao obscurantismo e à ignorância, pela busca incessante do conhecimento e pelo humanismo. Avicena foi também o mais ilustre médico do mundo islâmico.

RELIGIÃO

É pecado desejar a esposa?

A repercussão negativa de suas palavras de condenação ao homem que olha sua própria mulher com desejo levou o papa João Paulo II a explicar, no dia 22, que o sexo é um valor humano positivo e não apenas um instrumento de procriação. Segundo o papa, os ensinamentos de Cristo "nada têm em comum com a atitude dos maniqueus, que negavam o valor do ato sexual nos seres humanos ou que o toleravam somente dentro dos limites da necessidade de procriação". Prosseguindo, afirmou João Paulo II que "o corpo em sua masculinidade e feminilidade foi chamado a ser, desde o princípio, uma manifestação do espírito. Isso ocorre também através da união conjugal de um homem e uma mulher".

As explicações do papa se devem às críticas que recebeu por sua alocação de 8 de outubro, durante a audiência semanal pública, quando afirmou que o marido que olha sua própria mulher desejando-a comete uma falta análoga à do adúltero que cobiça uma mulher qualquer. A afirmação surpreendeu vários de seus ouvintes e, embora o papa não tenha dito que a mulher casada possa cometer uma falta análoga à do seu marido, isso parece

ser uma decorrência óbvia.

"Eu desejo", declarou João Paulo II no dia 8, "aprofundar diante de vocês a mensagem das palavras de Cristo: qual quer um que olhe uma mulher com desejo já cometeu em seu coração o adultério com ela. Pensa-se espontaneamente que se trata da mulher de um outro e portanto de uma infidelidade à união que comporta essencialmente o casamento. Mas Cristo disse 'uma mulher', seja ela qual for, que se torna então para o homem o objeto de saciedade de sua 'necessidade' sexual. Mesmo que se trate de sua própria mulher, uma tal maneira de olhar do homem, utilitarista, a reduz ao estado de objeto de seu próprio instinto.

E, então, a vocação da mulher de existir 'para' o homem e reciprocamente, na comunhão de pessoas, espíritos e corpos — e que encontra justamente apoio na atração mútua, rica e profunda da masculinidade e feminilidade — é aqui reduzida e deformada. Mas para admitir isso, é preciso ultrapassar a interpretação puramente psicológica levando em conta que há no homem, por causa do pecado, uma tendência permanente a ligar essa atração à concupiscência da carne".